

# SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS

"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"



# GT 4

Projetos e programas  
de desenvolvimento,  
extrativismo de grande  
escala e estratégias de  
luta e resistência

**ANAIIS**  
VOLUME IV





SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE  
**DIREITOS HUMANOS E EMPRESAS**

"povos, comunidades, natureza: insurgências  
frente ao extrativismo predatório"

## **GT4: Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência.**

**Coordenação:** Cíndia Brustolin, Juan Manuel Sandoval Palacios, Marcela de Lourdes Orozco Contreras e Sislene Costa da Silva

Os megaprojetos ou projetos extrativistas de grande escala são formas, práticas e representações do espaço no capitalismo global atual; são apresentados pelos governos como benéficos e prioritários nos seus programas de desenvolvimento diante da população. Com isso, são criadas fortes tensões e confrontos relacionados às medidas coercitivas implantadas por governos e empresas, de um lado, e às estratégias de resistência e luta pela vida, de outro, de comunidades tradicionais ou organizações sociais. Assim, o GT recebe trabalhos que contemplem análises e reflexões sobre o capitalismo global, a expansão de megaprojetos, processos de luta e resistência de comunidades tradicionais, povos e organizações sociais.

# Apresentação

O Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – “Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” foi realizado entre 15 e 19 de março de 2021. O Seminário foi pensado como uma das ações do Projeto “Empresas Transnacionais e Princípios Orientadores: em busca de mecanismos efetivos para a proteção dos Direitos Humanos na América Latina”, executado por quatro organizações latino-americanas e co-financiado pela União Europeia. Fizeram parte desse projeto as organizações Justiça nos Trilhos (Brasil), CooperAcción (Peru), Pensamiento y Acción Social (Colômbia) e Bienaventurados los Pobres (Argentina).

O Seminário aconteceu em formato virtual e foi promovido por Justiça nos Trilhos (JnT), Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (GEDMMA/UFMA), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc/UFMA) e Grupo de Trabalho sobre Fronteiras, Regionalização e Globalização na América, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

As atividades foram inspiradas no Seminário Internacional “Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”, realizado em 2014 em São Luís, Maranhão.

Durante os dias 15 e 19 de março de 2021, o seminário reuniu uma série de atividades, incluindo apresentações de trabalhos científicos, relatos de experiências, desenhos, fotografias e audiovisual. Foram 106 trabalhos aprovados e apresentados em cinco grupos temáticos:

- [1]** Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades
- [2]** Memórias, histórias e lutas por reconhecimento
- [3]** Questões de gênero e étnico-raciais em lutas territoriais
- [4]** Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência
- [5]** Comunicação Popular, comunitária e alternativa: lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento



Assim, construiu-se um dos grandes objetivos do seminário, que foi o de oferecer oportunidades de troca de saberes, promovendo a sinergia entre comunidades, ambiente acadêmico, organizações populares e movimentos sociais e sindicais. Pessoas desses diversos espaços estiveram representadas nos debates ocorridos em cada um dos grupos de trabalhos (GTs), a partir das apresentações dos resultados de pesquisas acadêmicas e experiências de vidas comunitárias, materializados em artigos, relatos, fotografias e vídeos.

Os Anais registram esses resultados como um espaço de memória, reverberação de vozes e resistências na potencialização das insurgências frente ao extrativismo predatório, vividas por povos, comunidades e natureza.

Os cinco GTs dão título e organizam os capítulos que seguem, apresentando contribuições de autores e autoras do Brasil e de outros países da América Latina como México, Argentina, Colômbia e Peru.

No GT1, por exemplo, serão encontrados trabalhos que discutem novas formas de territorialidades e racionalidades não ocidentais frente a ações empresariais e estatais. No GT2, os trabalhos apresentam mobilizações e lutas por reconhecimento e direitos. No GT3, é debatida a questão de gênero em múltiplos aspectos no contexto de lutas territoriais urbanas e rurais. Reflexões sobre a expansão de megaprojetos, processos de luta e resistência de comunidades tradicionais, povos e organizações sociais são temas discutidos no GT4. Por fim, no capítulo dedicado ao GT5, são compartilhadas práticas e processos de comunicação popular pensadas e vivenciadas em contextos de lutas e resistências frente a grandes projetos de desenvolvimento.

O tema do seminário – e, de forma específica, os temas de cada um dos cinco GTs – são um chamado para a construção de caminhos alternativos e articulados entre diferentes povos, que proporcionem a defesa dos Direitos Humanos e o respeito à Mãe Terra.

**Boa Leitura!**



Copyright © 2021 by EDUFMA

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

**Reitor**

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

**Vice-Reitor**

## EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

**Diretor**

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra  
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni  
Prof. Dr. André da Silva Freires  
Prof. Dr. Jadir Machado Lessa  
Profª. Dra. Diana Rocha da Silva  
Profª. Dra. Gisélia Brito dos Santos  
Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda  
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva  
Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães  
Profª. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues  
Prof. Dr. João Batista Garcia  
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas  
Bibliotecária Suênia Oliveira Mendes  
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior

## Organização

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

## Coordenação por Grupos de Trabalhos

Anacleto Pires da Silva  
Bartolomeu Rodrigues Mendonça  
Carolina Christiane de Souza Martins  
Cíndia Brustolin  
Elio de Jesus Pantoja Alves  
Ilnar Fernandes Feitoza  
Joana Emmerick Seabra  
Joércio Pires da Silva  
Juan Manuel Sandoval Palacios  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira

Marcela de Lourdes Orozco Contreras  
Maria Ecy Lopes de Castro  
Roseane Arcanjo Pinheiro  
Sislene Costa da Silva  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana  
Uriel Menezes

## Coordenação editorial

Sabrina Duran

## Coordenação de revisão

Cíndia Brustolin  
Julio Itzayán Anaya López  
Larissa Pereira Santos  
Madian de Jesus Frazão Pereira  
Tayanná Santos de Jesus Sbrana

## Projeto Gráfico

Candiá Produções

## Colagens e Ilustrações

Coletivo Pinga Pinga

## Diagramação

Valéria Amorim  
Juliana Bicudo

## Fale com a redação

[jnt@justicanostrilhos.org](mailto:jnt@justicanostrilhos.org)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas (1.: 2021: São Luís, MA).

Anais do I Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: "povos, comunidades e natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório".  
Organização: Cíndia Brustolin [et al.]. – São Luís, MA: EDUFMA, 2021.  
5 v.: il.

Conteúdo: v. 4. Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência / Coordenação: Cíndia Brustolin, Juan Manuel Sandoval Palacios, Marcela de Lourdes Orozco Contreras, Sislene Costa da Silva.

ISBN: 978-65-89823-48-3

1. Povos – conflitos sociais – resistência. 2. Território – lutas – comunidade.  
3. Extrativismo predatório. I. Brustolin, Cíndia.

CDD 305  
CDU 316.48

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Luciana Palácio - CRB 13 / 585

O conteúdo deste documento não compromete as organizações promotoras e colaboradoras desta publicação. Pode-se citar ou fotocopiar para uso não comercial sempre citando a fonte.

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:





# Sumário

## TRABALHOS COMPLETOS

Políticas Indigenistas, Processos de Desenvolvimento, Conflitos Territoriais e Povos Indígenas no Cerrado Maranhense	493
As Violências das Práticas Empresariais: mineração, danos socioambientais e conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique	505
El Retorno del Autoritarismo en Honduras y el Fortalecimiento del Modelo Extractivista	516
Extractivismo y Cambio Climático en la Región Mixteca de México	525
“Que que eu faço: estão destruindo minha casa agora! Onde que eu vou morar?”: comunidade tradicional do Cajueiro frente ao embate transnacional	533
Estratégias de Resistências Frente à Mineração: assentamento Roseli Nunes (MT), muito além do ferro e fosfato, as riquezas de um território da reforma agrária	544
Conflitos Ambientais no Cerrado Maranhense: os Apaniekrá-Canela no enfrentamento ao Projeto MATOPIBA	552
Um Forte Pé no Chão, no Território: atuação da Justiça nos Trilhos na promoção de direitos humanos em comunidades impactadas pelo setor de mineração e siderurgia no MA	562
Alcântara - MA: um espaço de alteridade e disputas	571
Território Quilombola de Saco Das Almas na Dinâmica do Matopiba: uma reflexão a partir do histórico maranhense de desenvolvimento	584
Megaproyectos Mineros y Luchas Sociales de Resistencia en Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios Globales para la Expansión del Capital Transnacional de la Frontera Estados Unidos-México, y de la Amazonia (Nordeste de Brasil)	594
“A Luta Não Pode Parar”: resistência camponesa e articulação política pela territorialidade nas comunidades de Jambuca e Batista, Bacabeira, Maranhão	605

Conflitos e Extrativismos na América do Sul: diálogos entre Brasil, Colômbia, Chile e Bolívia	<b>615</b>
Las Resistencias en el Corredor Interoceánico y al Tren Maya en México. Contextualización en el marco del espacio global para la expansión del capital transnacional que abarca el Proyecto Mesoamérica y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIAs)	<b>626</b>
Mineração e Capitalismo: a tragédia do lucro nos territórios	<b>638</b>
Subjetividades Atingidas em Barcarena e os Grandes Projetos do Capital na Amazônia	<b>647</b>

## **RESUMOS E ENSAIOS FOTOGRÁFICOS**

Santa Rosa dos Pretos: uma economia de troca diante do processo de globalização	<b>661</b>
Megaproyectos y Capitalismo de Frontera en la Patagonia Sur	<b>663</b>
Miritituba (Itaituba, PA): plataforma das operações extrativas do capital e zona de sacrifício logístico	<b>665</b>
A Trajetória de Luta das Famílias do Acampamento Ilha Verde de Babaçulândia/TO	<b>667</b>
Fazer o que Deve ser Feito: sobre o rompimento da barragem de Fundão e as estratégias institucionais e corporativas para administrar o desastre na foz sul do Rio Doce	<b>669</b>
Apãnjekrá e Ramkokamekra-Canela: território, tradição e desenvolvimento	<b>671</b>
Homens de Luta: sul do Maranhão, sul global	<b>676</b>
Era uma Vez uma Ferrovia	<b>681</b>
Reconhecimento da Identidade Tradicional dentro da Política do Pré-Sal: a luta do Fórum de Comunidades Tradicionais por visibilidade e garantia de seus territórios	<b>686</b>



Resistencias Comunitarias a Megaproyectos Extractivistas en el Litoral Atlántico de Honduras	688
Relato de Experiência: a questão dos campos de Santa Rita/MA. Uso sustentável do ecossistema versus mega projeto de produção de camarão.	690
Desenvolvimento Neoliberal, Capital Transnacional e o Papel do Direito: breve análise do caso Chevron no Equador	692

# Trabalhos completos





# **Desenvolvimento, conflitos territoriais e povos indígenas no Cerrado Maranhense**

## **Desenvolvimento, conflitos territoriais e povos indígenas no Cerrado Maranhense<sup>1</sup>**

Adalberto Luiz Rizzo de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão – São Luís, MA

### **Resumo**

O centro-sul maranhense constituiu, nas últimas décadas, espaço de intensa transformação econômica decorrente da implantação de programas e projetos de desenvolvimento regional voltados à exploração mineral e agroindustrial, responsáveis pela expansão do agronegócio na região. Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas tiveram seus territórios envolvidos pelo avanço dessa fronteira econômica, que transformou fazendas de criação extensiva e núcleos sertanejos em empreendimentos de soja e de outras commodities, impondo a economia de mercado na região e impactando a organização social e simbólica desses grupos. A partir de 2004, a FUNAI implementou ações para a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, enquanto representantes políticos locais e regionais embargaram judicialmente este processo, intensificando o potencial de conflitos étnicos na região. Nesse período, INCRA e ITERMA realizaram a titulação de terras 'devolutas' e projetos de assentamento rural em benefício de 'proprietários' e associações sertanejas, enquanto outras agências federais, estaduais e privadas implementaram projetos de desenvolvimento étnico e local junto a grupos indígenas e comunidades rurais da região. O trabalho analisa os impactos dessas ações sobre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e as respostas elaboradas por estes grupos, através de sua organização tradicional e do associativismo indígena.

### **Palavras-Chave**

Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela; Desenvolvimento Local e Regional; Segmentos Sertanejos; Conflitos Territoriais; Revisão Demarcatória

### **1. Introdução**

A região centro-sul do Maranhão foi ocupada a partir do final do Século XVIII, por agentes da frente da expansão pastoril tradicional, oriunda dos sertões de Pernambuco e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 1 "Territórios, resistências, autonomias e novas territorialidades" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA - E-mail: [adrizzo@terra.com.br](mailto:adrizzo@terra.com.br)

Bahia e de uma frente agrícola, que partindo do litoral, adentrou os vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e outros<sup>3</sup>. Segmentos dessas frentes formaram a base da atual sociedade regional e suas comunidades sertanejas. (VELHO, 1981; OLIVEIRA, 2002).

Território tradicional dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e de outros povos indígenas<sup>4</sup>, essa região foi objeto de nova ocupação nas últimas décadas, por agentes de uma frente desenvolvimentista, resultante de políticas governamentais elaboradas nas décadas de 1960 e 1970, voltadas à Amazônia e ao Nordeste (SCHRÖDER, 2003). Essa frente produziu acentuadas transformações econômicas e socioambientais no centro oeste e sul do Maranhão, com a abertura de grandes eixos rodoviários e ferroviários e a implantação de projetos de exploração mineral, agroindustrial e agropecuário, gerando impactos sobre os povos indígenas e segmentos regionais (OLIVEIRA, 2005).

A implantação da infraestrutura do Projeto Ferro-Carajás (PFC) e do Programa Grande Carajás (PGC), no início da década de 1980, estimulou o processo de ocupação territorial de antigas áreas de criação extensiva localizadas no cerrado do centro-sul maranhense, por produtores rurais e grupos econômicos vindos do sul, sudeste e centro-oeste do Brasil que, através da compra de “benfeitorias” e da “grilagem”, passaram a controlar terras na região.

Durante a construção da Ferrovia Carajás e da implantação do PFC e PGC, o Governo brasileiro foi pressionado por agências financiadoras destes empreendimentos, especialmente pelo Banco Mundial (BIRD), a realizar investimentos junto a grupos indígenas localizados na região, como forma de compensação aos impactos inevitáveis decorrentes desses empreendimentos (CEDI, 1986).

Nesse sentido, foi firmado em 1982, o “Convênio CVRD-FUNAI: Apoio às Comunidades Indígenas”, um grande projeto gerenciado pela então Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE), a partir do qual foram implementados subprojetos específicos às “comunidades indígenas” atingidas por “impactos diretos”, situadas ao longo do Corredor Carajás<sup>5</sup>, e por “impactos indiretos”, situação em que foram enquadrados os grupos indígenas no centro-sul maranhense (CVRD-FUNAI, 1982).

---

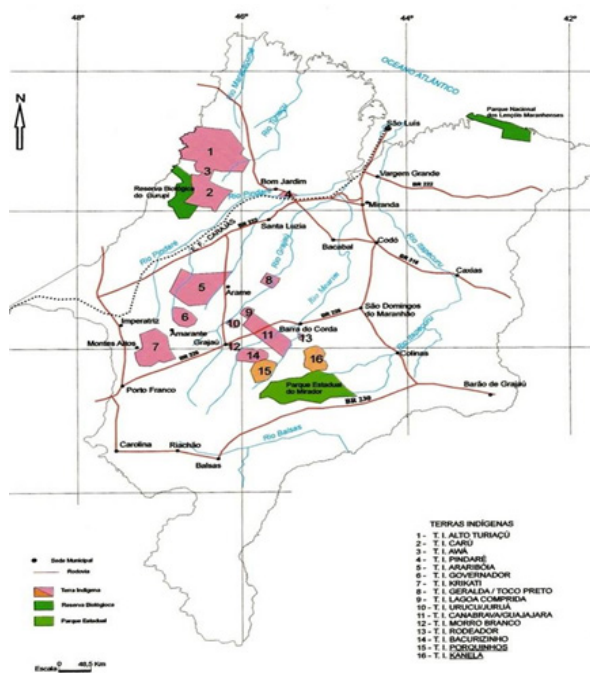
<sup>3</sup> O centro-sul do Maranhão é uma região formada por vegetação de cerrado e matas de transição, delimitada pelas bacias dos Rios Itapecuru, Grajaú e alto Mearim, pela Serra das Alpercatas e Rio Flores. Corresponde à Microrregião do Alto Mearim e Grajaú (IBGE), denominada também Centro-Maranhense, sendo constituída por 11 municípios, uma área de proteção ambiental e terras indígenas, dentre as quais, a Terra Indígena Kanela e a Terra Indígena Porquinhos. Cf. OLIVEIRA, 2011. Vide MAPA 01.

<sup>4</sup> Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros povos indígenas vinculados à tradição cultural Jê-Timbira têm seus territórios tradicionais localizados em áreas de cerrado, entre o norte do atual Estado do Tocantins, centro e sul do Maranhão, leste do Píauí e do Pará. Até o início do Século XIX formavam cerca de 15 grupos autônomos, os quais exerceram intensa resistência à ocupação desse território por agentes das frentes expansionistas coloniais. Cf. OLIVEIRA, 2002.

<sup>5</sup> O Corredor Carajás correspondia a uma faixa de 100 quilômetros ao longo da Ferrovia Carajás, onde foram implementados projetos agropecuários e industriais, especialmente siderúrgicos, vinculados ao PFC e ao PGC (CEDI, 1986).

Os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela<sup>6</sup> e outros grupos indígenas na região receberam investimentos do Convênio CVRD-FUNAI, em obras de infraestrutura (reforma e construção de postos indígenas, escolas e enfermarias, aquisição de veículos e outros), em ações voltadas à educação e saúde, além de projetos econômicos (roças comunitárias, criação de gado vacum e outros). Excepcionalmente, esses recursos foram utilizados para a demarcação física de terras indígenas, caso da Terra Indígena Krikati, situada no centro-oeste maranhense (CEDI,1991).

**Mapa 01: Estado do Maranhão – Terras Indígenas e Áreas de Preservação Ambiental**



Conhecidos como “projetos de desenvolvimento comunitário”, seguindo o modelo implementado desde a década de 1970 pela FUNAI, esses projetos econômicos, tinham por objetivo a produção de itens alimentares e excedentes comercializáveis, com a consequente introdução junto a estes grupos, de valores e práticas associados à economia de mercado (OLIVEIRA, 2010).

Nesse momento, as fazendas de criação extensiva sertanejas gradativamente cediam lugar a “projetos” de soja, cana-de-açúcar, arroz, pecuária semi-extensiva e outros agronegócios vinculados ao PGC. Na década de 1990, esses empreendimentos atingiram o entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, demarcadas aos Ramkokamekra e Apaniekrá-Canela, gerando impactos econômicos e socioambientais sobre estes e outros grupos indígenas na região.

<sup>6</sup> Os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela constituem grupos étnicos, conforme a conceituação de Frederik Barth, consagrada na literatura etnológica desde a década de 1970. Barth considera grupos étnicos como unidades de adscrição, baseadas em formas específicas de organização social e política, com a presença ou não de traços culturais distintivos em relação a outros grupos do mesmo gênero, e fronteiras étnicas estabelecidas entre esses grupos, e em relação às sociedades nacionais. Cf. BARTH, 2000.



O processo de transformação econômica e socioambiental do centro-sul maranhense iniciado nas décadas de 1960-70, com a implantação das rodovias BR-001 (Belém-Brasília) e BR-230 (Transamazônica), avançou nas décadas seguintes, com a abertura da MA 001 (trecho Balsas-Buriticupu), o asfaltamento da BR-226 (Timon-Porto Franco) e a construção da Ferrovia Norte-Sul, que conectada à Ferrovia Carajás ligou a Região Central do Brasil ao Maranhão e à sua capital, São Luís (MAPA 01).

Esses eixos rodoviários e ferroviários consolidaram a exportação de soja produzida nessa vasta região, aos mercados europeu e asiático, através do Porto do Itaqui. Esta situação intensificou a disputa pela terra no centro-sul maranhense, tendo em vista seu baixo preço no mercado brasileiro de terras e as perspectivas positivas à produção da soja e outras commodities no mercado mundial (OLIVEIRA, 2010).

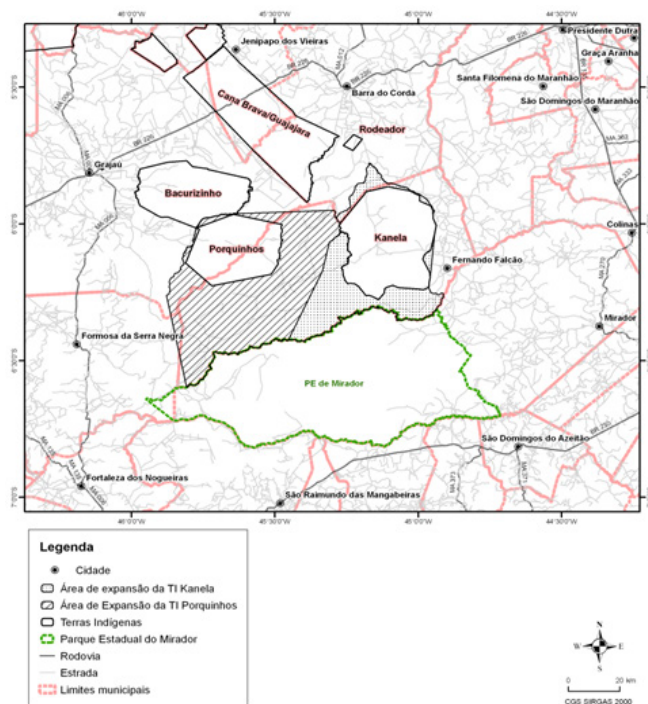
## **2. Agronegócio e Revisão Demarcatória**

Devido às transformações decorrentes do avanço do agronegócio na região e a perspectiva de crescimento demográfico desses grupos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) iniciou, a partir de 2004, levantamentos visando a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos (MAPA 02). Nesse período, implementou junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, projetos de etnodesenvolvimento, voltados à criação de animais silvestres e produção de mudas de espécies frutíferas, objetivando uma maior sustentabilidade nas práticas alimentares destes grupos.

A expansão do agronegócio pelo cerrado do centro-sul maranhense, somado à extinção dos postos indígenas pela FUNAI (2010), resultou numa intensificação nas invasões destas terras indígenas por extratores de madeira, carvoarias e outros agentes direta ou indiretamente vinculados ao agronegócio. Essas invasões, até então limitadas a transeuntes, caçadores e pequenos agricultores, se tornaram mais efetivas com a ausência de agentes do Estado nas terras indígenas, facilitando a extração clandestina de madeiras, a construção de fornos e desmatamentos para a produção de carvão vegetal e o plantio de soja, além da utilização dessas áreas como rotas para veículos motorizados.

Foram constatados, nesse momento, impactos ambientais junto à Terra Indígena Porquinhos, pela ação de desmatadores nas nascentes do Rio Corda - que atravessa a reserva indígena e constitui a maior fonte de água potável aos Apaniekrá - para posterior plantio de soja, eucalipto ou outras "culturas". Uma consequência desta ação seria a contaminação deste importante curso d'água, que abastece, além da Terra Indígena Porquinhos, diversos povoados e a área urbana de Barra do Corda, por agrotóxicos utilizados nesse empreendimento.

## Mapa 02: Limites e Revisão Demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos



Verificou-se, ainda, a presença de carvoarias no interior da Terra Indígena Porquinhos, as quais destruíam a vegetação natural do cerrado transformando-a em carvão destinado às usinas de ferro-gusa situadas ao longo do Corredor Carajás. Da mesma forma, a Terra Indígena Kanela tornou-se objeto de invasão para a extração de madeiras, a caça clandestina e para a implantação de lavouras de soja, tornando-se comum o trânsito de caminhões madeireiros por estradas vicinais da região, transportando o produto desta extração ilegal em terras indígenas.

Somada a estes processos, a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, acirrou o potencial de conflitos interétnicos no centro-sul maranhense, nesse momento. Constatou-se que a implantação de marcos indicadores dos novos limites dessas terras por agentes da FUNAI provocou a reação de fazendeiros e moradores do sertão cordino, que realizaram ações concretas de interrupção do processo demarcatório.

Considerando a perspectiva de que essas terras poderiam ser desapropriadas, como condição à ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, este processo levou pequenos agricultores e criadores locais a vender suas 'benfeitorias' a agentes do agronegócio, provocando sua migração para Barra do Corda, Fernando Falcão, Grajaú e outras cidades da região.

### 3. Reações Sertanejas e Conflitos Territoriais

Em contraposição à ação da FUNAI, ocorreu uma mobilização da população sertaneja de povoados e fazendas localizadas no entorno das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, por líderes políticos locais (prefeitos e vereadores), para reverter o processo de revisão demarcatória e ampliação física destas terras indígenas. Essa mobilização envolveu, ainda, lideranças políticas regionais (deputados estaduais, federais e senadores) na implementação de ações judiciais visando interromper o processo demarcatório.

A revisão demarcatória criaria a possibilidade de ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e o conseqüente aumento dos recursos naturais nelas contidos gerando melhoria na sustentabilidade destes grupos. Entretanto, este processo levou a uma intensificação nas situações de conflito entre esses grupos e segmentos sertanejos que residiam no entorno destas terras indígenas.

Essas tensões remetem ao histórico das relações interétnicas na região e fizeram emergir na memória social de indígenas e sertanejos, conflitos ocorridos ao longo do século XX, relacionados à disputa pela terra entre esses grupos e criadores estabelecidos em seu antigo território. Os Apaniekrá relataram haver recebido ameaças, através de telefonemas anônimos direcionados à Aldeia Porquinhos, onde foram lembrados esses conflitos históricos e a promessa de novos “massacres” de índios, caso fosse concretizada a revisão demarcatória e a conseqüente ampliação da Terra Indígena Porquinhos<sup>7</sup>.

Este processo gerou, ainda, conflitos entre os próprios segmentos sertanejos, tendo em vista a perda territorial que decorreria da revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. O caso do ‘Sítio dos Arrudas’, área de cerca de 20 mil hectares, ocupada desde o Século XIX por uma família de criadores extensivos estabelecida na região do Rio Alpercatas pela frente pastoril tradicional é representativo desta situação. Como outras ocupações no sertão pastoril, o ‘Sítio dos Arrudas’, apesar de simbolizar o poder dos criadores que historicamente se estabeleceram no território timbira, não dispunha de título efetivo de propriedade, uma vez que o processo de arrecadação e titulação de terras nesta região ocorreu apenas nas últimas décadas.

Palco da relação senhorial entre esta família tradicional e descendentes de escravos africanos introduzidos na região, o ‘Sítio dos Arrudas’ expressa um paradoxo nas relações intersocietárias na região centro-sul do Maranhão. Antigos inimigos dos “Índios Canelas” (Apaniekrá e Ramkokamekra), contra os quais mantiveram conflitos históricos na região, os atuais Arrudas, agora divididos entre os descendentes dos antigos criadores extensivos e uma comunidade que se auto-definia como “quilombola”, viram seus interesses territoriais fragmentados, diante da possibilidade de desapropriação deste território para a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos.

---

<sup>7</sup> No ano de 1913, os Kenkateyê, um grupo vinculado aos Apaniekrá, foram objeto de uma chacina promovida por um criador do sertão cordino. Raimundo Arruda, junto a um grupo de vaqueiros, dirigiu-se à Aldeia Chinela, localizada nas nascentes do Rio Alpercatas, ofereceu um barril de cachaça aos índios e a seguir promoveu um massacre, levando à extinção dos Kenkateyê como grupo etnicamente organizado. Cf. NIMUENDAJU, 1946.

Representantes desta família tradicional teriam se mobilizado contra a ação da FUNAI pela incorporação do ‘Sítio dos Arrudas’ às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. A partir de 1999, a “Associação dos Moradores do Sítio dos Arrudas”, representando os interesses dos antigos criadores locais requereu junto ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA, a titulação desta área em nome dos seus associados. Posteriormente, foi solicitado ao mesmo órgão, a implantação de um Projeto de Estadual de Assentamento (PE) em nome da mesma associação.

Diante da possibilidade de perda deste território, representantes do grupo ‘afrodescendente’ da família Arruda, realizaram procedimentos junto a agências estaduais e federais, no sentido de que parte ou a totalidade deste território fosse reconhecido e demarcado em seu benefício. Neste sentido obtiveram junto à Fundação Cultural Palmares, uma certificação deste reconhecimento, o que legitimaria a emissão pelo INCRA, da titulação desta área como ‘território quilombola’.

Assim, enquanto a FUNAI buscava implementar a revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, na perspectiva da ampliação destes territórios, outras agências federais e estaduais (INCRA e ITERMA) promoviam a titulação de áreas potencialmente incluídas na ampliação dessas terras indígenas, no sentido de garantir a permanência de comunidades sertanejas e de propriedades particulares estabelecidas nos mesmos territórios, num confronto entre agências governamentais vinculadas à questão indígena, agrária e a interesses locais.

Levantamentos junto ao INCRA e ITERMA apontaram a consolidação dos projetos de assentamento rural em diversas “glebas” nos Municípios de Barra do Corda e Fernando Falcão, localizadas na área pleiteada à ampliação das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Esse processo favoreceu a atuação de lideranças políticas locais e regionais, no sentido de embargar na Justiça a revisão demarcatória destas terras indígenas.

Advogados que representavam estes interesses moveram ações em diversas instâncias judiciais, a fim de reverter a revisão demarcatória das Terra Indígena Porquinhos e da Terra Indígena Kanela. Nesse sentido, instâncias políticas federais favoráveis aos interesses anti-indígenas foram mobilizadas em favor dos criadores de Barra do Corda e Fernando Falcão e de interesses do agronegócio<sup>8</sup>.

#### **4. Etnodesenvolvimento e Mercado de Projetos**

A perda gradativa do controle sobre as Terras Indígenas Kanela e Porquinhos e da possibilidade da autonomia econômica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, através de atividades auto sustentáveis foram “compensadas” pelo crescimento do “mercado de projetos” (ALBERT, 2000) e pela ampliação junto a esses povos, de serviços vinculados às políticas de compensação social, mantidas pelo Governo Federal.

---

<sup>8</sup> O Supremo Tribunal Federal cancelou, em 2015, a Portaria da Presidência da FUNAI que determinava a ampliação da Terra Indígena Porquinhos, para cerca de 301 mil hectares.



À medida em que as atividades tradicionalmente realizadas pelos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como a caça de animais silvestres, a coleta de frutos e raízes, a agricultura familiar e comunitária, tornavam-se cada vez mais restritas ou inviabilizadas pelo esgotamento e exploração de seus territórios, como pelo crescimento demográfico destes grupos, intensificam-se os recursos introduzidos pelo Estado e por agentes privados, através de políticas previdenciárias e assistenciais, ‘projetos de etnodesenvolvimento’ e outros. Esses projetos tiveram seu apogeu na primeira década do Século atual, refletindo a impossibilidade destes grupos exercerem a gestão territorial e ambiental sobre os seus territórios, tendo em vista o afastamento do Estado em relação aos compromissos constitucionais junto aos povos indígenas, decorrente de interesses políticos e da aliança estratégica, junto a segmentos legislativos que representam o agronegócio, a mineração e outros interesses anti-indígenas.

Uma análise sobre os chamados ‘projetos de etnodesenvolvimento’ implementados nas últimas décadas, aponta para algumas situações recorrentes. A primeira delas é que estes projetos, cuja nomenclatura e propósitos variam conforme o período, os interesses e agências implementadoras são, de maneira geral, fadados ao fracasso. Isso significa que, em nenhum dos projetos observados, os grupos indígenas envolvidos adquiriram uma situação de autonomia ou de auto sustentabilidade alimentar.

Um exemplo ilustrativo pode ser dado pelo “Projeto Mentuayê”, implementado junto aos Apaniekrá durante os anos de 2008 e 2009, com recursos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONABA), vinculada ao Ministério das Minas e Energia. A nível do discurso, este projeto se justificava como um estímulo à sustentabilidade alimentar do grupo, a partir da pequena produção agrícola (arroz, mandioca), da criação de aves para produção de ovos e da implementação de pomares e coleta de frutos para aproveitamento na forma de polpas de frutas.

Um dos objetivos deste projeto seria garantir a chamada “merenda escolar” aos alunos da Escola Indígena “Moisés Canela”. A produção e diversificação alimentar dos Apaniekrá e o treinamento de jovens desta etnia no domínio das técnicas e tecnologias utilizadas também estavam na pauta dos objetivos do citado projeto.

Levantamentos realizados na Terra Indígena Porquinhos apontaram que as obras de infraestrutura implantadas – casas de alvenaria, garagens, casa de farinha, uma pequena usina de arroz e outras construções - além de um pequeno trator e outros equipamentos destinados à produção de polpas de frutas, ovos, deveriam estar em operação, fato que não ocorreu.

De acordo com o então presidente da “Associação Comunitária Apañjekrá”, a continuidade deste projeto ficou comprometida pela falta de treinamento aos jovens Apaniekrá na utilização desses equipamentos, prevista na formulação inicial do projeto, como pela interrupção no repasse dos recursos destinados à produção de polpas de frutas, arroz, farinha e outros produtos, o que resultou no sucateamento dessa estrutura produtiva e na situação de abandono a que o projeto foi relegado.

## 5. Conclusão: Colonialismo, Poder Tutelar e Desenvolvimento

A intensificação das situações de conflito entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos sertanejos e agentes do desenvolvimento ficou demonstrada neste trabalho. O descontentamento desses grupos em relação à capacidade e interesse das agências federais e estaduais em responder positivamente às suas demandas no campo assistencial (educação e saúde), proteção e gestão territorial se expressa nas manifestações de seus líderes políticos.

Essa postura ficou evidente em reunião envolvendo representantes indígenas, membros da Procuradoria da República no Maranhão, Ministério Público Federal e Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – MA, na qual essas lideranças manifestaram a indignação desses grupos em relação ao que consideraram como à situação de abandono pelo Estado, ao atendimento à saúde indígena nas aldeias e polos-base, nos municípios do Maranhão<sup>9</sup>.

Essa desarticulação das políticas governamentais dirigidas aos povos indígenas nos campos da educação, saúde, gestão territorial e econômica reflete uma questão central nas relações interétnicas de modo geral, e especificamente, entre os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, segmentos regionais de população e agentes tutelares e do desenvolvimento. Neste sentido, pode-se considerar

...as ações do Estado sobre os povos indígenas como parte de um movimento de colonização, como colonialismo, retomando a ideia de situação colonial de Georges Balandier (1951), aproximando-a de movimentos mais contemporâneos... (LIMA, 2002: 13)

Deste ponto de vista, as redefinições nas políticas indigenistas podem ser pensadas como parte de um movimento colonizador de longo alcance, que não toma os povos indígenas como agentes de sua história, mas como objetos ou adendos da história da formação da sociedade brasileira. As relações estabelecidas entre o Estado e esses povos ocorrem no campo do poder tutelar, considerado

...um exercício de poder desenvolvido frente a populações indígenas por um aparelho de governo instituído sob a justificativa de pacificar zonas de conflito entre nativos e não-nativos...logo de promover uma dada 'paz social'. (LIMA, 2002: 14)

---

<sup>9</sup> Essa reunião, ocorrida em agosto de 2013, envolveu cerca de 400 indígenas das etnias Awá-Guajá, Tenetehara-Guajajara, Kaapor, Krikati, Kreyê, Krepumkateyê, Apaniekrá, Ramkokamekra-Canela e Pukobyê, junto a representantes das citadas instituições públicas. Deveria contar com representantes do Ministério da Saúde e do Distrito Sanitário Indígenas no Maranhão, os quais não compareceram, para tratar de assuntos relacionados à assistência à saúde indígena nas aldeias e áreas urbanas do Maranhão.

Nesta perspectiva, o poder tutelar não pode ser visto apenas como um poder mediador exercido pelo Estado nacional nas relações entre segmentos da sociedade brasileira e os povos indígenas situados, sobretudo, em áreas de fronteira (econômica e social), mas como uma forma de dominação sobre esses povos, através de políticas e ações administrativas. De acordo com a visão weberiana, “para a vida cotidiana dominação é primariamente administração” (WEBER, 1983: 175).

Nesse sentido, as ações e omissões do Estado em relação às demandas dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, tanto na mediação das relações interétnicas, como na garantia dos seus direitos constitucionais (territoriais, assistenciais e políticos), inserem-se no quadro do exercício do poder tutelar, através de um instrumental específico, a política indigenista, fragmentada nas últimas décadas entre órgãos e ministérios, nas áreas da educação, saúde, gestão territorial, projetos produtivos, e outros (OLIVEIRA, 1998).

Verifica-se, assim, a fragilização e a desarticulação das políticas, ações e agências voltadas à demarcação, proteção e gestão territorial das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, dificultando ou inviabilizando o exercício da soberania relativa desses grupos sobre os territórios demarcados e, contrariamente, abrindo perspectivas aos segmentos de fronteira que promovem a invasão especulativa e permanente dos territórios indígenas, como madeireiros, caçadores, pequenos agricultores e mais recentemente, agentes do agronegócio.

Reproduz-se junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, como em outros casos de implementação de ‘projetos de etnodesenvolvimento’, situações de interrupção do fluxo de recursos por agências financiadoras, tornando estes projetos quase sempre inacabados. A busca auto sustentabilidade destes projetos, acaba por tornar-se, nesse contexto, um discurso legitimador à implementação dos mesmos, mas que na prática, raramente é verificado.

Assim, ao impor a lógica da economia de mercado junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e outros grupos indígenas, os projetos de ‘etnodesenvolvimento’ resultam, historicamente, na desarticulação da economia tradicional destes grupos, baseada em roças familiares e coletivas.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Na Amazônia Brasileira: Entre a Nova Constituição e o “Mercado de Projetos”. Instituto Socioambiental: Povos Indígenas no Brasil, 2000. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br/ISA.htm>. Acesso em 06/10/13.

BARTH, Frederik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: LASK, Tom (Org). O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CEDI. Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 1985/86. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil - 1987/88/89/90. São Paulo, 1991.

CVRD-FUNAI. Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas. Rio de Janeiro – Brasília, 1982.

LIMA, Antonio C. de S. (Org). Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2002.

NIMUENDAJU, Curt. The Eastern Timbira. University of Califórnia Press, Berkeley and Los Angeles, 1946.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. In: Revista Antropológicas. Recife, vol. 15, no. 2, UFPE-CFCH, p. 135-169, 2005.

\_\_\_\_\_. Projetos de Desenvolvimento, Mudanças Sócio-ambientais e Povos Indígenas no Centro-sul do Maranhão. 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia. ABA-UFPA. Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento. São Luís, EDUFMA-FAPEMA, 2011.

\_\_\_\_\_. Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense. São Luís, EDUFMA, 2018.

OLIVEIRA, João P. de (Org) Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.

SCHRÖDER, Peter. Economia Indígena. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal. Recife, Ed. UFPE, 2003.

VELHO, Otávio. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Vol. 1. Brasília, Editora da UnB, 1983.

**As Violências das Práticas  
Empresariais: Mineração, Danos  
Socioambientais e Conflitos  
em Moatize, Vale do Zambeze,  
Moçambique**



## **As Violências das Práticas Empresariais: Mineração, Danos Socioambientais e Conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique<sup>1</sup>**

Albino José EUSÉBIO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

O presente trabalho se enquadra num conjunto de reflexões sobre os efeitos sociais do projeto de exploração de carvão mineral operado pela multinacional brasileira Vale em Moçambique nas populações compulsoriamente deslocadas e outras populações locais atingidas. A implantação do projeto da Vale no distrito de Moatize não só, marca uma nova dinâmica desenvolvimentista na região do Vale do Zambeze caracterizada pela exploração intensiva e exportação de commodities, como também, transformou a região num campo de violências e conflitos ambientais. Ao longo da análise busca-se compreender como essas violências e conflitos ambientais se configuram. São analisadas também algumas estratégias corporativas de deslocamento compulsório e práticas locais de resistências. Os dados que embasam a análise são frutos de pesquisas de campo realizadas no primeiro semestre de 2016 e no segundo semestre de 2017 sobre as práticas adotadas pela empresa para o controle do território e a realidade atual da vida cotidiana das diversas populações atingidas.

**Palavras-chave:** práticas empresariais; mineração; conflitos ambientais; Moçambique.

### **Introdução**

Os anos pos-2000 foram marcados pelo aumento de grandes projetos de desenvolvimento, impulsionados por uma política governamental centrada na captação de grandes Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) para exploração e exportação de commodities. Moçambique se tornou atrativo para as grandes empresas multinacionais ligadas à área de hidrocarbonetos, de exploração energética, do agronegócio e de exploração mineral e tal atração tem contribuído para o aumento dos IDE na área extrativa. De 2009 a 2014, por exemplo, do total de investimentos atraídos pelo Estado moçambicano, aproximadamente 70% foi destinado ao setor extrativo (MIMBIRE, 2016). Na área de exploração mineral os investimentos estão concentrados na área do Vale do Zambeze, região central de Moçambique.

Um dos maiores investimentos minerais da região é o projeto de exploração

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela UFPA. Pós-doutorando no IPPUR-UFRJ, e-mail: [albinoeusebio@outlook.com](mailto:albinoeusebio@outlook.com).

de carvão mineral operado pela multinacional brasileira Vale e localizado no distrito de Moatize. Em 2004 a multinacional brasileira venceu um concurso internacional lançado pelo governo para concessionar as minas de carvão de Moatize constituindo o primeiro grande IDE brasileiro no estado pós-colonial moçambicano. Estudos minerais feitos pela empresa mostraram que a reserva tinha 1,87 milhões de toneladas de carvão bruto, de modo que a mina seria a segunda maior do mundo a céu aberto (ROSSI, 2015).

A implantação deste projeto, não só, marca uma nova dinâmica desenvolvimentista na região do Vale do Zambeze caracterizada pela exploração intensiva e exportação de commodities, como também, transformou a região num campo de violências e conflitos ambientais. No presente trabalho busca-se compreender como essas violências e conflitos ambientais se configuram. São analisadas também algumas estratégias corporativas de deslocamento compulsório e as práticas locais de resistências. Os dados que embasam a análise são frutos de pesquisas de campo realizadas no primeiro semestre de 2016 e no segundo semestre de 2017 sobre as práticas adotadas pela Vale para o controle do território e a realidade atual da vida cotidiana das diversas populações atingidas. A discussão está estruturada em duas pontos essenciais: no primeiro exploramos algumas estratégias adotadas pela empresa no processo de deslocamento compulsório e no terceiro analisamos algumas tipologias de conflitos ambientais em Moatize.

### **1. A Vale em Moatize e as estratégias empresariais de deslocamento compulsórios**

O aumento dos preços de commodities no mercado mundial nos primórdios dos anos 2000, estimulado pelo aumento da sua procura no mercado asiático, especialmente na China e Índia, tornou a região do Vale Zambeze atrativa para as grandes multinacionais do setor da mineração. Abrindo espaço para a reativação da exploração das minas de Moatize. Atendendo a alta demanda dos commodities no mercado internacional, o governo moçambicano aprovou em 2002 uma nova lei de minas, garantindo, entre vários pontos, a prevalência das atividades mineiras sobre todas as formas de uso e apropriação do território (MOÇAMBIQUE, 2002). Essa lei criou um contexto jurídico específico que permitiu, na prática, a possibilidade de um crescimento rápido do setor de mineração no país, dando espaço para a materialização dessa uma lógica desenvolvimentista baseada na exploração e exportação de commodities.

Dois anos após a aprovação da nova lei de minas, foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento Ambiental para as atividades mineiras que destaca, em primeiro lugar, a imperiosidade da observância dos padrões de qualidade ambiental e de desenvolvimento ambiental sustentável nas atividades de exploração de recursos minerais. Em segundo lugar, destaca a obrigatoriedade de consulta às “comunidades locais” no caso de área concessionada coincidir com o seu território de ocupação. Bem como a obrigatoriedade de garantir a participação das comunidades locais na tomada de decisões que possam afetar os seus direitos (MOÇAMBIQUE, 2004). Em 2006 foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento da Lei de Minas que incute aos detentores de título mineiro a responsabilidade por qualquer dano a culturas, construções, qualquer benfeitoria,

bem como, o reassentamento e indenização de qualquer ocupante da área concessionada (MOÇAMBIQUE, 2006). O regulamento sobre o processo de reassentamento só foi aprovado em 2012, três anos depois da execução do reassentamento da Vale e foi de certa forma resultado das irregularidades cometidas e da pressão exercida sobre o governo por essas comunidades compulsoriamente deslocadas em Moatize e pelas diversas ONGs nacionais e internacionais (MOÇAMBIQUE, 2012).

A área concessionada pelo Governo de Moçambique à multinacional brasileira Vale, através da sua subsidiária Vale Moçambique, para a exploração das minas de carvão de Moatize englobavam uma área de ocupação ancestral de diversas populações e comunidades locais. Que estratégias foram mobilizadas pela empresa no processo de deslocamento compulsório dessas diversas populações e comunidades que ocupavam a área concessionada?

### **1.1. A estratégia da divisão e hierarquização dos atingidos**

A primeira estratégia de deslocamento compulsória adoptada pela empresa foi a divisão dos atingidos e conseqüentemente a sua hierarquização em famílias rurais e semiurbanas. Foram classificadas como rurais as famílias que viviam da agricultura e outras atividades consideradas “informais” como olaria, produção de esteiras e pesca. E de semiurbanas as famílias de funcionários e trabalhadores das diversas empresas que atuam na área. Refletindo sobre essa divisão rural/semiurbana, Tomas Selemane considera que a Vale usou a estratégia de “dividir para reinar”, buscando minimizar as ações de resistência ao deslocamento compulsório para Cateme, que por estar longe da cidade, a aproximadamente 40 km, com casas precárias e fragilmente construídas, seria facilmente rejeitada pelas famílias consideradas semiurbanas (SELEMANE, 2010). Ou seja, a divisão teve a função estratégica de frear os riscos de resistências por uma parte do grupo de atingidos, contra certas condições do deslocamento.

Na mesma linha crítica e explorando especificamente a classificação de “populações rurais”, Conceição Osório e Tereza Cruz e Silva consideram que a empresa usou como critério determinante de classificação o trabalho na machamba, ignorando, por um lado, que aquelas populações desenvolviam outras atividades, como por exemplo, a venda de carvão, a produção de tijolos e brita para construção, a pesca, a produção de esteiras e o comércio do mercado local, que eram essenciais na sua reprodução social e econômica, por outro lado, ignorando que viviam não necessariamente em comunidades rurais mas em zonas periféricas da vila, razão pela qual deviam ser pelo menos caracterizadas como semiurbanas (OSÓRIO; SILVA, 2017). Para as autoras, “a falta de estudos socioantropológicos que pudessem definir com maior rigor os perfis das populações deslocadas” contribuiu para esse equívoco de classificação cometido pela empresa e ratificado pelo governo moçambicano (OSÓRIO; SILVA, 2017, p. 78). Estudos dessa natureza que provavelmente tornariam o processo de deslocamento menos violento (ao minimizar a violação dos direitos das populações atingidas) não interessavam à empresa, que buscava a todo custo ocupar as suas terras e executar a exploração capitalista dos seus recursos.

## 1.2 A estratégia das falsas promessas

A estratégia das falsas promessas consiste na apresentação de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em benefício dos grupos atingidos, mas com o simples objetivo de garantir a aceitação e frear as resistências ao deslocamento. Após o deslocamento, ou após conseguir que saiam do local, o grau de cumprimento das ações prometidas é ínfimo. Quando questionadas sobre as promessas as empresas apostam constantemente na negação: se recusam aceitar ter feito as referidas promessas, acenam para o delírio dos atingidos e exigem comprovantes escritos. As narrativas das populações deslocadas compulsoriamente em Moatize indicam que muitas das promessas foram feitas oralmente em encontros coletivos com as comunidades atingidas. Variaram desde casas melhoradas e mobiladas, currais com animais para criação, projetos de produção, escola, hospital, água, à indenização pela transferência, prioridade no emprego; além de auxílio em alimentação e insumos agrícolas durante cinco anos, auxílio esse que só foi disponibilizado uma única vez.

Algumas promessas foram específicas em função das atividades, que além da agricultura, eram predominantes em cada bairro. No bairro Chipanga onde predominava, além da agricultura, a atividade oleira (produção de tijolos) foi lhes prometido indenização e a criação de condições para a continuação integral da atividade de produção de tijolos. Promessas análogas foram feitas nos bairros Bagamoyo e Mithethe, neste último não só para a produção de tijolos, mas também para a atividade de produção de carvão. O bairro Malábue tinha a peculiaridade de se localizar próximo ao rio Revúbue e em função disso além da agricultura, praticavam a pesca e a produção de esteiras tendo como principal material de produção o caniço que cresce naturalmente no rio.

Disseram-nos: como vocês vivem à beira do rio onde aproveitam os recursos que ele dispõe, lá faremos questão de vos reassentar à beira do rio. Quando chegamos aqui nem à beira do rio e nem machambas férteis prometidas nada, fomos colocados nas pedras sem condições adequadas para a produção. É um sofrimento o que estamos a viver aqui. Lá pelo menos tinham muitos recursos que nos ajudavam a superar situações de crise. Aqui não tem nenhum recurso para sobreviver. Por isso é um contínuo sofrimento (Sra. F.C. Malábue, 2016).

A intensidade de participação dos membros do governo na fase da comunicação sobre deslocamento e promessas das ações a serem desenvolvidas durante e após o deslocamento variou em função do grau de resistência das populações. Bairros como Chipanga e Mithethe, onde a resistência ao deslocamento foi maior, a participação dos membros do governo ao lado dos representantes da empresa no processo de convencimento e persuasão foi mais intensa. Como exemplo, o próprio Governador Provincial de Tete se deslocou pessoalmente ao bairro Chipanga para auxiliar nas ações. A mensagem era clara, “vocês estão vivendo em cima de dinheiro, vão para outro lugar para branco fazer serviço”.

As falsas promessas são apontadas como umas das causas que tornam a vida nos novos lugares difícil. No caso da comunidade de Cateme, área onde foram reassentadas as populações classificadas de rurais, evidências etnográficas mostram que o deslocamento compulsório afetou de forma significativa os seus modos de viver, habitar e produzir, solapando as bases de sua reprodução socioeconômica. A comunidade de Cateme é interpretada como um espaço de alternativas limitadas de sobrevivência, emergindo uma “vida dependente” quando comparada ao antigamente, ou “antigo lugar”, visto como espaço de “diversas alternativas” de sobrevivência ou espaço de “vida independente”.

As “diversas alternativas” nos antigos lugares não eram homogêneas. Elas variavam em função da trajetória de cada família e da paisagem ecológica de cada bairro. Em Malábue que se localiza nas margens do rio Revúbue, além da machamba, produziam-se esteiras e praticava-se a pesca. Em Mithethe as populações se dedicavam também à produção de carvão vegetal e corte de lenha. Em Chipanga e Bagamoyo a olaria era uma das atividades mais praticadas além da machamba, por possuir terra própria para a produção de tijolos. Essas atividades se complementavam a outras como ser vendedor ou trabalhador “formal”. O essencial das “diversas alternativas” é que diferente de “cá” (em Cateme), permitiam superar as situações de crise: as situações de crise são, naquele contexto, situações em que a produção na machamba, principal atividade na reprodução socioeconômica, não alcançava a produção previamente planejada.

O nível baixo de cumprimento das promessas reforça que em processos de deslocamento compulsório não há por parte das corporações uma preocupação com o destino das pessoas, com a continuidade integral das suas lógicas de produção, organização e reprodução social e econômica, mas sim com a sua saída do local para garantir o controle do território, dinamizar a exploração do recursos e multiplicação do capital.

## **2. A exploração de carvão mineral e conflitos ambientais**

Para Henri Acselrad (2004a, p. 26) dois cenários são propícios para a emergência de conflitos ambientais: primeiro, a existência de grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território. Segundo, é necessário que pelo menos um dos grupos tenha a continuidade das suas formas de apropriação do mundo material ameaçadas por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. Neste contexto os conflitos ambientais são resultados de impactos indesejáveis que comprometem a coexistência de “distintas práticas técnicas, sociais e culturais de apropriação do mundo material e a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com às suas visões sobre as formas de apropriação do mundo material” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, s.p.).

A prevalência de uma visão economicista e mercantilista sobre a natureza, que invisibiliza outras formas distintas de apropriação, cria espaço propício para a existência de conflitos ambientais. Para as populações das áreas rurais moçambicanas, por exemplo, uma árvore pode ser avaliada como um “marco territorial, um símbolo de pertença”; para o estado e racionalidade empresarial a mesma paisagem é um mero objeto econômico,



onde o que importa é a extração da madeira (MENESES, 2003, p. 470). Ancoradas sempre numa relação desigual de poder entre os atores envolvidos, os conflitos ambientais são também um conflito por justiça ambiental ao denunciar contradições nas quais “as vítimas, não só, são excluídas do chamado desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, s.p.). No caso do projeto de exploração de carvão mineral podemos destacar, tendo como critério de definição as causas, a existência de pelo menos duas tipologias complementares de conflitos ambientais em Moatize: a primeira tipologia é composta por conflitos provocados pelo processo de expropriação do território e o bloqueio ao acesso de áreas vitais para reprodução social, econômica e cultural. A segunda tipologia é composta por conflitos inerentes à poluição do ar provocado pelo processo de dinamitação a céu aberto.

## **2.1 Expropriação do território e o bloqueio ao acesso de áreas vitais para reprodução social, econômica e cultural**

O deslocamento compulsório e o bloqueio de áreas vitais a reprodução social, econômica e cultural é umas das principais causas de conflito entre a multinacional brasileira Vale e as populações afetadas por suas atividades de exploração de carvão mineral em Moatize. Tal como destacamos acima, a instalação do projeto de exploração do carvão mineral da Vale, provocou o deslocamento compulsório de milhares de famílias das suas áreas ancestrais de ocupação, que sofreram transformações significativas nos seus modos de viver, habitar e produzir, afetando diretamente as bases cotidianas de sua reprodução socioeconômica e cultural (SITOE; QUEFACE, 2015; OSÓRIO; SILVA, 2017).

O processo de deslocamento compulsório foi marcado por falsas promessas, cooptação e violação de direitos. O autoritarismo, a tutela e o negligenciamento dos projetos e modos de vida das diversas famílias atingidas, expropriadas ou não, marcaram e continuam marcando o processo do controle do território por parte da multinacional. As populações deslocadas tem se apropriado de diversos mecanismos de resistências: a cartas enviadas para o governo distrital e ONGs denunciando a violação dos seus direitos; a solicitação de encontro com órgãos governamentais para expor os problemas da comunidade; o acampamento nas instalações do governo distrital e de outras autoridades administrativas locais, o bloqueio da linha férrea de transporte de carvão mineral que passa, por exemplo, a escassos metros da comunidade de Cateme e ocupação coletiva da área de operações de extração e a consequente paralização da produção, são algumas das ações coletivas de reivindicação desenvolvidas. A empresa tem-se apropriado dos dispositivos estatais de repreensão para o cerceamento violento dessas resistências (EUSÉBIO, 2020).

O projeto provocou também mudanças na paisagem física do distrito e a desestruturação das bases tradicionais de reprodução social e econômicas das populações que residem nos arredores das áreas concessionadas. Os produtores de tijolos do bairro Bagamoyo, a escassos metros da vila de Moatize, por exemplo, viram sua atividade ameaçada com a instalação da mina e a consequente colocação da cerca metálica que separa a área concessionada do bairro. Pois, é justamente dentro da cerca que eles tinham

os seus fornos e praticavam a atividade de produção de tijolos. Segundo eles é justamente dentro da cerca que a terra é de melhor qualidade. A cerca metálica colocada pela empresa impede o acesso a esse material. Um grande obstáculo para quem dependia da produção de tijolos para a sua reprodução social e econômica. A paisagem habitacional, não só do bairro Bagamoyo, mas também da vila e do distrito de Moatize evidencia a importância dos tijolos na tecnologia de construção civil local. É raro de fato encontrar uma casa feita de bloco de cimento, um dos principais materiais na tecnologia de construção civil convencional em algumas regiões de sul do país. O bloqueio ao acesso dessa área, associado às míseras indenizações pelo encerramento das suas atividades têm contribuído para o acirramento de conflitos entre a empresa e os produtores de tijolos.

## **2.2 Poluição do ar provocado pelo processo de dinamitação a céu aberto.**

As atividades de extração de carvão mineral são feitas através de um sistema de “dinamitação a céu aberto” e a poluição tem sido outra causa de conflitos entre a mineradora e as populações do entorno. A área de extração se encontra atualmente a escassos metros dos espaços habitacionais. As constantes explosões na área de extração, não só, causam poeira que cobre o céu como uma nuvem que anuncia a chegada da chuva, como também, provoca rachaduras nas casas que se encontram principalmente a escassos metros da cerca. Segundo um morador por nós entrevistado:

Para nós que estamos perto da cerca o efeito é maior. Aqui fica totalmente escuro parece uma nuvem de chuva. Aqui já não se estende farinha fora da casa, por causa disso. Só dentro e por causa disso demora secar. Eles não avisam sobre os dias e horas de detonação. So explodem. Nos primeiros dias, ao voltar a casa encontrávamos farinha e roupa cheia de poeira. Então pelo menos farinha temos que estender dentro porque a roupa podemos lavar de novo.

O sistema de dinamitação a céu tem provocado a poluição dos recursos hídricos principais fontes de abastecimento de água afetando a sua qualidade. Esse é dos problemas que atinge a comunidade de Catete. Esta se encontra fora da área de concessão da empresa, mas dentro de todo processo integrado de produção e escoamento, porque a linha férrea de transporte de carvão passa a escassos metros da comunidade. Tal como destaca um morador por nós entrevistado: “a própria água do riacho está diferente, não está mais a mesma coisa”. A poeira das explosões que são feitas no processo de extração do carvão está afetando a qualidade água do riacho que abastece a comunidade.

Quando detonam explosivos lá tudo isso fica escuro, a água fica como café. A poeira suja as casas e ninguém pode mais estender farinha fora de casa. Por isso temos agora grandes problemas de acesso à água potável. A poeira deles sai da mina direto para as casas, para a farinha e para água do rio. Já fizemos várias cartas. Uma entregamos a Vale. Outra entregamos ao governo [de Moatize]. Mas não obtivemos nenhuma resposta até agora. Eles por simplesmente não nos respondem. O governo nem se preocupa em vir aqui para ver a nossa realidade de vida. Somos moçambicanos porque temos BI [bilhete de identidade] moçambicano, so isso, mas não temos nenhum direito (Sr. I.H. Catete, 2017).

Em algumas comunidades do entorno a poluição dos recursos hídricos é provocada pelo transbordamento do depósito dos rejeitos. Esse é o problema que atinge, por exemplo, a comunidade de Cancupe. “...nos sempre fizemos nossos poços para água na beira do rio para consumo, a água quando transbordou [...], veio contra os poços, e já não dava para beber” (Sr. L. Cancupe, 2016).

### **Considerações Finais**

A expansão dos grandes projetos de mineração no Vale do Zambeze vem sendo marcada por uma forte intercepção entre o que, na esteira de Eduardo Gudynas (2016), podemos chamar de um frágil e perverso sistema de controle estatal e péssimas e também perversas práticas corporativas. A perversidade das práticas corporativas é visibilizada pela violência das estratégias adotadas no processo de deslocamento compulsório e por outras práticas sociais e ambientais danosas que tem como consequência o acirramento de conflitos ambientais. Tal como destacamos em outros trabalhos (cf. EUSÉBIO, 2020), o autoritarismo, a tutela e o “negligenciamento” dos projetos e modos de vida das diversas famílias atingidas - expropriadas ou não - marcaram e continuam marcando o processo do controle do território por parte das multinacionais, numa autêntica reedição para o tempo presente de práticas violentas do estilo colonial. A consequência imediata disso é a ampliação de “zonas de sacrifícios” e vulnerabilização social (ACSELRAD, 2004b; 2015). Ou seja, são comunidades com características camponesas de organização social e econômica e populações que habitam as áreas periféricas da vila (compulsoriamente deslocadas ou não) que arcam com o ônus dos lucros das grandes multinacionais que atuam no Vale do Zambeze e concretamente em Moatize.

O que isso demonstra? Que a atual expansão dos projetos desenvolvimentistas na região é marcada por uma intercepção violenta com histórias e modos de vida locais (MIGNOLO, 2003). O distrito de Moatize é hoje um campo onde é possível visibilizar o impacto das desigualdades e injustiças ambientais. As ideias de direito e democracia desmoronam perante o poder de subjugação das multinacionais e da passividade e omissão do Estado.

As péssimas práticas corporativas transformaram, também, o distrito de Moatize e o Vale do Zambeze de modo geral, num campo lutas, resistências e afirmação local da cidadania. Cartas denúncias, bloqueios da estrada de ferro que transporta o carvão para os portos do indico, acampamento nas instalações da empresa e do governo local, são alguns dos diversos repertórios adotados pelas populações atingidas<sup>3</sup>. Alianças políticas tem sido feitas com organizações não governamentais nacional e internacional o que tem contribuído para a visibilização ao nível internacional das práticas violenta das empresas (EUSÉBIO, 2020). Ao se engajar em diversos mecanismos de resistências as populações atingidas (compulsoriamente deslocadas e do entorno ao empreendimento), denunciam as violências das práticas empresariais e iluminam os caminhos para um mundo de mais justiça social e ambiental: um mundo onde não imperam somente as vontades e poder perverso das multinacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão*, Ano XVIII, nº 33, p. 57-68, 2015.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (Org.) *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Böll, 2004a.

ACSELRAD, H. De “bota fora” e zonas de sacrifício – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: ACSELRAD, H (Org.) *Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fase, 2004b, p. 07-18.

EUSÉBIO, A. As violências das práticas empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no vale do Zambeze, Moçambique. *Revista Antropológicas*, Ano 24, v. 31, n. 01, p. 220-248, 2020.

FLORÊNCIO, F. As autoridades tradicionais vaNdau de Moçambique. O regresso do indirect rule ou uma espécie de neo-indirect rule? *Análise social*, vol. XLIII, n. ° 2, p. 369-391, 2008.

GUDYNAS, E. “Extractivismos en América del sur: conceptos y sus efectos derrame”. In: ZHOURI, A; BOLADOS, P; CASTRO, E (Org.): *Mineração na América do Sul: Neoxtrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016, pp. 23-44.

MENESES, M. Os ‘outros’ e ‘nós’: a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti. In: SANTOS, B; TRINDADE, J. (Org.). *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 2003, p. 451-478.

MIGNOLO, W. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIMBIRE, F. Num contexto de crise das commodities: Desafios de um país potencialmente rico em recursos minerais. Estabelecendo as bases para evitar a “maldição dos recursos” em Moçambique no novo “super-ciclo” dos preços das matérias-primas. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2016.

---

<sup>3</sup> Para mais abordagens sobre práticas locais de resistências em Moatize ver: Eusébio (2020).

MOÇAMBIQUE. Lei nº 31/2012 de 8 de agosto - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2012.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 62/2006 de 26 de dezembro - Aprova o Regulamento da Lei de Minas. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2006.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 26/2004 de 20 de agosto - Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira. Maputo: Boletim da República, 2004.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 14/2002 de 24 de junho - Lei de Minas. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2002.

OSÓRIO, C; SILVA, T. Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no distrito de Moatize. Maputo: WILSA, 2017.

ROSSI, A. Moçambique, o Brasil é aqui. Uma investigação sobre os negócios brasileiros na África. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SELEMANE, T. Questões a volta da mineração em Moçambique: Relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo: Centro de Integridade Pública-CIP, 2010.

SITOE, C; QUEFACE, T. A minha voz: narração de sofrimento de comunidades reassentadas em Tete. Maputo: Sekelekani, 2015.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K. Conflitos ambientais (texto analítico). Belo Horizonte: GESTA, UFMG, 2010. Disponível em: Zhouri: [https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI\\_LASCHEFSKI\\_-\\_Conflitos\\_Ambientais.pdf](https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf) ,acesso no dia 05/05/19.



# El retorno del autoritarismo en Honduras y el fortalecimiento del modelo extractivista

# El retorno del autoritarismo en Honduras y el fortalecimiento del modelo extractivista<sup>1</sup>

Carlos Daniel Nolasco FLORES<sup>2</sup>

Universidad Nacional Autónoma de Honduras  
Centro Universitario Regional del Litoral Atlántico  
(UNAH-CURLA)

## Resumen

Honduras ha experimentado un retorno al autoritarismo en la última década que se anticipó como un prefacio en los primeros años del siglo XXI con un proceso gradual pero marcado de militarización.

El paso más determinante hacia un modelo autoritario se dio en 2009 con el golpe de Estado perpetrado por fuerzas militares bajo auspicio de sectores de las élites políticas y empresariales. A partir de dicho evento se han acentuado ciertas dinámicas que reflejan un modelo de gobierno de corte autoritario.

Si bien no se instauró un gobierno militar, se han deformado las reglas democráticas en el país, no sólo en el ámbito político sino también en el económico, dando lugar al fortalecimiento de un modelo capitalista sustentado en las operaciones extractivistas en todo el territorio hondureño, acompañadas de violaciones sistemáticas a los derechos humanos.

## Palabras claves:

autoritarismo; extractivismo; luchas sociales; democracia; conflictos socioambientales.

## Introducción

En distintos momentos de la historia de Honduras los gobiernos autoritarios han ido de la mano con una economía sustentada en prácticas extractivistas o, siendo más exactos, los gobiernos autoritarios han sido el medio que ha permitido la consolidación de un capitalismo extractivista en el país.

Es así que los distintos regímenes autoritarios de la primera mitad del siglo XX fueron sustanciales en la formación de una economía bananera en la región atlántica de Honduras, garantizando concesiones de enormes áreas de tierras fértiles a empresas de capital estadounidense, pero también mediante otros beneficios como exoneraciones tributarias o el uso de fuerzas militares para reprimir revueltas por parte de los obreros (BARAHONA, 2005).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência".

<sup>2</sup> Profesor del Área de Ciencias Sociales, UNAH-CURLA; email: [cdnolasco@unah.edu.hn](mailto:cdnolasco@unah.edu.hn); [cardanielnf@gmail.com](mailto:cardanielnf@gmail.com).

Fueron gobernantes autoritarios como Manuel Bonilla o Tiburcio Carías Andino quienes más contribuyeron a hacer de Honduras la república bananera por antonomasia, un periodo que se caracterizó por los altos índices de violencia institucional, violaciones a los derechos humanos, así como la inexistencia de derechos laborales. La violencia también fue un recurso utilizado con frecuencia por parte de las mismas empresas bananeras mediante sus propias unidades de seguridad o mediante la contratación de organizaciones paramilitares (BARAHONA, 2005).

Las dinámicas dentro del enclave bananero respondían a las características del modelo extractivista, es decir “un tipo de apropiación de recursos naturales en grandes volúmenes y/o alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados” (VIJIL, 2021). Otro elemento común en las prácticas extractivistas es, precisamente, el papel que juega el Estado en la creación de las condiciones favorables para la inversión, en especial si es de capital extranjero (BRAN-GUZMÁN, 2017). A lo anterior vale agregar que los monocultivos, como una de las formas del modelo extractivista, funcionan bajo la lógica de “un sistema-finca, basado en relaciones de servidumbre y explotación” (BRAN-GUZMÁN, 2017, p.52). Todo lo referido era observable en el ámbito de las fincas bananeras.

Claro está que el modelo extractivista no se limitó a las bananeras, en Honduras se han mantenido presentes estas prácticas casi sin excepción en el tiempo, con particular énfasis en los monocultivos, la minería, la explotación maderera y, en los últimos años, los proyectos hidroeléctricos. Pero durante la última década se han incrementado los megaproyectos extractivistas a tal nivel que se puede hablar de un retorno y de un reforzamiento del modelo, tanto en Honduras como en toda la región, e incluso de un retorno a una economía primaria exportadora (BRAN-GUZMÁN, 2017). Lo anterior, acompañado de un incremento de la violencia institucional en contra de defensores socioambientales, violaciones a derechos humanos y abusos en contra de poblaciones locales.

### **Autoritarismo en Honduras**

Luego de distintas etapas de gobiernos autoritarios a lo largo del siglo XX, incluida una sucesión de regímenes militares entre las décadas del 60 y 70, Honduras experimenta una transición a la democracia en la década de 1980 (BARAHONA, 2005). Es deber aclarar que tal proceso corresponde con lo que se denomina transición pactada, es decir, aquel tipo de proceso que no es resultado de un rompimiento violento con el régimen precedente, sino donde el mismo régimen autoritario define en gran medida las reglas de la transición, heredando importantes elementos autoritarios tanto a las estructuras gubernamentales como a la cultura política general, y dejando un amplio margen de negociación en cuanto a la conservación de privilegios y/o garantías de protección en beneficio de los actores del régimen autoritario precedente (MORLINO, 2007).

Este tipo de transición se tradujo, entre otras cosas, en la imposibilidad de alcanzar un efectivo control civil sobre los militares durante el periodo de relativa democracia que cubre las décadas de 1980 a 2000, siendo este uno de los factores que impidió al país

alcanzar lo que Guillermo O'Donnell (1989) denomina consolidación de la democracia, aunque en la década del 90 se comenzaban a experimentar algunos avances tímidos pero significativos al respecto, como la desmilitarización de la policía, cierto nivel de control civil sobre los militares y la recuperación civil de diversas instituciones estatales que habían permanecido bajo control militar aún luego de la transición (SOSA, 2015).

Dichos avances, sin embargo, resultaron ser breves, pues apenas iniciando el nuevo siglo comienza un proceso de retroceso militarista, primero mediante la asignación de labores de seguridad pública al ejército y más tarde asignando otras responsabilidades públicas a altos mandos de las fuerzas armadas, acompañado con incrementos significativos del presupuesto, recursos y logística (Ibidem).

Este proceso de militarización de la política va acompañado de un significativo deterioro de los débiles avances democráticos que el país había experimentado (BARAHONA, 2016). Durante esta época se hacen modificaciones penales que ponen en vulnerabilidad ciertas garantías civiles de la ciudadanía, a la vez que se refuerzan la policía y el ejército con el pretexto de la lucha contra la violencia.

El paso más importante hacia un retorno autoritario en Honduras se da en julio de 2009 mediante un golpe de Estado que además de significar el punto álgido del proceso de militarización es el inicio del fin del inacabado proceso de democratización (Ibidem). A diferencia de los golpes de Estado del siglo XX, el de 2009 no se traduce en la imposición de un gobierno militar, en su lugar se implementa un gobierno civil que, en apariencia, mantiene las estructuras y las dinámicas previas al rompimiento constitucional. El régimen resultante de dicho proceso responde a lo que se conoce como regímenes híbridos, que no son otra cosa que aquellos que en apariencia mantienen las reglas democráticas a cargo de gobiernos autoritarios (LEVITSKY; WAY, 2002).

En concreto, el régimen híbrido que se ha consolidado en Honduras a partir de 2009 coincide con los rasgos característicos de un autoritarismo competitivo (Ibidem), entre los cuales destaca el hecho de que se mantienen en apariencia las instituciones democráticas formales, pero las reglas y las leyes son violadas por los funcionarios del régimen con tanta frecuencia y a tal intensidad que no es factible alcanzar los estándares mínimos de democracia. En esencia, un autoritarismo competitivo se denomina así porque no busca eliminar la competencia política, por el contrario, se permite la existencia de fuerzas opositoras que, en lo formal, pueden competir en elecciones regulares y transparentes en apariencia, sin embargo, se generan condiciones desiguales que imposibilitan el triunfo de cualquier oposición. Estos regímenes no prohíben ni los partidos opositores ni la existencia de prensa libre, en su lugar tienden a recurrir al soborno y formas más sutiles de persecución, a través de la subyugación de las instituciones judiciales u otras agencias estatales para usarlas a su favor, ya sea favoreciendo resultados electorales, alterando leyes o judicializando de forma arbitraria a actores políticos y/o activistas sociales (Ibidem).

En efecto, Honduras ha visto decrecer de forma notable la calidad de su democracia en la última década, bien que ésta nunca llegó a estar consolidada. Según los criterios de Robert Dahl (LEVINE y MOLINA, 2007), en una democracia es de rigor que los ciudadanos

puedan elegir a sus gobernantes, pero también que exista la posibilidad de removerlos de sus cargos o ejercer influencia en sus decisiones. En Honduras esas posibilidades son mínimas o nulas, los procesos electorales más recientes han excedido las simples sospechas de fraude, alimentando la frustración entre la población al verse incumplida su participación efectiva; tampoco existen los canales para la participación ciudadana efectiva en las tomas de decisiones sobre asuntos sensibles, y menos existe la potestad ciudadana de exigir la dimisión de funcionarios públicos, lo que se demuestra tras largos años de protestas y movilizaciones que exigen la salida del presidente del Ejecutivo que van quedando sin ninguna respuesta satisfactoria y, en su lugar, reciben por respuesta reacciones violentas por parte del Estado.

Por su parte, Daniel Levine y José Molina (Ibidem) argumentan que la calidad de la democracia “depende del funcionamiento de los procesos mediante los cuales la población selecciona y controla a sus gobernantes” (p.19). Además, enfatizan en la legitimidad del gobierno como piso mínimo para la democracia. Con legitimidad se refieren al respaldo y aprobación tácita que los gobiernos reciben de la ciudadanía, lo que implica que “los ciudadanos reconocen mediante su participación que el gobierno tiene derecho a gobernar y a exigir obediencia. Los gobernantes reconocen que este derecho está sujeto al consentimiento de los ciudadanos” (Ibidem). En ese aspecto, el actual gobierno hondureño no resulta bien evaluado por la población, según Latinobarómetro (2018) el 68.7% de la población se muestra insatisfecha con la democracia en el país, mientras que el 40.8% se muestran indiferentes a la democracia, lo que se puede interpretar como un desapego por parte de la población ante el bajo desempeño democrático del país. Apenas un 25% de la ciudadanía manifiesta algún grado de confianza en el gobierno, según datos de la fuente citada, y mientras que sólo el 3.4% consideran que en el país hay una democracia plena, 21.6% consideran que lo que hay no es democracia en absoluto. Tales datos indican muy bajos niveles de legitimidad.

Levine y Molina (2007) refieren otras condiciones que un sistema político debe satisfacer para ser considerado democrático, entre ellos:

- Participación: que no se limita simplemente a la elección de autoridades sino también a la posibilidad de exigirles a ellos responsabilidad e incidir en las políticas públicas.
- Responsabilidad (accountability): en una democracia efectiva la ciudadanía tiene a su disposición mecanismos sociales e institucionales que le permiten someter a los funcionarios públicos a rendición de cuentas y posible sanción.
- Respuesta a la voluntad popular: es el grado en que el gobierno actúa en favor de las preferencias, intereses y necesidades de la población, “distingue al liderazgo democrático de quienes actúan como caciques o caudillos” (p.27).

En base a las condiciones descritas, resulta evidente que Honduras carece actualmente de un desempeño democrático, siendo que la participación electoral es en la práctica el único canal de participación a disposición de los ciudadanos y, de hecho, éste deja de ser efectivo y fracasa en su propósito de representar la voz popular al ser

objeto de manipulaciones y fraudes sistemáticos; el accountability institucional es apenas una pantalla, ya que las entidades encargadas de hacer rendir cuentas a los funcionarios están subyugadas por completo, lo que les impide cumplir su función, mientras que el accountability social no tiene efecto, pues ante las movilizaciones mediante las cuales la población intenta exigir acciones el Estado responde con violencia o con campañas de desprestigio; tampoco se puede hablar de una respuesta a la voluntad popular en un país donde el Estado no atiende las prioridades ciudadanas, donde, por ejemplo, se reduce el presupuesto destinado a educación y salud para incrementarlo en gasto militar (SOSA, 2015).

Teniendo en cuenta otros indicadores pertinentes con las libertades civiles y derechos políticos, el informe Freedom in the world 2020 cataloga a Honduras como un país parcialmente libre, e indica que sus puntajes en democracia han declinado en los últimos años. El informe de este organismo para Honduras refiere que “periodistas, activistas políticos y mujeres son las víctimas frecuentes de la violencia, mientras los perpetradores rara vez son llevados a la justicia”. Dicho informe asigna 19 de 40 puntos al país en la categoría de derechos políticos, en tanto que 26 de 60 puntos en la de libertades civiles, con lo que alcanza una nota de 45 puntos de 100 en democracia.

Por su parte el Informe BTI 2020 (Bertelsmann Stiftung’s Transformation Index, 2020) muestra el declive en distintas dimensiones relacionadas al desempeño político del país, asignando un puntaje de 3/10 en la dimensión “separación de poderes” y 3/10 en “independencia judicial”; también se muestra una calificación muy baja (4/10) en “derechos civiles”, indicando que “hay insuficiente respeto por los derechos civiles [...], los cuales se han deteriorado en la última década” (p.15); también se indica que:

Ocurren múltiples violaciones a la integridad física cometidas por las fuerzas de seguridad pública y unidades militares, así como por parte de fuerzas de seguridad privada que protegen las propiedades de los terratenientes locales. En general, la carencia de independencia judicial ha causado la pérdida de confianza de la ciudadanía [...]. La tasa de homicidios sigue siendo una de las más altas del mundo. (Ibidem).

A lo anterior se suman el incremento de feminicidios, la violencia contra personas LGBTI, la impunidad y la criminalización de activistas sociales, políticos y ambientalistas.

### **Economía extractivista en Honduras**

En agosto de 2009, apenas dos meses después del golpe de Estado, el Congreso aprueba la nueva Ley General de Aguas de Honduras mediante la cual se facilitan las concesiones sobre los recursos hídricos. En el Artículo 68, sobre concesionamientos, y en el 69, sobre procedimientos para obtener permisos, se omite cualquier referencia a los recursos hídricos en territorios protegidos o que abarquen los territorios de poblaciones locales, obviando las obligaciones adquiridas mediante la Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas que en sus artículos 18, 19 y 31 hace referencia a los derechos de las poblaciones locales a decidir sobre el uso de los recursos



en sus territorios así como sobre las obligaciones del Estado a celebrar consultas con dichos pueblos previo al otorgamiento de permisos o concesiones en los mismos.

En un sentido más amplio, la crisis económica de 2009 renovó el interés en la explotación de recursos naturales en países periféricos, motivando así una reprimización de la economía en América Latina (BRAN-GUZMÁN, 2017). Honduras no fue la excepción del proceso, en la última década ha habido una expansión del extractivismo en el país facilitado por las políticas estatales que anteponen los intereses de las empresas, provocando así un incremento de los conflictos socioambientales. Según Global Witness, a partir del golpe de Estado en Honduras han sido asesinados 123 activistas socioambientales, de los cuales 12 sólo en 2020 según el Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales (OLCA), volviéndose uno de los países más peligrosos del mundo para el activismo ambientalista, con la cifra per cápita más alta de asesinatos de esta naturaleza a nivel mundial. A estos datos hay que agregar otras acciones violentas contra poblaciones locales y/o activistas como amenazas, intimidación, desalojos, criminalización y arrestos. El papel del Estado queda más evidente en los casos donde se criminaliza a estas personas utilizando las instituciones de justicia para levantar procesos penales en su contra como en el caso de los defensores del río Guapinol.

El Environmental Justice Atlas reporta que en la actualidad hay en Honduras 21 conflictos socioambientales activos, siendo algunos de los más conocidos:

- Proyecto hidroeléctrico Agua Zarca en Intibucá, región suroccidente del país. Este caso cobró relevancia internacional por el asesinato de la activista Berta Cáceres por parte de personas vinculadas al ejército.
- Conflicto por tierras dedicadas a monocultivo en Bajo Aguán, en la zona atlántica del país, entre pobladores locales y la Corporación DINANT, una de las más poderosas del país. Según datos de Global Witness, entre 2010 y 2013 hubo 82 asesinatos de activistas y pobladores en esa región.
- Proyecto turístico Indura en Barra Vieja, en la costa caribe de Honduras, que ha provocado desalojos, amenazas, criminalización y secuestro de pobladores locales de la etnia garífuna, población de ascendencia africana que ha habitado el área por más de 200 años.
- Proyecto minero en la comunidad de Guapinol, en el litoral atlántico del país. Los habitantes de la comunidad se han opuesto al proyecto por estar ubicado en un parque nacional y ha provocado la contaminación de las aguas. Los líderes del movimiento han sido criminalizados y judicializados en un tribunal de jurisdicción nacional, instancias donde se procesan casos de crimen organizado (VIJIL, 2021).

## Conclusión

Es observable una relación, no sólo temporal sino también causal, entre la implementación de un modelo político autoritario y la generación de condiciones para la explotación extractivista en Honduras, dado que el Estado, a partir de 2009 ha aumentado la concesión de permisos para los megaproyectos tanto hidroeléctricos como mineros o turísticos.

El papel del Estado bajo una dinámica autoritaria se ve reflejado, no solamente en los beneficios y facilidades otorgados a empresas extranjeras y nacionales, sino también en las acciones represivas que, mediante fuerzas militares en conjunto con fuerzas privadas de seguridad, han atentado contra la integridad de activistas socioambientales y pobladores locales de las áreas afectadas.

En tal sentido, el rol del Estado hondureño, mediante el uso de la fuerza y de la violencia institucional, se enmarca en el retorno regional de una dinámica extractivista que evidencia una estrategia de apropiación geopolítica y nuevo imperialismo (BRAN-GUZMÁN, 2017), causando, en consecuencia, los denominados efectos derrame de la economía extractivista, que implican “cambios en las políticas públicas e incluso en conceptos políticos básicos como justicia o derecho” (VIJIL, 2021), agravando así lo que Leonardo Boff (2001) señala como la principal crisis actual, derivada del “modo en que las sociedades modernas se organizan en cuanto al acceso, la producción y la distribución de los bienes naturales y culturales” (p.15).

Ante tal panorama, Boff propone que el futuro dependerá de la adopción de una nueva ética global basada en una visión ecocéntrica, donde no sea “tal o cual país o bloque geopolítico y económico” (p.20) lo que deba ser situado en el centro, sino “la Tierra entendida como un macrosistema orgánico” (Ibidem).

## Referencias bibliográficas

BARAHONA, M. Honduras en el siglo XX: Una síntesis histórica. Tegucigalpa: Ed. Guaymurás, 1. ed., 2005.

BARAHONA, M. Militarización y transición política: reforma y contrarreforma en la construcción de la democracia hondureña (4). Honduras: Revista Envío, año 14, no. 48, ERIC-SJ, pp. 36 – 42, 2016.

BOFF, L. Ética planetaria desde el Gran Sur. [S.L.]: Ed. Trotta, 2001.

BRAN-GUZMÁN, E. Conflictividad socioambiental en Centroamérica: Una década de rearticulación y movilización social y política. México: Argumentos, Vol. 30, No. 83, pp. 43 – 68; Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, 2017.

BERTELSMANN STIFTUNG, BTI 2020 Country Report – Honduras. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2020.

ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS, Global Atlas of Environmental Justice. Disponible en: <https://ejatlas.org/>

FREEDOM HOUSE - Freedom in the World. Honduras Country Report, 2020. Disponible en: <https://freedomhouse.org/country/honduras>

GLOBAL WITNESS. Honduras: El lugar más peligroso para defender el planeta. 2017. Disponible en: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/honduras-el-pa%C3%ADs-m%C3%A1s-peligroso-del-mundo-para-el-activismo-ambiental/>

HONDURAS. Ley General de Aguas. Diario Oficial La Gaceta. Tegucigalpa: 14 de diciembre de 2009.

LATINOBAROMETRO - Informe 2018. Corporación Latinobarómetro, Santiago de Chile.

LEVINE, D.; MOLINA, J. La calidad de la democracia en América Latina: Una visión comparada. Ed. Universidad de Salamanca, América Latina Hoy, 45, pp. 17 – 46, 2007.

LEVITSKY, S.; WAY, L. The rise of competitive authoritarianism. Elections Without Democracy, Journal of Democracy, vol. 13, no. 2, pp. 51 – 65, 2002.

MORLINO, L. Explicar la calidad democrática: ¿Qué tan relevantes son las tradiciones autoritarias? Revista de Ciencia Política, vol. 27, no. 2, pp. 3 – 22, 2007.

OCMAL - Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina. Disponible en: [https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal\\_db-v2/conflicto/lista/02023900](https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/conflicto/lista/02023900)

OLCA - Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales, Santiago, Chile. Disponible en: <http://olca.cl/articulo/nota.php?id=108316>

O'DONNELL, G. Transiciones, continuidades y algunas paradojas. Ciudad de México: Cuadernos Políticos, no. 56, Ed. Era, Ciudad de México, pp. 19 – 36, 1989.

ONU (2007) Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. Disponible en: [https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_es.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf)

SOSA, E. Militares, seguridad y política. Honduras: Ed. Envío-Honduras; Equipo de reflexión, investigación y comunicación de la Compañía de Jesús; año 13, no. 45, pp. 10 – 17, 2015.

VIJIL SAYBE, L. Efectos derrame de los extractivismos en tiempos de pandemia: marco que agudiza la crisis territorial en Honduras. CESPAD; 18 de febrero, 2021; disponible en: <http://cespad.org.hn/2021/02/18/analisis-efectos-derrame-de-los-extractivismos-en-tiempos-de-pandemia-marco-que-agudiza-la-crisis-territorial-en-honduras/>

# Extractivismo y cambio climático en la región mixteca de México

## **Extractivismo y cambio climático en la región mixteca de México**

David Cervantes PACHECO

Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), México

### **Resumen**

La Mixteca en México es una región altamente diversa en relación a recursos naturales y minerales que se encuentran en la mira de grandes corporaciones y empresas multinacionales. Frente a un contexto de cambio climático en la zona, el cual registra una aceleración por encima del promedio continental grandes agencias para el desarrollo y la cooperación de han encargado de realizar investigaciones, programas de adaptación y demás documentos que responsabilizan a los pueblos nativos como los causantes del cambio climático, omitiendo por completo el papel que la industria y su avance tiene en esta crisis. En este artículo, resumimos las condiciones climáticas en las que se encuentra la región Mixteca, así como los intereses que las empresas tienen sobre nuestro territorio y su impacto social que han tenido al día de hoy.

**Palabras Clave.** Extractivismo, cambio climático, adaptación, capitalismo.

### **El contexto latinoamericano de la crisis ambiental.**

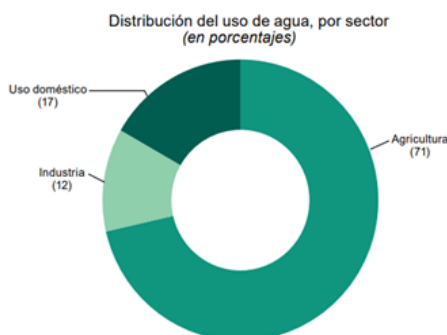
Hoy en día, la aceleración exponencial de la crisis ambiental está modificando nuestras formas de vivir en el mundo. Sin embargo, a pesar de que este es un problema global las formas en las que impacta a nivel local o regional son heterogéneas.

En la región de América Latina y el caribe, a pesar de ser un continente con una incalculable cantidad de recursos, con la mayor biodiversidad y con la menor cantidad de emisiones de CO<sub>2</sub> (8,3%), es una de las regiones en el planeta donde los impactos de la crisis ambiental golpean de manera más fuerte y donde también son más visibles las alteraciones climáticas.

Lo anterior tiene que ver en con varias cosas, el uso que se le da a los recursos, el acceso asimétrico que la población y la industria tienen sumado a la presión que estas últimas ejercen sobre los ecosistemas, sus servicios ambientales, así como la enorme desigualdad económica y el endeudamiento de los países Latinoamericanos.

De acuerdo a datos recuperados de la CEPAL, la temperatura en Latinoamérica aumentó un promedio de 3 grados centígrados en el periodo 1998-2008 provocando una caída del 25% en los ingresos agropecuarios.

Con respecto a la disponibilidad de agua en la región corresponden 22 mil 162 m<sup>3</sup> per cápita, sin embargo, el uso indiscriminado que la industria hace del recurso llega a 329 mil millones de metros cúbicos anuales los cuales se distribuyen de acuerdo a la siguiente grafica publicada por la comisión (CEPAL,2020)<sup>1</sup>.



La actividad agro industrial y la minería, que son actividades que acosan constantemente nuestros territorios están ligadas directamente al aumento en la tasa de deforestación de bosques nativos y esto a su vez con la liberación de carbono almacenado, la disminución de las precipitaciones y abastecimiento de agua.

En el periodo de 1990 – 2015, más de 90 millones de hectáreas de bosques nativos fueron deforestadas (FAO,2018), Esto se vio reflejado en una disminución en las precipitaciones de hasta el 14% en algunas regiones y un aumento de hasta el 13% en otras (IPCC).

América Latina: impacto esperado del cambio climático en la biodiversidad, 2050



Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe/Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (CEPAL/PNUMA), Gráficos Vitales del Cambio Climático para América Latina y El Caribe (DEW/1327/PA), Santiago, 2010.

<sup>1</sup> Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Banco Mundial, Indicadores del Desarrollo Mundial [base de datos en línea] <https://databank.bancomundial.org/source/world-development-indicators>.



### **La Mixteca en el contexto del cambio climático**

En ese contexto de crisis continental se encuentra la Mixteca. Está a región se ubica en el centro sur de México, abarca aproximadamente 25 mil 500 km<sup>2</sup>, y concentra una población de más menos un millón de habitantes de los cuales el 70% viven en comunidades rurales y el 30% viven en ciudades (CONEVAL,2015).

Las condiciones ambientales y las características eco sistémicas son extremadamente variadas, su biodiversidad y geo diversidad la hacen un lugar con una cantidad incalculable de recursos naturales. Pese a ello y a la gran cantidad de servicios eco sistémicos que presta la zona, es también una de las regiones donde el cambio climático ha impactado de manera más severa.

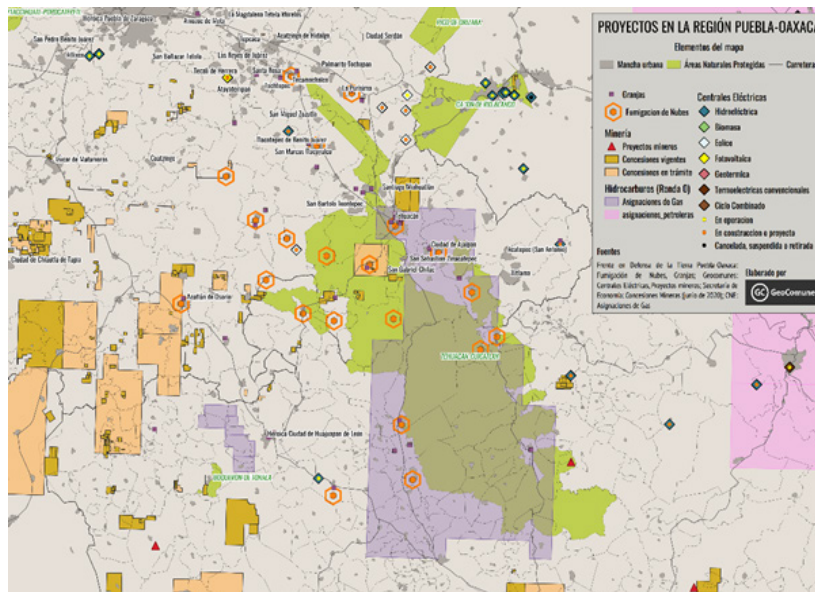
De acuerdo a un programa de adaptación al cambio climático que se elaboró para un área natural protegida de la zona, la temperatura aumento 1 grado en el periodo 1951 – 2014, el nivel de precipitaciones disminuyo 16 mm, la concentración de CO<sub>2</sub> aumento 25 ppm esta última en los últimos 10 años y los registros de sequias pasaron de 5 a 50 en el periodo 2000 – 2009. (PAAC, 2018).

Por otro lado, con los registros climáticos del periodo 1950 – 2014 este programa de adaptación genero una ventana de tiempo que de manera general abarca el periodo 2015 – 2100. En este lapso la crisis climática se agudiza, el pronóstico nos alerta de un aumento en la concentración de CO<sub>2</sub> en la atmosfera que puede alcanzar las 936 ppm y en la temperatura un aumento de hasta 4.23 grados. En lo que corresponde a la precipitación, el pronóstico para finales de siglo indica una disminución de 161 mm lo que representa una disminución del 20% del volumen total de agua que tenemos actualmente. (PAAC,2018).

Como resultado de esta variabilidad climática, en los últimos 5 años las temperaturas han superado sus registros de máximo histórico, la tendencia de la región a ser cada vez más seca y calurosa se ve claramente. Plagas y hongos afectan cientos de hectáreas de selva baja y bosque, el registro de incendios forestales ha aumentado exponencialmente, así como una temporada de lluvia que año con año es más corta y más intensa.

Con el ingreso de dos áreas naturales (Tehuacan-Cuicatlan y Geoparque Mixteca Alta) a la lista de la red de áreas naturales protegidas de la UNESCO, oleadas de investigadores de organizaciones del “más alto nivel” como el Fondo mundial para la Conservación, la Agencia de Cooperación Internacional de Alemania, Estados Unidos, Japón y España, el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, la FAO, el PNUD así como el Banco Mundial o el Banco Interamericano para el Desarrollo han escrito informes que ponen en evidencia la crisis ambiental en la Mixteca. Sin embargo, en ninguno de estos amplios documentos se señala la responsabilidad que ha tenido la industria en torno al cambio climático.

En este sentido, los resultados de las investigaciones con proyección al 2100 pueden ser minimizados con respecto a la realidad, ya que el incremento en la construcción o intensificasion de las operaciones de los megaproyectos instalados en la Mixteca podría arrojar resultados exponenciales a final de siglo así como llevar a la región a un punto de crisis climática sin retorno.



Fuente: Geo comunes.

## La depredación Capitalista en la región Mixteca.

### Minería.

Los minerales de esta parte de México siempre han estado dentro de los intereses de gobiernos internacionales, ya desde los años 40's en la Mixteca Alta, se extraía hierro para la fabricación de armamento en los Estados Unidos, en el industrializado pueblo de El Parían, hoy des habitado por completo.

Actualmente, están vigentes 69 concesiones mineras las cuales abarcan más de 1 millón de hectáreas. En la zona norte de la región, las empresas buscan la extracción de minerales como el silicio, el calcio la bentonita y el Litio. Al sur, se encuentran concesionadas las reservas de hierro de la región minera denominada Zaniza, el segundo más grande del mundo con un aproximado de 1,100 toneladas de concentrado de hierro, así como yacimientos de oro, cobre y zinc (GeoInfoMex). En el lado este buscan la explotación de plutonio y hierro y en el lado oeste trabajan en la extracción de oro, zinc y cobre.

En el último año y aprovechando el contexto de aislamiento por la pandemia, el servicio geológico mexicano ha desplegado a decenas de investigadores en la zona los cuales realizan las delimitaciones de los polígonos a bordo de helicópteros que sobre vuelan a escasos metros de las comunidades indígenas de la región, sin previo aviso ni consulta en lo que parece el inicio de los proyectos en su fase de instalación de caminos y construcción de plantas de procesamiento. Energéticos.

En un estudio publicado por la CEPAL y la Agencia Alemana para la Cooperación Internacional (GIZ) titulado "Desarrollo del gas lutita ( shale gas ) y su impacto en el mercado energético de México: reflexiones para Centroamérica", se indica que la Región Mixteca posee un yacimiento con altos niveles para la explotación de gas. Con una extensión estimada de mas de 400 mil hectáreas las cuales abarcan las dos áreas naturales de la mixteca, Tehuacan – Cuicatlan y Mixteca Alta.

Por otro lado, existen concesiones para un parque eólico con una extensión de 8 mil

hectáreas en la cordillera montañosa de Chazumba – Telostoc otorgado a Power group filial de la empresa Española Gamesa, dos proyectos para la construcción de hidroeléctricas y dos para parques de energía solar, ya en la zona de Tehuacán se han instalado 4 parques eólicos para alimentar a los corredores industriales de la capital de Puebla (EjeAtlas,2020).

### **Agro industria y bio combustibles.**

Con el rápido crecimiento de la industria del mezcal y el éxito de los derivados de agave para la producción de bio combustibles y azúcares, en la Mixteca se inició hace dos años aproximadamente la siembra de monocultivos de agave donde se está proyectando abarcar un área de más de 80 mil hectáreas para alimentar de materia prima a la que será la más grande fabrica de tequila y mezcal en México. Este tipo de proyectos financiados por enormes multinacionales ha sido también impulsada por el gobierno mexicano a través de programas sociales como el llamado “sembrando vida”, esto ha provocado que se deforesten miles de hectáreas de selva baja nativa para la siembra extensiva de solamente 3 o 4 especies.

Otro sector agro industrial que está poniendo en riesgo la estabilidad climática son las empresas avícolas, con más de 300 granjas industriales instaladas en toda la Mixteca. Con una producción diaria de 17 millones de huevos el corredor avicola Tecamachalco – Tehuacan es el segundo productor de este alimento en Mxico (Milenio, 15/08/2020). Estas empresas controladas por Grupo Romero, están vinculadas al bombardeo de nubes para evitar la lluvia en la región a traves de mecanismos de alteración climatica y al incremento de personas con enfermedades respiratorias por la quema de desechos.

Grupo Romero, posee innumerables concesiones para la extracción de agua en todo el valle de Tehuacán y también ha sido causante de la contaminación de los mantos acuíferos por falta de plantas que traten los desechos (la jornada,2009). Frente a esto, se padece año con año de sequias que limitan el acceso al agua a la población. Maquilas.

Conocida como la capital mundial de los blue jeans, en la mixteca poblana están instaladas mas de 300 maquiladoras de ropa y 25 lavadoras industriales.

“Los acuíferos más grandes de la región se encuentran en la zona del Altiplano, así como debajo de algunos poblados aledaños de donde Tehuacán obtiene su suministro de agua. Las lavanderías vaqueras más grandes están ubicadas en Cuayucatepec y San Lorenzo Teotipilco, donde utilizan y contaminan enormes cantidades de agua que luego es utilizada por los indígenas para regar sus cultivos. OSSAPAT, el organismo municipal responsable del suministro de agua potable, admite que actualmente hay 140 colonias en Tehuacán que carecen de servicio de agua potable. La mayoría de estos barrios están habitados por trabajadores de la maquila y sus familias y están ubicados en la periferia de la ciudad” (EjeAtlas,2020).

El agua que se descarga de las lavanderías contiene residuos de polvo de tela, sílice y piedra pómez, y productos químicos, como sosa cáustica, cloro y plomo. Todos estos químicos tóxicos pasan por canales que atraviesan la ciudad de Tehuacán y terminan en el agua que se usa para regar el maíz y otros vegetales en los campos de cultivo de la región sur.

### **Consecuencias.**

La industria extractiva, depredadora de la mano de obra y de nuestros recursos naturales solapada y encubierta por las agencias de desarrollo de Naciones Unidas ha construido campañas a través de estos organismos de cooperación internacional para culpabilizar a los pueblos nativos de la destrucción medio ambiental y a través de un nuevo discurso el de la llamada resiliencia justifican que frente a una crisis climática que las personas y los pueblos han provocado por cortar madera para sus fogones o abrir nuevos campos para el cultivo se tienen que adaptar a cualquier escenario, tienen que reducir su consumo de agua y recursos forestales, tienen que evitar abrir nuevas tierras, tienen que adaptarse a una disminución de alimentos, a las altas temperaturas o a las plagas, mientras tanto las mineras, las maquilas, la agro industria se enriquecen a costa de lo que no es suyo, a costa de nuestra vida.

Es este contexto, los resultados de esta depredación o desarrollo son un aumento en la migración a ciudades como Puebla o ciudad de México, el abandono del campo, por que las condiciones de sequía y aumento de temperaturas ya no hacen que la tierra produzca o que económicamente el cultivo de maíz, frijol o calabaza ya no sea una fuente donde se asegure el abastecimiento alimenticio de las familias.

### **Reflexiones finales.**

En la región Mixteca, los índices de la aceleración climática avanza por encima del promedio que tiene nuestra América Latina pese a ello los proyectos extractivos siguen avanzando como si no pasara absolutamente nada y la investigación en relación a formas de adaptación que se han desarrollado desde los organismos multilaterales minimizan la problemática, toman partido de acuerdo a los intereses económicos que representan, no responsabilizan a la industria justificando en muchas ocasiones que su huella o impacto ambiental es compensado a través de mecanismos financieros como los fondos climáticos.

En este sentido Son la crisis ambiental y la expansión del capital a nuevas fronteras para la generación de riqueza las dos amenazas que ponen en riesgo la vida en y del planeta. Estos problemas nos exigen hoy más que nunca en la historia respuestas urgentes para detener el riesgo.

Estas respuestas son ya la voz de nuestros pueblos en América Latina, es el resistir de campesinos e indígenas, es la creatividad que encontramos en cada rincón del continente para construir formas alternativas de vida, no extractivas y no depredadoras.

## Bibliografía

Barcena Alicia, Samaniego JL, Perez Wilson, Alatorre Jose, La emergencia del cambio climático en América Latina y el Caribe, CEPAL (UN), Santiago de Chile, 2020, ISBN: 978-92-1-047955-4, pp.383.

Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), El estado de los bosques, Naciones Unidas, SBN 978-92-5-132421-9, pp.224.

CONEVAL (Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social), 2015, Estimaciones del CONEVAL con base en el modelo estadístico 2015 para la continuidad del MCS-ENIGH y la encuesta interesal 2015.

ARELLANO DANIEL, Suaste Sandra, "NOCHIXTLÁN: SANGRE MIXTECA DERRAMADA SOBRE CONCESIONES MINERAS, 18 de junio de 2017, regeneración radio, recuperado de: <https://regeneracionradio.org/archivos/4617>

Periódico La Jornada, Busca grupo acerero explotar mineral de hierro en Zaniza, miércoles 13 de febrero del 2000, recuperado de: <https://www.jornada.com.mx/2000/09/13/041n1gen.html>

Arellano Daniel, "Alonso Ancira, sus 284 concesiones mineras y el hierro de Oaxaca, Regeneracion Radio, 8 de junio de 2019, <https://regeneracionradio.org/archivos/9416>

Secretaria de economía, GeoInfoMex, <https://www.sgm.gob.mx/GeoInfoMexGobMx/>.

CEPAL, GIZ, Desarrollo del gas lutita ( shale gas ) y su impacto en el mercado energético de México: reflexiones para centroamérica, ONU, MEXICO, 2013, PP118.

Eguiluz Samuel, EXPLORACIÓN PETROLERA EN EL FRENTE PLEGADO LARAMIDE DE LA SIERRA MADRE ORIENTAL, Ciencia UANL, 2020, recuperado de: <http://cienciauanl.uanl.mx/?p=7051>

EjeAtlas, Parque Eólico PIER de Iberdrola en Puebla, México, 2020, Recuperado de: <https://ejatlas.org/conflict/parque-eolico-pier-de-iberdrola-en-puebla-mexico>.

Milenio, En la pandemia, avicultura mantiene niveles de producción, 15 de agosto de 2020, recuperado de: <https://www.milenio.com/politica/comunidad/en-la-pandemia-avicultura-mantiene-niveles-de-produccion>.

La Jornada de Oriente, La contaminación en Tehuacán genera alta incidencia de cáncer y males respiratorios, 9 de junio de 2009, recuperado de: <https://www.lajornadadeoriente.com.mx/2009/06/09/puebla/sal109.php>  
Sanchez Sheila, El agave, más que una planta para elaborar tequila, 4 de marzo de 2017, EXPANSIÓN, recuperado de: <https://expansion.mx/empresas/2017/03/04/el-agave-mas-que-una-planta-para-elaborar-tequila>

Redacción, El mezcal de Oaxaca, la bebida más exportada de México, 12/01/2018, EXELSIOR, recuperado de: <https://www.excelsior.com.mx/nacional/2018/01/12/1213349>

ETC GROUP, "¿Quién controla la economía verde?", documento sin fecha ni lugar, pp.68.

CONANP, Programa de adaptación al cambio climático de la reserva de la biosfera Tehuacán – Cuicatlan, Mexico, 2018, PP. 166.

CONAFOR, (2017), REDD+ en México, <https://www.gob.mx/conafor/documentos/redd-en-mexico>.

SIMEC, (2010), Tehuacán – Cuicatlán, <https://simec.conanp.gob.mx>

UNESCO, (2018), El Valle de Tehuacán-Cuicatlán: hábitat originario de Mesoamérica ingresa a la Lista del Patrimonio Mundial como sitio mixto, [http://www.unesco.org/new/es/media-services/singleview/news/tehuacan\\_cuicatlan\\_a\\_la\\_lista\\_del\\_patrimonio\\_mundial\\_como/](http://www.unesco.org/new/es/media-services/singleview/news/tehuacan_cuicatlan_a_la_lista_del_patrimonio_mundial_como/)

**“Que que eu faço: estão destruindo  
minha casa agora! Onde que eu vou  
morar? Comunidade tradicional  
do Cajueiro frente ao embate  
transnacional**



## **“Que que eu faço: estão destruindo minha casa agora! Onde que eu vou morar?” Comunidade tradicional do Cajueiro frente ao embate transnacional<sup>1</sup>**

Dayanne da Silva SANTOS<sup>2</sup>

Julio Itzayán Anaya LÓPEZ<sup>3</sup>

### **Resumo**

“Eu sou moradora de Cajueiro há 55 anos. Quando eles chegaram falando de indenização falaram que todos tínhamos que sair porque se não, eles iam entrar de qualquer jeito (...) as autoridades já estão acostumadas a pisar nossas cabeças”. Neste contexto de deslocamento, violências e invasões dos territórios tradicionais, por meio de pesquisas de campo junto ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) realizamos desde 2014 etnografias/acompanhamento dos espaços de mediação seguido de entrevistas semi estruturadas com moradores locais sobre o conflito em torno de um novo porto privado, construindo uma reflexão crítica com eles (moradores) sobre como se dar a resistência e a territorialidade hoje, mesmo quando projetos desenvolvimentistas se perpetuam no Estado. Está em jogo uma disputa sobre a memória da terra que vem sendo silenciada para a efetivação de interesses transnacionais. Nas agendas de políticas do Estado observamos a efetivação de relações racializadas que obrigam a uma segunda desterritorialização mais de 500 famílias para a implantação de um cenário cada dia mais caótico de desigualdades sociais e ambientais no estado do Maranhão.

### **Palavras-chave:**

Território tradicional; Necropolítica; Violências; Desenvolvimento; Cajueiro.

### **Cajueiro e a defesa de um território negro**

A voz, fala e verdades negras ecoam com força:

Nós, militantes do quilombo urbano, estamos aqui em defesa deste território preto porque os negros que valem? Nossos territórios indígenas tradicionais, quilombolas, aqueles a quem expulsam dos territórios é a nós, os negros, a quem eles massacram na periferia, massacram nossa

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório”.

<sup>2</sup> Mulher negra, ativista, poeta e de terreiro. Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e integrante do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA). Contato: [lavignedayanne@gmail.com](mailto:lavignedayanne@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Antropologia Social pela Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH, México). Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCSoc/UFMA e membro do GEDMMA/UFMA. Contato: [enahcai55@gmail.com](mailto:enahcai55@gmail.com)

juventude. Estamos aqui em defesa de Cajueiro porque ele resiste e vai resistir (Palavras de mulher integrante do Quilombo urbano<sup>4</sup> durante manifestação no Cajueiro pelo lançamento da pedra fundamental, no dia 16/03/2018).

As perspectivas orientadas no devir negro no mundo anunciam outros mundos possíveis. Prestem atenção, o lixo tá falando e vocês não vão mais nos amordaçar como fizeram no passado, pois:

Vidas negras importam  
O capitalismo, que noutros tempos vez tentou silencia-nos com aculturação,  
com a negação da nossa humanidade,  
com punição física, com escravidão,  
não conseguiu aprisionar nossas mentes,  
porque mais do que corpos somos sementes e germinamos,  
nós multiplicamos  
(Poema de mulher negra durante manifestação no Cajueiro, 16/03/2018).

O território aqui só pode ser entendido na medida em que se reconhece, que os corpos que o compõem são de pessoas, em sua grande maioria negras, onde a territorialidade que torna o território possível só existe na medida em que estando sob ameaça, esses corpos enfrentam o Estado, ou seja, a medida que reexistem a um cenário de guerra. Estar de pé/resistentes é permanecer em ocupação pela vida, por exemplo, na frente do Palácio dos Leões. Esse é um ato revolucionário.



**Figura: Ocupação na Frente do Palácio dos Leões em defesa de Cajueiro em 2019**  
**Foto: Arquivo do grupo GEDMMA/UFMA**

---

<sup>4</sup> Nesse contexto se tem o Quilombo Urbano, que se trata de um movimento político-cultural que nasce através da arte, onde os sujeitos participantes trabalham em benefício da libertação e da criação de condições objetivas para a luta contra as opressões. O “Quilombo Urbano” é o movimento maranhense de principal referência para o hip-hop (break, rap e grafite). O Quilombo Urbano se define como uma organização: “NEGRA, SOCIALISTA E REVOLUCIONARIA!”. O “Quilombo Urbano” resgata referenciais do passado de resistência da população negra como os quilombos e rearticula com as demandas do presente, propondo mudanças e novas estruturas societárias. Disponível em: <http://quilombourbano.blogspot.com/> Acesso em: 13/04/2020. Um grupo de Hip Hop Militante que desenvolve por meio da música um trabalho de base nas periferias da cidade de São Luís o empoderamento dos jovens negros, um grupo que caminha em busca de justiça social para seu povo, no qual a voz, principalmente das mulheres estremece as muralhas do governo atual. Mais informações em: <https://pt-br.facebook.com/QuilomboUrbanohiphopmilitante>. Acesso em: 13/04/2020.

Kabengele Munanga (1990, p. 51) afirma que, “as teorias explicativas do fenômeno complexo e desastroso chamado racismo são numerosas e, às vezes, contraditórias. Nenhuma delas seria capaz de esgotar a questão e de trazer uma luz definitiva”. Dentro de uma economia de guerra, classe informa raça, raça informa a classe, gênero informa classe e raça é acima de tudo a maneira como a raça é vivida (DAVIS, 2016).

A construção do porto na comunidade tradicional do Cajueiro (composta por cinco territórios étnicos) sem a realização de uma “consulta prévia”<sup>5</sup> faz parte do processo de negação do povo negro enquanto sujeitos de direitos no seio das relações sociais racializadas. O Maranhão é terra de colônia/engenho/escravidão, sobre ele se constituíram governos oligárquicos, o mais longo e duradouro foi o da família Sarney. Assim, desde os anos 1980 a política de desenvolvimento em curso é o próprio exercício sistêmico da necropolítica.

Esse governo até hoje respinga nas vidas das pessoas, em sua grande maioria negras e originárias (indígenas) de forma negativa, pois a ideia de “progresso/desenvolvimento” disseminada por ele, olhando sempre para a Europa e Ocidente, tornou a realidade do subdesenvolvimento uma questão legalizada nas políticas desenvolvimentistas gestadas/implantadas no estado do Maranhão em todo o Brasil, no qual ainda hoje, impera o racismo disfarçado de neoliberalismo, desenvolvimento e globalização. Nesse contexto, o desenvolvimento nunca é social, mas econômico e transnacional.

Nessa lógica de exportação dos corpos e territórios tradicionais se desterritorializam comunidades inteiras em nome do desenvolvimento de um país que ainda se mira no espelho da branquitude, se quer branco/Ocidental. Um dos inúmeros exemplos que podemos compartilhar aqui vem sendo o caso da Comunidade Tradicional de pescadores do Cajueiro composta por cinco núcleos populacionais, constituído por mais de 400 famílias e que abriga um dos terreiros de Tambor de Mina mais antigo do Maranhão, o Terreiro do Egito, território negro ancestral que ainda hoje existe e resiste ao avanços desenfreado da cidade, que ler Cajueiro e as demais comunidades locais existente na região como vazios demográfico, quando se prever a expansão de projetos desenvolvimentistas em áreas de interesses do capital nacional e internacional para facilitar a exportação de commodities alimentando o corredor colonial de exportação Mina-Ferrovia-Porto.

Outro exemplo temos o caso das comunidades negras de Alcântara para a ampliação da base de lançamento de foguetes com financiamento dos E.U.A. O que se observar na lógica dos projetos desenvolvimentistas é que os governos mudam, mas o sistema histórico de opressão continua operando no funcionamento da Nação (DAVIS, 2016).

---

<sup>5</sup> Trata-se de uma etapa anterior, organizada pelas próprias comunidades no sentido de buscar informação e formação a respeito de direitos, legislação, impactos negativos dos grandes empreendimentos, e no sentido de fortalecimento da luta e da resistência articuladas entre os territórios quilombolas de forma autônoma. Mais informações em: <https://consultapreviaquilombola.wordpress.com/2018/06/22/lancada-campanha-nacional-pela-consulta-previa/>.



Figura: Mapa da área de Cajueiro  
Foto: Arquivo do grupo GEDMMA/UFMA

### Dia 12 de agosto de 2019

“era noite quando a tropa de choque da polícia chegou lançando bombas e gás sobre a gente, parecia cenário de guerra e nós éramos a ameaça, logo nós que tínhamos nas mãos cartazes, faixas, apitos” expressa um morador do Cajueiro lembrando o que aconteceu aquela noite, noite na qual correr “foi inevitável, pois eles vieram pra cima da gente com violência” (Relato de manifestante na ocupação no Palácio dos Leões).

Durante a noite do dia 12 de agosto de 2019, mais uma violência, desrespeito e injustiça contra a população. O Grupo de Choque da polícia do estado arremeteu bombas de fumaça e gás contra os “ocupantes que ameaçavam a integridade e segurança do Palácio”, segundo um comunicado posterior das autoridades. Qual era a ameaça à Nação? 20 pessoas com cartazes nas mãos, entre eles estavam idosos, crianças e apoiadores do movimento que acampavam deitadas no chão esperando a resposta de alguma autoridade ou representante público. “A ocupação ocorreu porque nossas casas estavam sendo derrubadas, como se não fossemos humanos”, expressou uma moradora.

Eram cerca de 23:00 h quando a necropolítica se efetivou. A tropa de choque contra o povo expressava a soberania com o seu direito de matar. É contra esse estado de exceção que temos que buscar a potência da margem, pois o Estado “não respeita os limites de identidade mais do que respeita os da morte, ou, ainda esses limites são os mesmos; ele é a transgressão de todos esses limites” (MBEMBE, 2019 p. 15).

O porto em Cajueiro é seguido da justificativa das autoridades de que, as obras trariam desenvolvimento para as comunidades locais. Quando os modelos de desenvolvimento impulsionados pelas políticas públicas foram questionados – mais uma vez - pelos moradores locais, o governo veio com bombas e gás de efeito moral. Ao longo dos últimos cinco anos, a comunidade de Cajueiro viveu inúmeras situações de assédio, abuso e violação de direitos humanos e ambientais no referente à instalação e construção do porto em sua comunidade.

O desmatamento forçado não parou desde que começou; as ameaças as lideranças e apoiadores também não; e a flexibilização e violação de legislações ambientais e judiciais tem sido constantes neste processo.

O protesto é um dos instrumentos de defesa dos grupos marginalizados, por meio dele o corpo interdita e interpela o aparelho estatal forçando-o a uma escuta. Funciona como um canal de comunicação que expõe os corpos violentados nas ruas, na arena pública e força por meio de mídias alternativas o Estado a uma escuta. Escuta com o Estado que é fragmentada, porque nem todos que ocupam as ruas podem participar e depois essa escuta é submetida à validação de representantes estatais que em sua maioria são homens brancos, com esse forte ideal de branquitude (CARNEIRO, 2003).

Sentando-se à mesa da sua casa, após ter compartilhado conosco os alimentos que preparou, uma liderança do Cajueiro, quando consultada a respeito de sua opinião sobre as ofertas de emprego que os representantes da empresa fizeram a ele, responde com voz firme:

Eu não quero trabalho, eu já tenho trabalho: meu trabalho é pescar, fazer a roça, viver na natureza é o que eu sei e quero fazer. Não quero ser um empregado então se perguntam para mim, não, não quero esse emprego. É o que meus pais me ensinaram, sei pegar uma manga no quintal, macaxeira, quiabo, caju, e o que sei fazer e o que quero que meus filhos façam aqui (Morador de Cajueiro. Transcrição de áudio, 20 de setembro de 2018).

Numa Audiência Pública que tivemos a oportunidade de acompanhar, foi possível ouvir os depoimentos das pessoas que foram deslocadas e “indenizadas” pela empresa para sair de Cajueiro. Muitos moradores expressaram:

Nós temos aqui décadas, eu desde pequeno cresci aqui. É injusto que o governo queira tirar nos daqui (...) (...) A gente se sentia bem sabendo que entre todos nos ajudávamos, e nos sentíamos mal quando não conseguíamos nos ajudar. Aí era uma riqueza. Eu me digo a mim mesma que eu era rica e nem eu sabia disso. Morando fora de Cajueiro todos os dias são preocupações porque temos que ter dinheiro para poder comprar as coisas e lá no Cajueiro não precisávamos ter dinheiro, só fomos pro mar e pegávamos o peixe (Moradores de Cajueiro. Transcrição de áudio, 11 de abril de 2018).

A riqueza é descrita como algo que faz parte do coletivo, do viver em comunidade, ela é acima de tudo distribuída e está relacionada ao ir no mar a hora que precisar e pegar um peixe para comer, essas são ontologias asfixiadas pelos projetos de desenvolvimento econômicos que afetam diretamente outras formas de produzir economia, formas que estão baseadas nas trocas, no respeito as áreas sagradas, e na partilha do que se planta e se pesca.

Nessa perspectiva, ser rico para as pessoas que querem continuar vivendo no e de Cajueiro é não depender do dinheiro para conseguir se alimentar, a luta contra a fome do para os povos negros é uma luta colonial. Para quem quer permanecer em Cajueiro a maior pobreza é ter que ir para a cidade e depender do dinheiro para se alimentar e sobreviver.



O trabalho de campo, as escutas de audiências, ocupações realizadas na comunidade e em ambientes de interpelação da vida nos permite identificar como a justiça é suspensa para o exercício legal da violência de estado, da violação dos direitos humanos, ambientais e ancestrais dos moradores de Cajueiro:

A mentira – seja aquela espalhada por órgãos oficiais ou na forma de boato, pelos jagunços – é mecanismo de tentativa de dominação numa batalha violenta para a legitimação de espécie particular de “verdade jurídica” no Cajueiro. Ela inverte e retira sentidos de fatos, direitos, funcionalidades de instituições e documentos enquanto retroalimenta o terror de fato e a “insegurança jurídica” (PEDRO, 2017, p. 164).

O campo jurídico tem uma importância central no caso do Cajueiro, já que existe uma maneira particular de produzir a verdade jurídica, “velha e arcaica prática” do jogo “regulado por outros sub poderes enraizados da sociedade capitalista”. Neste contexto, é importante lembrar que “ao tutelar a natureza, tendo em vista a sua utilidade econômica, as novas leis ambientais se opõem às representações atribuídas pelos diversos grupos sociais designados como povos e comunidades tradicionais do país” (SHIRAISHI, 2017, p. 119), pelo qual encontramos “o uso crescente do direito como mecanismo de elaboração e legitimação da pilhagem” (MATTEI & NADER, 2013, p.2). Assim, “a organização do direito (e dos sistemas de justiça nos Estados nacionais) torna-se uma medida indispensável à garantia da reprodução e difusão de todo o sistema econômico” (SHIRAISHI, 2017, p. 121). Por isso, não resulta difícil compreender que:

É nesse nível que estariam situadas as formas do saber-poder utilizadas pelos agentes defensores do terminal portuário as quais são contrapostas, em resistência, pelas narrativas de vivências cotidianas das famílias do Cajueiro, por fatos que passam, até mesmo, pelos corpos dos moradores que lutam pela permanência na comunidade (PEDRO, 2017, p. 164).

Formas de saber-poder e formas baseadas nos interesses dos interesses do grande capital transnacional. Pedro conclui que “no Cajueiro, os modelos de verdade em disputa passam por <jogos de prova> que vêm desprezando os argumentos dos moradores antigos e famílias, tendo as características da violência, do racismo institucional” (PEDRO, 2017, p. 164).

Retomando as propostas de Mbembe, podemos afirmar que o caso do Cajueiro:

parece agrupar, em um caso, inúmeros exemplos e reflexos de um amplo sistema de economia clandestina e colonial do Estado em ação (...) Trata-se de um formato de estruturação social característico de Estados africanos e de outras localidades que são constituídas como colônias e margens por situações, como o desabastecimento (de acesso a políticas públicas e garantia de direitos), “desinstitucionalização, violência generalizada e desterritorialização”(MBEMBE, 2011, p. 79).

A proposta de Achille Mbembe (2012) ao falar de necropolítica é sumamente interessante se compreendemos que entre as principais particularidades para defini-la temos que: 1) trata de contextos e localidades nos quais o estado de exceção torna-se tão normal, a ponto de não ser mais uma exceção; 2) aponta para a exploração generalizada da



existência humana em situações que culminam politicamente com a destruição material dos corpos e o julgamento de populações como descartáveis ou supérfluas; 3) mostra como o exercício do poder soberano apela continuamente para a noção fictícia ou fantasmática de inimigo (os grupos considerados descartáveis em nome de um “bem comum” ou “interesse público”) para buscar legitimação, numa perfeita articulação entre tecnologias capitalistas e ideologias nacionalistas que invocam o “bem da nação” (MBEMBE, 2012, p. 135).

**Considerações em andamento:** Estão colocando uma pedra sobre a gente.

Tomando o microfone ligado no carro de som, na frente dos postos de segurança da empresa no próprio Cajueiro durante o lançamento da pedra fundamental do empreendimento, um companheiro do movimento gritou “nos tratam como cidadãos de segunda ou terceira classe, eles não respeitam os nossos direitos porque somos pobres, camponeses e pescadores. Não valemos o mesmo porque somos negros, eles nos tratam como se não fossemos pessoas” (Liderança de Cajueiro durante a manifestação, 16/03/2018).

O “ser considerado” na perspectiva do morador da comunidade pessoa de segunda ou terceira classe denuncia a violência presente na efetivação do porto privado no Maranhão. Mais uma vez, o que vemos é racismo operando nos processos desenvolvimentistas com a manutenção da colonialidade. Assim, corpos negros continuam sendo desumanizados pelo poder do soberano/da casa grandes/da branquitude que detém as formas coloniais de produzir violências e mascarar-las como projetos de melhoria.

Para compreender sobre lógicas de envolvimento e não de transformação, acumulação e exportação, acionamos aqui as palavras políticas e poéticas de um dos grandes mestres da cultura popular no Maranhão:

Maranhão, meu tesouro, meu torrão  
Fiz esta toada pra ti, Maranhão  
Terra do babaçu que a natureza cultiva  
Esta palmeira nativa é que me dá inspiração  
Na praia dos lençóis tem um touro encantado  
E o reinado do rei Sebastião  
Sereia canta na proa  
Na mata o guriatã  
Terra da pirunga doce  
E tem a gostosa pitombotã  
E todo ano, a grande festa da Juçara  
No mês de outubro no Maracanã  
No mês de junho tem o bumba-meu-boi  
Que é festejado em louvor a São João  
O amo canta e balança o maracá  
A matraca e pandeiro é que faz tremer o chão  
Esta herança foi deixada por nossos avós  
Hoje cultivada por nós  
Pra compor tua história Maranhão.

Na lógica do desenvolvimento econômico a herança deixada por nossos avôs, como já apontava o mestre Humberto do Maracanã de São Luís do Maranhão, não entra/não conta e é um empecilho a não ser que seja para folclore, para turista vê ou para exportação. As dimensões das diversas culturas (modo de ser de um povo) que compõem a história do Maranhão, não entram na consciência de fabricação da capital, da chamada “Atenas brasileira”.

São Luís, cidade dos azulejos e prédios antigos de casas coloniais, é o que se exalta nos projetos turísticos e desenvolvimentistas, enquanto que os grupos locais cantam: terra das palmeiras, onde canta o sabiá, onde o amo canta e balança o maracá, a matraca e pandeiro é que faz tremer o chão, herança deixada por nossos avôs e hoje cultivada por nós é que nos levanta e dá inspiração. A (re)existência das comunidades vem do envolvimento, do cuidado, de um aprendizado que é antes de tudo oral, sentido e vivido nos territórios.

Humberto do Maracanã assim como muitos outros mestres/mestras da cultura maranhense, exalta as belezas e riquezas de um Maranhão que vem sendo asfixiado pelo chamado progresso/desenvolvimento. As matas não dão mais tanto coco, os peixes não conseguem respirar direito, as terras estão sendo cercadas ora pelo Estado, ora por empresas. Tudo isso impossibilita a agricultura familiar e a pesca artesanal, ameaçando a soberania alimentar, intensificando e criando novas desigualdades sociais.

Humberto do Maracanã, conhecido por o Guriatã<sup>6</sup>, foi um dos maiores mestres reconhecidos em vida da cultura maranhense, comandando o bumba boi de sotaque de matraca, boi do Maracanã (batalhão pesado), um bairro de São Luís, uma das maiores orquestras de percussão, nos ariscamos a dizer, do mundo. Humberto foi assim como João Chiador, homens de voz únicas que ao som das matracas e tambores cantarolavam sobre a cultura, história e religião, sintetizando assim a força de seu povo. Guardiões de uma memória que segundo Lélia González(1984) e Sueli Carneiro (2003) enegrecem o Estado/país, pintam de “pretuguês” as relações sociais e instauram regimes de existências outros, onde tanto pessoas como outros entes participam da sociedade, onde a natureza é humana. A efetivação do porto privado na comunidade do Cajueiro é um atentado contra todos os povos e comunidades do Brasil, pois ao ameaçar a natureza cria mundo de mortes para pessoas, território, mangue, rios, matas, mar, ou seja, está em risco a própria existência humana centrada em cosmopolíticas afro-brasileiras (ANJOS, 2008). É preciso problematizar: Quando o governador atual fala de desenvolvimento e melhoria para o povo, a quem ele se refere de fato?

Desde 1970 uma série de projetos de modernização/urbanização encobertam vidas, sufocam, assoreiam, desmatam, cercam, matam em nome do desenvolvimento econômico do país. A reflexão que apresentamos aqui não é nova, mas seus dirigentes o são. O novo governador do Maranhão para as comunidades tradicionais locais é, no papel, comunista,

---

<sup>6</sup> Um pássaro que na mata tende a imitar o som dos outros pássaros.

mas mostra nos seus atos atitudes fascistas e neoliberais. Em “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, Lélia Gonzalez (1984), militante do movimento negro, antropóloga e intelectual negra brasileira, destaca de forma irônica:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. Por aí se vê que o barato é domesticar mesmo (GONZALEZ, 1984, p. 226).

O racismo é o instrumento e o meio legal onde a diferença é demarcada à brasileira, onde o projeto do porto, da base de foguetes, de rodovias, ferrovias etc., são os novos navios negreiros, pois continuam a transportar pessoas como se fossem meras mercadorias. A exportação não parou já que os recursos do passo ainda são humanos, mas subjugados a viver uma cidadania de segunda ou terceira classe como dito na fala do morador do Cajueiro. Refletir sobre o processo de construção do novo porto privado é falar de um processo antigo de desterritorialização (deslocamento compulsório), é entender como o Estado opera sob estruturas de opressões históricas e legais para decidir quem deve ficar e quem deve sair, quem vive e quem morre pelo bem da Nação.

Os moradores locais mesmo com todas as violências e ameaças a seus corpos/território, não calam: “Nós somos o terror do sistema que tentou nos massacrar, o pesadelo da classe que nos acreditava um exemplo de docilidade (...) Choramos cada preto e preta que eles matam, mas enxugamos as lágrimas e continuamos lutando” (Fala de uma militante negra durante a manifestação/ocupação na frente do Palácio dos Leões, 12/08/2019. Anotações do caderno de campo).

Mais quitournemavoix? Qui écorche ma voix? Me fourrant dans La gorge mille crocs de bambou. Mille pieux d'oursin. C'est toi sale bout de monde. Sale bout de petit matin. C'est toi sale haine. C'est toi poids de l'insulte et cent na de coups de fouet. C'est toi cent ans de ma patience, cen ans de mes soins juste à ne pas mourir<sup>7</sup> (CÉSAIRE, 2012, p. 40).

Finamente, temos como desafio a difícil missão de não esquecer as seguintes palavras: “Nosso inimigo não dorme, ele ataca nossos direitos, criminaliza nossa luta, silencia nossos corpos, mas não pode silenciar nossos mortos. Somos Marielle, Anderson e todo negro e negra vitimado por esse sistema” (Poema de mulher negra durante a manifestação do dia 16/03/2018 no Cajueiro).

---

<sup>7</sup> Tradução: Mas quem muda minha voz? Quem esfolia minha voz? Enfiando-me na garganta mil estacas de bambu. Mil espinhos de ouriço. És tu sujo fim de mundo. Sujo fim de madrugada. És tu sujo ódio. É teu peso do insulto e cem anos de chicote. És tu cem anos da minha paciência, cem anos dos meus esforços só para não morrer (CÉSAIRE, 2012, p. 41).

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, José Carlos Gomes. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. Debates do NER, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77- 96, jan. /jun. 2008. Disponível em: Acesso em: 02/12/2015.
- ANJOS, José Carlos Gomes. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados. 17 (49), pp. 117-132, 2003.
- CÉSAIRE, Aimé. Chaier d'un Retour au Pays Natal, Diário de um Retorno ao País Natal. Trad, posfácio e notas Lilian Pestre de Almeida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução. Heci Regina Candiani. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. SACHS, Wolfgang (Editor). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59- 83.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, pp. 223–244, 1984.
- MATTEI, Ugo; NADER, Laura. “A Pilhagem e o Estado de Direito”. In: Pilhagem. Quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: Martins Fontes, 2013, pp. 01-14; 15-57.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2019.
- \_\_\_\_\_. “Necropolítica, una revisión crítica”. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas. México: UNAMMUAC, 2012, pp. 130-139.
- \_\_\_\_\_. Necropolítica seguido de El gobierno privado indirecto. Traducción y edición: Elisabeth FalomirArchambault. Editorial Melusina, 2011.
- MUNANGA, Kabengele. Racismo da desigualdade a intolerância. São Paulo em Perspectiva, 1990, pp. 51-54. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02\\_09.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v04n02/v04n02_09.pdf). Acesso em: 20/07/2019.
- PEDRO, Viviane Vazzi. “Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. Tese. Pós-graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2017.
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão. São Luís: FAPEMA, 2014. Relatório Técnico-Científico. Mimeo.
- SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; CARDOSO, Rosiane Mendes. O sistema Mina-Ferrovia-Porto e as lutas territoriais no Maranhão. ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016. P. 181-201.
- SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Globalização do Direito: novos conteúdos à natureza. Revista Internacional de Direito Ambiental, v. VI, n.17, pp. 115-140, 2017.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

# **Estratégias de resistências frente a mineração: assentamento Roseli Nunes (MT), muito além do Ferro e Fosfato, as riquezas de um território da reforma agrária**

# **Estratégias de resistências frente a mineração: assentamento Roseli Nunes (MT), muito além do Ferro e Fosfato, as riquezas de um território da reforma agrária**

Franciléia Paula de CASTRO<sup>1</sup>

Lucinéia Miranda de FREITAS<sup>2</sup>

Devanir Oliveira de ARAUJO<sup>3</sup>

José Gomes da SILVA<sup>4</sup>

## **Resumo**

O Assentamento Roseli Nunes localizado na região sudoeste de Mato Grosso desde a sua conquista em 2000, trava uma luta permanente pela defesa do seu território, pois, além da pressão do agronegócio, desde 2010 se encontra ameaçado por um projeto de Mineração de Ferro e Fosfato. A descobertas das jazidas foram celebradas pelo governo do Estado “de porte internacional” de interesse econômico para os setores do agronegócio. Porém é possível um projeto de mineração sobrepondo um projeto e reforma agrária? Essa foi a pergunta do Ministério Público Federal ao Departamento Nacional de Produção Mineral e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária após denúncias das organizações e movimentos socioambientais. Porém, as famílias que residem no Assentamento, decidiram que elas mesmas responderiam à toda sociedade. Iniciou-se a elaboração e monitoramento permanente de um plano estratégico de resistência no território frente as ameaças alertando sobre os riscos, a perda de direitos dos/as camponeses/as e os impactos aos recursos naturais, mas sobretudo a narrativa do anúncio das riquezas produzidas no assentamento. Muito além do ferro e fosfato o assentamento é referência agroecológica em Mato Grosso, com produção de alimentos saudáveis, preservação e conservação dos recursos naturais e luta por um território livre.

**Palavras-chave:** territórios livres; mineração; reforma agrária

## **Contexto agrário em Mato Grosso:**

O estado de Mato Grosso tem uma expressiva diversidade de produção agropecuária, com importante participação da agricultura familiar camponesa e dos povos do campo, das águas e das florestas no abastecimento alimentar estadual, geração de trabalho e renda, construção da autonomia financeira de mulheres e jovens e na realização de serviços ambientais, como proteção dos diferentes biomas.

---

<sup>1</sup> Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional- FASE

<sup>2</sup> Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ

<sup>3</sup> Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra

<sup>4</sup> Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA.



No entanto, no campo político, acadêmico e midiático tem ressaltado a sua vocação para o agronegócio, é nessa perspectiva que o estado se coloca no cenário produtivo nacional como celeiro do mundo, sendo considerado o maior produtor nacional de grãos e carne. Se consideramos apenas a área ocupada pela soja na safra 20/21 ficou em 10,30 milhões de ha 3,18% maior que a área do ciclo 19/20 (IMEA, 2021).

Essa necessidade de expansão territorial coloca o agronegócio em enfrentamento direto com os povos e comunidades rurais, pois partindo da premissa que não existe terras vazias (terras públicas sim, mas não significa vazias) para expandir sua área plantada esse setor depende de expropriar terras ocupadas, seja por comunidades rurais, sejam unidades de conservação e preservação ambiental. É expressivo que nas regiões ditas “fronteiras de expansão” há maiores índices de crimes ambientais, como queimadas e derrubadas, mas também há maiores índices de violências contra os povos e comunidades, conforme sistematiza a Comissão Pastoral da Terra - CPT nos cadernos Conflitos no Campo Brasil publicados anualmente desde 1985.

Porém, não é só a demanda direta de expansão territorial que coloca o agronegócio em colisão com as comunidades rurais, com a dependência de fertilizantes de origem mineral, como fosfato, o agronegócio é altamente dependente da mineração, sendo este outro setor de gigantesco impacto sobre o meio ambiente e os povos camponeses, originários e tradicionais.

### **Modelo minerário e a relação com o agronegócio:**

A atividade de exploração mineral, apesar de essencial para o desenvolvimento da sociedade, tem sido calcada em uma perspectiva que gera impactos socioambientais irreversíveis, no entanto, pela capacidade de produzir mercadorias de interesses internacionais, esses impactos têm sido sistematicamente desconsiderados e invisibilizados. Até ocorrer tragédias como os rompimentos das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho – MG em 2015 e 2019 respectivamente.

Morar em um município com importantes jazidas de qualquer tipo de minério longe de representar qualidade de vida, tem representado conflitos diversos para a população em geral, isso por que

As mineradoras acumulam cada vez mais montanhas de dólares em lucros ao mesmo tempo em que, por outro lado, também acumulam cada vez mais tragédias humanas e ambientais, acopladas a cidades inchadas com precárias condições em serviços de infraestrutura, falta de saneamento básico, poluição da água, empobrecimento e, em alguns casos, até trabalho infantil (LOEBENS, 2019. s/p)

Outro fato que movimenta o setor minerário no Brasil é a sua relação direta com o agronegócio. A monocultura de grão é completamente dependente da indústria de fertilizantes. Sendo que, no Brasil apenas cinco culturas ocupam 88% do total da área plantada e cinco estados (dentre esses Mato Grosso) representam 65% do total da área plantada (Ministério de Minas e Energia, 2017), tendo um peso econômico muito grande a

pesquisa de minerais fertilizantes como fosfato e potássio nesses estados.

Em 2010 o governo do estado de Mato Grosso anunciou a descoberta de uma jazida de minério de ferro e fosfato com as dimensões de Carajás, embora com menor teor, no município de Mirassol D'Oeste. A notícia da descoberta das jazidas, atraiu imediatamente a atenção do governo do Estado, e setores financeiros e do agronegócio sendo amplamente divulgado como “novo pré sal”.

Em 2016 a Brasil Exploração Mineral (Bemisa) apresentou, no Simexmin – Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral, em Ouro Preto (MG), o Projeto Jauru Fosfato. Localizado na cidade de Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso, o empreendimento tinha em vista a produção de 200 mil toneladas de ácido fosfórico (P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>), a partir de 2020, a quantidade equivale a 20% do consumo atual do Estado.

A ampla divulgação em mídias locais buscava atrair apoio para o projeto de exploração mineral, devido ao fato de que a mesma busca atuar em uma área a muito tempo destinada a programas de reforma agrária, pertencente ao assentamento Roseli Nunes (PAULA et al, 2017 p.7)

O Assentamento Roseli Nunes em Mirassol D'Oeste é um projeto modelo de reforma agrária e de agricultura agroecológica no estado e nacionalmente, onde 330 famílias vivem e trabalham, implementando um modelo alternativo de práticas agrícolas sem o uso de insumos químicos e agrotóxicos. Essas famílias produzem uma diversidade de alimentos saudáveis que garante a subsistência e comercialização local.

Desde 2005, têm comercializado o excedente em mercados institucionais regionais através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), abastecendo as escolas do próprio assentamento e de municípios vizinhos (MARLEBA, 2014, p 10).

### **Diferentes razões para dizer não a mineração:**

Após o anúncio da descoberta dos minérios em Mirassol D'Oeste, o próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) comunicou as famílias do Assentamento Roseli Nunes a possibilidade de desafetação do assentamento para fins de exploração Mineral.

Apesar do Projeto de Assentamento Roseli Nunes estar consolidado desde o ano de 2002, em julho de 2013 alguns servidores do INCRA chegaram a informar aos assentados que as famílias teriam que ser retiradas do local devido à descoberta de minério no subsolo daquela área, e ainda, que eles não seriam beneficiados de qualquer modo pela atividade extrativista pelo fato do bem pertencer a União.

O pedido para realização de pesquisa mineral já havia sido feito em 2007 pela empresa Geomin – Geologia e Mineração que, ao final, desistiu do requerimento da pesquisa. No entanto, foi verificado a existência de outro processo em tramitação no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, do mesmo ano e da mesma mineradora, cujo título minerário se sobrepõe parcialmente aos Projetos de Assentamentos Cecília Antunes, Roseli Nunes e Santa Helena II.

O comunicado do INCRA aos assentados/as provocou um contexto de incertezas e dúvidas as famílias do Assentamento Roseli Nunes, gerando adoecimento de muitos moradores, que passaram a temer a perda de suas terras.

Por iniciativa dos próprios agricultores do assentamento, e movimentos sociais locais, foi realizada ainda em 2013 uma Assembleia geral no assentamento Roseli Nunes com convocação de todas as famílias, para que o INCRA prestasse esclarecimentos sobre o projeto Jauru e a sobreposição sobre o assentamento.

O assentamento decidiu monitorar os projetos minerários na região e traçar uma estratégia de defesa do território, com ações internas e articulação externa. Em outubro de 2014 encaminharam uma denúncia ao Ministério Público Federal de Mato Grosso solicitando investigação sobre os processos e pedidos de Mineração no Assentamento. A denúncia deu abertura ao Inquérito Civil nº 1.20.001.000222/2014-88.

A articulação com outros movimentos, organizações e redes se ampliaram neste período, com participação das lideranças do assentamento em eventos regionais, estaduais e nacionais sobre os impactos da Mineração e estratégias de resistências e mobilização social.

Em 2016 foi realizado uma pesquisa visando a construção de territórios livres, além dos agrotóxicos as famílias do Assentamento Roseli Nunes denunciaram as ameaças da Mineração, destacando a importância de ações para conter os impactos no território. Na ocasião foi elaborado um Plano Estratégico de Resistência – PER, com metas e ações visando a constituição de territórios livres (CASTRO, 2016).

Entre as ações no plano estava a mobilização dos assentados sobre os riscos da mineração, e os impactos no território, a busca parcerias para divulgar e denunciar os projetos de mineração na região e no estado. Dar visibilidade aos impactos e fortalecer o Comitê Estadual de Enfretamento a Mineração, e a Criação de um grupo local no assentamento.

Foi então constituído um Coletivo de Resistencia Roseli Nunes com a participação de lideranças locais, representantes das associações do assentamento, da escola, do Movimento dos Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, e de organizações socioambientais com atuação no assentamento como a FASE para monitoramento e execução do plano.

Somente em 2017 o MPF/MT deliberou sobre o inquérito aberto, fazendo uma recomendação para que o Incra e DNPM de Mato Grosso criassem um sistema de cooperação institucional sobre áreas de reforma agrária e extração mineral. A recomendação, teve força de notificação, e objetivo avaliar a viabilidade da extração mineral em áreas destinadas à reforma agrária.

Em 2018 o Coletivo de Resistencia em parceria com a FASE, com o Comitê em Defesa dos territórios frente à Mineração e o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração - MAM, decidem realizar uma imersão no assentamento Roseli Nunes sobre o tema da Mineração. Com objetivo de levantar argumentos que buscam responder ao Ministério Público e a sociedade as razões para que o Assentamento Roseli Nunes seja um território livre de Mineração.

A Imersão durou 07 dias e contou com a realização de oficinas com mulheres e juventudes, Seminário sobre o tema da Mineração com os alunos da Escola do

Assentamento, rodas de conversas e visita as famílias e as associações de produção agrícola do assentamento e nas comunidades vizinhas, realização de noite ecumênica com as igrejas do assentamento, feiras de alimentos produzidos no local, e captação de audiovisual das paisagens, práticas e recursos naturais como cavernas e fontes de águas existente no assentamento. A imersão contou ainda com a participação de pessoas atingidas por Mineração no Pará e em Minas Gerais, com troca de suas experiências sobre impactos vivenciados e processos de resistências.

### **Um olhar sobre o território: anúncios para a resistência**

A partir do processo de imersão, foi possível ampliar as frentes de resistência no Assentamento Roseli Nunes e o olhar sobre o território e suas riquezas.

Mineração não, nossos recursos naturais sim: foi realizado levantamento dos recursos naturais existentes no território, o uso da biodiversidade de fauna e flora, as nascentes e fontes de águas, o rio Bugre que fornece água e alimentos para as famílias do assentamento, e outros componentes imprescindíveis que compõem o processo ecológico e com grande capacidade de resiliência.

Considerando que um dos impactos da Mineração é a degradação da paisagem, e está localizado no assentamento Roseli Nunes o monumento natural da Caverna do Jabuti – a maior de Mato Grosso, considerada Patrimônio Histórico e Artístico Estadual com aproximadamente 4.000m<sup>2</sup> de extensão.

O reconhecimento da importância dos grupos coletivos dentro do próprio assentamento, promovendo à inserção do indivíduo em uma atuação como ser social inserido num processo de organização do trabalho, da produção e da sobrevivência.

Martins sobre isso vai dizer:

**Mineração Não, Mulheres Sim:** Dentre esses grupos coletivos, estão os grupos de mulheres com uma importante inserção no processo produtivo de alimentos saudáveis/

Os assentamentos possuem uma estrutura social que combina dois aspectos essenciais da vida humana. É um local onde se desenvolve a produção econômica e garante as condições básicas para a manutenção das famílias e ao mesmo tempo é um espaço de moradia, mas também de reprodução da vida, enfim, um território onde se desenvolvem diversas atividades culturais, estabelecendo diversas relações sociais, “constituindo-se em comunidades diversas e solidárias entre si” (MARTINS, 2006, p.8).

agroecológicos, mas também numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero e de combate à violência.

Portanto, reconhecido a diversidade de pessoas, de experiências, de histórias de vida, de interesses, de produção, de compreensão do mundo e de relações sociais. Diversidade religiosa, de comportamento pessoal, de gestão da família. Todo este processo cria outra dimensão do espaço de socialização política, que podemos dar o nome de espaço interativo e/ou espaço de resistência.

**Mineração não, nossa Saúde Sim:** As práticas em cuidados coletivos, o uso da biodiversidade para cura, e os sistemas alimentares agroecológicos são potencializadores da biodiversidade e da produção de alimentos, promovendo segurança Alimentar e Saúde no assentamento.

É neste contexto, que o assentamento Roseli Nunes vai se tornando um território de resistência, no processo contraditório de sua criação no sistema capitalista, vão surgindo grupos de trabalhos e produção coletiva ou comunitária, isto é, de produtos orgânicos e agroecológicos que vão fazer parte do consumo de subsistência, mas também vai abastecer os mercados locais e institucionais e realizar ações de solidariedade, doando alimentos à população em situação de vulnerabilidade no município de Mirassol D'Oeste. Associação Regional de Produção Agroecológica – ARPA se tornou um instrumento importante que organiza a produção e a comercialização no assentamento, resgatando e multiplicando práticas e técnicas de manejo ecológico do território. Contribuindo significativamente para alimentação saudável para milhares de famílias dentro e fora do assentamento.

**Mineração não, nossas crianças sim:** o assentamento atua na defesa da educação pública e de qualidade, construindo uma importante experiência de escola do campo buscando mecanismos para erradicar o analfabetismo, construindo experiência em saúde popular.

É assim, através desta ampla dimensão da organização da vida que as famílias do assentamento Roseli Nunes vêm construindo ao longo do período de existência, a resistência em defesa deste importante território conquistado.

### **Consideração Finais**

O Assentamento Roseli Nunes tem um processo de organização da vida que perpassa pela produção de alimentos agroecológicos, pela organização da educação, da saúde popular, do cuidado com meio ambiente, a relação com os consumidores dos alimentos produzidos no assentamento.

Os empreendimentos capitalistas se inserem nos territórios a partir de um discurso do desenvolvimento e da riqueza, o que nunca debatem é que tipo de desenvolvimento e para quem é essa riqueza gerada.

O assentamento Roseli Nunes tem um modelo de desenvolvimento socialmente reconhecido, com proteção ambiental e cuidado com o ser humano, processo efetivamente impossível de ser implementado pela mineração, o assentamento garante alimentação, trabalho e renda para centenas de homens e mulheres, com qualidade e autonomia, situações não observadas nas regiões minerárias.

A organização das famílias assentadas, bem como a articulação com diversas organizações e movimentos locais e nacionais, foram essenciais para barrar o seguimento do processo de mineração.

O projeto de exploração mineral da área está suspenso, porém é necessário manter a organização da comunidade, bem como fortalecer o processo produtivo, construir o território como espaço de resistência, de forma que todos estejam preparados quando o mesmo reaparecer.

Por isso foi importante a realização da Imersão como um rico processo de trocas e aprendizados e formação interna no assentamento, além da produção de conteúdo para um relatório técnico, onde os próprios assentados pudessem responder àquela pergunta que o MPF/MT fez ao INCRA sobre a viabilidade da extração mineral em áreas destinadas à reforma agrária? Reafirmando a impossibilidade de coexistência entre esses dois projetos. Reforçando as diferentes razões para dizer não a mineração!

É neste contexto que se faz necessário o enfrentamento a essa lógica perversa que se estabelece contra os povos que se organizam e lutam, construindo as condições para retomada do enfrentamento político em defesa da reforma agrária e dos bens comuns. Isso para dizer que não se pode aceitar um projeto de mineração que se sobrepõe ao projeto de reforma agrária que propõe mudanças estruturais na forma de utilização dos bens da natureza, baseada na agroecologia como matriz produtiva para o campo.

## Referências Bibliográficas

CASTRO, F.P. Construindo territórios livres de agrotóxicos para a promoção da agroecologia. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

IMEA, 8º Estimativa da Safra de Soja – 2020/21, março de 2021 [encurtador.com.br/jvB56](http://encurtador.com.br/jvB56)

LOEBENS, J. C. A mineração que empobrece o Brasil, 2019 Instituto Justiça Fiscal, Disponível em: <https://bit.ly/3leXViY>

MARLEBA, J. ÁREAS LIVRES DE MINERAÇÃO: POR QUE E PARA QUE? IN: MILANEZ et. Al (Orgs). DIFERENTES FORMAS DE DIZER NÃO: Experiências internacionais de resistência, restrição e proibição ao extrativismo mineral. FASE, Rio de Janeiro, 2014.

MARTINS, A. G. Texto: Os assentamentos no centro de nossas ações. A Cooperação e suas Implicações no Desenvolvimento do Ser. São Paulo, p. 1-15, 2006.

PAULA, B. A. de; BECKER, T. S.; MARTINIANO, V.R.; MINERAÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS Perspectivas acerca do Projeto Jauru – MT, VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2017



**Conflitos ambientais no cerrado  
maranhense: os Apaniekrá-Canela  
no enfrentamento ao projeto  
MATOPIBA**

# Conflitos ambientais no cerrado maranhense: os Apaniekrá-Canela no enfrentamento ao projeto MATOPIBA

Hemerson Herbet de Sousa PEREIRA<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Maranhão

## Resumo

O presente artigo é produto das reflexões teóricas a respeito da minha pesquisa de mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), propõe investigar a forma do conflito ambiental envolvendo o povo indígena Apaniekrá-Canela que busca a revisão da demarcação do seu território tradicional no centro este do cerrado maranhense e empreendimentos agro econômicos vinculados ao projeto MATOPIBA operacionalizados no território indígena em disputa. Como metodologia, utilizamos revisões de literatura a respeito das noções de Desenvolvimento Econômico, conflitos ambientais, povos indígenas e processos de resistências, entrevistas com interlocutores selecionados dos povos indígenas e agentes apoiadores (membros do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e pesquisadores acadêmicos), visitas em sites eletrônicos do Estado e empresas associadas ao agronegócio.

**Palavras-chave:** Apaniekrá; Conflitos Ambientais; MATOPIBA.

## Introdução

Nesse texto, busco apresentar uma discussão sobre a revisão da literatura a respeito do eixo temático do meu projeto de pesquisa do mestrado em ciências sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) titulado: *Conflitos ambientais no cerrado maranhense: Os Apaniekrá-Canela no enfrentamento ao projeto MATOPIBA*. A pesquisa propõe investigar a forma do conflito ambiental envolvendo o povo indígena Apaniekrá -Canela que busca a revisão da demarcação do seu território tradicional no centro oeste do cerrado maranhense e empreendimentos agro econômicos vinculados ao projeto MATOPIBA operacionalizados no território indígena em disputa.

Dessa forma, utilizamos o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para consultar material bibliográfico, realizando

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFMA, membro do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA-UFMA), missionário do Conselho Indigenista Missionário – Cimi Regional Maranhão.

as buscas a partir da palavra-chave: “MATOPIBA”, “Conflitos Ambientais” e Apaniekrá<sup>2</sup>-Canela”. Sendo assim, este artigo está estruturado em quatro itens: No primeiro momento, uma discussão teórica sobre as noções de Desenvolvimento Econômico, em seguida, a formação e operacionalização do Projeto MATOPIBA. No terceiro momento, demonstraremos os conflitos ambientais entre agentes empresariais e estatal do MATOPIBA com povos e comunidades tradicionais<sup>3</sup>. Por fim, nas considerações finais, afirmo que a discussão sobre MATOPIBA e conflitos ambientais com povos indígenas será aprimorada com outras leituras e escrita da dissertação, enfatizando as diferentes concepções e lógicas de uso, controle e acesso dos territórios em disputas.

## 2. Noções de Desenvolvimento Econômico

Acosta (2016) argumenta que no discurso presidencial de Harry Truman nos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1949 foi institucionalizado uma reformulação na Divisão Internacional do Trabalho, aonde os países centrais do capitalismo no continente europeu e Estados Unidos são chamados países desenvolvidos com elevados índices de industrialização e, por outro lado, países periféricos chamados subdesenvolvidos com baixos índices de industrialização e economias dependentes da exportação de matérias-primas, como está definido no quarto ponto do seu discurso de posse presidencial:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prosperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas (ACOSTA, 2016).

Esse discurso presidencial de Truman nos Estados Unidos está ancorado em uma concepção hegemônica empresarial de etapas do desenvolvimento econômico, de modo que as consideradas potências econômicas mundiais tem a tarefa civilizatória de conduzir a superação do subdesenvolvimento das nações periféricas, oferecendo um pacote de modelo societário evolucionista, aonde o acúmulo de capital com o crescimento ilimitado do Produto Interno Bruto (PIB), representa por si só o principal eixo da superação

---

<sup>2</sup> Os Apaniekrá são aqui definidos como grupo étnico, segundo o conceito elaborado por Frederik Barth e consagrado na literatura etnológica desde a década de 1970. Este conceito considera grupos étnicos como *unidades de adscrição* baseadas em formas específicas de organização social e política, com a presença ou não de traços culturais distintivos em relação a outros grupos do mesmo gênero, e com *fronteiras sociais* estabelecidas entre esses grupos e, especialmente, em relação à sociedade nacional (BARTH, 2000).

<sup>3</sup> Utilizaremos o conceito normativo estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007: “Povos e Comunidade Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2016).

do subdesenvolvimento. Após a Segunda Guerra Mundial foram aprimorados e criadas agências internacionais direcionadas a expansão do desenvolvimento desigual global, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organizações das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), difundindo as políticas econômicas e sociais necessárias para o crescimento linear ilimitado do capital (ACOSTA, 2016).

Como demonstra Acosta (2016), as consequências sociais do desenvolvimento econômico desigual planetário mobilizam agentes sociais críticos a esse modelo civilizatório, buscando discutir a longo prazo alternativas societárias em ruptura epistemológica, social, política, econômica e cultural do capitalismo. A fundamentação da racionalidade ocidental tem como eixo a separação do ser humano com a natureza (bens naturais e não-humanos), produzindo relações de dominação que justificam o processo histórico da colonização no continente americano e africano, essa filosofia evolucionista classificou os ocidentais como civilizados e não ocidentais como primitivos e atrasados, filosofia está reconfigurada no modelo de desenvolvimento econômico moderno, tal como se apresenta no discurso de Truman.

Sousa e González (2018), argumentam que a acumulação do capital foi reconfigurada a partir do pós-guerra em 1945 na noção hegemônica de desenvolvimento econômico, que é apresentado como poder mistificador para os países periféricos que extrapolam a economia e a política, influenciando as condutas de comportamento das pessoas, em um modelo de vida com teor sempre favorável, com promessas de projetos industriais, agro econômicos e minério-exportador que são responsáveis pela criação de empregos e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Essa característica messiânica do desenvolvimento econômico tem como um dos pilares epistemológicos a dicotomia entre tradicional / moderno, civilizado / primitivo, avançado / atrasado. Nessa perspectiva, quaisquer agentes sociais que possuem formas de vida social que não operam com o ideário desenvolvimentista, entram em contradição e confronto com a expansão do capital, sendo rotulados pelas agências financeiras internacionais, empresas e Estados como obstáculos a serem convertidos em civilizados. Em ruptura com essa quimera reificante das relações sociais, não existe uma oposição absoluta entre tradicional / moderno, mas sim relações de transformações culturais e históricas dos agentes sociais ditos tradicionais (SOUSA, GONZÁLEZ, 2018).

Os diversos momentos de crises sociais do desenvolvimento econômico promoveram as reformulações de acumulação do capital, com destaque para o neoliberalismo como conduta econômica para os países periféricos que minimiza as políticas públicas para as classes e coletivos populares, e amplia a força dos agentes do mercado internacional com privatizações dos bens naturais e serviços públicos. Dessa maneira, as alternativas em ruptura com o desenvolvimento econômico mundial se fazem a partir de modelos societários de povos indígenas, quilombolas, desempregados, e trabalhadores empobrecidos que dialogam e vivenciam as múltiplas facetas do Bem-Viver (ACOSTA, 2016).

### 3. Agronegócio e MATOPIBA

Ramos (2018) demonstra que a característica expansionista da acumulação do capital conduziu as regiões Norte e Nordeste do Brasil, a partir de 1970, em especial as áreas do cerrado<sup>4</sup>, como terras produtivas de soja e outras mercadorias agrícolas do agronegócio brasileiro. O Estado e agentes empresariais introduzem políticas de crescimento econômico nessas regiões mediante programas de desenvolvimento econômico, tais como, Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Desenvolvimento da Região de Grande Dourados (PRODEGRAN), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), e o Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

A expansão da fronteira agrícola desenvolvimentista, considerando que essa ideia de fronteira está relacionada ao movimento de expansão de conquistas e privatizações de terras para acumulação do capital, colidindo com outras formas de vida social de povos e comunidades tradicionais que habitam os cerrados nas mais diversas configurações heterogêneas. A partir da década de 1970, o Estado brasileiro impulsiona projetos agro econômicos no Norte e Nordeste, oferecendo infraestruturas, financiamentos com juros baixos, incentivos fiscais e políticas para atividades de empresas multinacionais no cerrado (RAMOS, 2018).

O Estado brasileiro e agências financeiras internacionais introduzem o projeto MATOPIBA, via Decreto presidencial nº 8.447 de 06 de maio de 2015, abrangendo todo o território de Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia, com uma área de 73 milhões de hectares em sua maior parte do bioma do cerrado, mas também com presença da Amazônia, no noroeste, e Caatinga no leste e sudeste. A operacionalização do MATOPIBA representa 10% da produção de grãos do Brasil, com possíveis ampliação na produção de soja, na safra de 2014/2015 aumentou 21,7% e atingiu 10,5 milhões de toneladas, equivalente a 11% da produção nacional. A criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário PDA – MATOPIBA<sup>5</sup> do Estado brasileiro impulsiona a compra e grilagem de terras por agentes e empresas estrangeiras, em sua maioria proveniente dos Estados Unidos (RAMOS, 2018).--

Souza (2017) argumenta que o PDA – MATOPIBA constitui uma ação estatal buscando viabilizar, via incentivos fiscais e infraestrutura, as atividades do agronegócio no cerrado. Toda a diversidade de povos e comunidades que habitam esses territórios são rotulados como obstáculos a serem superados, ancorado em uma concepção mercadológica dos bens naturais, o suposto desenvolvimento sustentável e a competitividade de mercado são acionados como justificativas inquestionáveis das ações dos agentes empresariais e do

---

<sup>4</sup> “O termo Cerrado é comumente usado para e referir aos ecossistemas de savanas, matas, campos e matas de galeria que ocorrem na região central do Brasil” (RAMOS, 2018, p. 65).

<sup>5</sup> “O território do MATOPIBA é complexo. Corresponde aos limites de 31 microrregiões geográficas do IBGE, reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares, englobando 324.326 estabelecimentos agrícolas. Também estão dentro da região de 14 abrangência 28 Terras Indígenas (TIs), 42 unidades de conservação ambiental, 865 assentamentos rurais e 34 territórios quilombolas. Não estão contabilizados os territórios de povos indígenas e quilombolas que estão em processo de demarcação, reconhecimento, delimitação ou titulação” (RAMOS, 2018, p. 13-14).

Estado. Dessa maneira, a infraestrutura logística compõe um pilar central na operacionalização do projeto MATOPIBA, sendo essa região inserida no eixo Centro-Norte de exportação, interligados com a Ferrovia Norte Sul (FNS), e Estrada de Ferro Carajás (EFC), rodovias federais e estaduais que conectam a região as cidades de Brasília, Belém, São Luís e Salvador, levando em consideração que a FNS estar interconectada com EFC, possibilitando o escoamento da produção do MATOPIBA via Porto do Itaqui em São Luís do Maranhão.

Outra característica da configuração social do MATOPIBA é a especulação fundiária como aponta Sousa (2017):

**Tabela 1 – Evolução do preço médio das terras (R\$/ha) por unidades da federação**

<i>Estados</i>	<i>2003</i>	<i>2008</i>	<i>2013</i>	<i>Aumento do preço das terras (em%) – 2003 a 2013</i>
<i>Acre</i>	<i>249</i>	<i>952</i>	<i>1.239</i>	<i>398</i>
<i>Alagoas</i>	<i>1.636</i>	<i>2.256</i>	<i>3.934</i>	<i>140</i>
<i>Amapá</i>	<i>102</i>	<i>398</i>	<i>770</i>	<i>655</i>
<i>Amazonas</i>	<i>142</i>	<i>270</i>	<i>380</i>	<i>168</i>
<i>Bahia</i>	<i>1.481</i>	<i>2.727</i>	<i>3.802</i>	<i>157</i>
<i>Ceará</i>	<i>826</i>	<i>1.303</i>	<i>2.128</i>	<i>158</i>
<i>Espírito Santo</i>	<i>2.657</i>	<i>5.882</i>	<i>9.986</i>	<i>276</i>
<i>Goiás</i>	<i>2.451</i>	<i>3.828</i>	<i>7.361</i>	<i>200</i>
<i>Maranhão</i>	<i>514</i>	<i>878</i>	<i>1.874</i>	<i>265</i>
<i>Mato Grosso</i>	<i>1.670</i>	<i>2.480</i>	<i>4.275</i>	<i>156</i>
<i>Mato Grosso do Sul</i>	<i>2.784</i>	<i>4.174</i>	<i>6.121</i>	<i>120</i>
<i>Minas Gerais</i>	<i>2.458</i>	<i>4.842</i>	<i>7.574</i>	<i>208</i>
<i>Pará</i>	<i>625</i>	<i>1.190</i>	<i>1.628</i>	<i>160</i>
<i>Paraíba</i>	<i>835</i>	<i>1.141</i>	<i>1.994</i>	<i>139</i>
<i>Paraná</i>	<i>6.112</i>	<i>8.959</i>	<i>13.043</i>	<i>113</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>1.743</i>	<i>3.823</i>	<i>5.668</i>	<i>225</i>
<i>Piauí</i>	<i>471</i>	<i>813</i>	<i>1.209</i>	<i>157</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>2.014</i>	<i>3.797</i>	<i>6.372</i>	<i>216</i>
<i>Rio Grande do Norte</i>	<i>787</i>	<i>1.116</i>	<i>2.846</i>	<i>262</i>
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>4.251</i>	<i>6.509</i>	<i>12.532</i>	<i>195</i>
<i>Rondônia</i>	<i>1.560</i>	<i>2.788</i>	<i>3.870</i>	<i>148</i>
<i>Roraima</i>	<i>393</i>	<i>688</i>	<i>970</i>	<i>146</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>3.709</i>	<i>9.388</i>	<i>16.209</i>	<i>337</i>
<i>São Paulo</i>	<i>7.316</i>	<i>12.031</i>	<i>17.649</i>	<i>141</i>
<i>Sergipe</i>	<i>1.103</i>	<i>3.642</i>	<i>6.381</i>	<i>479</i>
<i>Tocantins</i>	<i>1.068</i>	<i>1.805</i>	<i>3.339</i>	<i>213</i>

Fonte: *Agrianual / FNP (2003-2014). Orig.: SOUZA (2017).*

Sousa (2017) apresenta que entre 2003 a 2013 houve o aumento do preço médio das terras que compõe a região do MATOPIBA, e mesmo com esse aumento, os custos para adquirir terras nesses estados ainda são inferiores se comparados as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país. Esse elemento contribui para ações de agentes empresariais especializados na especulação fundiária, entre 30 empresas atuantes na região do MATOPIBA, destacam-se a BrasilAgro, Radar, Sollus Capital, Tiba Agro, Vanguarda, SLC Agrícola, Multigrain e CGG.

#### **4. Os Apaniekrá-Canela e Conflitos ambientais**

No combate a percepção do meio ambiente como recursos naturais utilizados para fins puramente econômicos, correntes de pensamentos das ciências sociais abordam os bens materiais socializados e dotados de significados. Dessa forma, todos os objetos do ambiente são culturais e históricos associados a práticas sociais dos diversos coletivos humanos. Na reprodução social do meio ambiente, os grupos humanos se confrontam com os diferentes projetos de uso e significação dos seus bens ambientais, aqui, os conflitos



ambientais são compreendidos como processo da expressão das tensões entre grupos sociais com projetos de desenvolvimento social diferenciados, entre agentes com poderio político-econômico e populações urbanas, povos e comunidades tradicionais (ACSELRAD, 2004).

Acsehrad (2004) argumenta que nas relações de poder nas sociedades modernas encontra-se dois espaços relevantes. O primeiro é o espaço da distribuição desigual, entre os agentes sociais, do uso, acesso e controle sobre os bens naturais, resultado das influências diferenciadas de cada agente sobre os meios institucionais do meio ambiente e suas ações diretas. O segundo é o espaço simbólico do confronto entre concepções e representações coletivas do meio ambiente dos agentes sociais que buscam justificar ou problematizar a distribuição material desigual dos bens naturais. Assim, os conflitos ambientais são analisados nos espaços de disputas materiais e simbólicas entre os agentes sociais, oriundos das diferentes práticas sociais no espaço e certas atividades humanas tenderiam a disseminar impactos ambientais indesejáveis que comprometeriam a reprodução e atividade de outros grupos humanos.

No caso do Brasil, no período do pós-guerra na década de 1980, a formação de um fordismo periférico expandiu projetos de desenvolvimento econômico articulados com o Estado desenvolvimentista que ampliou a participação dos territórios na dinâmica de acumulação internacional. A concentração da posse do território pelas grandes empresas articuladas ao Estado produziu uma série de impactos ambientais, principalmente aos povos e comunidades tradicionais. Os conflitos eclodiram intensamente quando esses grupos sociais impactados passaram a realizar ações coletivas de enfrentamento no âmbito institucional e não-institucional no período da redemocratização do país após a ditadura militar (1964-1985) contra os projetos de desenvolvimento econômico (ACSELRAD, 2004).

Souza (2017) relata que no caso do projeto MATOPIBA o desmatamento expansivo é um dos principais problemas ambientais provocados pela monocultura de grãos, em especial a soja, diminuindo a biodiversidade da fauna e flora, erosão dos solos, contaminação dos solos e recursos hídricos com usos intensivos de fertilizantes e agrotóxicos. Ramos (2018), afirma que a expansão da fronteira agrícola e pecuária, nas últimas quatro décadas, provocou a degradação de 52% do bioma do cerrado. Tais impactos ambientais atingem diretamente povos e comunidades tradicionais que possuem usos específicos e multifacetados dos bens naturais para sua reprodução social, dessa forma:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Pontes Júnior; Barros (2016) afirmam que a visão antropocêntrica utilitária dos bens naturais constrói relações sociais de dominação dos seres humanos sob os recursos naturais, tal como se apresenta os agentes condutores do projeto MATOPIBA. Em contraposição, a visão biocêntrica dos povos e comunidades tradicionais possuem concepções relacionais com os bens naturais, suas reproduções sociais dependem da manutenção dos ciclos dos recursos naturais. Os confrontos entre essas concepções antagônicas mobilizam agentes sociais que direcionam suas ações coletivas para a institucionalização dos bens naturais como sujeitos de direitos. Esses movimentos entorno da institucionalização dos direitos da natureza foi impulsionado em 1972, pela proposta da publicação do ensaio *Should trees have standing?* de Christopher Stone, posteriormente a expansão das pesquisas a respeito desse tema contribuíram em produções de legislações municipais na Pensilvânia, Estados Unidos, na Constituição do Equador, na Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas, assinada no Rio de Janeiro em 1992 e promulgada no Brasil em março de 1998.

Desde a implementação do projeto MATOPIBA em meados de 2015 os conflitos em torno do uso e controle de terras tem intensificado nas regiões do cerrado, com destaque em territórios de povos e comunidades tradicionais, que vem construindo formas de resistências para permanência em seus territórios. Nesse processo, o povo indígena Apaniekrá-Canela localizado no centroeste do cerrado maranhense na terra indígena Porquinhos, no município de Fernando Falcão – MA, com setenta e nove mil hectares busca a revisão da demarcação do seu território tradicional, colidindo com a visão antropocêntrica dos agentes empresariais e estatal do MATOPIBA.

Em meados da década de 1970 são produzidas mudanças socioambientais na área do PGC, com destaque na região centro-sul do Maranhão com a expansão das atividades do agronegócio voltados a produção da soja e sua exportação para o comercio internacional. Agricultores gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas e mineiros passaram a comprar terras na região a preços baixos: 30 hectares (há) de terras no Rio Grande do Sul equivalem a 3 mil hectares (há) em Balsas – MA. Essa nova frente desenvolvimentista incorporou a Ferrovia Norte-Sul, que estava conectada a EFC para exportação de commodities agrícolas e minerais. O município de Balsas e suas redondezas forneceu uma logística ferroviária e rodoviária (BR-230) que interligou o centro-oeste e sudeste do Brasil, com a rodovia Belém-Brasília. Com a produção da soja e agrotóxicos o cerrado em Balsas se tornou segundo maior produtor de grãos do Nordeste e o quarto maior produtor de arroz do Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Desde meados da década de 1990 a expansão das atividades do agronegócio tem incorporado áreas de preservação ambiental, territórios indígenas e comunidades sertanejas, muitas comunidades de ocupações históricas desprovidas de título de propriedade. O monopólio das terras tem se configurado por compras de lotes pelas empresas, grilagem e uso de mecanismos de violência como ameaças de morte e impactos socioambientais. Essa frente expansionista da soja vem se expandindo para vários municípios do centro-sul maranhense como, Grajaú, Fortaleza dos Nogueira, Barra do Corda, em 2005 no sul do município de Fernando Falcão com um megaempreendimento de soja entorno das Terras Indígenas Porquinhos do povo Apaniekrá. As atividades do agronegócio têm estabelecidos

relações econômicas entre empresários da soja que utilizam o desmatamento de terras em sua expansão, com empresários da carvoaria para a produção de carvão destinadas às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e PGC com destaque para o polo siderúrgico no município de Açailândia – MA (OLIVEIRA, 2011).

No atual território Kanela e aldeia Porquinhos suas redondezas estão situadas terras devolutas da União, Estado do Maranhão, a Unidade de Conservação Ambiental – Parque do Mirador -, sendo essas regiões historicamente ocupadas por fazendeiros criadores de gado e camponeses de pequeno porte, que hoje constituem uma série de propriedades, na maior parte sem títulos. No caso das pequenas propriedades rurais no entorno das TIs Kanela e Porquinhos tem avançado a compra e grilagem de terras por empresas do agronegócio, em especial a soja e carvoarias. Na infra estrutura de escoamento, estão a MA-006 (Grajaú-Balsas), a BR-230 (Transamazônica), que dá acesso a Ferrovia Norte-Sul, e a BR-226 (Timon-Porto Franco), que interligam ao Porto do Itaqui no município de São Luís – MA. Os incentivos fiscais são produzidos pelo Estado brasileiro via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil, financiando a expansão da soja, cana de açúcar, carvoarias e outras commodities agrícolas (OLIVEIRA, 2011)

O processo jurídico e político da revisão demarcatória das TIs Kanela e Porquinhos tem mobilizado pequenos agricultores, fazendeiros, prefeituras, empresas do agronegócio, senadores e ministros do poder judiciário para anular a ampliação destas terras indígenas. Para os Memortumré e Apaniekrá-Canela a possível ampliação de seus territórios tradicionais vai permitir o maior acesso e uso de bens naturais para suas reproduções socioculturais, econômicas e alimentar dos povos, intensificando conflitos interétnicos com os agentes no entorno dessas terras indígenas (OLIVEIRA, 2015).

### **Considerações Finais**

Nesse texto, buscou-se realizar uma reflexão teórica a respeito da revisão da literatura sobre MATOPIBA utilizando o banco de dados da CAPES, articulando noções de desenvolvimento econômico e conflitos ambientais. Tais textos selecionados para essa discussão, serão aprimorados nas outras leituras e escrita da dissertação intitulada: Conflitos ambientais no cerrado maranhense: Os Apaniekrá-Canela no enfrentamento ao projeto MATOPIBA.

O Plano de Desenvolvimento Agrícola – MATOPIBA demonstra as relações de poder entre agentes do Estado brasileiro, agências financeiras internacionais e empresas multinacionais que provocam a especulação fundiária, desmatamentos, monocultivo de grãos, baseados em uma conduta antropocêntrica utilitária da natureza, transformando-a em bens mercadológicos. Em contraposição, povos e comunidades tradicionais realizam ações coletivas para permanência em seus territórios, mediante condutas biocêntricas relacionais entre humanos e natureza, buscando também a institucionalização da natureza como sujeitos de direitos sociais (PONTES JÚNIOR; BARROS, 2016).

## Referências

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

AGUIAR, Adriano Saraiva. Modelagem da dinâmica do desmatamento na região do MATOPIBA até 2050. Universidade de Brasília (UnB), Brasília - DF, 2016.

ARAÚJO, Mayara Lucyanne Santos de. Dinâmica espaço-temporal da cultura da soja na região do MATOPIBA, Brasil (1990-2015). Universidade Federal de Brasília (UnB), Brasília – DF, 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03\\_ato2007-2010/2007/decretod6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2007-2010/2007/decretod6040.htm). Acesso em: 21 mar. 2016.

COLUSSI, Joana. MATOPIBA: mudanças no uso da terra na nova fronteira agrícola do Brasil e impactos socioeconômicos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2017.

CROCKER, Willam H.; CROCKER, Jean G. Os Canelas: parentesco, ritual e sexo em uma tribo da Chapada maranhense. 2ª ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

FEITOZA, Ilnar Fernandes. Agronegócio versus agricultura familiar: a dinâmica da ocupação do município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990. Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís – MA, 2018.

FURTADO, Paloma Cristina Costa Guitarrara. Agronegócio e dependência externa: análise das relações sino-brasileiras e sua influência em escala regional – o caso dos cerrados do centro-norte do Brasil (MATOPIBA). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

LIMA, Débora Assumpção e. Terra, Trabalho e acumulação: o avanço da soja na região MATOPIBA. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2019.

LIMA, Divino Herculys Peres da Silva. Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: Uma análise a partir da região do MATOPIBA. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – PA, 2018.

PONTES JÚNIOR, Felício de Araújo; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A natureza como sujeito de direitos. In: Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. Gerhard Dilger, Miriam Lang, Jorge Pereira Filho (Orgs.), Tradução: Igor Ojeda, São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 426-443.

RAMOS, Maicon dos Santos. “MATOPIBA”, que desenvolvimento é esse? Uma análise dos discursos sobre a nova fronteira agrícola do Brasil. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT -. Palmas – TO, 2018.

SOUSA, Tauan de Almeida; GONZÁLEZ, Ricardo Trujillo. Cap. 3: As nossas terras não são números: Resistências a empreendimentos desenvolvimentistas no México e no Brasil. In: Desenvolvimento em questão: projetos de desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. SANT’ANA JUNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino, BRUSTOLIN, Cíndia. (orgs.). São Luís, EDUFMA, 2018, p. 81 – 116.

SOUZA, Glaycon Vinicius Antunes de. A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do MATOPIBA. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

**Um forte pé no chão, no território:  
atuação da Justiça nos Trilhos na  
promoção de direitos humanos em  
comunidades impactadas pelo setor  
de mineração e siderurgia no MA**

# Um forte pé no chão, no território: atuação da Justiça nos Trilhos na promoção de direitos humanos em comunidades impactadas pelo setor de mineração e siderurgia no MA<sup>1</sup>

Idayane da Silva FERREIRA<sup>2</sup>

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo traçar um breve histórico sobre a atuação da Justiça nos Trilhos, apontando algumas estratégias utilizadas para a promoção dos direitos de comunidades que são impactadas pelo setor de mineração e siderurgia no MA. Com mais de 10 anos de atuação, a Justiça nos Trilhos (JnT) é uma organização que atua no chamado Corredor Carajás, extensão territorial composta por 27 municípios (entre o Pará e o Maranhão) que são cortados pela Estrada de Ferro Carajás, uma das grandes infraestruturas do Projeto Grande Carajás. Criada inicialmente como uma campanha de denúncia sobre os impactos da mineração, a JnT consolidou sua atuação ao longo dos anos. Trabalha por meio de quatro eixos (Assessoria Jurídica, Educação Popular, Comunicação Popular e Alternativas Econômicas) e promove diversas atividades que problematizam o modelo de desenvolvimento hegemônico baseado na exploração desmedida dos bens naturais. Como estratégia de fortalecimento das lutas das comunidades, a Justiça nos Trilhos atua em rede e articulada com outras organizações e movimentos sociais. Para a realização desta pesquisa optou-se pelo resgate histórico por meio da pesquisa bibliográfica e documental.

## Palavras-chave:

Justiça nos Trilhos; Mineração; Projeto Grande Carajás; Maranhão; Resistências

## Introdução

A Justiça nos Trilhos (JnT) é uma organização de Direitos Humanos que atua em comunidades que são impactadas negativamente pela cadeia de mineração e siderurgia, no chamado corredor Carajás. Com mais de dez anos de atuação, a JnT tem denunciado as mazelas das indústrias siderúrgicas e mineradoras no PA e MA, se consolidando principalmente na defesa dos direitos de comunidades nos territórios da Amazônia, sobretudo no estado do Maranhão.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 “Projetos e Programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Pós graduada em Assessoria Empresarial e Institucional (UFMA), Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UFMA), Assessora de Comunicação da Rede Justiça nos Trilhos, e-mail: [idayaneferreira@gmail.com](mailto:idayaneferreira@gmail.com).



Para entender o surgimento da Justiça nos Trilhos é necessário retomar aos anos 1990, quando os missionários combonianos (congregação católica fundada pelo bispo italiano Daniel Comboni), chegaram em Açailândia (MA), há 550 km da capital maranhense, São Luís. A Igreja Católica, por meio dos combonianos, oferecia assistência pastoral aos moradores de Piquiá de Baixo, que é fortemente impactada pela poluição industrial. Em 2007, a partir da chegada de padre Dario Bossi e de outros combonianos ao Maranhão, se inicia também uma frente de defesa do meio ambiente.

Os combonianos estavam amadurecendo a ideia de uma campanha, quando foram estimulados por Edvard Dantas Cardeal, na época presidente da Associação de Moradores de Piquiá de Baixo, a direcionar o trabalho para um foco mais socioambiental, inserindo Piquiá como prioridade. Sobre a atuação da igreja na comunidade de Piquiá até então, padre Dario Bossi relatou em entrevista (2017):

[...] não se ignorava o que a população sofria. Talvez eu possa dizer que não se focava especialmente a poluição, a nossa presença e da Igreja Católica estava voltada para o contexto de extrema pobreza daquela comunidade em todos os sentidos. Era uma comunidade que sofria o desemprego, as condições de urbanização eram as mais precárias, a instabilidade social da comunidade era grande. Era a comunidade urbana mais distante do centro da cidade. Nossa presença missionária estava atenta a todas essas dimensões. (CARVALHO; PINHEIRO, 2017, P. 76)

Em novembro de 2007, se inicia a Campanha Justiça nos Trilhos, uma campanha de denúncia sobre os impactos da mineração, com foco nas comunidades do corredor Carajás, que teve duração de cerca de três anos. Percebeu-se a necessidade de um trabalho a longo prazo, desse modo, a Justiça nos Trilhos acabou por se organizar enquanto entidade, mas manteve muitas das características iniciais de quando era campanha como a atuação em rede e articulada com outras entidades, movimentos, organizações e comunidades; participação em espaços de incidência política; investimentos em estudos e pesquisas, bem como parcerias com grupos universitários.

Sobre a atuação da Justiça nos Trilhos, padre Dario Bossi (2017) frisou que se trata de um trabalho articulado com outras organizações, mas com o “pé no chão” do território (2017):

Nós nos compreendemos como um articulador: primeiro somos uma entidade que articula forças, que tem como horizonte e inspiração os direitos humanos em sua compreensão mais completa: ambientais, econômicos, culturais e sociais. Temos um forte pé no chão no território, trabalhamos em contato direto e permanente com as comunidades, colocando continuamente em discussão nossas prioridades, a partir do diálogo com elas e visando juntos uma transformação do modelo econômico de enclave, que foi imposto ao corredor de Carajás pela mineração e a siderurgia, defendendo a autodeterminação das comunidades em seus territórios. (CARVALHO; PINHEIRO, 2017, P. 75)

Nesta atuação, a Justiça nos Trilhos trabalha quatro eixos: Assessoria Jurídica (ações coletivas e defesa de defensores e defensoras processados), Educação Popular (fortalecimento comunitário e mobilização social e popular), Comunicação Popular (formação, denúncia e anúncio do Bem Viver) e Alternativas Econômicas (formação e agroecologia).

Como metodologia para este regaste histórico foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental em revistas, livros, folders e outros materiais produzidos pela Justiça nos Trilhos ao longo dos anos. O objetivo é apontar algumas estratégias utilizadas pela organização para o fortalecimento das lutas comunitárias.

### **Programa Grande Carajás, seus impactos e o surgimento da Campanha Justiça nos Trilhos**

O Projeto Grande Carajás (PGC) surgiu em 1980, dentro dos marcos das grandes obras da ditadura militar brasileira, visando a exploração econômica dos recursos minerais presentes na Amazônia, mas especificamente do Complexo Minerador de Carajás, localizado na Floresta Nacional de Carajás, no estado do Pará.

Segundo Fernandes et al (2014, P.45) no livro Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais, econômicos, do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) o Projeto Grande Carajás é uma junção de alguns programas desenvolvimentistas “que atualmente configura o arco do desmatamento na Amazônia Legal, sendo o principal o Projeto Ferro Carajás (PFC), que inclui a Estrada de Ferro Carajás (EFC), a Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Trombetas e a Alunorte [...]”.

A concretização do PFC teve como principal exigência a construção de um sistema integrado mina-ferrovia-porto no sudeste paraense, para viabilizar o transporte e escoamento do minério para o exterior. Fernandes et al (2014), aponta que a Vale, à época ainda Companhia Vale do Rio Doce, iniciou a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) em 1978. A infraestrutura liga a província mineral de Carajás, no Pará, ao Porto Ponta da Madeira, no Maranhão e foi inaugurada em fevereiro de 1985.

Com uma extensão de 892 km a ferrovia passou por um processo de duplicação, devido ao Projeto S11D, o maior do mundo na área da mineração de ferro. Com o S11D, a empresa previa aumentar a exploração de minério de 90 milhões de toneladas para 230 milhões de toneladas por ano.

As operações da empresa têm gerado poluição, mortes e devastação ambiental ao redor do mundo. No Brasil, a Vale é responsável pelos maiores crimes ambientais do país, como os rompimentos das barragens de Bento Rodrigues e Brumadinho (ambos em Minas Gerais). Nas mais de 100 comunidades que são cortadas pela EFC entre o Pará e o Maranhão, os danos causados pela passagem dos trens da Vale vão desde rachaduras nas casas, atropelamentos de pessoas e animais até o assoreamento de rios e igarapés. A duplicação acarretou mais uma gama de impactos negativos às comunidades e ao meio ambiente.

Cabe ressaltar que passados mais de 30 anos da implantação do PGC não houve a compensação e a mitigação dos danos causados pela construção das grandes infraestruturas, como é o caso da ferrovia. Sobre a atuação da empresa Vale, Santos (2018)

aponta que o discurso de desenvolvimento escamoteia a realidade de impactos vivenciadas pelas comunidades.

A presença da Vale S.A. na Amazônia, em outras regiões do Brasil e em outros países sempre foi permeada pelo discurso desenvolvimentista. Esse discurso, desde a fundação da mineradora, em 1943, esconde inúmeros cenários negativos que ela gera nos territórios onde atua. Sendo uma das 20 maiores mineradoras do mundo, a Vale S.A. está presente em 38 países e é líder mundial na produção de minério de ferro. Essa liderança é fruto das extrações minerais desenvolvidas da Serra de Carajás, no estado do Pará, desde a década de 1980 (SANTOS, 2018, P. 20-21).

É nesse contexto de falta de mitigação e reparação pelos impactos gerados pelo setor de mineração e siderurgia no escopo do Programa Grande Carajás, que surge a Campanha Justiça nos Trilhos, em novembro de 2007. Em princípio, a campanha foi composta por sete entidades e movimentos sociais que também faziam parte da sua coordenação executiva: Missionários Combonianos Nordeste, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Fórum Carajás, Fórum Reage São Luís, Cáritas Regional Maranhão, Sindicato dos Ferroviários de PA-MA-TO e a CUT Maranhão.

Segundo Dario Bossi, de início a campanha teve de vencer a “resistência das pessoas e até da igreja com respeito a esses temas [impactos socioambientais causados pela mineração]” (CARVALHO; PINHEIRO, 2017, P.76). Outro desafio foi conectar os movimentos e entidades que já atuavam nos territórios. De acordo com Bossi, “cada uma [das organizações e movimentos] atuava de maneira relativamente isolada e o Corredor de Carajás não tinha sido identificado como um contexto comum de atuação” (CARVALHO; PINHEIRO, 2017, P.76).

Desde o começo, a campanha deu visibilidade nacional e internacional aos conflitos existentes no Corredor de Carajás e em outras partes do mundo. No primeiro folder de divulgação, a campanha apresentava entre seus objetivos: “avaliar o impacto real das atividades da Vale ao longo da Estrada de Ferro Carajás” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2009) e “debater sobre a construção de mecanismos jurídicos e políticos que possibilitem a internalização de recursos da Vale, de forma a alavancar o desenvolvimento sustentado das comunidades impactadas pela ação da multinacional” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2009).

A campanha apontava ainda alguns “mecanismos imediatos de redistribuição dos recursos de que a Vale se apropriou” (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2009): o pagamento das indenizações por todos os danos cometidos a pessoas ou estruturas; a efetivação das compensações ambientais obrigatórias, que não foram cumpridas pela mineradora e o reestabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Participativo, que existia antes da empresa ser privatizada, em 1997, prevendo uma percentagem fixa dos lucros anuais da Vale para projetos de promoção social.

A Justiça nos Trilhos também já nasceu calcada em ações concretas como a luta pelo reassentamento de Piquiá de Baixo. A comunidade que tem um histórico de violações de direitos humanos causados pela siderurgia, iniciou em 2007, uma luta para ser reassentada longe da poluição. O bairro açailandense, que começou a se formar no final da década de

1950, viu seu modo de vida mudar radicalmente em meados dos anos 80, com a construção da BR 222, a instalação de empresas siderúrgicas e da Estrada de Ferro Carajás.

Os moradores de Piquiá chegaram a conviver ao lado de 15 altos-fornos siderúrgicos, três usinas termelétricas, uma aciaria, uma fábrica de gases e uma fábrica de cimento das empresas Gusa Nordeste, Viena Siderúrgica, Ferro Gusa do Maranhão, Simasa e Pindaré, essas duas últimas pertencentes ao grupo Queiroz Galvão. Além dos impactos causados pela própria BR 222, há a presença constante dos trens da empresa Vale.

### **Justiça nos Trilhos e algumas estratégias para promoção de direitos: documentação, articulações, participação em espaços corporativos e incidência política**

O ano de 2008 foi de intensas pesquisas, levantamento e documentação para a Justiça nos Trilhos. Uma equipe de pesquisa sociológica, coordenada pelo professor Marcelo Carneiro, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA-São Luís) aplicou questionários nas regiões de Buriticupu (MA), Bom Jesus (MA), Alto Alegre (MA) e Açailândia (MA). Uma equipe econômica, composta por estagiários da UFMA de São Luís, recolheu dados sobre os lucros da mineradora e seu balanço social.

Segundo explicou o advogado Guilherme Zagallo, em texto da primeira edição da Revista Não Vale, no ano de 2008 “a campanha trabalhou ‘nos bastidores’ para articular-se e fortalecer-se, sem sair muito ao público” (ZAGALLO, 2011, P.4). Bossi (CARVALHO; PINHEIRO, 2017) aponta que isso foi necessário:

era algo novo e tínhamos a necessidade de cavar espaços, de ter credibilidade, de ajudar as pessoas a darem voz ao seu descontentamento. Era compreender as conexões entre os vários desafios que as comunidades sofriam e como que essas relações, de que eram vítimas, faziam referência aos mesmos autores do projeto que chamamos de Grande Carajás (CARVALHO; PINHEIRO, 2017, P.76)

Já de início também houve um forte trabalho da campanha para agregar as comunidades ao longo do Corredor Carajás, possibilitando que elas pudessem se fortalecer entre si e também com outras comunidades do Brasil e do mundo que são impactadas pela mineração ou por outros projetos igualmente violadores de direitos.

Em aspecto de pesquisa e levantamentos outras equipes também realizaram trabalhos importantes: uma equipe jurídica, cuja referência era o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (Najup - São Luís), em colaboração com os advogados Guilherme Zagallo, Danilo Chammas e Ricardo Stanziola Vieira, estudaram a legislação socioambiental brasileira.

Uma equipe de pesquisa e denúncia socioambiental debruçou-se sobre o impacto da poluição de carvoarias e siderúrgicas em Açailândia (MA), em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – Carmén Bascarán (CDVDH-CB) com o Centro de Apoio Operacional do Ministério Público Estadual sobre as questões de meio ambiente. E o Centro Nuovo Modello di Sviluppo, na Itália, finalizou um dossiê sobre a Vale.

As alianças da campanha foram se multiplicando e houve uma rápida adesão de outros grupos, entidades e movimentos locais, regionais, nacionais e internacionais. Muitas alianças foram conquistadas a partir do Fórum Social Mundial (FSM), que ocorreu de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009, na capital do Pará, Belém. O evento, que acontece desde 2001, é um espaço de debate, encontro e construção de alianças entre diferentes atores sociais ao redor do mundo.

Para a campanha, o FSM de 2009 foi a ocasião de ‘mostrar a cara’. A campanha participou de cinco atividades: dois seminários internacionais e três oficinas. Por meio do Fórum, a Justiça nos Trilhos ampliou suas alianças, especialmente as internacionais. Participou do encontro anual do Observatorio de Conflictos Mineros en America Latina (Ocmal), uma união de organizações da América Latina com atuações e objetivos comuns diante das violações de direitos observadas e vivenciadas no contexto da exploração mineral. A Justiça nos Trilhos aderiu ao Ocmal, em 2009 e até hoje faz parte dessa articulação.

A participação no FSM também possibilitou o crescimento das alianças nacionais. A Campanha ficou conhecida por muitas entidades e “foi convidada a fazer parte da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (particularmente em seu grupo de trabalho Articulação Mineração e Siderurgia)” (ZAGALLO, 2011, P.4), o que tornou Justiça nos Trilhos “referência na busca do direito socioambiental no campo da mineração/siderurgia” (ZAGALLO, 2011, P.4). Ao longo do ano de 2009 surgiram convites para participação em outros eventos de partilhas das linhas de ação e das estratégias.

Além disso, localmente foram realizados vários seminários, acompanhamentos de comunidades, elaboração de denúncias e pesquisa jurídica, continuação do processo de documentação e estudos. Houve também um intenso trabalho de divulgação buscando a concretização cada vez mais efetiva da rede Justiça nos Trilhos.

O ano de 2010 se constitui como um período de transição para a rede Justiça nos Trilhos: a campanha começa a se consolidar institucionalmente. A coordenação da campanha cria então dois espaços físicos a fim de acompanhar as comunidades com mais afinco: uma sede em São Luís e outra em Açailândia – MA. Pouco a pouco vai sendo formada uma equipe para trabalhar nas seguintes áreas de atuação: Assessoria Jurídica, Educação Popular, Comunicação Popular e, mais recentemente, Alternativas Econômicas.

No início daquele ano, as intensas articulações locais, regionais, nacionais e também internacionais resultaram na Caravana Internacional dos Atingidos pela Vale que culminou em um grande evento de pressão e denúncia contra a Vale: O I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, que reuniu mais de 160 participantes de 80 organizações, movimentos sociais e sindicais da Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Equador, França, Itália, Moçambique, Nova Caledônia, Peru e Taiwan. Nascia assim a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, que a Justiça nos Trilhos ajudou a fundar e da qual faz parte.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Articulação está a compra de ações da Vale para uma incidência crítica nas assembleias anuais dos acionistas. Essa prática se insere no exercício de controle social, onde a sociedade civil, cidadãos e organização atuam na denúncia direta das estratégias corporativas. A Articulação foi uma das organizações



pioneiras, no Brasil, realizando intervenções nas Assembleias da Vale, desde o ano de 2010. Em 2020, a Articulação publicou um relatório especial “Acionistas Críticos: 10 anos de atuação da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale”, tratando sobre esse tipo de intervenção.

A referida prática faz parte de um conjunto mais geral de ações desempenhadas por acionistas e proprietários de diferentes tipos (em particular, investidores institucionais) que ficou conhecida como ativismo dos acionistas; em inglês *shareholder activism*. O ativismo dos acionistas pode ser compreendido como a tentativa de influenciar práticas e políticas corporativas por meio do uso de direitos dos acionistas. Estes, por sua vez, utilizam-se de técnicas como a participação em assembleias gerais anuais, o envio de cartas e resoluções e o contato com outros investidores e a administração da empresa para pressionar por mudanças na corporação (IVANOVA, 2015 apud ARTICULAÇÃO, 2020, P.7). a

Além da intervenção nas assembleias, a Articulação produz relatórios “sombra”, uma contrainformação ao relatório de sustentabilidade da Vale, realiza Campanhas e estratégias de pressão para que a empresa responda sobre as denúncias a ela direcionadas, pesquisas acadêmicas e presença nos territórios.

O trabalho em rede e articulado é uma estratégia de fortalecimento das lutas, por isso Justiça nos Trilhos além de participar de articulações contribuiu na criação de algumas delas, tanto nacional quanto internacionalmente. Além da AVs, Justiça nos Trilhos contribuiu com a criação da Red Iglesias y Minería, do Comitê Nacional em Defesa do Território Frente à Mineração e da Rede Pan-Amazônica (Repam), as duas primeiras criadas em 2013 e a última em 2014. Com a expansão do setor mineral em nosso país, impulsionado pelo boom das commodities, outros movimentos surgiram adotando a mesma perspectiva de centralidade da mineração na compreensão dos conflitos por terra, território e outros recursos naturais.

Durante esses mais de 10 anos de atuação, inúmeras foram as articulações que ajudaram a visibilizar o trabalho da Justiça nos Trilhos, para além das mencionadas neste trabalho. Em um cenário tão complexo quanto a luta por direitos frente a mineração, cada rede e articulação é mais uma complementariedade, visto que cada movimento possui a sua função e espaço de atuação.

Graves conflitos trabalhistas; atropelamentos de pessoas e animais; conflitos pela posse de terra nas regiões de mineração; monocultura; pobreza, ausência de infraestruturas e condições dignas de vida. São tantos os problemas causados pelo modelo de progresso que prometeu desenvolvimento, quando na verdade ampliou e criou desigualdades. Com o intuito de refletir sobre essas e outras problemáticas causadas pelos grandes projetos, como o PGC, a Justiça nos Trilhos realizou, em 2014, o Seminário Internacional Carajás 30 anos. O evento ocorreu em São Luís (MA) e envolveu aproximadamente 50 instituições, contou com a participação de cerca de 1500 pessoas, mais de 70 palestrantes e 11 países representados. O seminário foi uma rica troca de experiências, de lutas e de resistências.



Os encontros e seminários, bem como a atuação de JnT sempre presente nos territórios, trouxe às comunidades uma visão mais ampla dos impactos a que estão submetidas. Se antes muitas delas se encontravam isoladas, aos poucos foram se conectando, afinal tinham muitas coisas em comum, tanto nas violações quanto nas resistências e histórias de vidas.

De 2014 para cá muitas foram as conquistas na luta por reparação dos danos, vale citar a aprovação do projeto de reassentamento de Piquiá de Baixo pela Caixa Federal (2014), a Ação Civil Pública proposta por Justiça nos Trilhos e Ministério Público Federal (MPF) sobre a falta de segurança na travessia da Estrada de Ferro Carajás (2015) e a premiação de Direitos Humanos e Empresas (2018). Muitos também têm sido os desafios, principalmente com a atual conjuntura política que prevê a flexibilização da legislação ambiental e torna mais fácil a exploração e exportação dos nossos recursos minerais, o que já tem significado o aumento de conflitos e de violações de direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE. Relatório Acionistas Críticos: 10 anos de atuação da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Rio de Janeiro, 2020.

CARVALHO, M. S.; PINHEIRO, R. A. Dário Bossi: Direitos ambientais são direitos humanos. In: GERALDES, E. C.; DOS REIS, R.C. (Org.). Um grito no ar: Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais. 1ª ed. Brasília: FAC-UnB, 2017. P.76-85. Disponível em: <https://faclivros.wordpress.com/2018/07/12/um-grito-no-ar-comunicacao-e-criminalizacao-dos-movimentos-sociais/> Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

FERNANDES, F. R. C.(Ed.); ALAMINO, R. C. J. (Ed.); ARAUJO, E. R. (Ed.). Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/handle/cetem/995>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. Justiça nos Trilhos! A Vale do Rio Doce e as veias abertas: uma campanha sobre a Vale e a vida do povo ao longo dos trilhos. Açailândia, 2009.

SANTOS, L. P. Justiça nos trilhos: Redes comunicativas de comunidades e movimentos sociais em defesa das atingidas e dos atingidos pela Vale S. A. na Amazônia. Orientadora: Célia Regina Trindade Chagas Amorim.2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/12273>. Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

ZAGALLO, J. G. C. A Privatização da Vale. Revista Não Vale. Açailândia, n. 1, 2011.

# Alcântara-MA: um espaço de alteridade e disputas

## **Alcântara-MA: um espaço de alteridade e disputas<sup>1</sup>**

Isilainy Cristiny Silvino da SILVA<sup>2</sup>

Matheus Sousa BARROS<sup>3</sup>

Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

### **Resumo**

No presente artigo buscamos fazer uma breve análise sobre os processos territoriais que ocorrem no município de Alcântara (MA) desde a década de 1980, objetivando entender como a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) impactou e impacta a vida e as territorialidades das comunidades quilombolas que ocupam as terras alcantarenses desde o século XIX. Entendemos que a implantação do empreendimento aeroespacial em terras quilombolas gera uma situação de fronteira que se caracteriza pela alteridade e disputa, onde se faz presente distintos tempos históricos e modos de vida conflitantes que fazem da fronteira, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro de temporalidades históricas. A construção desse texto pautou-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico e nos estudos feitos durante o curso de Regionalização, Modernização Agropecuária e Urbanização da Fronteira Agrícola Brasileira, do Programa de Pós-graduação em Geografia - UNICAMP.

**Palavras-chave:** Alcântara; territorialidades; comunidades; fronteiras; empreendimento

### **Introdução**

Alcântara é um dos treze municípios que compõem a atual Região Metropolitana da Grande São Luís, segundo o Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. Estima-se que em 2019 o município contava com uma população de 22.097 habitantes, distribuída sobre um território de 1.168,246 km<sup>2</sup>, esses dados nos apontam uma baixa densidade demográfica, que não é comum às áreas metropolitanas. Além disso, segundo análise feita de dados disponibilizados pelo Ipea (2014), constatou-se que apenas 30,1% da população é classificada como urbana, ou seja, mais de dois terços da população alcantarenses é considerada rural.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão e Membro/Pesquisadora do Núcleo de Estudos Geográficos – NEGO/UFMA, e-mail: isy.silvino5@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão e Membro/Pesquisador do Núcleo de Estudos Geográficos – NEGO/UFMA, e-mail: matheusbarros04@gmail.com

Ainda sob o aspecto estatístico, notamos que as estruturas urbanas, bem como estruturas sanitárias, são escassas. Os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, apontam que a taxa de urbanização das vias públicas corresponde apenas a 1,6% e o tratamento adequado do esgotamento sanitário não ultrapassa 7%. Diante disso, questionamos se esses dados são indicativos de uma gestão metropolitana ineficiente ou a caracterização de uma fração do território maranhense que não se desenvolve na direção da metropolização.

Sabe-se que Alcântara abriga em seu território estruturas voltadas para tecnologia e atividades aeroespaciais, entretanto, tais estruturas parecem alheias ao modo de vida da população local. Em visita à cidade, nota-se que na região central o que prevalece é um caráter pacato, mesmo diante de atividades comerciais e turísticas. Já em áreas mais afastadas da sede<sup>4</sup> da cidade, as atividades de agricultura familiar, pesca e extrativismo são as mais comuns.

Alcântara possui um forte caráter rural e, segundo o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, é um município predominantemente quilombola que tem notoriedade a nível nacional pela ampla área de ocupação e pela forte ancestralidade, que remonta ao século XVIII. Segundo os dados apresentados, existem 110 comunidades quilombolas, reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde 2008 e que mantêm forte antagonismo em relação a interesses da União, mais especificamente da Aeronáutica e do Programa Espacial Brasileiro, pois apesar da legitimidade dos territórios, as famílias remanescentes de quilombos vivem sob constante ameaça de perda do direito à terra em virtude da instalação e possível expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Diante disso, o presente artigo parte de uma análise a respeito dos processos que ocorrem no território alcantareense em decorrência da instalação da CLA e de suas atividades atuais. Buscamos entender a atuação dos sujeitos sociais na luta pela garantia de seus território e preservação de seus modos de viver, nessa perspectiva, entendemos o município de Alcântara como um espaço de fronteira, marcado pela alteridade e disputa, onde se faz presente distintos tempos históricos e modos de vida. O confronto dessas temporalidades é a materialidade de um espaço de fronteira, que é caracterizado no Brasil, segundo José de S. Martins (1996), pelo conflito social que faz da fronteira a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro, desencontro de temporalidades históricas.

Sendo assim, a situação de fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, “quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós”, quando não há mais duas histórias distintas, mas sim uma história comum que conta sobre a pluralidade e diversidade povo “e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos e nos devorou” (MARTINS, 1996, p. 27).

---

<sup>4</sup> Leva-se em consideração a expressão “sede” para a área de maior concentração populacional, comercial e administrativa da cidade.

### **“Terra de Preto”, “Terra de Santo” e “Terra de Caboclo”**

O município de Alcântara apresenta características que a diferencia dos demais municípios que compõem a Região metropolitana da Grande São Luís. Sua população é predominantemente rural e conta com um vasto território pertencente as comunidades remanescentes de quilombo, correspondente a mais 78 mil hectares, segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP, 2019). Hoje 83.1% da população alcantareense se autodeclara negra ou parda e, apesar de sua população original ser composta por índios Tupinambás, atualmente conta com uma população indígena mínima, somente 0,15%. Já a fração populacional que se autodeclara branca corresponde a 16,25% (IBGE, 2010).

Esse panorama étnico do município tem forte ligação com a sua formação histórica e socioespacial, marcada por um amplo desenvolvimento econômica, altamente dependente da mão de obra negra escravizada para produção de riquezas, no século XVIII, seguido por uma ruptura e declínio econômico que culminou no abandono da cidade pelos grandes latifundiários, já no século XIX. A partir disso, a população alforriada ou fugida que viviam em quilombos e fazendas abandonadas, juntamente com uma fração remanescente de indígenas ocupantes de fazendas doadas por ordens religiosas, permaneceram e resignificaram o território criando outros modos de viver, pautados sobretudo no uso comum da terra e na produção para subsistência (ALMEIDA, 2006).

Portanto, o atual território alcantareense carrega heranças étnicas muito marcantes até hoje, caracterizando mais da metade de sua área total como “terras tradicionalmente ocupadas”. Esse termo, segundo Almeida (2004, p.9), “expressa uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza”. Apesar da abrangência desse termo, ele foi instituído na Constituição de 1988 com certa limitação, pois se refere a muitos e diferentes grupos sociais, não alcançando suas particularidades.

Mesmo com seus limites, a instituição das terras tradicionalmente ocupadas representa um marco positivo na luta dos movimentos sociais que vêm se consolidando desde 1970, incorporando fatores étnicos, critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva na luta por autopreservação. Isso aponta para uma relativização das divisões político-administrativas e da maneira convencional de organização e de encaminhamento de demandas aos poderes público (ALMEIDA, 2004).

A configuração territorial dos quilombos de Alcântara exemplifica como as territorialidades das comunidades tradicionais fogem à lógica organizacional político-administrativo do Estado, pois pauta-se em formas singulares de apropriação da natureza e de significação do espaço.

Mediante à essas distintas formas de apropriação da natureza e de significação do espaço, nota-se a amplitude da categoria “populações tradicionais” sendo necessário critérios para o seu reconhecimento e a convenção 169 da OIT<sup>5</sup>, de julho de 1989 define os elementos de autodefinição como critério fundamental para o reconhecimento das populações tradicionais.

A organização da população quilombola de Alcântara, que corresponde atualmente a 3.350 famílias, segundo a CPI-SP (2019), se dá a partir da história de ocupação dos territórios, denominados como “terra de preto”, “terras de santo” e “terra de caboclo”. Essa organização que acontecem de acordo com territorialidades específicas de povoados estruturados para além de uma simples figura jurídica de apossamento, consolidaram direitos étnicos, pois contam sobre as histórias seculares de cada povoado, demonstrando a riqueza de seus modos de vida e a legitimidade de seus territórios.

As “terras de preto” surgiram a partir da decadência do grande latifúndio e de uma certa autonomia de escravos que começaram a produzir para si, resultando num processo de aquilombamento, isto é, uma independência total de seus senhores. Processo semelhante aconteceu nas chamadas “terras de santos” e “terras de caboclo” quando indígenas construíram sua própria autoridade independentemente de tutela em 1798, com o afastamento de autoridades religiosas (ALMEIDA,2006).

A decadência da produção agrícola, no município de Alcântara criou condições que possibilitaram a independência e a consolidação dos povoados que até hoje ocupam o território. O abandono das terras possibilitou o trabalho autônomo para subsistência e aos poucos foi se criando redes complexas de relações entre as comunidades, cada uma estabelecendo sua territorialidade.

Entretanto, essas territorialidades não são fixas e mostram certa coesão e expansão, muitas vezes se sobrepondo umas às outras a depender de momentos específicos, como os de confrontos com antagonistas comuns (ALMEIDA, 2006). Também dependem das relações de usos regulados internamente e de relações de parentesco.

No que diz respeito aos momentos de confronto contra interesses do capital e/ou do Estado, as comunidades precisam assumir um caráter político e politizado como forma de resistência para garantir seus direitos. Nesse sentido os elementos de autoafirmação e as redes formadas por comunidades e movimentos sociais se mostram como elementos muito importante na luta comunitária pela efetivação de direitos, tal como a titulação dos territórios ancestralmente ocupados, fundamentais para a existência e reprodução social das comunidades quilombolas.

---

<sup>5</sup> A Convenção n° 169, sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, revê a Convenção n° 107. Ela constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais (OIT, 2011).



## **O CLA e o Processo de Deslocamento Compulsório das Comunidades Remanescentes de Quilombo**

Consideramos o município de Alcântara como um espaço de fronteira, entendendo a existência de territorialidades e temporalidades distintas. Ou seja, a territorialidade e temporalidade das comunidades descendentes dos povos originários e dos povos que ocuparam o território a partir de um longo processo, descrito sucintamente neste trabalho, e a do “moderno”, do “desenvolvido”, materializada pela implantação do Centro de lançamento de Alcântara (CLA), por meio do decreto estadual 7.820, de 12 de setembro 198, ainda no período ditatorial do Brasil, que foi marcado por um grande incentivo quanto ao desenvolvimento nacional nos moldes capitalista.

O decreto que instituiu o CLA, declarou a desapropriação de uma área de 52 mil hectares para a instalação do empreendimento, ativado em 1º de março de 1983. Em decorrência disso, nos anos de 1986 e 1987, foram deslocadas compulsoriamente 312 famílias, totalizando 1.350 habitantes. As famílias forçadas a deixar seus territórios foram alocadas em sete agrovilas (Espera, Cajueiro, Ponta Seca, Pepital, Só Assim, Marudá e Peru). Todavia, esse processo foi feito sem referência alguma aos critérios técnicos estabelecidos pelos órgãos competentes, violando uma série de direitos o que agravou profundamente a situação das comunidades quilombolas (COSTA e BARBOSA, 2017).

Já, em 1991, com o regime democrático reestabelecido, essa área foi ampliada, para 62 mil hectares pelo governo federal, sob o mandato do então presidente Collor (ALMEIDA, 2006). Todo esse processo reafirma um padrão de sociedade racista, inconsequente e impassível com os malefícios causados aos povos de minoria étnica frente à violência do distanciamento forçado dos seus territórios.

O laudo antropológico produzido por determinação da Procuradoria Geral da República, objetivando apurar possíveis irregularidades na implantação do CLA, Almeida (2006) atesta que só na primeira fase do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), foram desocupados oito mil e setecentos hectares para implantação do CLA. Dali foram retiradas 32 comunidades realocadas, como já mencionado, em sete agrovilas, o que comprometeu significativamente a lógica a partir da qual essas comunidades estruturam suas relações sociais, produtivas e ambientais e, por consequência, as relações entre elas e as demais, com as quais mantêm laços de parentesco e forte relação de interdependência.

O PNAE contaria ao todo com quatro fases de “transferência” das comunidades, segundo documento disponibilizado pelo Ministério da Defesa, e resultaria no deslocamento compulsório de 661 famílias de um vasto território para áreas restritas e com características distintas dos seus lugares originais. Mas apenas duas etapas foram concretizadas, resultando no deslocamento das 312 famílias já citadas.

Sendo assim, a área que hoje é ocupada pelo CLA corresponde apenas uma fração do território que o projeto inicial pretendia ocupar (Imagem 01 e 02). Houve o impedimento da ocupação total da área pelo reconhecimento da autenticidade do território como terras tradicionalmente ocupadas de caráter quilombola. Mesmo diante disso, há uma proposta estruturada e em estágio avançado envolvendo diversos Ministérios que visa a ampliação da base em direção à área do projeto inicial, segundo matéria do jornal A Folha de São Paulo<sup>6</sup>.

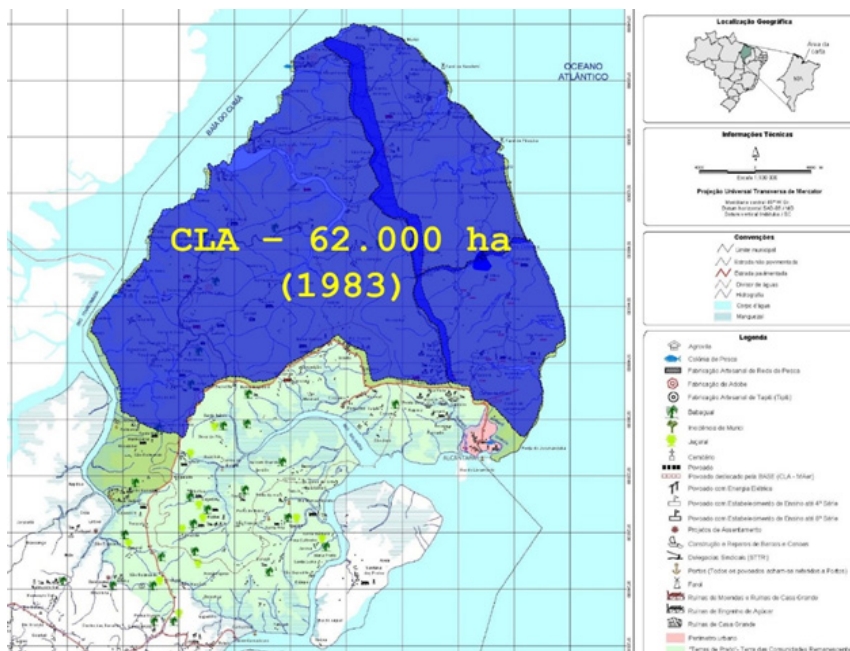


Imagem 01 – Área cedida a CLA no projeto inicial  
Fonte: Ministério da Defesa (2009).

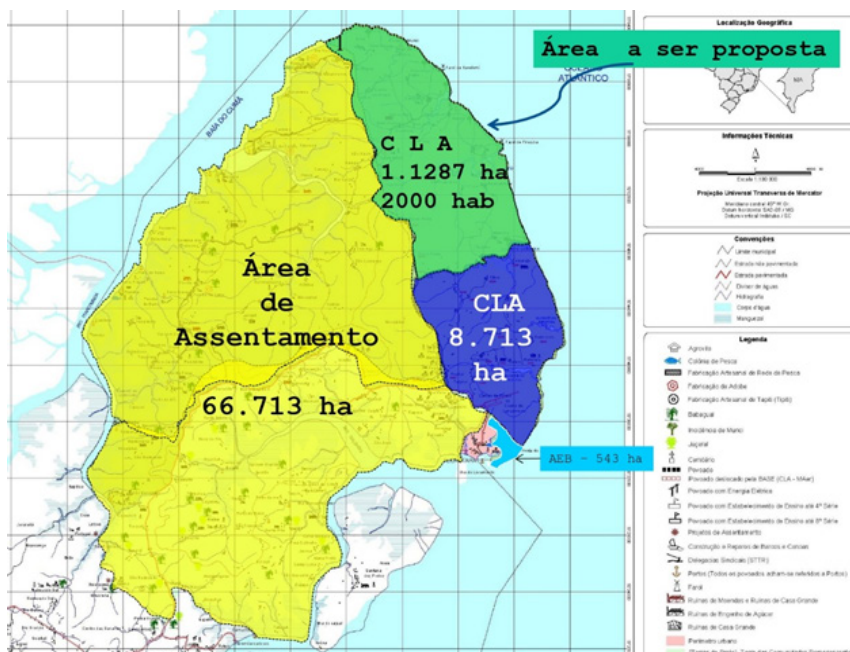


Imagem 02 – Área ocupada pelo CLA e proposta de ampliação  
Fonte: Ministério da defesa (2009)

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/10/documentos-contradizem-versao-de-ministro-sobre-ampliacao-de-base-de-alcatara.shtml>

Diante disso, nota-se que nas últimas décadas, sob um discurso desenvolvimentista, houve a tomada do território alcantareense para atender aos interesses dos estrangeiros à terra. Mesmo quando se anuncia nos veículos de comunicação que as atividades do CLA são de interesse nacional, para os quilombolas é imposto um processo violento e de caráter colonizador, que afasta e rompe a ligação territorial das comunidades com suas histórias e modos de vida, já que, o território é a base material onde a existência humana se faz. Segundo Santos (1999. p.8), “o território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Abriga a identidade, isto é, o sentimento de pertencimento àquilo que nos pertence.

Sendo assim, a usurpação dos territórios das comunidades tradicionais para abrigar o CLA reforça a ideia de fronteira como uma reserva de recursos ou terras sempre disponíveis passíveis de apropriação que parece atender bem aos interesses neoliberais, uma vez que, o CLA apresenta não somente um caráter militar, mas, também, comercial.

As consequências desses processos de deslocamento compulsório e a ameaça aos direitos das comunidades quilombolas de Alcântara perduram até hoje e no decorrer de quase quatro décadas, diferentes situações se configuraram, ou seja, as comunidades que estão em situação de conflito em relação ao CLA enfrentam diferentes desafios na tentativa de manter seus modos de vida e/ou território.

Araújo e Filho (2006), constataram em seus estudos quatro situações distintas, decorrentes de processos desestruturantes que influem sobre as comunidades:

[...] deslocadas: comunidades que foram forçadas a deixar suas terras e foram deslocadas para “agrovilas” no período inicial de implantação do Centro de Lançamentos de Alcântara;

Ameaçadas de deslocamento: comunidades que estão na iminência de ser obrigadas a deixar suas terras por ocuparem a denominada “área de segurança” do Centro de Lançamento [...]

Ameaçadas de desestruturação: comunidades que estão na iminência de receber em suas áreas centenas de famílias provenientes das “comunidades ameaçadas de deslocamento”. Isso iria gerar a desestruturação da cultura, da produção, dos recursos naturais e do modo de viver dessas comunidades;

Moradores da periferia: os que foram indenizados ou não e atualmente residem na periferia do município”. (ARAÚJO E FILHO, 2006 p. 222).

Não obstante às problemáticas existentes, ocasionadas pela violação dos territórios quilombolas, o Ministério da Defesa em 2009, apresentou uma proposta de ampliação da Base de Alcântara que acrescentaria à área já existente mais 1.1287ha. Isso significaria o avanço da Base sobre territórios consolidados pertencente, por direito constitucional, aos quilombolas que os ocupam há cerca de dois séculos, de acordo com o Art. 68 da CF, onde se ler “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2016).

Em 2018, ainda no governo de Michel Temer houve um prelúdio da retomada de atividades no CLA, sob um projeto de ampliação e concessão comercial da Base de Alcântara. Mas, foi em 18 de novembro de 2019, por meio de um Acordo de Salvaguarda Tecnológica entre o Brasil e os EUA, assinado pelo atual presidente Jair Bolsonaro e, posteriormente, aprovado pela Câmara e pelo Senado Federal, que se abriu essa possibilidade de fato.

Segundo Santos (2019), a Agência Espacial Brasileira e o Ministério da Ciência e Tecnologia afirmam que o acordo é um instrumento assinado entre os países em que estes se comprometem a proteger as tecnologias das partes, ademais afirmam que acordos dessa natureza são comuns no setor espacial e necessários para o andamento de negociações bilaterais na área. Entretanto, existem controvérsias devido a possível ameaça da soberania nacional, uma vez que não estão claras as normas de concessão e fiscalização das atividades a serem desenvolvidas em solo brasileiro.

Para Silva e Feltrin (2020) o AST:

Não é um acordo simétrico e tem teor puramente restritivo de acesso, com o enfoque maior na proteção dos dados de tecnologia dos norte-americanos e seus direitos sobre a Base de Alcântara do que a transferência e o desenvolvimento tecnológico que o Brasil teria acesso [...] com a justificativa de proteger os dados técnicos e equipamentos norte-americanos, é conferido o direito aos Estados Unidos de terem jurisdição sobre parte do território brasileiro, podendo proibir as próprias autoridades brasileiras de acessarem parte do território nacional (SILVA E FELTRIN, 2020. p. 25).

Os fatos recentes descritos acima, abrem margem para importantes discussões, porém nos detemos aqui frisar que esse acordo traz novamente preocupações às comunidades quilombolas alcantarenses, pois uma nova ampliação do CLA sobre o território quilombola trará consequências ambientais e sociais graves, com violação de direitos, ampliação da pobreza e destruição de modos de vida seculares, visto que as comunidades quilombola não possuem seguridade de posse dos seus territórios, não possuindo a titulação definitiva da terra mesmo sendo de direito.

### **Relação do estado e as demandas da população rural alcantarenses**

Entender os processos reais de desenvolvimento nas relações entre o capital e territórios é discorrer em sua forma singular e plural, a relação de confronto entre o estado e comunidades quilombolas em face das especificidades históricas ali presentes e agora totalmente desconsideradas.

Torna-se necessária uma discussão quanto o acesso das Políticas Públicas às comunidades de Alcântara, com o objetivo principal de mostrar as os principais impactos tanto sociais, quanto econômicos e territoriais. Como citado anteriormente, o acordo de salvaguarda tecnológico assinado pelo Brasil e Estados Unidos que garante o uso e expansão do CLA, traz grandes impasses que perduram por anos quanto o deslocamento das comunidades.

O Movimento dos Atingidos pela Base de Lançamento (MABE), traz em seus relatórios mais de 27 comunidades atingidas por esse projeto de expansão, atingindo mais de 2.120 pessoas e os mecanismos que deveriam orientar a todas essas comunidades é falho. Poderíamos considerar uma violação de direitos, visto que perduram por anos negociações totalmente inviáveis por parte do Estado com as comunidades.

A Convenção 169 da OIT, prevê no art.6º que os governos devem estabelecer consultas prévias e orientações aos povos e comunidades antes de toda e qualquer medida que possa afetá-los diretamente:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
  - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
  - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
  - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

Porém, temos uma realidade totalmente diferente, onde até o ano passado a Defensoria Pública da União (DPU), representantes das comunidades tradicionais e gestores públicos exigiam transparências nos acordos com o governo federal. Em entrevista à Agência Brasil de Comunicação em 2019 a Procuradora federal dos direitos do cidadão do Ministério Público Federal, Débora Duprat, comentou sobre a instalação/expansão da base tecnológica e os seus impactos às comunidades, que “vai gerar necessidade de definir espaços, o que ninguém sabe, e aí a ameaça sobre as comunidades. É uma zona de incerteza que não é justo que comunidades próximas não tenham noção do que pode acontecer a partir da assinatura deste acordo” (EBC, 2019).

### **Considerações Finais**

Diante das reflexões que fizemos sobre os processos territoriais que ocorreram e ocorrem em Alcântara, entendemos que o município vive uma situação de fronteira, onde se observa o contraste entre o modo de vida camponês e quilombolas e a maneira como “desenvolvimento” se impõe. A medida em que fronteira se desloca sobre o território ocupado por comunidades tradicionais observa-se a destruição da natureza, o surgimento de conflitos por terra e a violação de direitos.

Para Martins (1996, p. 29) “a história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição. Mas, é também uma história de resistência, de revolta, de protesto,



de sonho e de esperança”, nessa perspectiva, é notório o protagonismo das comunidades e dos movimentos sociais que unem forças na luta por direitos e mantém viva a esperança através das relações cotidianas, das expressões culturais e da fé, mas sobretudo mantém a esperança como posicionamento político que os impulsiona para uma mobilização e uma organização política.

É certo que a implantação do CLC trouxe prejuízos gigantescos às comunidades quilombolas de Alcântara, sobretudo pela forma como ocorreu. A não observância às normas técnicas e a tentativa de invisibilizar várias comunidades, desconsiderando suas histórias, sua ligação com o território e o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas, configuram a irregularidade desse processo, caracterizando-o pela violência e autoritarismo.

Almeida (2006) aponta que mesmo diante de dispositivos legais, como a Constituição Federal, há enormes dificuldades na efetivação de direitos étnicos, tendo em vista o caráter autoritário e os fundamentos coloniais e escravistas da nossa sociedade. Há, portanto, a ausência de políticas e ações governamentais sistemáticas que sejam capazes de reconhecer os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica. Essa carência é regida por interesses dominantes e pela adaptação das estruturas administrativas preexistentes às rupturas e conquistas recentes que fogem ao controle clientelístico tradicional.

Face a um governo com forte inclinação ao autoritarismo e que privilegia o setor econômico em detrimento ao meio ambiente e às minorias étnicas, anuncia-se a retomada de atividades do CLA através de um acordo de Salvaguarda Tecnológicas com o EUA que, conforme apresentamos neste trabalho, pretende ceder uma fração do território nacional para atividades aeroespaciais com fins lucrativo.

Isso nos dá indícios de que projetos que objetivam a ampliação da área do CLA podem ser retomados ou reelaborados, fato preocupante, visto que a direção pretendida para ampliação da Base coincide com os territórios quilombolas. Nos dados consultados durante pesquisas de cunho bibliográfico, constatamos que há documentos datados de 2009 que exemplificam em imagens e texto a área de expansão pretendida na época. Também verificamos que jornais, como o A Folha de São Paulo, noticiaram, em 2019, que há trâmites ministeriais em curso no mesmo intuito.

Portanto, as comunidades seculares que preservam uma ampla diversidade étnica, saberes tradicionais e modos de vida que colaboram para a manutenção da natureza estão mais uma vez diante ameaças às suas existências e a de seus territórios. Logo, observamos que o Estado, além de não atender as demandas básicas da população quilombola alcantareense, demonstra-se interessado no avanço do empreendimento aeroespacial sobre as terras tradicionais, firmando acordos e criando estratégias operacionais que viabilize esse avanço de forma rápido para atender interesses econômicos e bélicos, sobretudo bélicos internacional.

Por fim, é sabido que as comunidades resistem a longos anos e, que mesmo com o deslocamento compulsório de inúmeras famílias, foi e é de grande importância a organização comunitária e os engajamentos dos movimentos sociais e entidades como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas



(CONAQ) e a Fundação Pro-Índio, na luta pela manutenção dos territórios, diante desse embate político. Pois essa organização se mostra como um meio efetivo de comunicação entre as comunidades e certas instâncias estatais, bem como proporciona uma visibilidade étnica, não só de luta, mas também de seus modos de vida, aspectos culturais, econômicos, religiosos etc.

## Referências

ALMEIDA, A. W. B de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos Urbanos e Regionais. v.6, n.1 /maio 2004.

\_\_\_\_\_. Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. Base Alcântara. Ministério da Defesa. Brasília, (2009). Disponível em: [http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20090701\\_Base\\_Alcantara.pdf](http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20090701_Base_Alcantara.pdf).

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2016. 458p.

\_\_\_\_\_. NOTA TÉCNICA Nº 03 /2019-6CCR. 6a Câmara De Coordenação E Revisão (Populações Indígenas E Comunidades Tradicionais). Assinada em: 30 set. 2019.

CISP. Comissão Pró-Índio de São Paulo | Alcântara. Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em: <https://cpisp.org.br>.

DOS SANTOS, F. B. A base de Alcântara e os direitos humanos às comunidades quilombolas no Maranhão.

RIDH – Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Bauru, ano 13, v. 7 - n. 2, p. 61-75, 2019.

FERREIRA, R. J. B. Desenvolvimento ou crescimento econômico? Uma análise das transformações sociais e turísticas do município de Alcântara – MA na percepção dos seus moradores. Monografia (Gestão de Turismo). IFMA, Alcântara, 2012. 85p.

GOMES, A. M. do S.; FILHO, D. L. L. Tecnologia aeroespacial e desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. Tecnologia e Sociedade, vol. 2, núm. 2, enero-junio, 2006, pp. 209-225. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba.

IBGE. Tabela 3175: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>

FIOCRUZ. MA – Comunidade Quilombola de Alcântara continua luta contra o Centro de Lançamento e pelo seu direito de ficar na terra – Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. ENESP. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra>

GOBAT, G. Região Metropolitana da Grande São Luís (MA) – FNEM. Disponível em: <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-da-grande-sao-luis-ma>.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MELLO, A. C. A experiência do Grupo Executivo Interministerial de Alcântara – Maranhão na construção de um ambiente participativo e cooperativo. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 2008.

OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Organização Internacional do Trabalho. – Brasília: OIT, 2011.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SILVA, B. S.; FELTRIN, C. R. Propriedade intelectual e soberania nacional: análise do acordo de salvaguardas tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos para o Centro Espacial De Alcântara. *Revista ÍANDÉ - Ciências e Humanidades*, São Bernardo do Campo, v. 4, n. 1, p. 22-33, 2020

VALENTE, R. Documentos contradizem versão de ministro sobre ampliação de base de Alcântara. Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/10/documentos-contradizem-versao-de-ministro-sobre-ampliacao-de-base-de-alcantara.shtml>.

VALENTE, J. Governo e sociedade divergem sobre garantias no acordo de Alcântara: Acordo precisa de aprovação do Congresso Nacional para ter efetividade. Agência Brasil. Brasília, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-07/governo-e-sociedade-divergem-sobre-garantias-no-acordo-de-alcantara>.

# **Território quilombola de Saco Das Almas na dinâmica do Matopiba: uma reflexão a partir do histórico maranhense de desenvolvimento**

# Território quilombola de Saco Das Almas na dinâmica do Matopiba: uma reflexão a partir do histórico maranhense de desenvolvimento<sup>1</sup>

Jaine de Jesus Alves CALDAS<sup>2</sup>

Juliana Gonçalves de CASTRO<sup>3</sup>

Marivânia Leonor Souza FURTADO<sup>4</sup>

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA

## Resumo

Devido a grande extensão territorial e recursos naturais, o estado do Maranhão historicamente sofre a cobiça do capital para atender a acumulação de lucro, revelando a face segregadora e opressora da questão. Deste modo, o referido trabalho anseia analisar a lógica de “desenvolvimento” maranhense, processo que de forma contínua revela-se em consonância com as diretrizes do sistema vigente, o qual desconsidera as particularidades regionais e agride o modo de vida de inúmeras coletividades. Para a realização deste estudo efetuamos revisões bibliográficas, levantamentos de dados, elegendo por base metodológica reflexões críticas e decoloniais, privilegiando as histórias fronteiriças em contraposição à lógica da modernidade/colonialidade. Destaca-se, que o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegura o direito dos remanescentes de quilombos sobre seus territórios, devendo o Estado responsabilizar-se pela emissão dos títulos. Todavia, tal feito, não ocorre plenamente, gerando incertezas e intimidações às comunidades quilombolas. Nesse contexto, encontra-se Saco das Almas, território quilombola que sofre os efeitos das políticas econômicas neoliberais, uma vez que está na fronteira agrícola do MATOPIBA. Assim sendo, como forma de garantir a manutenção da própria vida, estratégias de luta e resistência são criadas para enfrentar o agronegócio.

**Palavras-chave:** Maranhão; Desenvolvimentismo; MATOPIBA; Saco das Almas.

## Introdução

A questão agrária brasileira é reveladora da oposição entre aqueles que detêm o monopólio da terra, e, a grande massa trabalhadora que sofre com a escassez ou com uma

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 “povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, e-mail: [jainecaldas@outlook.com](mailto:jainecaldas@outlook.com).

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, e-mail: [jugcastro@hotmail.com](mailto:jugcastro@hotmail.com).

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, e-mail: [marivaniafurtado@yahoo.com.br](mailto:marivaniafurtado@yahoo.com.br).

quantidade insuficiente dela para a sua reprodução material e simbólica. Esse cenário é resquício de um passado colonial aqui alicerçado, o qual relegou aos povos originários e aos africanos e seus descendentes a exclusão do uso e posse da terra.

No Maranhão, com a instituição da Lei nº 2.979/69 legitimou-se o processo de concentração fundiária sob o engodo da “modernização”. O estado, então, assegurou-se na rota do grande capital, delineando o sentido da terra enquanto fonte de riqueza e poder.

Dentro do respectivo cenário, Barbosa (2011) destaca que o estado nos últimos trinta anos tornou-se alvo de uma quantidade significativa do modelo de capital transnacional, tendo a produção em larga escala e o mercado externo como características essenciais para a efetivação desse estado “novo”, o estado “moderno”.

Em resistência a esse modelo, Saco das Almas é um território quilombola de 23 mil hectares situado nos municípios de Brejo e Buriti, localizado no Leste Maranhense, logo compondo a área do chamado MATOPIBA<sup>5</sup>. Até os dias atuais os quilombolas desse território lutam pela titulação definitiva de quilombo, para assim garantir a segurança jurídica de que suas terras não estariam disponíveis no mercado.

Este estudo propõe-se a tratar sobre Saco das Almas no contexto do projeto “desenvolvimentista” consolidado pelo estado, cuja premissa não esteve pautada no bem viver das comunidades tradicionais. Portanto, uma discussão necessária para visibilizar a luta dessa coletividade frente ao predadorismo do capital.

### **A questão agrária e o modelo maranhense de “desenvolvimento”**

A estrutura fundiária brasileira caracteriza-se pela forma diferenciada de ocupação do solo. Os portugueses, ao chegarem no novo território, passam a apropriar-se das terras beneficiando somente aqueles que detinham alguma ligação com a coroa. Nesse contexto, a colonização das terras maranhenses não segue outro caminho, pelo contrário, trilha o mesmo processo de apropriação privada desencadeadora da concentração fundiária.

Para Cabral (1992) e Trovão (2008) a conquista e ocupação do solo maranhense ocorreu de forma tardia se comparado a outras regiões do país, todavia desde o princípio ele sempre esteve nos planos expansionistas dos portugueses. A colonização dessa parte do território deu-se em diferentes frentes de expansão, mais particularmente pelo litoral, pelo interior e, ainda, através da frente camponesa.

Somado a expansão territorial houve grande incentivo de meios para a valorizar a terra do ponto de vista econômico, o regime de plantation simboliza esse fato (CABRAL, 1992). Visualiza-se, assim, que o padrão de ocupação adotado, além da busca incessante por desbravar territórios, teve o intuito de fazer de tais terras fonte de riqueza e poder.

A chamada Lei de Terras (1850) institucionalizou a mercantilização da mesma, o

---

<sup>5</sup> O MATOPIBA, sigla que compreende aos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, representa um plano de desenvolvimento do governo brasileiro, a fim de explorar territórios dessas localidades para desenvolver a prática da monocultura.

enlace direto com o capital, onde somente os abastados puderam ter acesso, pois a partir daí preços foram fixados com o intuito de restringir a posse da terra. Sobre isso, Stédile retrata que “a Lei nº 601, de 1850, foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil” (STÉDILE, 2012, p.25).

O Maranhão adota também sua própria legislação para estabelecer as normas de apropriação da terra, a lei n 2.979 de 1969, cuja implementação deu-se pelo então governador José Sarney, de modo que a lei tornou-se conhecida como “Lei Sarney de Terras”. Salienta-se que uma de suas principais características foi o repasse de grandes extensões territoriais para grupos empresariais, assim a criação dessa lei ocorreu sob o intuito de regulamentar a questão agrária no estado.

Segundo Neto (2017), o Maranhão bem como todo o território nacional, está concatenado com a brutal realidade da grilagem, exclusão, superexploração, assassinatos de trabalhadores rurais, agravados fortemente com a promulgação da lei supracitada.

Acerca da respectiva legislação, Victor Asselin (2009, p. 152) destaca que a partir dela “facultava-se a venda das terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares”. Percebe-se, assim, o desencadeamento de um grande sistema de cobiça e mercantilização das terras maranhenses.

Como consequência desse processo, os conflitos fundiários aumentaram eminentemente no decorrer do século XX, atingindo comunidades tradicionais e acirrando os conflitos no campo. De acordo com Neto (2017), os conflitos agrários se intensificaram por sua localização nas regiões de ocupações antigas, tradicionalmente habitadas por povos ribeirinhos, quilombolas, os quais passaram a sofrer com a usurpação de suas terras em decorrência de grandes projetos econômicos.

As áreas consideradas “terras livres” nunca foram assim, tendo em vista que indígenas, quilombolas, posseiros no processo de fuga dos seus alçozes, buscando proteção e conseqüentemente alternativa de sobrevivência, já ocupavam tais territórios há muito tempo. Contudo, essa população passou a ter suas terras limitadas, sofrendo até os dias atuais constantes violações (NETO, 2017).

Dessa forma, a lógica colonizadora maranhense viabilizou todos os caminhos, amparando-se, inclusive, nos dispositivos jurídicos para transformar a terra em geradora de lucro. Foi-se projetando, pois, o modelo desenvolvimentista do estado sobre os pilares da ganância e opressão.

Historicamente, regiões que são fronteiras para o processo de expansão do capital sofrem severos desfechos. Segundo Castro et al (2018), o quadro de pobreza e a complexa relação entre capitalismo, população e natureza é uma das maiores problemáticas, e tais “fenômenos são uma consequência tanto da história de ocupação [...] quanto do desenvolvimento de um conjunto de atividades que têm no extrativismo e na incorporação de novas terras [...] elemento mais básico” (CASTRO ET AL, 2018, p. 13).

O projeto desenvolvimentista adotado no estado do Maranhão esteve firmado na



lógica liberal e, por conseguinte, num comportamento de incentivo a projetos focalizados na dinâmica global, impedindo um desenvolvimento centrado nas características locais. Segundo Barbosa (2011), a inclusão do estado no rol do capital industrial ocorreu dentro de um processo modernizador intensificado através da grilagem de terras. Nesse prisma, o Maranhão assume o posto de mediador do capital articulando o global e o regional, além de instituir um mercado ativo das terras no final dos anos 1960.

O interesse de notáveis grupos econômicos pelo território maranhense se destaca, passando a exercer influência nas políticas de governo. Almeida (2017) aponta que os planos governamentais para a economia do estado se sustentaram no setor produtor da matéria-prima, o setor primário, isso já no início dos anos 1970.

No percurso para o seu desenvolvimento, o setor primário acaba tendo por premissa básica o uso do solo, uma vez que dele necessita para extrair os recursos naturais. Todavia, o uso que deveria ocorrer de forma racional, amparado nas leis para não provocar irreparáveis danos socioambientais, ainda está distante de ser uma realidade.

Assim, pode-se evidenciar que no estado o desenvolvimento do capital realizou-se com parceria direta do poder executivo, o qual acabou fornecendo uma série de incentivos, inclusive subsídios fiscais. Como resultado, avolumou-se a indissociável relação público/privado nas estruturas governamentais, fazendo com que a intervenção desse quadro político econômico passasse das mãos do estado para o mercado, dentro de uma perspectiva da política macroeconômica.

Quanto a isso, Mesquita faz questão de corroborar que a ideologia liberal propaga a ideia do mercado como uma espécie de “salvador”, resolvendo diversos problemas a longo prazo, contudo “ a longo prazo estão todos mortos” (MESQUITA, 2007, p. 28). Uma afirmativa tão verídica, que caso o mercado resolvesse todas as problemáticas não haveria tantos indivíduos privados de elementos básicos para a continuação da existência.

É válido salientar que como forma de obter certa base de apoio social para uma exploração desenfreada, além da intenção de camuflar os impactos provocados, o artifício comum da elite dominante é disseminar a bandeira do “progresso”, da “modernização”, e dessa maneira se vai construindo um desenvolvimento econômico em detrimento do social, cultural, ambiental. Para Barbosa (2011) o ideário do “progresso” se sobressaiu no estado passando, portanto, a receber implantação de enormes empreendimentos.

Nessa dinâmica, o Maranhão vai recebendo políticas econômicas pautadas na utilização do território “disponível” para produzir em larga escala. Conforme Almeida, Sodré, Mattos Júnior (2019) o modelo agroexportador ainda se apresenta como principal mecanismo econômico dos governos brasileiros, seguindo a tendência que perdura desde o período colonial, a fim de fornecer produtos agrícolas ao exterior através da exploração. Esse fato propicia o cenário inalterável da concentração fundiária e expulsão de camponeses de seus territórios.

Nesse quadro, o projeto intitulado MATOPIBA revigora a questão em voga, que no caso “específico do Maranhão, segundo maior produtor de grãos do MATOPIBA, a expansão da soja sobre as áreas de cerrado trouxe significativas alterações nos territórios camponeses, sobretudo a partir da conversão das chapadas em campos de soja” (ALMEIDA, SODRÉ, MATTOS JUNIOR, 2019, p. 267)

De acordo com Silva, Wichinieski, Costa (2015) a área de fronteira foi instituída por decreto presidencial no ano 2015, sendo mais uma ferramenta de expansão do capital embasado no falacioso discurso desenvolvimentista. O respectivo espaço é considerado uma das últimas fronteiras agrícolas do Brasil e tem como bioma o cerrado – o qual passa a receber ameaça iminente de uma devastação maior.

“A exemplo de outros planos já implementados neste território [...] afeta principalmente as comunidades tradicionais que dependem da biodiversidade do Cerrado e sequer tem suas demandas históricas atendidas, como a regularização de seus territórios” (SILVA, WICHINIESKI, COSTA, 2015, p. 153).

Os autores frisam ainda, que:

O MATOPIBA compreende 31 microrregiões geográficas e, tendo como base o IBGE, compreende 337 municípios, totalizando 73 milhões de hectares, aproximadamente. Estão dentro desta área cerca de 324.326 estabelecimentos rurais, os quais ocupam 33.929.100 hectares. Neste território encontra-se 46 unidades de conservação (8.334.679 ha), 35 terras indígenas (4.157.189 ha) e 781 assentamentos da reforma agrária e áreas quilombolas (3.033.085 ha), totalizando 13.967.920 hectares de terra/território (SILVA, WICHINIESKI, COSTA, 2015, p. 154).

Nesse cenário, as terras do Leste Maranhense passam a ser objeto direto da cobiça do capital a partir da lógica desenvolvimentista do MATOPIBA, como já mencionado; região que desde décadas anteriores já passava a ser vista como grande potencial para a prática da agricultura. Viana (2018) resgata esse contexto relatando que o Baixo Parnaíba, parte integrante da mesorregião em destaque, desde os anos 1970 tem sido foco do agronegócio, no entanto tal prática econômica se expande principalmente na década de 1990 incorporando o cultivo da soja.

Nesse contexto, o estado assume seu papel de defensor do grande capital, clarificando que “o Espaço maranhense é [...], fruto de um longo e violento processo de ocupação privada da terra, realizado com o apoio decisivo do Estado para expropriação da posse histórica de centenas de comunidades tradicionais” (BURNETT, 2015, p. 23).

Diante dessa posição do estado de reproduzir projetos que colocam em xeque a vivência de povos tradicionais, lutar e resistir tornam-se as alternativas para continuar buscando a efetivação de um território livre, desvencilhado da lógica colonial.

### **Saco das Almas: terra de aguerridos**

O quilombo, que “em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta” (LEITE, 2008. p. 965) se configura como terra de resistência, de povo aguerrido que se põe num enfrentamento direto pela defesa das condições de sobrevivência, pela garantia do bem viver. Sob esse prisma, encontra-se Saco das Almas, território quilombola que trava uma luta não somente pela busca dessa premissa básica, contudo uma luta de ter assegurado um direito que é seu – e isso no sentido próprio das leis.

Território é muito mais que algo palpável, visível, mas estende-se a uma dimensão subjetiva, refletindo a identidade e a cultura de determinado grupo social. Sua ocupação expressa cuidado e afeto do povo, já que acaba por revelar a história de indivíduos que constroem sua trajetória ali e por isso lutam para preservar suas raízes.

Nessa perspectiva, Souza (1995) corrobora que território é “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, menciona ainda que, a sua ocupação é percebida “como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto [...]” (SOUZA, 1995, p. 84).

São considerados remanescentes das comunidades quilombolas, grupos étnico-raciais, que se percebem pertencentes a uma trajetória dotada de relações próprias com seu território, possuindo algum tipo de ancestralidade negra intimamente ligada a resistência contra as violações sofridas no decorrer da história. Concebe-se como terras ocupadas por quilombolas, aquelas utilizadas para salvaguardar a existência da comunidade, garantindo a reprodução física, cultural e socioeconômica da mesma. (BRASIL, DECRETO 4.887/2003)

Nessa lógica das ordenações jurídicas, frisa-se, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual reconhece o título de propriedade definitiva aos remanescentes de quilombo que ocupam suas terras, sendo responsabilidade do Estado fazer a emissão de tais títulos (ADCT, 2016). No entanto, é gritante a lacuna entre legislação e realidade, pois mesmo a lei consolidando essa medida, na prática os habitantes desses locais frequentemente vivem sob ameaça de perder seu território.

Saco das Almas ilustra bem essa dicotomia entre o real e o legal, uma vez que sendo território quilombola ainda não passou pelo processo de titulação de suas terras. Percebe-se, assim, o descaso do poder público com os povos tradicionais – tradicionais justamente por possuírem dinâmica social, cultural própria, contrária ao modelo proposto no sistema vigente -, à medida que se prioriza interesses da classe hegemônica e se nega a efetivar o mecanismo legal estabelecido, desencadeando uma série de efeitos nocivos para tais sujeitos de direito.

De acordo com Furtado (2013), o território de Saco das Almas foi umas das primeiras experiências no Maranhão de Reforma Agrária, isso porque na época do regime militar como forma de desarticular as organizações da classe trabalhadora se instituiu o IBRA

(Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) intuindo regulamentar a questão fundiária no país, o governo então “procedeu desapropriação das terras de Saco das Almas para fins sociais de reforma agrária” (FURTADO, 2013, p.42).

No entanto, no decorrer desse processo pelo órgão responsável, a divisão do território de Saco das Almas deu-se em lotes, ferindo o princípio do uso comum da terra. Torna-se válido salientar, que o uso coletivo é caracterizado por Almeida (2008) como um processo de controle para além dos códigos legais, estabelecido por vias consensuais entre aqueles que se unem por vínculos firmados nas relações sociais.

Para Furtado (2013), depois dessa consolidação os moradores manifestaram suas reivindicações, as quais são históricas, dentre essas queixas estão: “os antigos proprietários ficaram com as terras mais produtivas, os lotes destinados para trabalho não eram suficientes para a reprodução das famílias do território [...]”, somado a isso, a principal solicitação dos quilombolas não foi atendida, a de que “suas terras seriam retomadas e os proprietários-usurpadores, além de serem retirados do território, deveriam pagar pelos crimes cometidos contra os trabalhadores [...]” (FURTADO, 2013, p. 43).

Atualmente, o território se estabelece como uma espécie de “assentamento emancipado”, o parcelamento de terras instituído acabou interferindo na própria reprodução material dos moradores, tendo em vista que os recursos tornaram-se mais limitados (FURTADO, 2013). Essa deliberação demonstra as violações de direitos que atingem tal população, privando-a do componente essencial para a sobrevivência, a terra. Pois até hoje nunca soube-se de outra fonte de retirada de elementos básicos para prover a vida, que não essa.

Para continuar existindo e dispondo dos meios para garantir o alimento e a própria geração de renda, os quilombolas de Saco das Almas se articulam utilizando das ferramentas disponíveis para realizar tal feito, a saber, o enfrentamento contra o avanço dos campos de soja, além do plantio coletivo. Pode-se, assim, asseverar o ato de resistência a partir do estabelecimento diferenciado na dinâmica interna da comunidade, algo que está totalmente na contramão dos princípios do sistema vigente.

O capitalismo possui a capacidade de se reformular e sua necessidade de acumulação o faz expandir território, exigindo um investimento continuado para a criação de um ambiente propício para sua evolução. Toda a infraestrutura criada possui um único objetivo, acumular capital (SMITH, 1988). Portanto, tal artimanha oprime e lesa de diversas formas o trabalhador, contudo vale ressaltar que a capacidade de resistir e se pôr num embate frente a defesa do direito de existir, também é uma realidade, e fortalece a esperança de um povo historicamente violado.

A célebre frase de Marx (1983, p. 24) “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser que inversamente, determina a sua consciência”, justifica com perfeição tal questão, tendo em vista que a realidade social exerce primazia no contexto de formação do pensamento. Dessa forma, tais trabalhadores rurais que convivem em meio a tantas adversidades e situações de exclusão, logicamente possuem o entendimento sobre a necessidade de traçar articulações de luta para resistir.

### **Considerações finais**

A partir do exposto, evidencia-se a distribuição antidemocrática das terras no Maranhão, que assim como em todo o território nacional, se assentou sob pilares autoritários de governantes. A concepção de terra enquanto mercadoria ganhou espaço consolidando-se através dos próprios ordenamentos jurídicos, elucidando a tendência do Estado em colocar-se na defesa da classe hegemônica.

As brechas existentes nos dispositivos legais legitimam práticas conservadoras e antidemocráticas, evidenciando o gargalo existente entre o real e o legal. A Lei Magna corrobora tal pressuposto, uma vez que aos remanescentes dos quilombos é garantido o direito as terras que ocupam, todavia são privados de gozar desse preceito constitucional em sua plenitude, estando vulneráveis aos ataques agressivos do capital.

É indispensável salientar que o “desenvolvimento” implementado pelo estado, historicamente, não se preocupou na adoção de políticas que atentassem às particularidades locais. Pelo contrário, o incentivo ocorreu aos projetos focalizados na dinâmica global, agravando o processo de exploração desenfreada e negligenciando as relações existentes secularmente.

Esse modelo retrata o processo predatório do capital que agride territórios tradicionais, como é o caso do agronegócio através do plano brasileiro de desenvolvimento, o MATOPIBA, e seu avanço de forma desregrada e, por vez ilegal, na região do Leste Maranhense. Fato que ameaça o bem viver dos remanescentes de quilombo em Saco das Almas, inserindo-os num patamar de vulnerabilidade social.

Por conseguinte, através da consciência de que são sujeitos de direito habitando num território quilombola, tal população cria formas de organização para pressionar o Estado a emitir a certificação do título de quilombo. Essa coletividade enfrenta os ditames impostos por um sistema violador, que furta direitos primários e alicerça-se em modelos econômicos de exploração desenfreada.

### **Referências**

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. Manaus: UEA Edições, 2017, p. 63-143.

ALMEIDA, A. W. B. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2.ed. Manaus: pgsca-ufam, 2008.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. Revista NERA, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

BARBOSA, Z. O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011, São Luis, MA.

BRASIL. Atividade Legislativa. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado, 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto 4887 de 20 de novembro de 2003.

BURNETT, F. L. O Plano Mais IDH: do município à região? Globalização e planejamento no Maranhão. Anais do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2015, Santa Cruz do Sul, RS.

CABRAL, M. S. C. A frente de expansão na colonização maranhense: a litorânea; A frente de expansão na colonização maranhense: a do interior In Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992, p. 58-137.

CASTRO, et al. Pensamento crítico sobre a Amazônia e o debate sobre o desenvolvimento. Papers do NAEA, janeiro, 2018.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. A alma da mangueira e suas raízes de sofrimento. (Relatório Antropológico do território quilombola Saco das Almas). São Luís, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. O PROJETO POLÍTICO QUILOMBOLA: DESAFIOS, CONQUISTAS E IMPASSES ATUAIS. Revista ESTUDOS FEMINISTAS. v. 16, n.3, p. 965-977, set./dez. 2008.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MESQUITA, B. A. Política de desenvolvimento e desigualdade regionais: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. Rev. Políticas Públicas, v. 11, n. 2, p. 27 – 54, jul./dez. 2007.

NETO, Roberval Amaral. A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO MARANHÃO: Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970. XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017.

SILVA JUNIOR, José P; WICHINIESKI, Isolete; COSTA, Saulo B. A pílula dourada do agrohidronegócio, o Matopiba. In: Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo – Brasil 2014. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

SMITH, N. Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: a dialética da diferenciação e da equalização geográficas (p. 149-189) e Para uma teoria do desenvolvimento desigual II: A escala espacial e o vaivém do Capital (p. 190- 219) In Desenvolvimento Desigual, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

STÉDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda 1960-1980. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TROVÃO, J. R. O processo de ocupação do território maranhense. São Luis: IMESC, 2008.

VIANA, Keliane da Silva. A TERRA PROMETIDA AINDA É PROMESSA: conflitos ambientais e territoriais em Saco das Almas. 2018. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.



**Megaproyectos mineros y luchas sociales de resistencia en Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional de la Frontera Estados Unidos-México, y de la Amazonia (nordeste de Brasil) .**

# Megaproyectos mineros y luchas sociales de resistencia en Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional de la Frontera Estados Unidos-México, y de la Amazonia (nordeste de Brasil)<sup>1</sup>

Juan Manuel SANDOVAL PALACIOS<sup>2</sup>

Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras, DEAS-INAH;  
Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); y  
Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC)

## Resumen

En la fase actual del capitalismo global se han venido creando y desarrollando Espacios Globales para la expansión del capital transnacional; y dentro de éstos, diversas Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA), para el despliegue y realización del proceso de producción industrial con alto o bajo valor agregado y explotación de los territorios. En este trabajo analizo dos ZEIA en dos Espacios Globales. La primera es la Megarregión Arizona-Sonora en el Espacio Global de la frontera México-Estados Unidos, donde se localizan megaproyectos mineros (Cobre, oro, plata y litio), junto con industrias de tecnología de punta de los sectores automotriz y aeroespacial. La segunda es el Corredor Minero-ferroviario-portuario Carajás-Sao Luís, en los estados de Pará y Maranhão, Brasil, en el oriente del Espacio Global de la Amazonia, donde se localiza el megaproyecto minero de extracción y procesamiento del hierro de mayor pureza en el mundo, junto con la extracción de otros minerales, megaproyectos de monocultivos y ganadería extensiva. Los megaproyectos mineros en ambas ZEIA han producido diversos impactos y conflictos socioambientales, donde se llevan a cabo luchas de resistencia y defensa de territorios y bienes comunes por parte de diversas comunidades y pueblos originarios de grupos indígenas y quilombolas.

**Palabras clave:** Espacios globales, Zonas Específicas de Intensa Acumulación, Resistencia

## Introducción

A partir del inicio del siglo XXI, y principalmente de la década de 2010, se han incrementado los movimientos de resistencia y lucha de pueblos originarios y diversos tipos de comunidades en defensa de bienes comunes, territorios y condiciones laborales

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en la Mesa 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”. São Luís do Maranhão, Brasil 15-19 de marzo de 2021.

<sup>2</sup> Doctor en Antropología por la University of California, Los Angeles y Doctorante en Ciencia Política por la Universidad Nacional Autónoma de México. [juanmanuel.san.pal@gmail.com](mailto:juanmanuel.san.pal@gmail.com), [jsandoval.deas@inah.gob.mx](mailto:jsandoval.deas@inah.gob.mx)

y de vida frente a proyectos de gran escala impulsados por las grandes corporaciones transnacionales, con el apoyo de los gobiernos de diverso cuño político, principalmente de carácter autoritario, muchas veces respaldados abierta o encubiertamente por las fuerzas armadas de los países de todo el planeta, y específicamente en el Continente Americano.

Este incremento ha estado siendo causado por la nueva ola expansiva del capital transnacional, no sólo en términos extensivos sino también intensivos, impulsada por instancias transnacionales (Banco Mundial, FMI, BID, OMC, ONU, las grandes corporaciones empresariales y los gobiernos de todos los países), como salida a la profunda crisis económica y financiera global de 2008-2009, lo que ha llevado a las corporaciones transnacionales a promover nuevas inversiones en proyectos de infraestructura de gran escala o ampliar los ya existentes (para transporte terrestre, marítimo, fluvial, así como puertos terrestres, marítimos y aeropuertos), en la industria (incrementando la producción de bienes de uso dual –comercial y militar), en el sector extractivo (minería metálica y no metálica, energéticos -hidrocarburos, gas, electricidad), turismo (turismo Premium, cruceros, etcétera) y en el sector agropecuario (monocultivos –soya, eucalipto, palma africana- y enormes hatos de ganado bovino en grandes extensiones y porcino en mega-granjas), entre los principales. buscando controlar recursos estratégicos y mercados en el nivel global, impactando en gran medida territorios, comunidades y medio ambiente.

La movilidad del capital, facilitado por el desarrollo tecnológico en las décadas de 1980 y 1990 gracias al internet, la fibra óptica y los satélites, mediante los cuales se globalizaron la producción y el sistema financiero, permitió que, como apunta Robinson (2020<sup>a</sup>), en la década actual de 2020 que la avanzada digitalización de la economía y la sociedad global y la aplicación de tecnologías de la cuarta revolución industrial hayan venido a impulsar otra ronda de reestructuración y transformación del capitalismo global basada en dicho proceso (y facilitada por los tratados de libre comercio de nueva generación y por estrategias de cooperación, como en el caso de China).

Este proceso ha estado siendo acelerado por las cambiantes condiciones económicas y sociales causadas por la pandemia del COVID-19 (que desde su comienzo en 2019 alcanzó 55 millones de contagios en un año en todo el mundo), y que ha favorecido a un nuevo bloque de capital transnacional encabezado por las grandes corporaciones tecnológicas, las instituciones financieras y el Complejo Industrial Militar, que han amasado un poder aún mayor durante este período y consolidado su control sobre los puestos más altos de la economía global.

Al mismo tiempo, continúan avanzando los procesos productivos industrializados de bienes con alto valor agregado y/o extractivistas (bajo el discurso y las políticas del “desarrollo”) en espacios que han venido siendo producidos mediante estrategias de escalamiento y expansión geográfica, por las cuales el capitalismo, ya globalizado, produce espacios globales (EG) para la expansión del capital transnacional y se materializa en zonas específicas de intensa acumulación (ZEIA) principalmente en la forma de megaproyectos (SANDOVAL, 2019; TALLEDOS, CAMACHO y SANDOVAL, 2020).

Con ello se intensifica la explotación de los territorios, el desplazamiento forzado y los despojos territoriales, se reactivan movimientos sociales y ambientales de resistencia y surgen otros nuevos, en nuevos espacios. Estos movimientos se enfrentan mediante diversas estrategias con los grandes capitales y con los gobiernos de los estados nacionales y de niveles inferiores, en algunos casos buscando articulaciones con otras organizaciones, sindicales, políticas, académicas, etcétera, y en otros, adoptando posiciones autonomistas, dando lugar a diversos resultados.

Y conforme este proceso avance, aumentará la concentración del capital en todo el mundo, empeorará la desigualdad social y agravará las tensiones internacionales. Los grupos dominantes, apoyados en las aplicaciones digitales, a menos que sean forzados a cambiar el curso por la presión de las masas desde abajo, recurrirán a las trampas y engaños del Estado policiaco global para contener las convulsiones sociales (ROBINSON, 2020a).

El avance del Estado policiaco global ha sido rápido en nuestro continente. De acuerdo con Guerrero (2020), “durante la pandemia de covid-19, las fuerzas armadas en América Latina han desempeñado y continúan desempeñando funciones esenciales: fabricando equipos de protección, entregando víveres y atendiendo a civiles en sus hospitales.” Plantea que, en algunos países los soldados han sido también desplegados para hacer respetar, frecuentemente con brutalidad, medidas de confinamiento a poblaciones mayoritariamente pobres de trabajadores informales. En varias naciones las fuerzas armadas han sido utilizadas además para incrementar la represión contra personas y movimientos críticos “y apuntalar gobiernos con cuestionable legitimidad democrática”. Desde que comenzó la pandemia, destacamentos militares han sido desplegados en ciudades de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Honduras, México, Perú y Venezuela para realizar patrullajes, controlar retenes, cerrar temporalmente las fronteras (lo que ha afectado incluso el comercio internacional) y, también detener ciudadanos por violar disposiciones sanitarias.

La frontera de Estados Unidos con México ha sido cerrada a los viajes “no esenciales” utilizando a la Guardia Nacional para reforzar a la Patrulla Fronteriza y a las policías. La Guardia Nacional en México está siendo utilizada, de igual manera, para impedir el paso de caravanas de migrantes provenientes de los países del Triángulo Norte de Centroamérica. Se fortalece así la política de “securitización” de las fronteras.

Los militares mexicanos se encuentran desempeñando un creciente número de funciones que el gobierno actual les ha otorgado (entre ellos la construcción de megaproyectos aeroportuarios, ferroviarios, y el control de una gran cantidad de hospitales para atender la Pandemia, además de la distribución de medicinas), pese a que enfrentan la vasta mayoría de las denuncias de ejecuciones extrajudiciales y desapariciones forzadas entre las instituciones del país (SANDOVAL, en prensa).

La militarización permanente puede llegar a constituirse en una nueva normalidad: que múltiples gobiernos provean mediante sus fuerzas armadas servicios básicos ante la falta de instituciones civiles, y que así aquellos controlen a sus críticos. La democracia en América Latina podría reconstituirse tras la pandemia sólo como una fachada (GUERRERO, 2020).

De acuerdo con Robinson (2020b), mientras que el mundo se vuelve más desigual, las personas se vuelven más “desechables”. Actualmente, los gobiernos excluyen sistemáticamente a secciones de sus poblaciones de la sociedad por medio de políticas de mano dura. Apunta que el Estado policiaco global utiliza una variedad de ingeniosos métodos de control, incluyendo la encarcelación masiva, la violencia policiaca, las guerras provocadas por Estados Unidos y otros Estados, la persecución de migrantes y refugiados y la represión de activistas ambientales, pero también, añadiríamos aquí, de líderes y luchadores de los pueblos originarios, de afrodescendientes y otros que defienden sus territorios y derechos ancestrales.

## **2. Los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA).**

Como salida a la crisis económica en todo el mundo durante la década de los 1970s y principios de la de los 1980s, las grandes corporaciones, las instancias financieras internacionales (BM, FMI, BID, etcétera) y los gobiernos de los países económicamente más avanzados impulsaron una “reestructuración” del sistema capitalista a nivel mundial (KOLKO, 1988, SASSEN, 1988, ROBINSON, 2013). Se impulsó entonces un nuevo modelo económico de acumulación de capital a nivel global, dando inicio así un nuevo proceso para la expansión no sólo extensiva sino intensiva del capitalismo transnacional, hegemonizado por el estadounidense. La dispersión/concentración del capital, por su capacidad de movilidad, en la década de 1980 llevó a una fragmentación de procesos productivos industriales y su localización en diversas partes del mundo, articulándose en nuevas cadenas de producción y acumulación a nivel global (ROBINSON, 2013). El capital, en su proceso de transnacionalización, también buscó insertarse en procesos extractivistas de gran escala para asegurar recursos estratégicos que alimentaran la producción de bienes industrializados de alta tecnología con alto valor agregado. Ello implicó la producción y desarrollo de Espacios Globales para la expansión del capital transnacional (ROBINSON, 2013), y la creación de Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) (SANDOVAL, 2019), mediante “ajustes espaciales” (HARVEY, 2006) dentro de estos Espacios Globales<sup>3</sup>, donde se establece la infraestructura industrial y de transporte, así como los megaproyectos para la producción industrial de alta tecnología de bienes con alto valor agregado, o para procesos extractivos, o para una combinación de ambos. Estas ZEIA se superponen y expanden sobre territorios y localidades urbanas y rurales, limitando procesos de acumulación locales y afectando, en el caso de comunidades que mantienen aún el valor

---

<sup>3</sup> En el Grupo de Trabajo “Fronteras, regionalización y globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), del cual soy uno de los 3 coordinadores, y que está conformado por más de 180 investigadoras/es de 17 países, desarrollamos el proyecto colectivo “Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en el Continente Americano”, donde se han establecido 6 Espacios Globales: 1) Frontera México-Estados Unidos; 2) Proyecto Mesoamérica; 3) Cuenca del Caribe; 4) Amazonia; 5) Cuenca del Río de la Plata; y, 6) Andino del Sur-Patagónico.

de uso de sus bienes naturales, su reproducción social. Pero las comunidades urbanas y/o rurales responden a ello organizándose o fortaleciendo sus organizaciones para luchar por sus territorios; y, en el caso de comunidades y pueblos originarios, por sus territorios y sus bienes comunes.

### **2.1. El Espacio Global para la expansión del capital transnacional de la frontera México-Estados Unidos y la ZEIA “Megarregión Arizona-Sonora”.**

Como consecuencia de la reestructuración capitalista, principios de la década de 1980, durante el gobierno de Ronald Reagan, se comenzó a crear un nuevo Mapa Económico de Estados Unidos con la localización de procesos productivos de diversos sectores industriales (automotriz, siderúrgico, y otros), así como nuevos complejos industriales de alta tecnología (electrónica, aeroespacial, etcétera), en las regiones fronterizas de Estados Unidos y México, que forman parte de un perímetro industrial donde destaca el sector de armamentos y que abarca ambas costas estadounidenses desde su frontera con Canadá uniéndose en dicha frontera, configurando los que algunos autores han denominado el Cinturón de Industrias de Armamentos (Gun Belt) (MARKUSSEN, ET AL, 1991). En esta frontera se impulsó el desarrollo de un Espacio Global para la expansión del capital transnacional (SANDOVAL, 2017), vinculado al capitalismo global mediante el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) desde enero de 1994, en base a las políticas de “desarrollo” aplicadas desde la década de 1980 por parte de Estados Unidos con la llamada “Reaganomics”, y en México durante el gobierno del Presidente Miguel De La Madrid (1982-1988), en cuyo discurso oficial se planteaba que para salir de la crisis era necesaria la apertura económica para la exportación y la reconversión industrial, y que se requerían instrumentar políticas de industrialización y comercialización regional (DÁVILA Y GARCÍA, 1991). Sin embargo, lo que supuestamente debería haber sido un proceso de integración regional de la frontera norte a México, en realidad resultó en una mayor integración de ésta a la estadounidense, y a la economía global.

En este espacio global o zona de intensa acumulación global, se localizan áreas específicas de mayor intensidad en la acumulación, como son las llamadas megarregiones California-Baja California; Arizona-Sonora; Texas-Nuevo México-Chihuahua; y otras, que forman parte importante de los corredores comerciales de América del Norte, que van desde Canadá hasta México, atravesando Estados Unidos. A estas megarregiones las he denominado Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA). Aquí mostramos la ZEIA “Megarregión Arizona-Sonora” como ejemplo, la cual formaría la parte del Corredor Canamex (Canamex Corridor) un corredor comercial que partiría desde las provincias canadienses de Alberta y Columbia Británica, en el Océano Pacífico, a la Ciudad de México, con Arizona y Sonora como el centro de actividad (“hub”) (PAVLAKOVICH-KOCHI, 2015, p. 154).

La ZEIA Megarregión Arizona-Sonora tiene 3 componentes: Comercio, inversiones e intercambio de conocimiento. Grandes parques industriales de alta tecnología en los sectores: Aeroespacial, aviación, automotriz y minería con 1800 empresas y 140 minas.



- Megaproyectos mineros: cobre, oro, plata (Arizona y Sonora son los principales productores de cobre de ambos países desde el siglo XIX) y uno de los yacimientos más grandes del mundo de litio se localizó recientemente en Sonora)
- Industria automotriz: La planta de ensamble y estampado de autos Ford más moderna del mundo está en Sonora y la planta de autos eléctricos Lucid Motors más moderna del mundo en Arizona.
- Industria aeroespacial: Sonora ocupa el segundo lugar del ranking nacional de clústeres aeroespaciales y Arizona tiene uno de los sectores aeroespaciales de defensa más importantes, ahí se localiza la planta de Raytheon que fabrica los misiles Tomahawk, una de las armas más poderosas de las FFAA estadounidenses (SANDOVAL, 2019).

Los territorios de los Pueblos originarios Pimas, Seris y Guarijíos de Sonora están bajo amenaza por la expansión minería extractivista en gran escala, el acaparamiento de agua por la construcción de una represa, el narcotráfico y la violencia, y la destrucción de sus bienes naturales, por lo cual han impulsado diversos mecanismos de resistencia (AGUILAR, 2021). En 2014 se derramaron, de una pileta donde la mina Buenavista del Cobre de Grupo México almacenaba desechos tóxicos, 40 millones de litros de solución de sulfato de cobre acidulado al Río Bacanuchi, que desemboca en el Sonora. El derrame se catalogó como el peor desastre ambiental en la historia de la industria minera en México, afectando a los pobladores de las comunidades ubicadas a la orilla de ambos ríos los cuales cambiaron su forma de beber, de comer, y de ganar dinero. También se alteraron sus tradiciones, su salud y el entorno (VEGA, 2019).

Otros pueblos originarios, como los Seris, luchan por sus derechos a los recursos del mar; y los O'odham (que se encuentran en ambos lados de la frontera) enfrentan a los grupos delincuenciales del narcotráfico y tráfico de personas por la defensa de sus sitios sagrados y en defensa de sus autoridades tradicionales, la construcción del muro fronterizo impulsado por el expresidente Donald Trump, y la lucha contra el basurero tóxico CEGyR. Otro Pueblo originario, la Tribu Yaqui (en ambos lados de la frontera), en lucha desde el siglo XIX contra el gobierno mexicano y los intereses privados, están en resistencia contra un acueducto y el proyecto de tranvase de agua de la represa el Novillo a la capital del estado, Hermosillo, para alimentar industrias (automotriz, aeroespacial y otras). Además de la resistencia contra un gasoducto que atravesaría su territorio y otros megaproyectos (AGUILAR, 2021).

## **2.2 La Amazonia: Espacio Global para la expansión del capital transnacional y la ZEIA Proyecto Carajás-Sao Luís en la Amazonía Oriental, Brasil.**

La Amazonía ha sido considerada por algunos autores como “Cantera del capitalismo”, ya que desde los primeros tiempos de la conquista, de la región ha salido de todo: Especies desconocidas en Europa, maderas, pieles, caucho, petróleo, oro, otros metales, cocaína y desde hace unos años eso que llaman “servicios ambientales o ecosistémicos”. Sin embargo, si bien la Amazonía ha sido una de las “canteras del capitalismo” desde los primeros tiempos de la conquista, y se le ha explotado de manera intensa desde entonces, sólo puede

considerarse una zona de intensa acumulación global en esta fase del capitalismo global que dio inicio a una nueva y dramática expansión de este sistema a fines del siglo XX, de manera más intensiva que extensiva, como apunta Robinson (2013).

Uno de los primeros proyectos industriales en la Amazonia oriental brasileña que fue creado para la explotación a gran escala de minerales, agricultura, ganadería y bosques, es el Programa Grande Carajás, cuyo sustento teórico y político se remonta al período gubernamental de Juscelino Kubitschek (1956-1961) cuando el “desarrollo” se afirmaba como la orientación principal para la formulación de políticas de los gobiernos. Este presidente creó el Plan de Metas que prometió un crecimiento de 50 años en sólo 5, abriendo la economía brasileña al capital internacional y promoviendo políticas de consolidación de procesos de industrialización iniciados en los períodos del presidente Getulio Vargas (1930-1945 y 1951-1954). Pero fue en el período de la dictadura empresarial militar inaugurada por el golpe de 1964, en el cual los militares contaron con la participación activa del empresariado nacional e internacional, que las políticas de “desarrollo” son asumidas por el Estado de modo más efectivo. Los sucesivos gobiernos dictatoriales concibieron e instrumentaron sus Planes Nacionales de Desarrollo (PND) y los Planes de Integración Nacional (PIN) para la viabilización de la industrialización de Brasil y para la articulación de todas las regiones del país en el proceso de modernización. Para la Amazonia brasileña son concebidos grandes proyectos de desarrollo para impulsar la articulación de la región a la dinámica de expansión capitalista nacional (y transnacional). (ANTUNES, ET AL, 2018, pp. 8-9).

Sin embargo, de acuerdo con Ianni (1986, p. 214), lo que parecen ser las razones de geopolítica militar brasileña son también las razones del desarrollo capitalista, de la empresa privada, nacional y extranjera. Se combinan y confunden los intereses del capital, de la burguesía, con las razones de la dictadura militar,

El Programa Gran Carajás se creó en 1980 como un plan gigantesco de intervención regional y, bajo la dirección de la Compañía Vale do Rio Doce, entonces estatal, abarcó un área de más de 900 mil km<sup>2</sup> en 3 estados: Pará, Maranhão y Piauí. Comprende tres grandes proyectos (ANTUNES, ET AL, 2018, p. 9):

- 1) Proyectos minero-metalúrgicos (extracción de hierro, manganeso y otros; y complejos industriales siderúrgicos y de aluminio). Concebido para explotar las minas de hierro del sureste de Pará, en la sierra de Carajás en plena selva amazónica, se volvió un complejo mina-ferrocarril-puerto. Vinculando las minas localizadas en las proximidades de Marabá/Parauapebas en Pará al complejo portuario de Sao Luís en Maranhão (especialmente el Puerto de Ponta da Madeira, de propiedad de la VALE) y actuó como “dinamizador” de la economía regional, del “desarrollo” regional. Otros proyectos de desarrollo que acompañaron a éste son:

- 2) Proyectos agropecuarios y forestales (ganadería extensiva, megacultivos de soya, grandes plantaciones de eucaliptos, fábrica de celulosa y papel en Imperatriz, Maranhão, la más grande de América Latina).
- 3) Proyectos de infraestructura: La empresa estatal Vale do Rio Doce (privatizada en 1995) construyó la hidroeléctrica de Tucuruí que provee de energía barata a estos proyectos; carreteras, un ferrocarril y puertos marítimos.

En nuestro proyecto de investigación colectivo sobre los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Continente Americano hemos caracterizado al Proyecto Carajás (Pará) - São Luís (Maranhão) como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA).

Después de la crisis económica global de 2008-2009, la empresa transnacional VALE, con un préstamo de varios miles de millones de Reales del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social (BNDES) de Brasil impulsó en 2012 la apertura de una nueva mina, la S11d – Canaã Dos Carajás (Pará), a 100 km del Complejo minero Serra Dos Carajás, y construyó una doble vía del Ferrocarril Carajá-São Luís para transportar mayores cantidades de mineral a lo largo de casi 1000 km (con el Complejo Siderúrgico de Açailândia en el estado de Maranhão a mitad de camino) (PETERS, 2015, pp. 64-67). Amplió el Puerto de Ponta da Madeira, en el marco de un nuevo impulso para la construcción de más puertos (uno en Playa Cajueiro y otro en la Isla de Cajual frente a la ciudad de Alcântara, en el estado de Maranhão). Desde ahí se cubren las rutas marítimas comerciales del hierro y otros minerales, la soya y la celulosa a diferentes puertos de Europa, Asia y Estados Unidos.

La Resistencia popular, indígena y quilombola, que empezó desde el inicio de la construcción de este proyecto en contra la minería, el complejo siderúrgico, el ferrocarril, la ganadería extensiva, y las plantaciones de la soya y eucalipto, se vio incrementada a partir de la década de 2010 ante la nueva expansión del capital transnacional en la ampliación de los megaproyectos minero-ferroviario-portuario y la deforestación para la ganadería y los megamonocultivos (Véase: ANTUNES Y MENDES, 2016; COSTA, 2020; PETERS, 2015).

## **Conclusiones**

El incremento de los movimientos de resistencia y defensa de territorios y bienes comunes por parte de diversas comunidades, pueblos originarios y otras poblaciones urbanas y rurales, va de la mano con la nueva ola expansiva del capital de forma intensiva pero también extensiva, a partir de la década de 2010 como salida a la crisis económica global de 2008-2009. Este incremento, así como la intensidad de lucha y resistencia, se presenta principalmente en las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) dentro de los Espacios Globales para la expansión del capital transnacional en todo el planeta, donde la infraestructura y los megaproyectos se incrementan exponencialmente, creando o ampliando más espacios productivos sobre espacios de reproducción social, desplazando

poblaciones y afectando modos de vida y producción, salud, educación, culturas y creando una gran cantidad y variedad de conflictos socio-ambientales. Estos movimientos de resistencia y defensa asumen diversos mecanismos de lucha y buscan articulaciones con otros movimientos locales, regionales y aún transnacionales, para enfrentar de manera conjunta tales avances del capital que cuenta con el apoyo de los gobiernos federales, estatales y locales, así como con las diversas fuerzas policiales y militares para proteger tales inversiones en infraestructuras y megaproyectos. Los dos casos que se analizan en este trabajo muestran dos tipos de ZEIA en sendos Espacios Globales, pero que muestran impactos y formas de resistencia similares.

## Referencias

ANTUNES, H. y MENDES, R. O Sistema Mina-Ferrovia-Porto e Lutas Territoriais no Maranhão. In: ZHOURI, A., P. BOLADOS e E. CASTRO (Organizadoras). *Mineração na América do Sul. Neoextrativismo e Lutas Territoriais*. São Paulo: Annablume, 2016, pp. 181-201.

ANTUNES, H., M. J. DA SILVA Y BRUSTOLIN. Da Ideia de Desenvolvimento, das Acoes e de Confrontos: Uma Introdução. In: ANTUNES, H., M. J. DA SILVA Y BRUSTOLIN (Organizadores) *Desenvolvimento em Questão: Projetos Desenvolvimentistas, Resistencias e Conflitos Sociambientais*. São Luís; EDUFMA, 2018, pp. 5-20.

AGUILAR, A. Siglos de resistencia en el noroeste de México: Los pueblos originarios de Sonora frente al desarrollo extractivista. Conferencia sustentada en el Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras (DEAS-INAH) el 4 de febrero de 2021.

COSTA, S. Cajueiro. *A luta de uma comunidade pelo direito de existir*. São Paulo: Editora Sundermann, 2020.  
DÁVILA, A. y GARCÍA, A. *La apertura comercial y la frontera norte de México*. México: Universidad Autónoma de Coahuila, 1991.

IANNI, O. *A ditadura do Grande Capital*. São Paulo: A Expressao Popular, 2019 (1981).

KOLKO, J. *Restructuring The World Economy*. New York: Pantheon Books, 1988.

GUERRERO, M. Con la excusa de combatir la pandemia, avanza la militarización de América Latina. *Equal Times*, 7 noviembre, 2020. Disponible en: <https://www.equaltimes.org/con-la-excusa-de-combatir-la?lang=es#.X7LHjMhKiM9>

HARVEY, D. *Spaces of Global Capitalism. Towards a Theory of Uneven Geographical Development*. United Kingdom: Verso, 2006.

PAVLAKOVICH-KOCHI, V. Re-Building CBRs in 21st Century: Lessons from the Arizona-Sonora Region. In: BARAJAS, M. R., WONG-GONZÁLEZ, P. y ODDONE, N. (Coords). *Fronteras y procesos de integración regional. Estudios comparados entre América y Europa*. México: El Colegio de la Frontera Norte, Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, Juan Pablo Editor, 2015, pp. 151-167.

MARKUSEN, A.; P. HALL; S. CAMPBELL and S. DEITRICK. *The Rise of the GunBelt. The Military Remapping of Industrial America*. New York: Oxford University Press, 1991.

PETERS, T. *Projeto Grande Carajás. Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado*. Marabá: Iguana Editorial, 2015.

ROBINSON, W.I. *Una teoría sobre el capitalismo global. Producción, clase y Estado en un mundo transnacional*. Siglo XXI Editores, S. A. de C. V.: México, 2013.

\_\_\_\_\_ Global capitalism post-pandemic. *Race & Class* 62(2), 2020(a), pp. 1-11.

\_\_\_\_\_ The Global Police State. London: Pluto Press, 2020(b).

SANDOVAL, J. M. La frontera Estados Unidos – México: espacio global para la expansión del capital transnacional. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2017.

\_\_\_\_\_ La Megarregión Arizona-Sonora como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del capital transnacional en la frontera México-Estados Unidos. *Repocs*, v. 16, n. 32 Semestral, 2019, pp. 21-50.

\_\_\_\_\_ El TLCAN renovado, la seguridad regional y la conformación de un ejército transnacional en América del Norte. In, OROZCO, M. (Coordinadora). *Del TLCAN al T-MEC. 26 años de libre comercio. Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio (RMALC) y Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)*. En prensa.

SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokio*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

\_\_\_\_\_ Introduction. Locating Cities on Global Circuits. In: SASSEN, S. (Editor). *Global Networks, Linked Cities*. New York: Routledge, 2002, pp. 1-36.

TALLEDOS, E., R. CAMACHO y J. M. SANDOVAL. Megaproyectos y producción de espacios globales. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales Regionalismo y Desarrollo*, Vol. 15, Núm. 28, julio – diciembre de 2020, pp. 9-31.

VEGA, A. Así es la vida en las comunidades del Río Sonora, a 5 años del derrame tóxico de Grupo México. *Animal Político*, 6 de agosto de 2019. Disponible en:  
<https://www.animalpolitico.com/2019/08/comunidades-derrame-toxico-grupo-mexico/>

**“A luta não pode parar”: resistência  
camponesa e articulação política pela  
territorialidade nas comunidades  
de Jambuca e Batista, Bacabeira,  
Maranhão**



## **“A luta não pode parar”: resistência camponesa e articulação política pela territorialidade nas comunidades de Jambuca e Batista, Bacabeira, Maranhão**

Lohanne Caroline Correia DOMINGUES<sup>1</sup>

Frederico Lago BURNETT<sup>2</sup>

Marivânia Leonor FURTADO<sup>3</sup>

Universidade Estadual do Maranhão, MA

### **Resumo**

No Brasil, o Maranhão tem sido palco de diversos conflitos em áreas rurais onde comunidades vivenciam impactos de grandes projetos de desenvolvimento integrado e global sobre seus modos de reprodução social, expressos no esgotamento dos recursos naturais e na expropriação de terra, constituindo-se como movimentos de resistência em defesa de seus territórios e encontrando, no ato de re-existir, uma forma de serem visibilizados para além da ideologia de vazios demográficos. Nesta perspectiva, esta comunicação busca identificar as estratégias de resistência camponesa e articulação política das comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes, Bacabeira/MA, atualmente em luta na defesa de suas territorialidades frente ao deslocamento compulsório para dar lugar ao capital apoiado pelo Estado. Constata-se que, ainda em condições desfavoráveis na correlação de forças da luta de classes, as ações de resistência acontecem de múltiplas formas – organização dos moradores, parcerias e articulações com movimentos sociais, instituições jurídicas e civis, poder público local e estadual –, mas também em aliança com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes de luta pelo território.

**Palavras-chave:** desenvolvimento capitalista; resistência camponesa; territorialidade; articulação política; Jambuca e Batista, Maranhão.

### **1 Introdução**

No Brasil, o Maranhão vem ganhando espaço com diversas iniciativas baseadas em atividade industrial-exportadora desde o pós 64, por meio de estratégias de desenvolvimento no setor agrícola visando mudar radicalmente o padrão de produção extensivo para intensivo, substituindo o “atraso” pelo “moderno”. Essa política governamental de âmbito integrado e nacional do regime militar, mantida e expandida após a redemocratização do país, tem

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, e-mail: [lohannedomingues@aluno.uema.br](mailto:lohannedomingues@aluno.uema.br)

<sup>2</sup> Orientador do trabalho. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, e-mail: [burnett@professor.uema.br](mailto:burnett@professor.uema.br)

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da UEMA, e-mail: [marivaniafurtado@professor.uema.br](mailto:marivaniafurtado@professor.uema.br)

provocado diversas alterações no campo, partindo da subordinação da agricultura à indústria, provocando diversos problemas sociais, ambientais e espaciais (MESQUITA,2007).

As lutas sociais nessa perspectiva são resultantes do desenvolvimento desigual do capitalismo e necessárias diante desse modelo colonialista que ignora populações e suas relações socioespaciais nos territórios, encontrando na resistência a proteção do bem viver, lutando pelo reconhecimento de direitos e da manutenção de sua reprodução social.

Diante desse contexto, no ano de 2015 o governo do Estado do Maranhão se utiliza de medidas jurídicas (decreto e ação de desapropriação) para alteração do uso do solo na região de Campo de Perizes, município de Bacabeira, inviabilizando a permanência dos moradores das comunidades de Jambuca e Batista em suas terras.

No entanto, foi apenas no ano de 2016 que as famílias das comunidades de Jambuca e Batista foram comunicadas, através da liminar de imissão da posse, da ação de desapropriação movida pelo Estado do Maranhão contra os moradores, situação que não se executou devido a uma Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão – DPE/MA em que requeria um plano de reassentamento prévio para as comunidades e com participação popular no processo de elaboração. Até os dias atuais o governo do Maranhão não elaborou o plano e as comunidades seguem ameaçadas de expulsão de seus territórios.

Nesta perspectiva, esta comunicação busca identificar as estratégias de resistência camponesa e de articulação política nas comunidades Jambuca e Batista em Campo de Perizes em defesa de suas territorialidades frente ao deslocamento compulsório para dar lugar ao capital apoiado pelo Estado.

O trabalho foi realizado por meio de acompanhamento da mídia eletrônica (reportagens e sites), entrevistas à distância e por pesquisa bibliográfica, apoiada em teorias discutidas por autores como Neil Smith, David Harvey, Gustavo Esteva, Carlos Porto-Gonçalves, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, James Scott, Bernardo Mançano Fernandes e estudados no Maranhão por Alfredo Wagner Almeida, Horácio Sant’Ana, Marivania Furtado, Zulene Barbosa, entre outros, utilizados como fundamentação teórica e empírica.

Esta comunicação se divide em duas seções, na primeira apresenta o campo empírico, localização e principais características das comunidades Jambuca e Batista, discutindo também os desdobramentos da criação do Distrito Industrial II no município de Bacabeira, no contexto da expansão capitalista no Maranhão, perpassando as implicações de deslocamentos compulsórios de comunidades rurais. Na segunda seção, são apresentadas as estratégias de resistência e articulação das comunidades Jambuca e Batista na luta pela manutenção de suas territorialidades frente as forças do capital e do Estado.

Constata-se que, diante da correlação de forças entre as classes sociais, resistir é a única alternativa de sobrevivência das comunidades de Jambuca e Batista. As estratégias e articulações acontecem de múltiplas formas – perpassam o cotidiano camponês, ocorrem entre os moradores, utilizam a mídia eletrônica, buscam apoio com instituições jurídicas e civis, poder público local e estadual –, mas também criam aliança com outros grupos sociais que enfrentam situações semelhantes de luta pelo território.

## **2 O risco do deslocamento compulsório nas comunidades de Jambuca e Batista**

As comunidades de Jambuca e Batista, estão localizadas no trecho da BR- 135, km-39, denominado Campo de Perizes, mais especificamente no povoado de Perizes de Baixo, no município de Bacabeira, Maranhão, onde vivem desde 1973, ou seja, ocupam as terras há, aproximadamente, 48 anos.

Em 2016, segundo informações da DPE/MA (2015), as comunidades somavam 28 famílias, separadas a uma distância de aproximadamente 2,1km, a área em que estão localizadas é caracterizada por campos alagados e manguezal, entranhadas por corpos de águas fluentes do Rio Mearim que se formam naturalmente nos campos e que foram uma das primeiras fontes de sobrevivência e trabalho utilizados pelos moradores locais e adjacentes para praticar a pesca, principal atividade das comunidades, incluindo ainda a construção de alguns açudes.

Para além da pesca, os moradores fazem criação de animais de pequeno porte (galinhas, porcos, patos) mas também contam com pequenos rebanhos bovinos, fazem coleta de caranguejo e siri, principais fontes de sustento e subsistência das famílias, quando há excedente é comercializado.

Em entrevista à imprensa, Rede TVT<sup>4</sup> em 2016, alguns moradores relataram o modo de vida que levavam e que levam até os dias atuais, como expõe a moradora Domingas Silva ao se referir ao seu cotidiano: “criamos pato, a galinha, é o boi, o porco, aí tamo trabalhando na roça, tudo isso eu já fiz, plantar arroz, aqui já deu muito arroz”.

Outro morador, o Sr. Domingos Ferreira, pescador, apresenta os diferentes tipos de pescados que são extraídos dos rios, a exemplo do bagre, do caatinga e do tralhoto, sua principal fonte de alimento e de renda, demonstrando que os recursos hídricos são a maior riqueza das comunidades. Com base nas informações divulgadas na entrevista, seriam milhares de moradores de Bacabeira e de municípios vizinhos que retiram seu sustento da pesca e da “cata do caranguejo” nos corpos de água doce e manguezais.

As moradias simples e pequenas são caracterizadas em sua grande maioria de palha, madeira e alvenaria, estas duas últimas cobertas com telha cerâmica, atualmente quase todas já foram substituídas por alvenaria de tijolos cerâmicos. Segundo informações da atual líder comunitária, A. M.S (2020), a própria sede da Associação de Moradores de Campo de Perizes (AMOCAMPE) foi recentemente construída em alvenaria pela Prefeitura de Bacabeira.

Entretanto, as comunidades de Jambuca e Batista encontram-se hoje inseridas em um cenário de grandes projetos de infraestrutura e de logística de escoamento de mercadorias, como a duplicação da BR 135, a presença da Estrada de Ferro Carajás, além de uma rede de alta tensão, o “linhão”, que alimenta grandes projetos industriais em São Luís a capital

---

<sup>4</sup> Moradores de Campo de Perizes, no MA, correm risco de serem despejados. Seu Jornal. São Paulo: Rede TVT, 16 de nov 2017. Programa de Tv. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=LCfX9GXSkzc>>. Acesso em mar. 2021.

do Maranhão, que juntos atravessam as vidas dos moradores destas comunidades, ali estabelecidas antes mesmo da construção do Corredor Carajás, em 1985.

Com base em estudos de Sant'Ana Junior e Silva (2009), constata-se que diversos foram os projetos e iniciativas desenvolvimentistas no estado que levaram a implantação de infraestrutura para o escoamento e exploração da produção industrial, pecuária, agrícola, mineral e florestal. Projetos como redes de estradas de rodagem interligando o estado a outras partes do país, Estrada de Ferro Carajás, Complexo Portuário de São Luís, formado pelo Porto do Itaqui, e a Hidrelétrica de Estreito e a Termoelétrica do Porto do Itaqui.

Toda essa infraestrutura, segundo Harvey (2005) é necessária ao capital que, permanentemente, tem que criar meios sociais e físicos que sustentem sua circulação, conseqüentemente sua dinâmica de acumulação<sup>5</sup>. Essa estrutura se apresenta enquanto modelo desenvolvimentista desigual que enseja a expropriação de grupos sociais de seus territórios, não incorporados aos projetos e políticas, bem como fragilização da agricultura familiar quando se trata de áreas rurais, resultando em disputas desiguais pelo território.

No Maranhão, no ano de 2001, o governo do estado se utilizou de ações que viabilizassem a construção de polo siderúrgico na cidade de São Luís em parceria com a Vale. Este empreendimento constituiria desdobramentos do Projeto Carajás e seria construído em parceria com a empresa Baosteel, a maior empresa siderúrgica da China (SANT'ANA JÚNIOR, 2006) o que implicaria no deslocamento compulsório de aproximadamente 14.400 pessoas distribuídas em povoados na zona rural.

Apesar dessa construção não ter sido efetivada, os interesses alinhados entre estado e empresas chinesas continuaram, a exemplo do Porto com capital chinês na área da comunidade do Cajueiro, de propriedade da empresa China Communication Construction Company (CCCC) no ano de 2017<sup>6</sup>, a fim de servir aos interesses do agronegócio.

Não obstante, no mesmo ano de 2017, foi realizada a assinatura do contrato que visa o projeto siderúrgico em Bacabeira e um memorando de entendimento relativo à construção da Cidade Inteligente também no município, firmado entre o Estado do Maranhão, o Município<sup>7</sup> de Bacabeira, e a CBSteel, além da empresa chinesa CCCC, mesma empresa proprietária do Porto na comunidade do Cajueiro.

O município de Bacabeira, nessa perspectiva, encontra-se na rota do grande comércio internacional, com localização estratégica, está a aproximadamente 50km do Porto do Itaqui e possui em seu território grandes projetos de infraestrutura e logística visando a facilidade de escoamento e exportação de commodities, que contribuam para a

---

<sup>5</sup> Nesse aspecto, Smith (1988) afirma que o capitalismo torna a acumulação de capital uma condição necessária para reprodução da vida material, trata-se de acumulação para fins de acumulação, uma situação socialmente imposta.

<sup>6</sup> CASTRO, Mariana. Um ano após despejo violento, comunidade do Cajueiro (MA) resiste a ameaças. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/02/um-ano-apos-despejo-violento-comunidade-do-cajueiro-ma-resiste-a-ameacas>>. Acesso em: mar. 2021.

<sup>7</sup> SEINC. Maranhão e China avançam nas negociações para siderúrgica. Disponível em: <http://www.seinc.ma.gov.br/2017/07/maranhao-e-china-avancam-nas-negociacoes-para-siderurgica/>. Acesso em: mar.2021.

lógica de desenvolvimento econômico do estado, expandindo o capital por intermédio de empreendimentos industriais com apoio estatal.

De acordo com o advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA (2021), há um largo controle político de setores municipais e estaduais no município de Bacabeira, estando presente nos bastidores de forma bem atuante em relação as às eleições municipais e com informações estratégicas sobre esses espaços territoriais de interesse para expansão de grandes empreendimentos na região sob o discurso do desenvolvimento do Maranhão.

O município de Bacabeira, já marcado por conflitos, disputas e contradições inerentes ao forte processo de penetração e acumulação do capital, vem interferindo desde 2010 na produção e reprodução social de trabalhadores rurais vinculados à terra, a exemplo dos povoados de Salvaterra e Santa Quitéria (SILVA, 2014).

No ano 2015 o município foi palco de mais um conflito, quando é assinado o Decreto Estadual nº 31.312/2015 que desapropria por utilidade pública e com caráter urgente de imissão de posse (processo nº 397-93.2016.8.10.0115) em favor do Estado, uma área de 1.505 hectares em Campo de Perizes, ameaçando diretamente duas comunidades, Jambuca e Batista, para dar lugar à implantação do Distrito Industrial II de Bacabeira.

Mas foi apenas um ano após a assinatura do decreto nº 31.312/2015 que as comunidades de Jambuca e Batista são surpreendidas com a chegada de uma liminar<sup>8</sup> de imissão de posse, numa ação de desapropriação movida pelo Estado do Maranhão, de interesse da Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão (SEINC) contra os moradores, comunicando-os que deveriam deixar suas moradias num prazo de 15 a 20 dias.

Nesse aspecto, 3.000 famílias estavam sendo afetadas de forma direta e indireta pelas ações do Estado (CPT, 2016), no entanto, apenas as 28 famílias das comunidades de Jambuca e Batista seriam indenizadas no processo. Além do decreto e da ação de desapropriação com caráter de urgência, ainda tinham que lidar com as propostas de indenizações ultrajantes, incompatíveis com a mudança radical na vida dos moradores.

Os valores avaliados para os proprietários (empresários) e para os posseiros eram com diferenças exorbitantes. Segundo representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB (2021) enquanto para os proprietários das terras o somatório dos valores chegava a 15 milhões de reais (já pagos através do depósito em juízo), para os posseiros os valores somados não chegavam a R\$ 200.000,00, impossibilitando os moradores de terem a autonomia de reconstruir suas vidas em novas propriedades contemplem suas moradias, áreas de cultivo, criação e de atividades pesqueiras.

Diante deste contexto de ameaças de expulsão de suas terras, de negação dos modos de vida, de indenizações ultrajantes para os posseiros, restava aos moradores de

---

<sup>8</sup> Para se ter uma medida liminar numa ação de desapropriação, o ente, o desapropriante, tem que demonstrar urgência na desapropriação por meio de fundamentação jurídica e o depósito em juízo do valor deve ser feito a partir de uma avaliação dos que serão desapropriados. Disponível em < <https://www.projuris.com.br/liminar>>. Acesso em mar. 2021.

Jambuca e Batista se unirem e resistirem em defesa de suas territorialidades através da luta e contestação da ordem hegemônica.

### **3 “E o que a gente pode fazer né?! Nós tem que lutar né”:** conexões de resistência nas comunidades de Jambuca e Batista

Segundo Fernandes (2008), a luta pela terra é uma estratégia de criação política do campesinato, é por meio de sua ocupação que o campesinato enfrenta historicamente a lógica do capital, criando e recriando relação social familiar ou camponesa.

Para Furtado (2012), numa perspectiva a nível de Brasil, a problemática envolvendo a terra remonta aos processos de colonização, marcada por violências e expropriações que visavam a retenção de poder econômico, tal como ocorreu e marcou o Maranhão, construído em cima de lutas desde tempos mais antigos e que se apresentam de outras formas na contemporaneidade.

Os empreendimentos industriais, na contemporaneidade, alteram todo a estrutura dos modos de vida e práticas tradicionais de populações, bem como reduzem áreas agrícolas, de pescadao e de outros produtos extrativistas, restando às lideranças locais a mobilização frente as ameaças, por meio de reuniões e da busca de apoio através de assessoria de movimentos sociais (SANT'ANA JÚNIOR E ALVES, 2009).

Buscar apoio foi o que as comunidades de Jambuca e Batista iniciaram no ano de 2016. Os moradores, junto com alguns líderes da comunidade de Santa Quitéria, fizeram contato com o advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA (onde já havia atuado no processo de conflito fundiário no povoado de Santa Quitéria) para que juntos pudessem encontrar alguma alternativa para suspender a liminar de despejo e impedir a expulsão de seus territórios.

Com base em Menezes (2002), os trabalhadores rurais, em geral, agem de forma respeitosa em suas relações com os grupos dominantes, políticos, agentes do estado e latifundiários, apelando para a solidariedade frente ao desespero e sofrimento. É uma prática que reafirma a diferença hierárquica entre os grupos sociais e busca espaço para o diálogo e expressão das demandas. As representações de respeito, reverência e admiração são estratégias para convencer os grupos dominantes, bem como as práticas de submissão, expressões de fala e do corpo, são demonstrações do discurso público, buscando não apenas serem ouvidos, mas alcançar suas reivindicações (SCOTT, 2013). Outras entidades se fizeram presente na luta junto aos moradores, além da Comissão de Direitos Humanos, contaram com o apoio da Comissão da Pastoral da Terra (CPT/MA) e da Defensoria Pública do Estado do Maranhão/Núcleo de Moradia, os encontros eram realizados por meio reuniões na Associação de Moradores em Jambuca.

Em conjunto com os moradores das comunidades, as entidades articularam reuniões em que chamaram a imprensa local, Rede Brasil, TV Guará, no intuito de dar visibilidade ao conflito e, em seguida, dar andamento à denúncia da situação em que se encontram as comunidades.



Outras ações de articulação política também ocorriam nos encontros entre os moradores das comunidades na Associação de Moradores sediada em Jambuca para alinhar e discutir questões pertinentes às estratégias, porém, sem a presença das entidades jurídicas e civis. A própria criação da AMOCAMPE e as constantes renovações dos mandatos dos líderes demonstram também a preocupação para com este instrumento de organização, direcionamento das demandas locais e fortalecimento político.

Para Laclau & Mouffe (2015), o fortalecimento político ocorre por meio da articulação no momento em que se constitui uma relação de equivalência, ou seja, é necessário que existam sujeitos políticos antagônicos, onde uma das partes constrói um projeto contra-hegemônico que, neste caso, é contra o modelo de desenvolvimento que ameaça a existência dos camponeses no campo.

Nas comunidades de Jambuca e Batista, outras estratégias de resistência podem ser observadas, como a insistência em manter os modos de produção tradicional, na relação com a moradia que ultrapassa o espaço físico, que se estende para o quintal, na permanência do morar próximo a seus familiares, em retirar do meio ambiente apenas os recursos necessário para produção que permitam melhores condições de vida, o trabalho acessório (LEME, 2018), enquanto uma alternativa para manutenção da família na terra, garantir necessidades básicas. Uma diversidade de saberes que transformam a luta em modo de vida, a luta pela territorialidade<sup>9</sup>.

No entanto, a ameaça pela desterritorialização das comunidades persiste. Ocorre que a DPE/MA toma a decisão de ajuizar uma Ação Civil Pública (ACP) requerendo um plano de reassentamento que garantisse as famílias condições de vida e acesso a bens e serviços além da concessão liminar para suspender a expulsão dos moradores pelo Estado do Maranhão. Esta alternativa coloca a luta das comunidades em defesa das territorialidades numa situação de fragilidade.

Segundo representante da CPT/MA (2021), a assessoria jurídica funcionou no sentido de interromper o projeto de despejo frente a uma situação de urgência. Até os dias atuais não houve ainda a realização das condicionantes requeridas na ACP, sobretudo referente ao reassentamento dos moradores para outro lugar adequado. Toda essa situação gerou motivações diferentes na disputa pela terra.

Enquanto alguns moradores avaliam a possibilidade de serem reassentados, mas para um local que julguem adequado e que supra as suas necessidades cotidianas, outros moradores preferem se manter no território, lutar pela manutenção dos seus modos de vida, pela preservação de sua moradia, resultado de anos de esforço, e assim resistir pela sua reprodução social.

---

<sup>9</sup> A territorialidade neste caso designa a qualidade de um território para quem o ocupa, o utiliza, reflete a multidimensionalidade do “vivido”. Segundo Rasfettin (1993), é efetivada pelos homens e mulheres por meio de um conjunto de relações que relacionam sociedade-espaço-tempo. O espaço-tempo está na base da territorialidade, representada em relações que produzem historicamente cada território.

## Considerações finais

No Brasil, as políticas de apoio e de desenvolvimento regional pautaram-se na lógica de ações voltadas a privilegiar atividades econômicas e gestão dos territórios envolvendo uma série de interesses empresariais e desconhecendo os tradicionais ocupantes das terras ambicionadas. No Estado do Maranhão não foi diferente, desde 1970 as intervenções governamentais de natureza cívico - militar defendiam um modelo de desenvolvimento integrado e que defendia encontrar, por meio da instalação de grandes projetos industriais, a solução para superar o atraso do estado (BARBOSA, 2011).

Diante disso, depreende-se que o processo de conflitos envolvendo capital e Estado em oposição aos grupos sociais ameaçados, suscitou e suscita ainda reações sociais e políticas que se constituem em movimentos de resistência em defesa de formas tradicionais de reprodução social.

Ainda, constata-se estratégias de resistência que são apresentadas nas trajetórias das comunidades de Jambuca e Batista, que perpassam o cotidiano camponês, se articulam entre si, com instituições civis e jurídicas, participam de discussões em audiências públicas, tornam o conflito visível por meio de divulgação nas mídias eletrônicas e seguem se articulando com outras comunidades, pois segundo os moradores “a luta não pode parar”.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Z. O global e o regional. Grandes projetos, desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. São Luís: Anais V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

CPT NACIONAL. Conflitos no Campo Brasil 2016. 232 p. Brasil: CPT Nacional, 2016.

CPT/MA. Anotações sobre o conflito de Jambuca et alii. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Whatsapp. São Luís, 10 fev. 2021.

DPE/MA. Petição Inicial. In: MARANHÃO. TJ/MA. Processo nº 397-93.2016.8.10.0115. Rosário, 2015. FAMÍLIAS do Campo de Perizes tentam reverter ordem de despejo. Repórter Maranhão. São Luís: TV Brasil, mar. 2016. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0L9OWP0rEic>>. Acesso em mar. 2021

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades. Tese (doutorado). 313 f. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2012.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios. Brasília: CNPq, 2015.

LEME, Simone Maria. As estratégias de resistência camponesa a contemporaneidade: uma análise dos camponeses da Colônia Pulador em Anastácio-MS. V. 13, n. 30, p. 92-112 Campo Território: revista de geografia agrária, 2018.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS OAB/MA. Memórias do conflito em Jambuca e Batista, Bacabeira-MA. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Whatsapp. São Luís, 17 fev. 2021.

MENEZES, Marilda Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. v.21, nº01, p.32-44. Campina Grande: Revista Raízes, 2002.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE REGIONAIS: o caráter seletivo e residual da intervenção governamental no Maranhão. v. 11, n. 2, p.27. São Luís: Revista de Políticas Públicas, 2007.

MORADORES de Campo de Peris, no MA, correm risco de serem despejados. Seu Jornal. São Paulo: Rede TVT, 16 de nov 2017. Programa de Tv. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LCfX9GXSkzc>>. Acesso em mar. 2021.

RASFFETIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática S.A, 1993.  
S. A. M. A ameaça de expulsão dos moradores em Jambuca e Batista. [Entrevista concedida a] Lohanne Caroline Correia Domingues. Whatsapp. São Luís, 8 dez. 2020.

SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes. SILVA, Sislene Costa da. Grandes projetos de desenvolvimento, conflito sócio-ambiental, Reserva Extrativista e o Povoado do Taim. v.40, nº 1, p. 31-42. Fortaleza: Revista de Ciências Sociais, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Pólo Siderúrgico e Conseqüências Sócio- Ambientais. Quito, Equador: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural,2006.

SCOTT, James C. A dominação e a arte da resistência discursos ocultos. 1ª ed. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.

SEINC. Maranhão e China avançam nas negociações para siderúrgica. Disponível em: <http://www.seinc.ma.gov.br/2017/07/maranhao-e-china-avancam-nas-negociacoes-para- siderurgica/>. Acesso em: mar.2021.

SILVA, Karênina Fonsêca. Desenvolvimento do Maranhão e a Refinaria Premium I: o processo de implantação do empreendimento e suas implicações no modo de vida dos trabalhadores rurais de Bacabeira. Dissertação. São Luís: UEMA, 2014.

SMITH, N. Para uma teoria do desenvolvimento desigual I: a dialética da diferenciação e da equalização geográficas (p. 149-189) e Para uma teoria do desenvolvimento desigual II: A escala espacial e o vaivém do Capital (p. 190-219) In Desenvolvimento Desigual Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

# **Conflitos e Extrativismos na América do Sul: Diálogos entre Brasil, Colômbia, Chile e Bolívia**

## **Conflitos e Extrativismos na América do Sul: Diálogos entre Brasil, Colômbia, Chile e Bolívia<sup>1</sup>**

Lucas Zenha ANTONINO<sup>2</sup>

Josiene Ferreira dos Santos LIMA<sup>3</sup>

Leandro Cavalcanti REIS<sup>4</sup>

Felipe Santos SILVA<sup>5</sup>

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

### **Resumo**

O presente relato de experiência acadêmica é fruto das reflexões realizadas durante a disciplina “Tópicos especiais em estudos geográficos II: Terra, Território e Extrativismo na América Latina e no Brasil”, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), durante o segundo semestre de 2020. A disciplina ocorreu de forma remota, devido à crise sanitária do Novo Coronavírus, e contou com interlocuções de pesquisadores da Colômbia, Chile e Bolívia. Os diálogos realizados entre os pesquisadores, os professores e os discentes da disciplina discorreram sobre as territorialidades e o extrativismo predatório presente na América Latina e no Brasil. As discussões foram realizadas com aporte teórico nas reflexões propostas por Gudynas (2012), Haesbaert (2005), Harvey (2014), Porto-Gonçalves e Quental (2012), Antonino (2019), entre outros. O objetivo deste trabalho é apresentar as discussões realizadas no bojo das interlocuções e registrar as diferentes produções e vivências nesse processo de territorialização e de extrativismo, compreendendo a lógica global do capital na busca por commodities minerais, desencadeando conflitos territoriais em comunidades e povos tradicionais, bem como a amputação territorial nas paisagens e suas adjacências.

**Palavras-chave:** território; terra; povos e comunidades tradicionais; América Latina.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência” do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Orientador do trabalho. Geógrafo, Doutor e Bolsista (FAPESE) de Pós-Doutorado no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), e-mail: lucaszenhas@gmail.com.

<sup>3</sup> Geógrafa, doutoranda em Geografia vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC), e-mail: josieneflima@gmail.com.

<sup>4</sup> Geógrafo, doutorando em Geografia vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado, Capital Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial (GPECT/UFS/CNPQ), e-mail: leandrocreis@hotmail.com.

<sup>5</sup> Geógrafo, mestrando em Geografia e Bolsista (CNPQ) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura (S&C/UFS/CNPQ) e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL/CNPQ), e-mail: felipegeoufal@hotmail.com.

## Introdução

Devido à crise sanitária do Novo Coronavírus (COVID-19), as atividades acadêmicas foram ajustadas para manter o distanciamento social e não gerar aglomerações, portanto, aulas síncronas e assíncronas apresentaram-se como alternativas diante desse cenário pandêmico. No Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS), os dois últimos semestres – 2020.1 e 2020.2 – foram realizados de forma remota. Diante desse cenário, este artigo apresenta-se como fruto das reflexões realizadas durante a disciplina “Tópicos especiais em estudos geográficos II: Terra, Território e Extrativismo na América Latina e no Brasil”, ofertada no semestre 2020.2 do PPGEO/UFS.

A disciplina contou com diferentes abordagens de ensino, a exemplo dos momentos de discussão teórica com base em textos científicos, mediante a análise de documentários e também pelas interlocuções com diferentes pesquisadores de diversos países e regiões do Brasil. Entre as atividades, trazemos nesse texto relatos de experiência de pesquisa que contribuíram de forma positiva para a reflexão crítica sobre os temas centrais da disciplina, abrangendo a escala continental e global, com exposições e vivências de profissionais no diálogo e na troca de proposições. As meditações aqui em destaque são de interlocuções de pesquisadores da Colômbia, Chile e Bolívia que apresentaram suas experiências de pesquisa sobre Terra, Território e Extrativismo.

O objetivo central deste trabalho constituiu em apresentar as discussões realizadas no bojo das interlocuções dos pesquisadores e pesquisadoras da Colômbia, Chile e Bolívia, assim como registrar as diferentes produções e vivências nesse processo de territorialização e extrativismo. Este artigo evidencia a lógica global do capital na busca por commodities minerais em diferentes países, movimento que faz desencadear conflitos territoriais em comunidades rurais e tradicionais, colocando os modos de vida dos povos tradicionais em risco.

Os diálogos realizados entre os pesquisadores, os professores e os discentes da disciplina discutiram sobre as territorialidades e o extrativismo predatório presente na América Latina e no Brasil, que implicam na desterritorialização de povos e de comunidades tradicionais e na degradação ambiental. As principais discussões que ocorreram na disciplina contaram com o aporte teórico dos estudiosos a seguir, perpassando sobre a concepção de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004), sendo esse processo uma renovação da “acumulação primitiva do capital” (MARX, 1996), sobre os processos de “amputação territorial” (GUDYNAS, 2009) no modelo de “extrativismo progressista” (GUDYNAS, 2012), as “multiterritorialidades” propostas por Haesbaert (2005) a partir da síntese de que o território pode ser entendido por de três vertentes: “jurídico-política”, “cultural” e “econômico”. Além das contribuições de Porto-Gonçalves e Quental (2012) sobre a permanência da colonialidade do poder na América Latina e alguns aportes a partir de Antonino (2019) sobre os conceitos e sobre a formação dos territórios de extrativo-mineral.



### **Extrativismos, terra e território na Colômbia**

A primeira interlocução ocorreu com a pesquisadora Lorena Torres Higuera, antropóloga e socióloga pela Universidade Nacional da Colômbia e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Lorena Higuera trouxe ao debate uma abordagem atual e muito presente na realidade colombiana: os conflitos territoriais provocados pela exploração e extração mineral do ouro no Páramo de Santurbán, departamento de Santander. Ela iniciou sua apresentação com destaque para a conjuntura, apontando um mapeamento focado nos problemas de ordem social e econômico vivenciados nesse período de pandemia, sendo evidenciados pontos comuns encontrados na Colômbia e no Brasil. Ao contrário do que se espera do senso comum, esse período de pandemia está sendo propício e preocupante devido à aceleração da extração do ouro nas terras colombianas, algo que irá requerer uma atenção forte no pós-pandemia.

A pesquisadora sinalizou preocupações como a declaração da mineração como trabalho essencial e prioritário para a economia. Diante disso, tem-se o aumento dos riscos aos trabalhadores e a elevação do contágio nas comunidades próximas aos empreendimentos de extração mineral. Esse cenário se desenha associado à flexibilização na legislação ambiental e na cooptação cooperativa do setor mineral. Fatores muito semelhantes ao atual momento brasileiro com o decreto do Ministério de Minas e Energia (MME) como atividade essencial<sup>6</sup>.

Essas preocupações são relevantes por ter a centralidade da economia voltada para o extrativismo e à exploração do ouro nos territórios colombianos, que pode desencadear inúmeros problemas<sup>7</sup>.

Os ecossistemas andinos do Páramo da Colômbia são ambientes sensíveis a exploração, pois as áreas andinas são fundamentais para a manutenção da biodiversidade, para a preservação das águas e para a regulação dos ciclos hidrológicos de toda região. Uma apresentação da localização geográfica do complexo de Páramos foi apresentada, demonstrando a extensão territorial do Páramo de Santurbán. Após a caracterização do território, a pesquisadora evidenciou a existência de conflitos sociais e territoriais devido à exploração do ouro e da prata. Os conflitos se iniciaram no final do século XX, mas passou por múltiplos períodos desde o final dos anos de 1990, adentrando nos anos 2000 devido à implantação da mina no território do Páramo, registrando a presença de uma resistência muito forte pela sociedade civil com a chegada do empreendimento extrativista na região.

Foi salientado que os conflitos nunca cessaram desde então e, em 2015, chegou um novo grupo exploratório empresarial na região vindo dos Emirados Árabes Unidos que

---

<sup>6</sup> Portaria n. 135 do MME, em 28 de março de 2020, estabelecendo a lavra, o processamento e a transformação de minerais como primordial para a dinâmica econômica.

<sup>7</sup> Júlio Fierro Morales (2015), pesquisador do campo da Geoquímica, alega que nos processos extrativos minerais são liberados diversos componentes químicos que ele denomina de "espíritos do mal". Sobre a mineração de ouro, que ocorre em larga escala na Colômbia, o autor afirma possuir informações suficientes sobre as inúmeras contaminações com mercúrio, em que aldeias indígenas estão completamente atingidas, com a presença confirmada desse mineral até em leite materno.

acentuou os conflitos. O grupo justificou a implantação do novo projeto na região com o discurso de desenvolvimento, infraestrutura e geração de emprego. Atualmente, o projeto está passando por um processo de licenciamento ambiental, no qual houve intervenções fortes de grupos sociais, organizações não governamentais, ambientalistas e a população de centros urbanos da região. No oportuno, foram apresentadas várias manifestações a favor do Páramo de Santurbán e que estas não deveriam ser somente nas proximidades do parque, mas em toda abrangência nacional. Ainda permanece a problemática na delimitação do Parque Nacional desde 2014, sendo visto como um processo inconstitucional. Algo que se pode dizer como positivo é a intervenção da Corte Constitucional a favor do Páramo de Santurbán, bem como da Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental, que arquivou a solicitação do licenciamento ambiental para o empreendimento, visto que identificou inconsistências no projeto. Mesmo diante de breves conquistas, a empresa ainda tem a convicção que irá apelar ao órgão para conseguir o licenciamento e a posterior instalação do projeto de exploração de ouro e da prata na região. Após esta primeira interlocução aqui registrada, a pesquisadora Lorena agradeceu o espaço e a oportunidade de falar sobre os desafios e as resistências em terras colombianas, colocando-se à disposição para diálogos e questionamentos.

### **Extrativismos, terra e território no Chile**

A segunda interlocução foi realizada por Alexander Esteban Panéz Pinto, graduado em Serviço Social pela Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (2007) e mestre em Urbanismo pela Universidad de Chile (2013). O pesquisador iniciou sua explanação ressaltando o momento de parar, pensar e discutir a América Latina, ainda mais diante do cenário político e geopolítico de mudanças rápidas. Devido as instabilidades políticas, o Chile era bem diferente do que aconteceu a partir de outubro 2019, no qual o cenário de instabilidade e de muitos retrocessos se acentuou, mas também foram momentos de muitos avanços.

O interlocutor ressaltou que a população brasileira está sentindo o peso de um governo neoliberal neste exato momento, mas acredita na força dos movimentos sociais da América Latina, que contribuem para pensar a resistência e agir diante desse cenário político. Antes de iniciar a fala sobre o extrativismo, a terra e os territórios, que não está somente associado a sua pesquisa, porém a algo mais amplo, ele desejou falar sobre a alegria que foi a votação no domingo passado (25 de outubro de 2020), se referindo à vitória muito evidente do povo chileno no Plebiscito sobre a Nova Constituição, mas que é preciso denunciar a impunidade tremenda por parte da violência cometida pelas forças policiais e pelos militares do Estado. Foram mais de 40 pessoas mortas, quase 200 mulheres que denunciaram a violência sexual e outros tipos de assédio por parte da polícia, aproximadamente 1.300 pessoas foram privadas de liberdade e cerca de 400 pessoas perderam a visão parcial ou total decorrente da violência policial. Nessa luta, também há corpos envolvidos; são famílias, são companheiros que se envolveram nessa questão fundamental no Chile.

Para se compreender o processo de conformação do liberalismo no Chile e o debate sobre a terra e o território, a primeira coisa é entender que a exportação de trigo no século XVIII e XIX, no centro e centro-sul do país, propiciou a conformação da fazenda chilena como um ponto chave para a própria conformação do “Estado Chileno” e a expansão de terras e o domínio da terra e da água. Esta época foi marcada pela concentração de riqueza das elites, que depois foi ampliada com a mineração. No século XX houve processos de luta pela terra, diferente de outros países da América Latina, pois no Chile ocorreu a reforma agrária, que começou no governo de Democracia Cristã, antes de 1964 e, posteriormente, com Salvador Allende, que praticamente apagou o latifúndio no Chile; após o golpe militar, ocorreu uma contrarreforma agrária e foi aberto um processo de mercantilização e de abertura para novos empreendimentos agrícolas. Outra característica do Chile é a implantação do neoliberalismo a partir da ditadura militar, como resposta ao projeto de governo socialista<sup>8</sup>.

O interlocutor ressalta que há um dado de 2016 que mostra a alta concentração de terras no Chile; conforme esses dados, 0,4% das propriedades concentram 74,4% da grande propriedade. Embora tenham sido feitas algumas políticas nos governos ditos de centro esquerda, depois da ditadura foi feita a concessão de terras e das águas para povos originários, mas que ainda é muito pobre em sua dimensão. Setores camponeses são totalmente excluídos do acesso à terra, pois não existe uma política de acesso à terra para eles.

Uma questão mais teórica sobre o debate do neoliberalismo é que há uma visão do extrativismo desconectado de outros processos de funcionamento do capitalismo, do processo de acumulação do capital. Tem dois componentes que Alexander Pinto aponta que são centrais para pensar esse processo: o primeiro é a superexploração da força de trabalho que o neoliberalismo consegue aprofundar, Ruy Mauro Marini (2005) elabora a teoria Marxista da dependência e destaca como os países da América Latina estão atravessados por esse processo; o segundo é como o neoliberalismo com suas ditaduras e ataques às leis trabalhistas consegue justamente isso, o aumento da taxa de lucros, com a diminuição real dos salários, com ataques a organização sindical e com a mercantilização de direitos sociais como educação, saúde e aposentadoria. O próprio interlocutor, que leciona em uma universidade pública, relata que os estudantes precisam pagar pelo curso. Isso é um componente fundamental do neoliberalismo: aprofundar a superexploração da força de trabalho.

Combinado a isso, existe uma aceleração extrativa, e o extrativismo não é algo atual, mas que atravessa toda a história da América Latina, de conformação do sistema moderno colonial e da chegada dos europeus a este continente. A aceleração extrativa se dá primeiro pela apropriação privada da renda e segundo há uma mercantilização dos bens comuns. O

---

<sup>8</sup> Esse processo se deu por meio da via eleitoral da unidade popular, e há uma metáfora que os neoliberais e os militares falavam nessa época, “tirar o câncer marxista”, e implantar o regime do zero para apagar o projeto socialista a partir de 1973 com os militares.

pesquisador abordou, particularmente, sobre a questão da água e o aumento dos projetos extrativos, aceleração do metabolismo desse consumo de energia e de matéria, práticas típicas do neoliberalismo.

Um ponto importante deste debate é que existe diferença no caso do Brasil, que possui a constituição de 1988. No caso do Chile, a ditadura para bancar o neoliberalismo, cristalizou a constituição política de 1980, que é uma expressão jurídica do neoliberalismo, com a consagração da propriedade privada, propriedade da água, da educação, da saúde e dos fundos de aposentadoria, tudo isso têm sua origem na constituição política em momentos ditatoriais. Um fator marcante, apesar de o Chile possuir um histórico extrativo, assim como outros países da América Latina, é a aceleração extrativa. Os dados mostram que a partir de 1988, quando a estrutura jurídica da ditadura já estava montada, começou o incentivo aos empreendimentos privados e a uma aceleração na atividade extrativista, principalmente na exploração de cobre, que no período de 12 anos – entre 1988 e 2000 – foi extraído a mesma quantidade de cobre entre os anos de 1900 e 1987. São 38 milhões de toneladas métricas de cobre, 12 anos versus 87 anos. Isso tem levado a proliferação de conflitos. Além da mineração, outros problemas assolam a realidade chilena, a saber: o agronegócio frutícola na região de semiárido, a criação de hidrelétricas para a geração de energia e a plantação de pinus e de eucalipto, essas são algumas das atividades extrativas que aumentaram muito nos últimos anos.

Uma questão de conjuntura é que o Chile está sob o neoliberalismo por quase 45 anos, é um “velho” neoliberalismo, algo antigo e com uma série de contradições que se têm acumulado ao longo do tempo. A partir de 2006 e 2011, começa a aparecer os limites e as contradições desse modelo com a precarização da vida. Outubro de 2019 foi a mostra mais radical desse modelo, no momento em que os estudantes secundaristas começaram a abrir uma janela de esperança frente às mobilizações nacionais.

Quando se pensa nas reivindicações, geralmente se remete a um processo altamente urbano, concentrado nas grandes cidades no preço das passagens como grande pauta ou com a privatização da educação, saúde e da violência de gênero. Mas um ponto central pouco conhecido é que há uma crítica em torno do extrativismo na zona rural, comunidades camponesas, povos indígenas, lutas ambientalistas. A lei das águas, de 1981, reconheceu a água como propriedade privada e aprofundou um processo de espoliação muito forte. A outra questão tem a ver com a questão geográfica e climática, pois o Centro-Sul do Chile é muito vulnerável às variabilidades climáticas, com diminuição do acesso à água em muitas comunidades. As acelerações extrativas têm aumentado o consumo de água, no qual um dado aponta que 47,2% da população rural são abastecidas por caminhão pipa, tornando-se, assim, pauta contra a privatização da água como uma das principais causas de luta.

Na votação da nova constituinte, os municípios que passam por processos extrativistas, a votação foi mais forte, em torno de 90%, muito superior à média do país. Isso mostra que se trata de um processo que não é recente, mas que ocorreu ao longo dos últimos anos, não se trata apenas de uma empresa, mas do sistema jurídico como um todo. Para finalizar a interlocução, o pesquisador foi abordado sobre a luta do povo Mapuche, no

Sul do país, região que foi ocupada no final do século XIX com o discurso de pacificação. Há uma clareza muito maior dos povos Mapuche, porque eles têm lucidez do processo de luta pela terra e pelo território, pois eles também são atingidos pelo processo de privatização da água e pelo extrativismo, pautando que a luta desses povos vai além da Constituição chilena. Diante do cenário e da conjuntura analisada, o interlocutor questiona: qual a saída para os países da América Latina? O que a gente não quer, certamente é o neoliberalismo, mas qual será a saída? Alexander enxerga três caminhos: o primeiro seria a possibilidade da construção do neoliberalismo 3.0, o 1.0 foi com a ditadura, o 2.0 com a expansão da mercantilização, o 3.0 seria uma nova constituinte, mas mantendo os mesmos pilares da anterior com as bases do neoliberalismo. O segundo cenário seria um “neodesenvolvimentismo”, com o Estado se apropriando de parte do extrativismo e direcionando para os projetos sociais. A terceira saída “seria mais de ruptura, trata-se de quebrar com a lógica dos grandes projetos, em busca da autonomia e com maior capacidade de organização”.

### **Extrativismos, terra e território na Bolívia**

A terceira interlocução foi proferida por Cynthia Silva, bióloga com experiência em meio ambiente e em recursos naturais, ex-vice-ministra da pasta do Meio Ambiente no Governo de Evo Morales; e Ivam Zambrana, biólogo e mestre em biologia da conservação pela Columbia University. Os pesquisadores iniciaram suas discussões sobre o extrativismo na Bolívia com o tema “Terra, território e extrativismo: perspectiva desde a Bolívia”<sup>9</sup>. Ivan Zambrana abriu sua fala com uma introdução do que está acontecendo na Bolívia a respeito do extrativismo. O pesquisador aponta que por quatorze anos o governo boliviano esteve em uma profunda articulação com os movimentos sociais e também com os indígenas. Com grande apoio social, a agenda boliviana passou a ser orientada aos objetivos de reduzir a pobreza e a redirecionar os recursos naturais.

Conforme salienta o interlocutor, nesses quatorze anos têm acontecido a disputa ideológica sobre o conceito de extrativismo na Bolívia. Questiona-se sobre como interpretar o extrativismo. Diante dessa lógica, faz-se uma importante distinção entre: ““Estar” extrativo” e ““Ser” extrativo”. Para ele, ““Estar” extrativo” apresenta-se como manter a outorgação de direitos, serviços e distribuir as riquezas para as comunidades tradicionais. Por sua vez, ““Ser” extrativo” faz parte de um modelo que retira direitos e degrada os ecossistemas. Portanto, ““Ser” extrativo” representa toda uma estrutura de dominação de povos e culturas por parte das empresas mineradoras e do Estado, e ““Estar” extrativo” apresenta-se como medida tomada pelo Estado na busca de alternativas econômicas para garantir a reprodução da vida em territórios alternativos de saberes e de resistência.

---

<sup>9</sup> Os dois interlocutores foram mobilizados por Claudia Pilar Lizárraga Aranibar, Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Orientanda de Bernardo Mançano Fernandes e Coordenadora de grupo do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Ao relacionar o conceito de extrativismo com o de capitalismo, tem-se no primeiro uma manifestação do capitalismo diante dos recursos naturais. Quando se discute o conceito de extrativismo na Bolívia, é importante entender grandes debates e questões internas da política boliviana no que tange ao modelo político, econômico e produtivo. Foi ressaltada a não corroboração com a crítica de Eduardo Gudynas (2009) sobre os “extrativismos progressistas” na América Latina, pois o caso específico da Bolívia, segundo o interlocutor, ocorreu de forma distinta.

Cynthia Silva continuou a argumentação sobre o extrativismo no contexto boliviano, apontando para outras análises e reflexões sobre as realidades de diferentes países. Nesse sentido, ela trouxe em sua discussão a importância de compreender os processos históricos dos territórios nacionais, considerando as diferentes escalas e os processos de construção histórica de cada país. Os processos históricos configuram o modelo de desenvolvimento global. Por sua vez, o modelo de extração dos hidrocarbonetos se inscreve no imaginário coletivo da Bolívia como um processo de recuperação da identidade e da soberania, diante das investidas neoliberais que buscam destinar esses recursos para as empresas estrangeiras.

De acordo com a interlocutora, nesses últimos quatorze anos um novo horizonte tem sido seguido, diferente dos modelos neoliberais anteriormente instalados no país. Na atual fase, tem sido instalado um modelo econômico e social comunitário e produtivo. Esse modelo tem em vista a nacionalização da propriedade, da indústria e dos recursos como hidrocarbonetos, tornando-os propriedades sociais.

Para a pesquisadora, a Bolívia era um dos países mais atrasados e hoje está em avanço. Uma das principais evoluções nesses últimos anos foi o acesso à água enquanto direito humano e obrigação do Estado, não é um serviço. O acesso à água fez superar os indicadores sociais de outrora, tendo efeitos fundamentais na saúde e na alimentação, o que fez derrotar indicadores de mortalidade infantil e de saúde, em razão de enfermidades ligadas à água como diarreias e desnutrição crônica. Assim, a renda do petróleo, por exemplo, vai se transformando em direito e superando indicadores sociais e a pobreza externa.

Nos territórios indígenas bolivianos, as atividades extrativas passam por um processo de consulta para que se consiga a licença ambiental em vista da implementação dos projetos, porém, debates sérios sobre esses projetos e apoio a projetos comunitários são realizados, para que se tenha ciência do modelo de desenvolvimento que se busca nesses territórios.

A nacionalização dos recursos naturais causou um salto qualitativo na vida dos bolivianos. Isso mostra que governos progressistas têm transformado as atividades extrativas em indicadores sociais e em direitos, caminhando e trabalhando pela nacionalização da industrialização e da diversificação produtiva, com sistemas de produção mais sustentáveis. Um elemento adicional é a preservação dos territórios indígenas como direito, sendo essas terras comunitárias dos povos de origem e camponeses, que permite a autonomia e pode se transformar em modelos de políticas locais e de transformação sociocultural.



## **Breves Considerações Finais**

A abordagem apresentada nos relatos dos estudiosos dos três países da América Latina – Colômbia, Chile e Bolívia – seguem no sentido da existência real da exploração e do extrativismo nos territórios, sendo estes entendidos como a extensão apropriada e usada. Como foram percebidos nas interlocuções, os conflitos no entorno das áreas de exploração mineral se acentuaram, não sendo diferentes da realidade brasileira. Os autores trouxeram o cenário dos impactos e das implicações desse processo exploratório, que privam povos de suas terras, geram devastação e desigualdade.

O relato da Colômbia apresentou que o país enfrenta constantes conflitos que se agravaram no final do século XX. Contudo, há uma legislação que regula a mineração, mas que não é atendida na sua totalidade, haja vista que é questionável o desenvolvimento sustentável da atividade extrativista exploratória na região. A experiência vinda do Chile, aborda o neoliberalismo bancado pela ditadura no país, sendo relevante na constituição política de 1980. O país, apesar de possuir um histórico extrativo, o que mais tem preocupado é a aceleração dessa atividade econômica. Os relatos da Bolívia nos trouxeram à realidade econômica boliviana, as quais questionam Eduardo Gudynas (2009) a respeito do paradigma “neoextrativista”, sendo um dos pilares da estratégia de desenvolvimento no contexto atual do País.

O neoliberalismo acarretou mudanças relevantes na utilização do território nesses países, tendo como agravante o uso seletivo e exportador. Assim, as populações mais pobres e mais vulneráveis ficam isoladas diante da racionalização do território para fins de acumulação de riquezas. Nesse sentido, como destacam Santos e Silveira (2008), as mudanças na utilização do território ficam mais dispersas conduzindo a uma seletividade maior na distribuição geográfica dos provedores de bens e de serviços, levados pela competitividade a buscar, sob pena de seu próprio enfraquecimento, as localizações mais favoráveis.

Diante das interlocuções, observou-se que o extrativismo predatório tem se agravado nesses países e que a exploração do território é reveladora de diferenças, muitas vezes agudas, de condição de vida das populações.

## Referências Bibliográficas

ANTONINO, Lucas Zenha. Mineral Extractive-Territories at Bahia: Rights violation and conflicts at land-shelter. Thesis (Doctorate in Geography). Geoscience Institute. Federal University of Bahia. Salvador, 2019.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP & CLAES (Eds.), Extractivismo, política y sociedad (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul. LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (Orgs.). In: "Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade", Garamond e IRD, Rio de Janeiro, 2012. p. 303-318.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. p. 6.774-6.792.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRANSPADINI; STEDILE (Orgs.). Ruy Mauro Marini. Vida e Obra. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. V.2. 27. ed. São Paulo: Nova cultura, 1996.

MORALES, Julio Fierro. Anotações de caderneta e material didático distribuído no Seminário: Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais. GESTA/FAFICH /UFMG, Belo Horizonte, agosto, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

**Las resistencias en El Corredor Interoceánico y al Tren Maya en México. Contextualización en el marco del Espacio global para la expansión del capital transnacional que abarca el Proyecto Mesoamérica y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIAs)**

# Las resistencias en El Corredor Interoceánico y al Tren Maya en México. Contextualización en el marco del Espacio global para la expansión del capital transnacional que abarca el Proyecto Mesoamérica y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIAs)<sup>1</sup>

Marcela de Lourdes Orozco CONTRERAS<sup>2</sup>

Sara LÓPEZ<sup>3</sup>

Verónica MUNIER<sup>4</sup>

## Resumen

El impulso del actual gobierno mexicano al Corredor Interoceánico y al “Tren Maya”, revive aspiraciones de gobiernos mexicanos y empresarios transnacionales de “llevar desarrollo a regiones atrasadas” que se concretan en la articulación de megaproyectos centrados en la explotación de mano de obra y recursos naturales, que cuente con cadenas de transporte, almacenamiento y distribución a distintos mercados globales. Dicho afán ha tenido como respuesta la defensa del territorio y las formas de vida, naturaleza, vivienda, alimentos, conexión con los antepasados, por parte de muchas comunidades asentadas desde hace siglos en estas zonas estratégicas para limitar el asedio de las poblaciones por parte de gobiernos y empresarios. Destacamos la lucha y resistencia del Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX) en la Península de Yucatán, –en el “Tren Maya”–, así como del Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Martha y el Movimiento Regional Indígena en Defensa y por el Respeto a la Vida en el sur del Estado de Veracruz –en el Corredor Interoceánico–, en el marco de la conformación de Espacios globales para la expansión del capital transnacional y ZEIAs.

**Palabras clave:** Resistencia, Corredor Interoceánico, Tren Maya, espacios globales para la expansión del capital transnacional, zonas específicas de intensa acumulación.

## El Corredor Interoceánico

Para el gobierno federal de México es “prioritario el desarrollo regional” del Istmo de Tehuantepec y tiene el propósito de alentar y proteger las actividades económicas que realicen los particulares, específicamente las del comercio internacional –que se lleva a

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en el GT 4: Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência del Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas: Povos, comunidades, natureza: insurgências frente ao extrativismo predatório, el 15 de marzo de 2021.

<sup>2</sup> Mestranda en Ciências Sociais del Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Integrante del Grupo de Trabajo “Fronteras, Regionalización y Globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y del Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA).

<sup>3</sup> Integrante del Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX) y Consejala del Congreso Nacional Indígena (CNI).

<sup>4</sup> Integrante del el Movimiento Regional Indígena en Respeto y Defensa por la Vida y del Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Marta y del Centro de Derechos Humanos de los Pueblos del Sur de Veracruz “Bety Cariño”.

cabo en los puertos de Coatzacoalcos y Salina Cruz–, mediante transporte ferroviario y las de la producción de bienes y servicios con mayor valor agregado. El foco de este proyecto gubernamental se dirige hacia el mercado global –aunque se menciona también el nacional–, y tiene la visión clara de convertirse en una alternativa de transporte al Canal de Panamá. Esa plataforma de logística contempla una estructura nodal de interconexión que cuente con una cadena de transporte, almacenamiento y distribución de mercancías entre dichos puertos (SEGOB, 2019). Mediante decreto, se creó un organismo público descentralizado denominado “Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec” en el que participan representantes de distintas secretarías de Estado (Hacienda, Medio Ambiente y Recursos Naturales, Economía, Comunicaciones y Transportes, y Desarrollo Agrario, Territorial y Urbano). Dicho organismo se ha reunido con representantes del European Investment Bank, y empresas como Credit Suisse, COMSA, Énestas y ACCIONA Construcción, entre otras. Entre sus tareas están las de procurar:

1. La construcción de la infraestructura “física, social y productiva”, mediante inversión pública y privada;
2. Trabajar con el Instituto Nacional de los Pueblos Indígenas para preservar la cultura, las costumbres de la región del Istmo de Tehuantepec, la identidad de los pueblos indígenas y la protección de los recursos naturales; así como coadyuvar en los procedimientos de consulta (GRIHUB, 2020).

Así, la línea de ferrocarril es la actividad principal que se debe impulsar en el corredor, pero hay una estrecha vinculación con: a) la modernización y expansión de los puertos de Salina Cruz y Coatzacoalcos; b) la modernización de los aeropuertos de Ixtepec y Minatitlán fortaleciendo las áreas del transporte de carga; c) la construcción de 10 parques industriales de entre 500 y 1,000 hectáreas a lo largo del corredor (lo cual generará empleo y contribuirá a la disminución de los flujos migratorios en la región); d) generar estímulos fiscales para las empresas (GRIHUB, 2020).

El Istmo de Tehuantepec se ha convertido en una zona productora de energía a lo largo del siglo XX. La primera refinería se construyó en 1907 en la ciudad de Minatitlán, Veracruz y tuvo otro impulso en la década de 1970 con la construcción de una refinería en la ciudad de Salina Cruz, Oaxaca. Desde los primeros años del siglo XXI comenzaron a expandirse grandes parques eólicos en esta región (BEAS, 2020). Después de la firma del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) – convertido después de su renegociación en Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC) –, la presencia del capital transnacional ha ido aumentando y las actividades extractivas basadas en el petróleo, gas, los minerales y el aire, aunadas a la construcción de Zonas Económicas Especiales (ZEE) durante la década pasada, han ido modificando las condiciones materiales de vida de los mexicanos de esa zona.

El 25 de abril de 2019, alrededor de 50 organizaciones<sup>5</sup> indígenas, campesinas, ecológicas, comunitarias, agrarias, educativas y sindicales lanzaron un pronunciamiento conjunto, dirigido al presidente Andrés Manuel López Obrador, en el que exigen respeto a los derechos de los pueblos indígenas y manifiestan su “rotundo rechazo al megaproyecto del Corredor Transístmico”, con el que se pretende unir por ferrocarril los puertos de Salina Cruz y Coatzacoalcos (EDUCA, 2019). El 4 de junio de 2020, en la víspera de la visita del presidente López Obrador al Sur de Veracruz para «dar banderazo» al Tren Transístmico del 5 al 7 de ese mes, varias organizaciones y personas dieron a conocer un “Comunicado de denuncia sobre el proyecto del Corredor Interoceánico” (CEMDA, 2020), repudiando las obras de modernización de las vías del Tren Transístmico así como las consultas realizadas de manera irregular. En éste plantean que, “[...] este proyecto [...] con sus parques industriales será la destrucción de la gran diversidad de las culturas originarias y afro descendientes que conviven en la región del Istmo y que representan un verdadero tesoro para los pueblos y para toda la humanidad”. Y hacen un llamado invitando a los pueblos de la región, de México y del mundo “a reaprender a organizarnos y a rehacer comunidad en estas condiciones de pandemia (...) reflexionando, analizando, siendo críticos y propositivos, tomando acuerdos, movilizándonos para repudiar estos proyectos de muerte (...)”<sup>6</sup>.

La parte norte del Istmo mexicano corresponde a la región sur del estado de Veracruz. Dicha región está rodeada del Golfo de México y por las ciudades petroleras de Coatzacoalcos y Minatitlán. En esta área, el Centro de Derechos Humanos de los Pueblos del Sur de Veracruz “Bety Cariño” (CDH Bety Cariño) y el Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Martha (PASSM) –integrado al Congreso Nacional Indígena, CNI–<sup>7</sup> han participado en la resistencia a distintos megaproyectos, incluyendo los del Corredor Interoceánico. Aunque las comunidades del sur de Veracruz no están afectadas directamente por la vía del tren –columna vertebral del proyecto del gobierno mexicano–, sí lo estarán por los parques

---

<sup>5</sup> Algunas organizaciones que firmaron el comunicado son: La Asamblea de los Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y el Territorio, el Movimiento Regional Indígena en Respeto y Defensa por la Vida, Comité Nacional por la Defensa y Conservación de los Chimalapas, Guardianes del Mar, Pobladores de Salina Cruz, Movimiento Agrario Indígena Zapatista Yureni, Maderas del Pueblo Sureste, Pobladores México, Educa, Red de Defensores Comunitarios, Fuerza Social Choapense, Coordinadora Estatal Campesina, Obrera, Magisterial e Indígena, así como por la sección 22 del SNTE-CNTE, la sección 75 del Sindicato de Telefonistas, el Sindicato de Telebachilleratos Comunitarios y el de Trabajadores y Empleados de la Universidad Benito Juárez de Oaxaca, entre otras.

<sup>6</sup> Firman: Sur de Veracruz: Centro de Derechos Humanos de los Pueblos del Sur de Veracruz «Bety Cariño», A.C., Centro de Derechos Humanos Josefa Ortiz (Cosoleacaque, Ver), Chogosteros en Acción (Jaltipan, Ver), Colectivo Altepee (Acayucan), Colectivo Madres en Búsqueda Belén González, Donando Sangre Compartiendo Vida A.C. (Coatzacoalcos), Identidades Verde (Coatzacoalcos), Identidades Cultura (Coatzacoalcos), Proceso de Articulación de la Sierra de Santa Martha, Viernes por el futuro-Sur de Veracruz. Istmo: Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo en Defensa de la Tierra y del Territorio (APIIDTT), Centro de Derechos Humanos – Espacios para la defensa, el florecimiento y apoyo comunitario Maderas del Sureste, A.C., Mujeres Indígenas por CIARENA, Resistencia civil UCIZONI, Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo (UCIZONI). 77 organizaciones civiles, académicas y otras, nacionales e internacionales (entre ellas, el Grupo de Trabajo “Fronteras regionalización y globalización” del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/ CLACSO, la Red Mexicana de Acción frente al Libre Comercio/ RMALC, y el Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras/SPECHF); y 65 firmas individuales de académicos, activistas y otras.

<sup>7</sup> Ambas organizaciones acompañan al Movimiento Regional Indígena en Defensa y por el Respeto a la Vida que se conformó en agosto del año 2017.



industriales pues hay agua en abundancia. Entre los principales efectos negativos de esos megaproyectos está la contaminación, la destrucción de la naturaleza, el etnocidio, despojo de tierras y aguas la división de las comunidades, un mayor deterioro de la salud de los habitantes –por el avance del cáncer– ya delicada por vivir cerca de ciudades petroleras, así como la contribución del avance de esos megaproyectos a la crisis climática. A ello se aúna la violencia ejercida por los cárteles del narcotráfico y el avance de la militarización, lo cual significa mayor violencia e inseguridad para las poblaciones asentadas en la región (MUNIER, 2020). En recorridos hechos por la zona desde el año 2014 hemos visto cómo se han incrementado los retenes militares y el número de camionetas con militares recorriendo las carreteras. En la ciudad de Acayucan, cerca de esta zona, se encuentra uno de los centros de detención de migrantes más grandes de México, con lo cual el gobierno de este país justifica la presencia de los militares y coadyuva tanto a la instrumentación de la estrategia de seguridad de Estados Unidos como a la protección del capital transnacional en México y Centroamérica. La lucha de resistencia en el sur de Veracruz iniciada por el CDH Bety Cariño comenzó en 2013 para detener la minería<sup>8</sup> ; y después el fracking y proyectos de parques eólicos. Las primeras estrategias de esa lucha consistieron en informar a la comunidad de los megaproyectos y de su derecho a la libre determinación, principalmente mediante volanteo y cápsulas radiofónicas de sus radios comunitarias. El eje articulador para la resistencia de los pueblos indígenas asentados en esa región fue la defensa del agua, la cual se reavivó en el año 2019. Muchos miembros de esas comunidades fueron testigos de cómo llegaban ingenieros a inspeccionar la zona con drones y otros equipos sin identificación de su procedencia ni algún permiso u oficio de comisión, argumentando que necesitaban llevar piedras de los ríos cercanos. En diversas asambleas comunitarias, se emitieron actas en las que se dio a conocer la decisión de las primeras de no permitir que salieran de sus territorios muestras de ningún tipo (MUNIER, 2020). En el año 2020 la Comisión Federal de Electricidad (CFE) impulsó la modernización y ampliación del tendido eléctrico, lo cual condujo a la construcción de algunas subestaciones en la zona y nuevos cableados<sup>9</sup> lo cual se combinó con la llegada del COVID-19 en el mes de junio. Las acciones de las comunidades se centraron en poner en marcha estrategias de salud basadas en la herbolaria y la medicina homeopática, con lo que se evitó la muerte de muchas personas. En el despliegue de esa campaña de salud comunitaria, se aprovechó para hablar de las amenazas latentes alrededor del Corredor Interoceánico como el fracking, la minería y parques industriales (MUNIER, 2020). Cabe señalar que las mujeres participan en las asambleas, pero no están en los órganos de decisión de las comunidades y la educación a distancia impuesta por la pandemia del Covid-19 les está demandando

---

<sup>8</sup> En la década de 1980 hubo proyectos de exploración de plata que han sido revividos en los últimos años mediante concesiones a empresas privadas.

<sup>9</sup> Según Munier (2020), la CFE no mejorará el servicio de energía eléctrica para la gente que vive en la zona que ya es pésimo (hay variaciones fuertes durante el día, los refrigeradores no alcanzan a enfriar) sino se canalizará a los parques industriales.

pasar más tiempo con sus hijos. Los jóvenes habían iniciado acciones para detener el cambio climático, en consonancia con el movimiento de Fridays For Future (FFF), pero la pandemia los desmovilizó. Es importante destacar los primeros pasos que se están dando hacia la autogeneración de electricidad mediante un proyecto comunitario de energía eólica. La perspectiva que se tiene en todos estos procesos de resistencia es anticapitalista y antipatriarcal; y entre los retos importantes que ésta tiene es la dificultad de articulación con otras organizaciones y los golpes al movimiento de gente que está cerca de los partidos políticos, incluso de compañeros que estuvieron en la resistencia (MUNIER, 2020).

En el estado de Oaxaca del Istmo mexicano, la parte sur del mismo, la resistencia vive un momento difícil. Ejidos mixes que forman parte de la Unión de Comunidades Indígenas de la Zona Norte del Istmo (UCIZONI), están frenando los megaproyectos, pero esa tarea se vuelve más difícil porque, por un lado, partidos políticos como el Partido de la Revolución Democrática (PRD) y el Movimiento Regeneración Nacional (Morena), éste último actualmente en el gobierno federal, están entregando recursos para que la gente apoye los megaproyectos y se coopta a las personas para que formen parte del programa gubernamental “Sembrando Vida”. Por el otro, tienen que enfrentar no sólo las estrategias de las empresas – que contratan a ejidatarios y crean así mayores divisiones en las comunidades –; sino las de grupos delincuenciales relacionados con la venta y distribución de drogas, así como los vinculados a las mafias sindicales (BEAS, 2020).

### **El Tren Maya**

Según el Plan Nacional de Desarrollo 2018-2024 del gobierno federal, “El Tren Maya es el más importante proyecto de infraestructura, desarrollo socioeconómico y turismo del presente sexenio”. Recorrerá 1,525 kilómetros en los estados de Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán y Quintana Roo e interconectará las principales ciudades y sitios turísticos de la Península de Yucatán. “[...] y requerirá de entre 120 mil y 150 mil millones de pesos que provendrán de fuentes públicas, privadas y sociales” (PRESIDENCIA, 2019, p. 53). Además de propiciar la derrama económica del turismo en toda la Península – conformada por los estados de Campeche, Yucatán y Quintana Roo –, generar empleos, impulsar el “desarrollo sostenible y proteger el medio ambiente”, el gobierno federal buscaría con este proyecto propiciar el ordenamiento territorial de la región. Supuestamente este proyecto integra y beneficiará a la población, llevando la consulta previa e informada a las comunidades y pueblos originarios, la cual se ejecutó de manera irregular en noviembre de 2019, incluso los observadores de la Organización de Naciones Unidas (ONU) señalaron que se violaron diversos puntos del protocolo de la consulta en cuestión.

Sandoval (en prensa) considera que el Tren Maya no puede analizarse de forma aislada de otros megaproyectos que se desarrollan en la Península de Yucatán, en particular, y en el sureste en general, pues es parte clave de los mecanismos mediante los cuales se busca impulsar una política de Estado de “reordenamiento territorial” como se menciona en el Plan Nacional de Desarrollo. Este no es un proyecto “sexenal” de carácter coyuntural, es parte de un plan estructural y, por tanto, es parte de un proceso histórico que corresponde

al dominio del modo de producción capitalista, cuya fase actual, de globalización, implica un reordenamiento territorial de carácter global que se expresa en los ámbitos regional y local y que beneficia a las corporaciones transnacionales. En este marco, ubicamos a la Península de Yucatán como una ZEIA, dentro del Espacio Global para la expansión del capital transnacional del Proyecto Mesoamérica, donde se inserta el megaproyecto denominado Tren Maya, el cual articulará a otros proyectos de gran escala:

1. Megaproyectos turísticos (Centros Integralmente Planeados y Zonas Turísticas de la Costa del Caribe; Turismo Premium),
2. El megaproyecto inmobiliario de alta plusvalía en el norte de Mérida;
3. Ampliación de puertos para transporte de mercancías, turismo o mantenimiento (Puerto Progreso, Puerto Seyba Playa, Puerto Morelos, Puerto Cozumel, Puerto Chetumal);
4. Megaproyectos de monocultivos y pecuarios (soya, palma africana, granjas porcícolas),
5. Parques eólicos y fotovoltaicos (solares),
6. Parques industriales donde se fabrican ya autopartes y aeropartes para la industria militar transnacional y a los cuales el T-MEC dará un mayor impulso.
7. Articulación con aeropuertos internacionales para el transporte de personas y mercancías (en las ciudades de Palenque, Chiapas; Mérida, Yucatán; y las de Cancún y Chetumal, ubicadas en Quintana Roo además del de Campeche que es nacional).

Además, el Tren Maya está vinculado con el tren interoceánico donde se localizan otros puertos marítimos (Coatzacoalcos y Salina Cruz) y tres aeropuertos nacionales (Villahermosa, Tabasco; Minatitlán, Veracruz e Ixtepec, Oaxaca, éste último es, además, militar). La región que cubre el Tren Maya ya se encuentra militarizada con cuarteles del ejército (Palenque, Chiapas; Escárcega, Campeche; Mérida, Yucatán; Chetumal, Quintana Roo y Xpujil, Campeche siendo el primero y el último de tropas de élite), pero también la Marina/Armada está presente en todos los puertos marítimos mencionados, además del de Champotón, Campeche donde son marinos de élite. Hay que mencionar que la Armada/Marina administra todos los puertos marítimos del país. La Guardia Nacional también ya está presente. Y los ingenieros militares llegarán a construir el último tramo del Tren Maya entre Chetumal y Escárcega, cuando terminen de construir el aeropuerto internacional "Felipe Ángeles"<sup>10</sup>, como lo anunció el presidente López Obrador. Este megaproyecto ha sido rechazado por diversas organizaciones sociales y comunitarias desde que se anunció

---

<sup>10</sup> Un gran megaproyecto que se impulsó fuertemente durante el gobierno anterior en México (el de Enrique Peña Nieto,), aunque ya venía gestándose desde hace algunas décadas, el cual generó fuertes acciones de resistencia por parte de los habitantes que viven alrededor de la construcción actual del Aeropuerto Internacional de la Ciudad de México y que afecta a pueblos originarios tanto del estado de México como de la propia ciudad.

su construcción, manifestándose con diversas formas de protesta y lucha, logrando incluso amparos. Pero el proyecto avanza a paso veloz pasando por encima de leyes y la pandemia; y, por supuesto, por encima de las propias organizaciones y comunidades. Durante la contingencia sanitaria generada por el Covid-19, el 11 de mayo de 2020, 100 organizaciones y comunidades mayas (la Asamblea de Defensores del Territorio Maya Múuch Xíinbal, el Colectivo de Comunidades Mayas de los Chenes, el Consejo Regional Indígena y Popular de Xpujil y otros), colectivos en defensa del ambiente y los derechos humanos, además de muchos académicos especialistas emitieron un pronunciamiento pidiendo al presidente López Obrador que detuviera las obras del “Tren Maya” durante la contingencia y al término de ésta se abriera un debate sobre la pertinencia del megaproyecto. No hubo respuesta. Sin embargo, las organizaciones con el apoyo de organizaciones nacionales e internacionales han continuado con su lucha mediante diversas formas de resistencia. En mayo de 2020, investigadores del Instituto Nacional de Antropología e Historia presentaron ante la Fiscalía General de la República una “Denuncia de Hechos por la presunta destrucción de un indeterminado número de Monumentos Arqueológicos, localizados en los estados de Chiapas, Campeche, Tabasco, Yucatán, Quintana Roo, Oaxaca y Veracruz, si se llevan a cabo los proyectos presidenciales denominados Tren Maya (Sic) y Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec”. Hasta la fecha no han obtenido respuesta de dicha Fiscalía, a pesar de que los trabajos en algunos tramos han puesto al descubierto ya muchos monumentos arqueológicos que pueden quedar en riesgo (ECHENIQUE, F., SANDOVAL, J.M., et.al, 2020).

Debido a las actividades y denuncias de las organizaciones de los pueblos y comunidades originarias y de organizaciones solidarias, principalmente internacionales, el presidente López Obrador en su conferencia “mañanera” del 28 de agosto descalificó a éstas declarando que no representan a la población y que la cooperación internacional es ilegal. Organizaciones como el Consejo Indígena y Popular de Xpujil (CRIPX), el Centro Mexicano de Derecho Ambiental A.C., el Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sostenible, Diálogo y Movimiento A.C., Indignación A.C. y la Fundación para el Debido Proceso Legal A.C. firmaron un manifiesto en el que sostienen que hay una campaña de deslegitimación del trabajo de las organizaciones civiles (CEMDA, et.al, 2020)<sup>11</sup>. En la Península de Yucatán, el Congreso Nacional Indígena Peninsular (CNI-P, 2020), que agrupa a varias organizaciones del pueblo maya de los tres estados, impulsa una

---

<sup>11</sup> Firmaron 15 organizaciones del Istmo (10 del sur de Veracruz y 5 de Oaxaca), 77 organizaciones civiles, académicas y otras, nacionales e internacionales; y más 65 firmas individuales de académicos, activistas y otras.

estrategia de organización, lucha y resistencia contra los megaproyectos y en defensa de los territorios, vinculada a la estrategia nacional del Congreso Nacional Indígena. En un foro virtual del 11 de diciembre de 2020, denunciaron los avances de la construcción del Tren Maya . El CRIPX ha interpuesto amparos (ambiental, contra desalojos y por el consentimiento indígena) y, al mismo tiempo, está impulsando proyectos alternativos en defensa de semillas nativas, parcelas demostrativas en las que se pretende no usar tantos químicos y escuelas de formación (mediante talleres virtuales). Además, esta organización también ha hecho estimaciones de los impactos ambientales, culturales y sociales que traerá el Tren Maya como la contaminación del Río Candelaria mediante la construcción de 2 estaciones de mantenimiento en más de 300 hectáreas para dicho tren (CNI-P, 2020). Hay un avance de los parapetos turísticos y que en Puerto Morelos, ubicado entre Playa del Carmen y Cancún, el gobierno planea erigir edificios de 4 a 20 niveles basándose en el más reciente plan de desarrollo. En Cancún pretende construirse infraestructura para un tren ligero y elevado. El capital transnacional se está apoderando del turismo comunitario con apoyo del gobierno de Quintana Roo mediante capacitaciones en las escuelas del Consejo Nacional de Educación Profesional Técnica (CONALEP) vinculadas al Tren Maya. También se planteó que organizaciones de derechos humanos se apropian de la idea de autonomía, así como las universidades de lo comunitario, para favorecer las campañas del gobierno a favor del capital y que el apoyo económico es un instrumento del gobierno para mantener a las poblaciones alineadas a él (CNI-P, 2020). Hay que luchar contra la palma africana, los parques solares, las granjas porcícolas, los plantíos de soya y los de caña de azúcar, cuyos productos se llevan a procesar en ingenios privados. Los empresarios que aplaudieron el T-MEC quieren transportar esos productos por medio del Tren Maya. La soya que se siembra en Campeche desde 2006 y los empresarios tienen una meta de expansión de hasta 100 mil hectáreas a lo largo de la orilla del Río Candelaria, lo que incrementará los niveles de contaminación en el mismo. La carne de cerdo producida en la región ya se exporta a China y las granjas donde se crían esos animales son el principal consumidor de la soya para alimentarlos (CNI-P, 2020). Se planteó el problema de la proletarización forzada de los campesinos en los polos de desarrollo mediante la atracción de un salario fijo, en lugar de seguir trabajando en el campo. Las comunidades ven una lucha entre la vida (representada por los defensores de sus territorios) y la muerte – personificada por los megaproyectos, el gobierno y las empresas – (CNI-P, 2020). Entre las estrategias de lucha que consideran viables los líderes sociales del CNI-P se encuentra la elaboración de una campaña de información en la cual se impulse la identidad peninsular y la autonomía que ayude también a combatir la idea de “desarrollo comunitario” que se promueve en las

---

<sup>12</sup> En dicho foro participó Sara López en representación del CRIPX y, por invitación de ella, Marcela Orozco, como representante del Grupo de Trabajo “Fronteras, Regionalización y Globalización” de CLACSO para hablar del apoyo que desde la academia se ha dado a la resistencia contra el Tren Maya.

universidades, llevando información crítica a más comunidades y que busque la articulación de luchas<sup>13</sup>. El arte realizado por compañeras que apoyan a las mujeres zapatistas también se incluye en esta propuesta.

En el ámbito académico, la perspectiva del capitalismo global de William I. Robinson (2013) nos ha servido como esquema referencial sobre la globalización y nos ha dado cuenta del surgimiento de los espacios globales para la expansión del capital transnacional (EGECT) y su importancia en el proceso de globalización. Los espacios globales emergen o se producen sobre espacios que previamente han sido claves para las fases anteriores del desarrollo del capitalismo (SANDOVAL, 2017). Por sus características históricas y geográficas, ciertas zonas del planeta son claves para la intensa acumulación global, puesto que previamente han sido zonas que se han producido mediante un desarrollo geográfico desigual, producto de la diversificación, la innovación y la competencia, principalmente durante la fase anterior del capitalismo mundial para beneficiar la acumulación capitalista y por procesos de expansión geográfica del capital, como apunta Harvey (2006). La frontera México-Estados Unidos, el Istmo centroamericano, la Cuenca del Caribe, la Amazonía, la Cuenca del Río de la Plata, los Andes y la Patagonia se han desarrollado de esta forma. En los espacios globales, el capital transnacional coexiste con los capitales nacionales y locales que se reproducen en ciertos sectores (encadenados en muchas ocasiones a los transnacionales) a los cuales abastecen de insumos, servicios, transporte, etcétera. Los capitales nacionales y locales se transnacionalizan mediante fusiones, alianzas estratégicas u otros mecanismos y son capaces de incorporarse a mayores cadenas o a clústers de corporaciones transnacionales. Los espacios globales se insertan al capitalismo global mediante diversos mecanismos, principalmente los establecidos en los tratados de libre comercio – como el T-MEC, cuyo antecedente fue el TLCAN – a través de sus diversos capítulos que contienen reglas relacionadas con inversiones, propiedad intelectual, y otras, que convergen con instrumentos de coerción para favorecer la expansión del capital transnacional<sup>14</sup> y cuyos mecanismos son utilizados por los gobiernos para controlar la conflictividad social. Cada espacio global posee características específicas derivadas del tipo de acumulación intensiva de capital que predomina en el mismo; por ejemplo, en el espacio global de la frontera México-Estados Unidos sucede así con la acumulación militarizada. En el caso del espacio global de Proyecto Mesoamérica, la acumulación alrededor de las actividades minero-energéticas, turísticas y de construcción y/o renovación de infraestructura está marcando las pautas, es decir, en cada espacio global destaca alguna forma de sustraer valor.

---

<sup>13</sup> En ella está participando Marcela Orozco, una de las coautoras de este trabajo.

<sup>14</sup> Mediante mecanismos negociados en los acuerdos comerciales como la Alianza para la Seguridad y la Prosperidad de América del Norte (ASPAN), dentro del TLCAN y las distintas estrategias de seguridad del gobierno de Estados Unidos, cuya influencia se extiende a varios países y subregiones de América Latina y a organizaciones internacionales como la Organización de Estados Americanos (OEA).



Muchos estudios abordan la acumulación de capital como si sólo ocurriera un saqueo de recursos que afecta a las poblaciones y el medio ambiente (acumulación por desposesión o despojo). Lo que nosotros hacemos es articular los diversos elementos que empujan hacia determinado tipo de acumulación en los diferentes espacios globales: desde políticas públicas de los más variados tipos expresadas a nivel global, regional o nacional –con carácter o alcance federal, estatal o local– hasta planes geoestratégicos y/o geopolíticos; acuerdos internacionales de la más variada índole –lo cual conlleva tener una visión crítica de la cooperación y del término “desarrollo”– además de considerar fundamental las luchas sociales que diversas organizaciones llevan a cabo para defender su territorio, la naturaleza y la vida. Trabajamos para trascender lo específicamente local y ubicarlo en una dimensión global, que es la característica actual y específica del capitalismo actual.

Dentro de los espacios globales existen espacios menores en los cuales se concentran los megaproyectos de infraestructura, extractivos, zonas especiales, etcétera; son estas porciones de territorio dentro de los espacios globales, a los que denominamos Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA). Éstas comprenden un complejo entramado de infraestructuras establecidas para la expansión del capital transnacional y para su intensa acumulación; se superponen y expanden sobre territorios y localidades urbanas y rurales, limitando procesos de acumulación locales y afectando, en el caso de comunidades que mantienen aún el valor de uso de sus bienes naturales, su reproducción social. Pero las comunidades urbanas y/o rurales responden a ello organizándose para luchar por sus territorios; y, en el caso de comunidades y pueblos originarios, por sus territorios y sus bienes comunes (SANDOVAL, 2019).

## Referencias bibliográficas y documentales

BEAS, C. Exposición en el foro virtual: Marco comparativo: TLCAN 1994 / T-MEC 2020, 2020. Evento transmitido por Facebook el día 16 de julio de 2020.

CEMDA. Comunicado de denuncia sobre el proyecto del Corredor Interoceánico, junio 4, 2020. Disponible en: <https://www.cemda.org.mx/comunicado-de-denuncia-sobre-el-proyecto-del-corredor-interoceanico/>. Acceso: junio de 2020.

\_\_\_\_\_ et. al. Manifiesto: La defensa de los derechos humanos fortalece la democracia y no debe criminalizarse, 28 de agosto, 2020. Disponible en: <https://www.cemda.org.mx/la-defensa-de-los-derechos-humanos-y-de-la-naturaleza-fortalece-la-democracia-y-no-debe-criminalizarse/#:~:text=CEMDA%20Audios%20Enlaces-,La%20defensa%20de%20los%20derechos%20humanos%20y%20de%20la%20naturaleza,democracia%20y%20no%20debe%20criminalizarse&text=Cualquier%20mexicano%20y%20mexicana%20que,de%20forma%20individual%20o%20colectiva>. Acceso: 31 de agosto de 2020.

CONGRESO NACIONAL INDÍGENA PENINSULAR (CNI-P), Foro virtual, 11/12/2020.  
ECHENIQUE, F., SANDOVAL, J.M., et. al. Denuncia de Hechos por la presunta destrucción de un indeterminado número de Monumentos Arqueológicos, localizados en los estados de Chiapas, Campeche, Tabasco, Yucatán, Quintana Roo, Oaxaca y Veracruz, si se llevan a cabo los proyectos presidenciales denominados Tren Maya (Sic) y Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec. 15 de mayo de 2020.

EDUCA. Pronunciamento: El Istmo es nuestro, 25 de abril, 2019. Disponible en: <https://www.educaoaxaca.org/pronunciamento-el-istmo-es-nuestro/>. Acceso: junio de 2020.

GRIHUB. Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec: proyecto a priorizar en México. 13 de octubre, 2020. Disponible en: [https://www.griclub.org/news/infrastructure/corredor-interoceanico-del-istmo-de-tehuantepec-proyecto-a-priorizar-en-mexico\\_1337.html](https://www.griclub.org/news/infrastructure/corredor-interoceanico-del-istmo-de-tehuantepec-proyecto-a-priorizar-en-mexico_1337.html). Acceso: noviembre de 2020.

HARVEY, D. Spaces of Global Capitalism. Towards a Theory of Uneven Geographical Development. United Kingdom: Verso, 2006.

MUNIER, V. Exposición en la sesión sobre: El megaproyecto del Corredor Interoceánico y la lucha de los pueblos originarios por la defensa de sus territorios, organizado por el Seminario Permanente de Estudios Chicanos y de Fronteras (DEAS-INAH) y el Grupo de Trabajo "Fronteras, Regionalización y Globalización" del CLACSO. 10 de diciembre de 2020, vía la plataforma electrónica <https://meet.jit.si/SEMINARIOPERMANENTE> PRESIDENCIA de la República. Plan Nacional de Desarrollo, 2019-2024, 2019. Disponible en: <https://lopezobrador.org.mx/wp-content/uploads/2019/05/PLAN-NACIONAL-DE-DESARROLLO-2019-2024.pdf>. Acceso: 9 de junio de 2019.

ROBINSON, W. Una teoría sobre el capitalismo global. Producción, clase y estado en un mundo transnacional. México, Siglo XXI Editores, 2013.

SANDOVAL, J. M. El Espacio Global para la expansión del capital transnacional y las Zonas Específicas de Intensa Acumulación (ZEIA) del Proyecto Mesoamérica: Los casos del Istmo de Tehuantepec y la Península de Yucatán. In, IBARRA, D. (Coordinador), La geopolítica en el siglo XXI. Escalas, contextos y debates. Colegio de Geografía, FFyL, UNAM. En prensa.

\_\_\_\_\_ La Megarregión Arizona-Sonora como Zona Específica de Intensa Acumulación (ZEIA) en el Espacio Global para la expansión del capital transnacional en la frontera México-Estados Unidos. Repocs, v. 16, n. 32 Semestral, 2019, pp. 21-50.

\_\_\_\_\_ La frontera Estados Unidos – México: espacio global para la expansión del capital transnacional. Instituto Nacional de Antropología e Historia; México, 2017.

SEGOB. Decreto por el que se crea el organismo público descentralizado, con personalidad jurídica y patrimonio propio, no sectorizado, denominado Corredor Interoceánico del Istmo de Tehuantepec. 2019. Disponible en: [https://dof.gob.mx/nota\\_detalle.php?codigo=5562774&fecha=14/06/2019](https://dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5562774&fecha=14/06/2019). Acceso en: diciembre de 2020.

# Mineração e Capitalismo: A Tragédia do Lucro nos Territórios

# Mineração e Capitalismo: A Tragédia do Lucro nos Territórios<sup>1</sup>

Rikartiany Cardoso TELES<sup>2</sup>

Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE

## Resumo:

O presente trabalho tem por escopo o mundo da mineração em meio ao capitalismo; sendo a mineração uma das atividades econômica e laboral mais antigas do Brasil e do mundo. Elemento milenar e reforçado em processos escravizatórios e colonizadores, como com os africanos que foram trazidos para o Brasil. Sempre na contramão da preservação da vida humana e não humana. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a indústria extrativa é que mais oferece risco de acidente e até mesmo de vida, por ser a que menos oferece medidas de segurança aos trabalhadores, como o mais perigoso do mundo para se trabalhar atualmente e sob a ótica da natureza, vem causando danos irreparáveis e irreversíveis. Segundo a luz do materialismo histórico dialético é baseado na exploração do homem pelo homem, nesse sentido a relação vida humana e não humana se deteriora a proporção que a natureza é destruída, a crise estrutural do capital só se agrava e externa ainda mais suas contradições e poder autodestrutivo.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Mineração; Destruição; Direitos.

## Introdução

A mineração é reforçada pelo modus operandi da lógica da produção desenfreada, do acúmulo capitalista, da destruição dos corpos de trabalhadores da mineração, assim, cada vez mais se coloca a direita (empresários, multinacionais), sempre na contramão dos interesses dos trabalhadores desse setor. A manutenção das atividades pelo setor minerário em tempos de disseminação do coronavírus, coloca em risco a vida dos trabalhadores e operadores das minas, bem como os trabalhadores terceirizados, que continuam suas rotinas de trabalho normalmente, colocando em risco os colegas, seus familiares e as comunidades onde vivem ou que encontram em seu trajeto de trabalho, potencializadas pela ausência de EPI's (equipamentos de proteção individual), de reorganização da escala de trabalho e demais recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde). A responsabilidade em lidar com essa situação recai sobre as empresas e governo, pois estes impossibilitam ou

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT4 Trabalhos “: Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Direitos Humanos do PPGDH-UFPE, e-mail: [rikartiany@gmail.com](mailto:rikartiany@gmail.com).

dificultam a efetivação das recomendações da OMS diante de uma pandemia que tem matado centenas cotidianamente, no mundo do trabalho da mineração isso só é ainda mais potencializado.

### **1 Bens Naturais e Apropriação**

O capitalismo transforma os bens naturais em mercadoria! Essa frase sintetiza bem as questões envolvidas nessa pesquisa. O prosseguimento do modo de produção capitalista, orientado, principalmente, pela potencialização dos lucros, conduz a uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho, por um lado, e, por outro, à destruição da base de produção econômica, da fonte da riqueza, ou seja, da natureza. A natureza não gera valor de troca, ela é fonte do valor de uso, para Marx os seres humanos e a natureza se encontram numa relação de reciprocidade, conforme descrição nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844:

O ser humano vive da natureza significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (MARX, 1968: 516)

Alienação entre o ser humano e a natureza é definida pelas relações de produção vigentes na sociedade. Portanto, para compreender profundamente a complexidade da destruição ambiental é necessário analisar suas condições históricas, sociais e econômicas. No modo de produção capitalista tudo tende a ser transformado em mercadoria e o produtivismo é a tendência predominante. Não é a utilidade de um produto ou serviço (valor de uso) que tem prioridade e sim seu valor de troca (mercado), a apropriação desses bens torna-se meramente para o mercado, para o lucro. A mercadoria precisa ser comercializada o mais rápido possível para concretizar o processo de geração de mais-valia e lucro nela existente.

Não são as necessidades, mas a capacidade de pagamento que decide sobre o acesso a produtos, serviços e meios de produção. A exemplo disso, podemos perceber por meio da venda e produção de respiradores, para o tratamento contra a Covid-19 é inegável, altamente necessário, porque então as indústrias não produzem massivamente e em valor acessível, visto que é uma necessidade de ordem primária para salvar vidas? Na verdade, o que vemos é compras sem sucesso, produtos defeituosos e corrupção no processo de compra e venda<sup>3</sup>, colocando assim, diretamente, vidas humanas em risco e causando, acelerando mortes.

---

<sup>3</sup> Disponível em < <https://ideiasradicais.com.br/corruptao-em-meio-a-pandemia/>>. Acesso em 15 mar. 2021.2

## 1.1 Capitalismo e Geração de conflitos

Diferentemente do que liberais dizem, o capitalismo é claramente incapaz de uma utilização sustentável e duradoura de recursos e energias, de uma manutenção do equilíbrio ecológico, a sustentabilidade tão amplamente difundida é um método estético de camuflar o real objetivo empresarial e seus erros<sup>4</sup>. Os interesses do lucro definem de maneira decisiva as inovações técnicas, as condições de produção, a qualidade dos produtos assim como sua sustentabilidade ecológica e social.

Os interesses de lucro não garantem uma ciência fundamentada na sustentabilidade social e ambiental. Na economia de mercado capitalista a interação entre ser humano e natureza é eliminada, entrando em seu lugar o dinheiro, isto é, à pressão do mercado por um constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza.

Segundo dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)<sup>5</sup> grande parte dos conflitos sociais oriundos da apropriação de bens naturais que ocorreram nos últimos cinco anos têm relação com a mineração, a atividade extrativa, e destes, 35% têm relação com a mineração do ouro, que se produz a céu aberto, devasta a paisagem, contamina os recursos hídricos, expulsa populações camponesas deixando-as sem condições de reprodução, inclusive de subsistência, e isto tem gerado processos altamente conflitivos<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, responsável de conflitos sociais, são os 23% da mineração da prata e, logo em seguida do cobre em torno de 17%. Depois vêm os outros minerais produzidos na região. Por isso a agenda ambiental é fundamental, não tem que ver só com a possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos que permitam diminuir ao menor nível possível o impacto ambiental. Há tecnologias de extração que deveriam ser erradicadas. Do contrário, avançamos em direção a um processo de recolonização num mundo através do qual nossos países estão entregando a preços irrisórios os recursos naturais que não são renováveis<sup>7</sup>.

## 1.2 Destruição e Projeto Genocida de povos tradicionais

Os povos tradicionais são historicamente mortos e vilipendiados em seus direitos, vide história do Brasil e conquista retirada de direitos<sup>8</sup>, em uma situação pandêmica, de enfrentamento ao COVID-19, não poderia ser diferente, principalmente em um contexto de um governo que não só desaprova medidas de proteção aos povos tradicionais, como aprova

---

<sup>4</sup> MARQUESI, Roberto Wagner. Direitos reais agrários & função social. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2006.2

<sup>5</sup> Disponível em <<https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em 15 mar. 2021.

<sup>6</sup> COELHO, Tádzio Peters. A questão Mineral no Brasil vol.1. Ed. Iguana, 2 ed. 2015.

<sup>7</sup> Disponível em <[https://www.cepal.org/pt-br/search?as\\_q=minera%C3%A7%C3%A3o](https://www.cepal.org/pt-br/search?as_q=minera%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em cesso em 15 mar. 2021

<sup>8</sup> ZHOURI, Andrea. Mineração, Violencias e Resistencias. Ed. Iguana,PA, 2018.



e conclama publicamente ataques e destruição a esses povos<sup>9</sup>. Principalmente no sentido de invasão de suas terras, assassinatos e violências contra povos tradicionais em áreas de mineração, garimpo e exploração mineral<sup>10</sup>, um cenário de constantes ataques do garimpo e da pecuária à preservação e demarcação de terras.

Tais medidas governamentais tem sido chamadas de coloniais<sup>11</sup> por movimentos sociais, isso quer dizer a adoção de ações abertas de extermínio das populações originárias, notavelmente aquelas indígenas e quilombolas, em razão de interesses econômicos, especialmente aqueles que atingem a grande indústria extrativista (a exemplo de projeto de lei que permite atividades econômicas em terras indígenas, a nomeação de missionários evangélicos para a coordenação de assuntos relacionados a povos isolados).

Nesse sentido, o cenário internacional de crise sanitária deixa evidente o seu compromisso com o racional colonial, aquele que coaduna com o descarte de determinados grupos por razões estratégicas. Segundo dados do ISA (Instituto Socio-Ambiental), cidades referência para povos indígenas, tem sido alvo de crescente número de contágio e morte por causa da covid-19<sup>12</sup>. Conforme Human Rights Watch Brasil, as atividades não só tiveram continuidade durante o período de pandemia, mas também aquelas já combatidas voltaram a acontecer, como é o caso do garimpo de ouro no Rio Tapajós<sup>13</sup>.

### 1.3 Caso Braskem e Bairros de Maceió

A empresa Braskem, ligada ao Grupo Odebrecht, nasceu de um processo de espoliação assegurada pelo Estado, seus interesses foram assegurados pelo Estado e estão acima dos interesses nacionais, estritamente mercadológicos assegurando as novas demandas do capital financeiro. Opera em Maceió desde 1970 por meio da extração da Sal-gema, tal empresa mineradora ocasionou rachaduras e deteriorações em diversos bairros da capital alagoana (que sempre vem aumentando em vista dos relatórios atualizados de áreas atingidas).

Possui 41 unidades indústrias espalhadas no Brasil, Estados Unidos, Alemanha e México, respondendo por 3,5% da produção global de resinas e atende a 70% da necessidade interna do mercado brasileiro<sup>14</sup>. Transformou-se numa transnacional não para contemplar as necessidades dos trabalhadores ou da sociedade brasileira, mas para beneficiar seus acionistas e o mercado de capitais.

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 15 mar. 2021.

<sup>11</sup> Disponível em <<https://reporterbrasil.org.br/2020/02/governo-adota-postura-colonial-nas-politicas-para-indigenas-dizem-ex-presidentes-da-funai/>>, Acesso em 15 mar. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-do-territorio-indigena-do-xingu-lutam-contr-a-covid-19>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

<sup>13</sup> Disponível em <<https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/26/341343>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

<sup>14</sup> Disponível em <<https://www.braskem.com.br/braskem-no-mundo>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

A extração irresponsável e predatória de Sal-gema nas regiões (Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto, mas vem sendo constantemente atualizado, portanto, aumentando) de Maceió ocasionou desestabilização da estrutura das cavernas subterrâneas existentes e resultou em abalos sísmicos (2.5 na escala Richter), instabilidades no solo, erosões, afundamento, fissuras, rupturas e rachaduras em milhares de edificações, vias e logradouros públicos. Em 2018, após fortes chuvas e o citado abalo, as autoridades decidiram fazer algo, decretos de calamidade foram emitidos, mas ajuda as famílias afetadas não foram planejados, tão somente algumas poucas realocações. Segundo análise de relatório apresentada pela CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), do Mapa apresentado pela Defesa Civil Municipal de Maceió e das reportagens publicadas nos jornais locais<sup>15</sup>, fica externado e comprovado a responsabilidade da mineradora transnacional pelos danos materiais e morais causados aos milhares de moradores dos bairros mencionados.

Centenas de moradores, famílias, de diversas idades (principalmente de idade avançada, visto que eram bairros tradicionais da capital) tiveram que sair de suas casas sob a ameaça de seus tetos caírem sobre suas cabeças! Essa realidade de verdadeiro terror ocasionou adoecimento mental, físico e danos morais e materiais incalculáveis, mas, monetizados em um Termo\ Acordo entre a empresa e o Judiciário (Ministério Público e da Defensoria Pública)<sup>16</sup>, sem a participação dos maiores afetados e interessados: os moradores dos bairros, como estes mesmo denunciaram.

Ao analisar o acordo estabelecido<sup>17</sup>, sem a participação e o aval dos moradores dos bairros lesados, o Poder Judiciário assegura os interesses do capital e a continuidade dos processos de expropriação e expansão que perpassaram a história da referida transnacional. As multinacionais brasileiras a exemplo da citada Odebrecht (acusada e sentenciada por inúmeros casos de corrupção)<sup>18</sup> servem a interesses internacionais e interesses capitalistas, onde o único interesse é o lucro, em detrimento da vida humana e não humana. No termo firmado pelas partes acima citadas, sem participação dos atingidos, visto que: a Braskem atua como avaliadora dos atuais valores dos imóveis (já desvalorizados pela própria empresa!), assim, as áreas desocupadas passaram à condição de propriedade privada da Braskem. Já os empreendimentos de maior valor não entram no acordo, como hospitais, autarquias, fundações, concessionárias.

---

<sup>15</sup> Disponível em :<<http://www.cprm.gov.br/publicue/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinheiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AL%29-5669.html>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em :<<http://www.mpf.mp.br/al/caso-pinheiro>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

<sup>17</sup> Disponível em :<<http://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/docs/termo-de-acordo-celebrado-com-braskem/>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em :<<https://exame.com/negocios/corrupcao-na-odebrecht-foi-a-mais-organizada-da-historia-do-capitalismo/>>. Acesso em 10 de mar. 2021.

O valor de 1,7 bilhão de reais, destinado a “ indenizar “ (juridicamente falando, na verdade, é uma mera compensação, e o próprio acordo cita isso) os moradores, com um caráter meramente compensatório, dentro da medida e valor estabelecidos pela própria empresa (causadora dos danos), serve, tão somente como um investimento financeiro mediante a aquisição de imóveis que foram desvalorizados pela empresa. O acordo na verdade é um negócio de investimento, não de responsabilidade civil – ambiental.

O judiciário abriu mão dos danos materiais e morais (dos moradores e do próprio governo) causados pela Braskem sem perguntar aos afetados se eles aceitam tamanha expropriação de seus direitos. O que demarca o protecionismo governamental para com a empresa e seus acionistas, visto que a Odebrecht tentou dividir os bens da Braskem do resto da empresa, para assim não ser reponsabilidade pelos danos causados<sup>19</sup>.

Os trabalhadores da Sal-gema perderam seus direitos ou foram demitidos para serem recontratados com baixíssimos salários. Enquanto a Braskem afetou negócios de diversos bairros, como é o caso do Pinheiro, que segundo dados do Fecomercio era mais de 20 mil postos de trabalho afetados<sup>20</sup>;

Em meio a pandemia, moradores de diversos bairros não tem segurança domiciliar, sendo essa a máxima nesse momento, “ fique em casa”, mas para essas pessoas fica a pergunta “ que casa? “. Mesmo no cenário atual, tal acordo não fora efetivado pela empresa, ou seja, se os moradores não possuem condições próprias de se mudar, tem que permanecer em casa (pois é o local mais seguro na pandemia), com o risco de morrer pelo vírus ou por desmoronamento.

Portanto, o propósito principal da Braskem em Alagoas não é oferecer emprego e condições dignas de trabalho aos moradores desempregados ou subempregados, mas perseverar no processo de expropriação das riquezas naturais com baixíssimo custo e aprofundar a exploração da força de trabalho, com a precarização e a terceirização que marcou o processo de passagem da Sal-gema para a Braskem.

## 2. Conclusão

Definir a mineração como atividade essencial no contexto da pandemia não é uma exclusividade do Brasil, também foi feito no Chile, Colômbia e Equador. Países com economia de base extrativa, cujos governos passam por crises de legitimidade depois dos intensos protestos dos últimos anos, sendo este um cenário internacional. Mas a mineração é realmente essencial nesses termos, diretrizes, quais minerais e em qual quantidade?

A mineração teve uma participação 0,66% no PIB brasileiro, 70% e 90% dos principais minérios extraídos no Brasil (ex. ferro, cobre, ouro, manganês) são exportados,

---

<sup>19</sup> Disponível em :<<https://www.sunoresearch.com.br/noticias/braskem-pesadelo-maceio/>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

<sup>20</sup> Disponível em :<<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/358448/2020/04/25/existem-empresarios-em-situacao-de-fome-diz-presidente-de-associacao-dos-empresarios-do-pinheiro>>. Acesso em 16 de mar. 2021.

pouco contribuindo para o combate à COVID-19 no país, já existem estoques acumulados nos pátios das empresas, permitindo assim uma redução da extração mineral durante a fase crítica da pandemia.

Nesse cenário, desnecessário a mineração nos moldes atuais no contexto de pandemia, deve-se levar em consideração a dificuldade de se garantir o distanciamento social em dormitórios, refeitórios, ônibus e no interior de minas subterrâneas. A decisão de manutenção de uma atividade econômica durante uma pandemia é colocar em risco a vida dessas pessoas e de seus familiares, portanto uma decisão que deve ser séria e bem planejada.

A essencialidade da produção de todos os minérios antes produzidos, pois a matéria –prima para equipamentos de saúde é essencial, para joias não. Outra questão é a exportação desses minérios, todos os anos 80% do minério de ferro, 70% do manganês e 95% do nióbio foram exportados. Portanto, eles não estão tendo nenhum uso para o combate à covid-19 no país, fora o estoque existente desse recurso, tendo em vista sua necessidade anual.

Portanto, é visível que a prioridade do governo e das empresas mineradoras não é a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores e suas famílias, devendo essa ser a prioridade nesse momento, pois o lucro não vem antes da vida. O capitalismo torna, somente, aquilo que gera valor de troca, lucrativo, mercantil em importante, que deve ser protegido a qualquer custo. Dessa forma, o debate sobre a essencialidade de algumas atividades minerais deveria ter sido feito com os sindicatos, as secretarias de saúde e as lideranças comunitárias dos municípios da mineração, principalmente. Isso permitiria planejar uma redução controlada e temporária da atividade mineradora baseada na definição de escalas e ritmos de extração, regulação de estoque, planos remunerados de capacitação dos trabalhadores que ficassem em casa e apoio às pequenas e médias empresas mineradoras, evitando, assim, o grande número de contágio que a cada dia cresce, e tantas vidas ceifadas.

### **3. Referências Bibliográficas**

ACSELRAD, Henri. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

BISPO, Artur. Capitalismo e Pandemia. Goiânia-GO, Ed. Phillos, 2020.

BRASKEM. Disponível em :< <https://www.braskem.com.br/braskem-no-mundo>>. Acesso em 10 mar. 2020.

CADA MINUTO. Existem empresários em situação de fome diz presidente de associação dos empreendedores do Pinheiro. Disponível em :< <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/358448/2020/04/25/existem-empresarios-em-situacao-de-fome-diz-presidente-de-associacao-dos-empresarios-do-pinheiro>>. Acesso em 16 mar. 2021.

COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMERICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). Disponível em < <https://www.cepal.org/pt-br>>. Acesso em 15 mar. 2021.

COELHO, Tádzio Peters. A questão Mineral no Brasil vol.1. Ed. Iguana, 2 ed. 2015.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Disponível em :< <http://www.cprm.gov.br/>>

publique/Gestao-Territorial/Acoes-Especiais/Apresentacao-dos-Resultados---Estudos-sobre-a-Instabilidade-do-Terreno-nos-Bairros-Pinheiro%2C-Mutange-e-Bebedouro%2C-Maceio-%28AL%29-5669.html>. Acesso em 10 mar. 2020.

DEFESA CIVIL-AL. Mapa de risco das regiões do Mutange e Pinheiro. Disponível :< [http://www.maceio.al.gov.br/wpcontent/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa\\_Setores\\_Danos\\_DCFinal.pdf](http://www.maceio.al.gov.br/wpcontent/uploads/2019/06/pdf/2019/06/Mapa_Setores_Danos_DCFinal.pdf)> Acesso em 10 mar. 2020.

FIOCRUZ. Mapa de Conflitos. Disponível em < <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>>. Acesso em 15 mar. 2021.

FOLHA UOL. Governo decreta estado de emergência. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/governo-decreta-estado-de-emergencia-por-cao-de-surto-do-coronavirus.shtml>>. Acesso em 10 mar. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. Disponível em < <https://www.hrw.org/pt/news/2020/04/26/341343>>. Acesso em 10 mar. 2020.

LÖWY, M. Ecologia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2005

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Ed. Boitempo,2004.

PORTAL DA MINERAÇÃO. União publica decreto considerando mineração atividade essencial. Disponível em :< <http://portaldaminerao.com.br/uniao-publica-decreto-considerando-mineracao-atividade-essencial/>>. Acesso em 10 mar. 2020.

REPORTER BRASIL. Governo adota postura colonial nas políticas indígenas, dizem ex-presidentes da Funai. Disponível em < <https://reporterbrasil.org.br/2020/02/governo-adota-postura-colonial-nas-politicas-para-indigenas-dizem-ex-presidentes-da-funai/>>, Acesso em 15 mar. 2021.

ZHOURI, Andrea. Mineração, Violências e Resistências. Ed. Iguana,PA, 2018.

# **Subjetividades Atingidas: os atingidos em Barcarena e suas resistências frente aos Grandes Projetos**



## **Subjetividades Atingidas: os atingidos em Barcarena e suas resistências frente aos Grandes Projetos<sup>1</sup>**

Robert Damasceno RODRIGUES<sup>2</sup>

Leandro Passarinho REIS JUNIOR<sup>3</sup>

Ádima Farias MONTEIRO<sup>4</sup>

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Resumo**

Objetivamos, com este trabalho, apresentar alguns elementos, como resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, sobre a produção de subjetividades atingidas na Amazônia, a partir de uma análise, pautada no materialismo histórico-dialético e de uma concepção de subjetividade a partir da psicologia social crítica, sobre as transformações provocados pelos grandes projetos na Amazônia nos modos de vida dos atingidos em Barcarena. No espaço que temos, buscamos relacionar aspectos mais gerais, envolvendo a materialidade histórica da implementação da estratégia do capital na Amazônia através dos grandes projetos e a produção das subjetividades atingidas, como expressão subjetiva, por sua vez, da realidade concreta das transformações nos modos de vida dos atingidos.

### **Palavras-chave:**

Atingidos; Subjetividades; Psicologia Social Crítica; Grandes Projetos; Amazônia.

### **Introdução**

Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em andamento intitulada Subjetividades Atingidas: os atingidos em Barcarena e os grandes projetos do capital na Amazônia, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e com bolsa da CAPES.

As subjetividades atingidas não são eternas, estanques e cristalizadas; elas são dinâmicas, dialéticas e contraditórias. Elas também não são, apesar das aparências, uma qualidade subjetiva pertencente ao indivíduo atingido; elas são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas, produto material da realidade concreta e síntese ideológica do pensamento social. Elas compreendem a totalidade do sujeito atingido, sendo este um produto da realidade e que a ela produz reciprocamente.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4 "Projeto e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de resistência e luta" do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP/UFPA, email: robertdr.psi@gmail.com.

<sup>3</sup> Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP/UFPA, email: lpassarinho28@gmail.com.

<sup>4</sup> Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela UFPA, email: adimafmonteiro@gmail.com.

Estas afirmações devem ser consideradas desde a perspectiva da psicologia social crítica, que reivindica o leito teórico, metodológico e político do marxismo e, portanto, advoga a unidade entre teoria e prática tendo em vista a transformação radical da sociedade. Compreendemos, porém, que este é um campo que, apesar de já vir se constituindo há várias décadas – desde, pelo menos, a crise da psicologia e os Congressos Interamericanos de Psicologia nos anos 1970, quando são lançadas as premissas para a construção de uma psicologia social com bases materialistas-históricas e voltada para as realidades próprias de cada país no contexto da América Latina (LANE, 1989a) – ele ainda possui imprecisões na sua definição e luta para se afirmar no interior da psicologia.

Segundo Lima & Lara Junior (2014), a tarefa da psicologia social crítica consiste em elaborar conceitos e propor alternativas subjetivas e concretas frente à realidade, de modo que seja “crítica ao que existe de desigualdades e oportunidades e do que é produzido e reproduzido pelos regimes de invisibilidade” (p. 9). De modo semelhante, Lacerda Jr. (2013, p. 217), considera-a como um conjunto de ideias e práticas “que buscam contribuir para algum projeto emancipatório e/ou elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito e outras categorias importantes para a psicologia”. Já Furtado (2009), defende que, para se constituir como crítica, a psicologia precisa produzir um conhecimento de fato revolucionário, que estude o sujeito como ser da transformação, “sua subjetividade e que relacione tal subjetividade dialeticamente com as condições objetivas da transformação social” (p. 254).

É dessa concepção, de modo geral, que procuramos nos aproximar nesta pesquisa. Elegendo a categoria modo de vida (MARX & ENGELS, 2007) como unidade analítica, buscamos investigar a produção das subjetividades dos atingidos em Barcarena a partir das transformações provocadas em seus modos de vida pelos grandes projetos. Este objetivo conduz-nos, portanto, à tentativa de colocar o nosso estudo à serviço da luta pela mudança nas condições materiais e subjetivas que produzem as subjetividades atingidas como correlato de crimes, injustiças e opressões, buscando contribuir na emancipação humana dos sujeitos atingidos e na garantia de seus direitos.

Da perspectiva adotada e do objetivo proposto, temos uma concepção de subjetividade e um aparato metodológico inescapáveis. De um lado, a compreensão da subjetividade em termos marxistas e, de outro, a utilização do materialismo histórico e dialético como método de investigação e exposição. Da primeira, consideramos a subjetividade como uma construção histórica, marcada pela dupla determinação da base econômica e da superestrutura ideológica da sociedade capitalista, exercendo também, sobre estas, considerável influência (SOUZA, 1991; SILVEIRA, 2002; SAVIANI, 2004; CHAGAS, 2013; MORAIS & LACERDA JR., 2019; ALVES, 2020). Da segunda, utilizamos um método de modo indissociável da teoria que o acompanha e de um posicionamento político, onde as contradições e a totalidade que envolvem um objeto devem ser consideradas na análise concreta de suas determinações materiais (NETTO, 2011; SOBRAL, 2012; MARX, 2017; GORENDER, 2017).

Esta concepção e este método, portanto, são indissociáveis, fundamentam-se e condicionam-se reciprocamente na aplicabilidade de seus conceitos para alcançar nossos objetivos no interior da psicologia social crítica. Para Chagas (2013), no pensamento de Marx, a subjetividade não é uma instância posta naturalmente, independente e autônoma; ela é construída socialmente num determinado tempo histórico e este tempo, em questão, é marcado pela sociedade capitalista, suas contradições e antagonismos de classes. Ainda segundo o autor, a produção material e espiritual, ou seja, objetividade e subjetividade, operam ao mesmo tempo como partes integrantes da totalidade social.

Este é um ponto central que determina nossa abordagem da subjetividade e ao mesmo tempo o procedimento analítico: a unidade entre as esferas subjetiva e objetiva, entre ideologia e economia, indivíduo e sociedade, elementos micro e macroestruturais. Neste sentido, de acordo com Alves (2020, p. 02), “o materialismo dialético entende que não existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade-subjetividade, interno-externo”. Silvia Lane (1989b), por sua vez, sintetiza esse entendimento, ao afirmar que, em base dialética, a unidade dos contrários é o que permite integrar o dilema subjetividade-objetividade no conhecimento do ser humano. Para a autora, “a subjetividade se objetiva nas ações do homem sobre o seu meio, assim como este meio e o que constitui objetivamente se torna subjetivo no psiquismo humano” (p. 149).

Neste sentido e, tendo em vista a apreensão de alguns elementos fundamentais da totalidade imanente às subjetividades atingidas, partimos destas para alcançar determinados aspectos mais gerais do capitalismo em sua atual fase sob a égide do Novo Imperialismo assentado na acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), passando assim pela formação socioeconômica do município de Barcarena e da região amazônica. O método, portanto, impele-nos ao recurso da história para visualizar as determinações que configuram o presente. Segundo Sobral (2012, p. 11), na concepção histórica advinda do método marxista, “a história do homem é compreendida “de frente para trás”, ou seja, partindo do presente de volta ao passado, numa concepção inversa ao modo tradicional de se “contar” a história”.

É desse procedimento que Marx e Engels (2007) afirmam a concepção materialista da história. Criticando a ideologia dominante na Alemanha na metade do século XIX, eles partem da sociedade civil nos seus diferentes estágios, como base de toda a história, para afirmar que é através da análise da produção material da vida imediata que se pode explicar, nesta sociedade, os seus diferentes produtos teóricos e formas de consciência, como a religião, a filosofia, a moral, etc. Essa produção da vida material imediata corresponde, por sua vez, ao modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida. Segundo os autores, “Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos” (p. 87), quer dizer, também corresponde à reprodução de suas ideias, de sua vida subjetiva. Eles continuam: “Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos” (ibidem).

Dessa interpretação, consideramos o modo de vida – aquilo que os sujeitos efetivamente fazem – como unidade analítica que nos permite compreender a totalidade implicada na produção e reprodução de sua existência física/objetiva e subjetiva, individual e coletiva; no caso dos atingidos em Barcarena, das determinações locais, regionais e, ao mesmo tempo, das esferas globais do capitalismo que provocam mudanças em seus modos de vida através dos grandes projetos. As subjetividades atingidas, portanto, podem ser consideradas a expressão subjetiva das mudanças ocorridas no modo de vida dos atingidos por conta dos grandes projetos, mas que aparece, para nós, materialmente, na unidade com a expressão objetiva dessas mudanças e seus demais correlatos.

Para empreender esta análise, realizamos entrevistas semiestruturadas com atingidos em Barcarena – para este texto utilizaremos partes de duas entrevistas realizadas entre o final de 2020 e início de 2021, identificadas por pseudônimos que simbolizam grandes rios da Amazônia: Tocantins e Amazonas – cotejando com a revisão de literatura sobre a formação socioeconômica do município e da Amazônia, ao lado da teoria marxista que nos auxilia, tanto na perspectiva da psicologia social crítica, quanto das compreensões mais gerais sobre o modo capitalista de produção. Destacamos que, para a realização da pesquisa de campo, nosso projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de ética responsável, tendo os entrevistados assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a realização das entrevistas.

A seguir, apresentaremos os nossos resultados parciais analisando a produção das subjetividades atingidas a partir da implementação da estratégia do capital na Amazônia pela ação dos grandes projetos e, ao final, trazemos uma breve conclusão de um trabalho inevitavelmente inconcluso.

## **Os Grandes Projetos do Capital na Amazônia e as Subjetividades Atingidas**

E aqui mesmo morando aqui no Arrozal a gente é atingido, por exemplo: a Hidrelétrica de Tucuruí, ela foi construída justamente pra... pra dar apoio pra esses projetos aqui né, da Albrás-Alunorte. A grande menina dos olhos da hidrelétrica era esse projeto aqui, que é o maior consumidor de energia. Então quando você perde lá o... aquela... uma grande parte do que foi inundado lá da... da hidrelétrica, que tem área muito grande que foi inundada, aí lá você perde vegetação, você perde lá a fauna, aí você... pra cá pra baixo você perde a produção do peixe, né? Mapará e outras espécies. Isso vai influenciar aqui em Barcarena também, porque esse pescado que é produzido pra essa região de lá ele também vinha pra ser... abastecer o município aqui, por isso o preço vai elevar, as pessoas deixam de se alimentar, e você aqui... em Barcarena hoje sendo atingido, por exemplo: quando transborda né, as bacias, essas bacias elas são ainda é... resultado desse... dessa barragem lá né, da Hidrelétrica de Tucuruí. Aí a gente tá sendo impactado todinho essa região do baixo Tocantins aqui. A gente somos atingidos sim por esses projetos, que não é só Albrás e

Alunorte, né? São as hidrelétricas, agora as ferrovias, as hidrovias, esse projeto agora que tem da... dessa empresa aí da termelétrica; tudo vem em detrimento dessa questão desses projetos, que é o grande idealizador desse consumo todo, é esse projetão aí né, o projeto chamado Grande Carajás, que ainda fazia parte desse projeto, que não é um projetinho, né? Se você for analisar, ele vem embutido de muitas outras e outras e outras. É agronegócio, é a parte da mineração e é o capitalismo mesmo né, o capitalismo se determinando, auto-determinando o quê que vai fazer... o que vai... por onde vai ganhar e quem vai perder; e quem vai perder... e quem vai perder somos nós né... já perdemos. (Tocantins)

Começamos com esse trecho da fala de um atingido que retrata alguns aspectos fundamentais de elementos mais gerais dos grandes projetos e as suas relações com as mudanças no modo de vida dos atingidos em Barcarena. Ele ressalta a forma de organização dos grandes projetos na Amazônia, onde eles se associam formando cadeias que envolvem a geração de energia através das hidrelétricas e termelétricas; a produção das commodities – no caso minerais – nas indústrias do alumínio; o transporte e a exportação de matérias primas, produtos extrativos minerais e do agronegócio pelas ferrovias e hidrovias. Ao mesmo tempo, evidencia as mudanças que estes projetos, em sua totalidade, provocam no modo de vida dos atingidos, impactando as suas formas de subsistência, como a pesca e o extrativismo vegetal, e associando, por outro lado, essas mudanças à figura do capitalismo que se autodetermina sob a forma da exploração.

Essa caracterização dos grandes projetos, considerada do ponto de vista do atingido, é resultado de uma subjetividade que se constitui nas mudanças sofridas em seu modo de vida, de uma subjetividade atingida que se objetiva nas consequências materiais mais significativas dos grandes projetos. Estas consequências, por sua vez, vêm sendo examinadas, sistematizadas e sintetizadas em um conjunto de estudos de vários campos do conhecimento. Berta Becker (1997) por exemplo, definiu os grandes projetos como uma forma espacial, considerando-os enclaves, pois são implantados em regiões de forma isolada, dissociados das forças locais, do que decorre um conjunto de características: a magnitude da construção, com grande mobilização de capitais e mão de obra; o surgimento de núcleos urbanos espontâneos ao lado do planejado, que expressam a segmentação de mão de obra qualificada / não-qualificada; e a “conexão com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária, de que são parte integrante” (ibidem, p. 63).

Castro (2019), por sua vez, além de reforçar a concepção de enclaves atribuída aos grandes projetos na formulação de Becker, acrescenta alguns elementos a essa definição que evidenciam, também, consequências sociais e ambientais destes empreendimentos, tais como: 1) impõe uma dinâmica expansionista de apropriação de novos territórios e recursos tendo em vista a produção de commodities (minerais, florestais, energéticas e do agronegócio); 2) tem suas dinâmicas frequentemente acompanhadas de crimes relacionados à terra, como a grilagem, deslocamentos forçados de famílias de seus territórios, violência e assassinato de lideranças locais, além da inviabilização de formas tradicionais de produção



e trabalho pela contaminação do solo, de rios, etc; 3) contém componentes de alto risco e imprevisibilidade, com tecnologias e gestão que tem que se demonstrado inconsistentes, inseguras e ineficazes; 4) produzem, por tanto, alto grau de externalidades que se traduzem em danos sociais e ambientais e não são reconhecidos pelas empresas como passivos.

A dimensão histórica subjacente à essas definições, corresponde ao modo sistemático de imposição, pelo capitalismo, ao longo dos séculos, de uma posição subordinada e dependente da região amazônica no cenário internacional, como fornecedora de matérias primas através da exploração, saque e destruição de suas riquezas. Consequentemente, também, evidencia a forma de produção dos sujeitos e subjetividades na Amazônia, em um processo contínuo de violência, negação e violação de direitos. Nessa direção, podemos associar os primeiros séculos de exploração da Amazônia àquilo que Marx (2017, p. 831) chamou de “pré-história do capital”, considerando o papel decisivo que a região cumpriu através do extrativismo das drogas do sertão para engrossar o caldo da acumulação primitiva na Europa até o florescimento do capitalismo industrial (PICOLI, 2006; MARQUES, 2019). Ao mesmo tempo, aliada ao modelo extrativista, a escravização de negros africanos e indígenas foi um elemento central do colonialismo implantado na Amazônia (CASTRO & CAMPO, 2015). Este processo, quando não determinava o extermínio físico destes trabalhadores – principalmente no caso dos indígenas – terminava “por reduzir à descaracterização total a sua cultura, e “caboquizá-los progressivamente, até que deles apenas restasse uma lembrança vaga e remota como objeto de curiosidade cultural” (LEAL, 2010, p. 12).

Em seguida, foi também o monoextrativismo do látex – quando entre 1870 e 1910 “a Amazônia recebeu entre 300 e 500 mil nordestinos” (PICOLI, 2006, p. 28) para trabalhar nos seringais em um sistema de quase escravidão, chamado de aviamento, e que, posteriormente, se repetiu como política de Estado entre 1942 e 1945 – que contribuiu com o esforço de guerra norte-americano e para os Estados Unidos sair como principal potência imperialista da Segunda Guerra Mundial. Agora, se olharmos para a expressão material dos grandes projetos na Amazônia, de meados do século XX até os dias atuais, vemos que, de um lado, eles reforçaram a vinculação da região amazônica ao capital financeiro internacional como fornecedora de matérias primas, agora sob a lógica do neoextrativismo (CASTRO, 2019) e da acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) e, de outro, consolidaram a constituição de uma classe trabalhadora amazônica altamente explorada, ameaçada e violentada, fruto de promessas e mentiras, intensos processos migratórios, crimes ambientais e violações de direitos.

É a partir da materialidade histórica dos grandes projetos na Amazônia, em sua totalidade e suas contradições, portanto, que podemos compreender a produção das subjetividades atingidas em Barcarena na perspectiva da psicologia social crítica. Consideramos, deste modo, o desenvolvimento do modo capitalista de produção na Amazônia, desde a sua pré-história, até a fase dos grandes projetos, como parte integrante da base material onde se objetivam as subjetividades atingidas. O movimento que efetivamos, contudo, parte dos atingidos, de suas subjetividades objetivadas nas mudanças provocadas pelos grandes projetos em seus modos de vida para, dialeticamente, a partir delas, perseguir as dimensões econômicas, políticas e ideológicas da sua produção e, em



seguida, retornar a elas como síntese desse processo. É a fala dos atingidos, deste modo, que nos permite aprofundar a investigação e qualificar a exposição de nossa análise:

Olha, a gente acompanha esses grandes projetos desde praticamente da implantação, né? Desde 1980, na década de 80. E a gente fomo muito mal informado a respeito do projeto. Primeiro que se falava que Barcarena era terra do alumínio, que tinha alumínio em Barcarena, né? Que vinha se fazer pesquisa pra explorar esse alumínio porque Barcarena era a terra do Alumínio. E na ...na década de 70, final da década de 70, que começou já fazer todo esse estudo aqui, que o pessoal começou a vir cavar buraco aí pra análise de terra... do solo, né, fazer análise do solo. Aí a gente não tinha uma organização, né, era na época da ditadura, própria militar... a gente não tinha uma associação, não tinha um sindicato pra discutir, pra fazer um debate acerca do que eram esses grandes projetos, pra que servia, o que de fato esses projetos vinham pra cá pra Barcarena. A gente sabia através da igreja, né, do padre que dizia assim: “Olha, daqui há 30 anos vocês não vão poder usar esse rio”. E hoje a gente tá vendo que isso foi de fato, foi verdade, né? Que as águas, a gente não sabe a quantidade de materiais químicos que tem aí nesses rios; a gente só sabe que... que tem consequências disso. (Tocantins)

Então do passado eu tenho saudade, muita saudade do passado, né? Sei que não volta mais, que vai só piorando, né? Só piorando; as situações vai só piorando. Que tem uma coisa que eu lembro: que o meu avô, em 77, eu era criança, mas eu lembro que meu avô falava assim mesmo é... que ia haver muita mudança aqui. Ele olhava; a casa dele era embaixo, eu acho que 150 metros daqui era a casa dele, bem na beira do igarapé né, e pra cá era um sítio muito grande né, tudinho isso aqui era sítio. Ele falava assim: “Daqui mais uns tempo vocês vão ver, isso tudo tá cheio de casa, cheio de empresa que tão vindo de fora”. Olha aqui gente, 77! Como é que ele sabia disso? Até hoje eu me pergunto, como é que ele sabia disso. Ele não sabia ler, não sabia escrever, como ele sabia disso? (Amazonas)

Encontramos aqui uma dimensão histórica fundamental das subjetividades atingidas em Barcarena: o início da implantação dos grandes projetos. A referência dos atingidos é aos anos 1970 e 1980, período marcado pela ditadura empresarial militar no Brasil, onde a exploração, o saque e a destruição da região amazônica passaram a ser concebidos de maneira sistemática, organizada e planejada como política de Estado, visando a internacionalização e integração da Amazônia ao mercado mundial através do binômio Estado/empresas privadas, nacionais e internacionais. Olhando de maneira global para os grandes projetos, sua racionalidade, seu modos operandi, sua finalidade e suas consequências, vemos que eles respondem à mesma estratégia, à mesma estratégia que marcou todo o desenvolvimento da região amazônica desde a chegada dos colonizadores:

a estratégia do capital, voltada à acumulação, expansão e reprodução ampliada do seu valor. A implementação dessa estratégia, portanto, sob a forma dos grandes projetos na Amazônia, constitui-se em um elemento determinante para a compreensão das subjetividades atingidas em Barcarena e merece ser considerada em nossa análise, pois provoca um conjunto de mudanças nos modos de vida dos atingidos. Quer dizer, não são apenas os grandes projetos imediatamente postos na vida dos atingidos – presentes no seu território – que provocam mudanças em seus modos de vida, mas também é a totalidade dos grandes projetos, através da estratégia do capital na Amazônia. Olharemos brevemente para alguns elementos que envolvem essa totalidade e nos ajudam a compreender a implementação dessa estratégia para, em seguida, retornar aos atingidos, visualizar as mudanças eventualmente provocadas em seus modos de vida e, conseqüentemente, a produção das subjetividades atingidas em Barcarena.

Segundo Marques (2019), foi no estado do Amapá, em 1945, que houve a instalação do primeiro grande projeto na Amazônia. Após a descoberta de enormes reservas de manganês na Serra do Navio, seguiu-se à construção da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), subsidiária brasileira da multinacional estadunidense Bethlehem Steel; esta, controladora do monopólio internacional do aço, exauriu em 30 anos uma das maiores jazidas de manganês do mundo, tendo como objetivo central o suprimento de matéria prima à siderurgia norte-americana. A partir desta primeira experiência, percebemos de imediato algumas características fundamentais que, complementando as definições já apresentadas de Becker (1997) e Castro (2019), expressam o papel desempenhado pelos grandes projetos na estratégia do capital, como: a transferência de capitais de monopólios internacionais para a Amazônia; a posição dependente e subordinada da burguesia nacional e do governo brasileiro; o saque e devastação das riquezas naturais; e a exportação de matérias primas e lucros para o exterior.

O que determina o grande projeto, nesta concepção, não é sua dimensão de tamanho, sua estrutura ou o empreendimento, mas antes o movimento de capital que ele engendra. Suas fontes de financiamento, sejam elas públicas, privadas ou mistas, têm sua origem no mercado financeiro; este, investe na produção de mercadorias sob a forma de commodities que são exportadas para, no comércio internacional, realizar o seu valor gerando lucros extraordinários que, por sua vez, expandem a riqueza acumulada do capital financeiro. A Amazônia, deste modo, passou a ser cada vez mais internacionalizada, integrando-se de maneira dependente ao mercado global do capital financeiro, sendo alvo de investimentos de grandes bancos e grupos empresariais monopolistas. Ao mesmo tempo, o Estado brasileiro, principalmente a partir dos anos 1960, não mediu esforços para facilitar “a expansão capitalista na região, tendo como estratégia os incentivos fiscais e o crédito” (PICOLI, 2006, p. 45). Com essa intenção que foram criados, por exemplo, o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), juntamente com os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PNA's I, II e III) que planejaram, coordenaram, orientaram e executaram a maioria das políticas implementadas na região que se traduziram em grandes projetos voltados para a integração física e transportes

(principalmente pela abertura de estradas), ocupação humana, agropecuária, geração de energia e mineração em larga escala (MARQUES, 2019).

Escamoteados sob a ideologia da segurança nacional propagada pelos governos militares, de que a Amazônia era uma terra sem homens para homens sem-terra e de que era preciso integrar para não entregar, todos os grandes projetos seguiram fielmente a estratégia do capital e tiveram as suas ações determinadas pelas condições do mercado a nível mundial. Um grande exemplo foi o Projeto Jari, empreendido em 1967 pelo megaempresário estadunidense Daniel Ludwig e, para o qual, segundo Leal (2010, p. 38), “A Amazônia foi, apenas, o lugar do seu assentamento e da sua ação de saque”. Mas foram os choques do petróleo na década de 1970 que – aprofundando a crise estrutural do capitalismo e impondo a necessidade de recuperação da sua taxa de lucro – impulsionaram a implementação da estratégia do capital na Amazônia através dos grandes projetos. Neste sentido, um conjunto de pesquisas e descobertas mineralógicas recentes garantiram os insumos necessários para essa operação. Uma dessas foram as reservas de bauxita no rio Trombetas (em Oriximiná/PA), descobertas pela Alcan, multinacional canadense do alumínio, e exploradas pela sua subsidiária no Brasil, a Mineração Rio do Norte, em associação com a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e várias outras empresas nacionais e estrangeiras. Outra importante descoberta deste período foram as reservas de ferro da Serra dos Carajás que, segundo Becker (1997), desembocaram no primeiro grande programa integrado para a exploração mineral da Amazônia a partir de 1980, diferindo-se das iniciativas isoladas da década anterior.

As 18 bilhões de toneladas de ferro de alta qualidade da mina de Carajás foram descobertas em 1967 pela United States Steel e em 1977 a CVRD adquiriu as suas ações. “As reservas, assim como o complexo mina-ferrovia-porto, formaram a espinha dorsal de um programa mais amplo: o Programa Grande Carajás (PGC)” (MARQUES, 2019, p. 146) que foi orçado, em 1981, em 61,7 bilhões de dólares. Boa parte dos investimentos ficaram à cargo do governo brasileiro, sustentando a iniciativa da CVRD como empresa pública, mas também favorecendo joint ventures, reduzindo assim o poder absoluto da estatal (BECKER, 1997). Ao PGC vincularam-se um conjunto de grandes projetos: o Projeto Ferro Carajás (PFC), voltado à exploração de ferro e manganês e pertencente à CVRD – com a mina em Parauapebas (PA) e a ferrovia se estendendo pelos estados do Tocantins e Maranhão; o projeto ALUMAR, no Maranhão, pertencente à Alcoa, Sheel e Camargo Corrêa, produzindo alumínio primário; e o Projeto Albrás-Alunorte, em Barcarena, pertencente à CVRD e à multinacional japonesa NAAC (Nippon Alumínio Company Ltda.), produzindo alumínio e alumina. À Albrás-Alunorte, por sua vez, vincularam-se outros grandes projetos, como o Porto de Vila do Conde e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída em 1984 pela estatal Eletronorte e voltada para “o fornecimento de energia ao polo minerometalúrgico da Amazônia Oriental” (CASTRO et al, 2014, p. 10).

Compreendemos, deste modo, que os grandes projetos em Barcarena são o acúmulo de um processo muito amplo, que envolve a implementação da estratégia do capital na Amazônia e, portanto, a totalidade dos grandes projetos que foram construídos

na região. São as mudanças provocadas pelos grandes projetos, em sua totalidade, nos modos de vida dos atingidos, que se objetivam nas subjetividades atingidas e levam o padre da comunidade a avisar: “Olha, daqui há 30 anos vocês não vão poder usar esse rio!” (Tocantins). Ou então, o avô de uma de nossas entrevistadas prever, categoricamente: “Daqui mais uns tempo vocês vão ver, isso tudo tá cheio de casa, cheio de empresa que tão vindo de fora” (Amazonas). Tanto o clérigo quanto o leigo, apesar de não viverem a experiência dos grandes projetos, apesar de Barcarena não ter, no seu território e nesta época (década de 1970) os grandes projetos instalados, são atingidos; são atingidos porque tiveram os seus modos de vida modificados pela totalidade dos grandes projetos na Amazônia e a estratégia que os orienta; são atingidos porque tiveram os seus modos de vida modificados e, dessa forma, já não vivem como antes, pois vivem na iminência de outras grandes mudanças em seus modos de vida e nos das gerações futuras; são atingidos e, portanto, expressam subjetivamente, em suas subjetividades atingidas, a materialidade histórica dessas mudanças.

### **Conclusão**

Não pretendemos, de modo algum, com este ensaio, esgotar um debate que para nós ainda é impreciso, repleto de dúvidas e incertezas. O que nos moveu, fundamentalmente, foi a necessidade de ampliar o debate para outros olhares, críticas e contribuições. Esta é uma pesquisa que já nasceu inconclusa, pois o movimento provocado pelo método nos leva sempre a encontrar novas contradições e a extrair novas sínteses. Neste mesmo movimento, pretendemos aprofundá-lo cada vez mais, buscando destacar diversas outras transformações nos modos de vida dos atingidos e suas expressões em subjetividades atingidas, com destaque para os processos de luta, resistência e organização popular dos atingidos em Barcarena.

Para nós, a psicologia social crítica é uma arma que nos possibilita reinventar, tanto a psicologia, como a vida na atualidade, buscando soluções coletivas que contribuam para a verdadeira emancipação humana através da superação radical de todas as estruturas injustas da sociedade capitalista. Ao compreender a produção das subjetividades em disputa, no interstício das contradições, decidimos por analisar a produção das subjetividades atingidas na perspectiva da psicologia social crítica, afim de compreender a relação existente entre a produção dessas subjetividades e as violações aos direitos dos atingidos para, como síntese teórico-prática dessas contradições, extrair afirmações políticas que contribuam com a luta pelos direitos dos atingidos.

Como o transcurso de um grande rio, que produz inúmeros afluentes e estes, por sua vez, novos cursos d’água, nossa pesquisa desemboca em diversos estuários, dadas, principalmente, a diversidade e quantidade das alterações provocadas nos modos de vida dos atingidos pelos grandes projetos e, que certamente, necessitarão de outros trabalhos para serem investigadas. Esperamos, contudo, que na impossibilidade de grandes certezas, como o destino final das águas de um rio, uma seja verdadeiramente aceita: que empurremos, na medida de nossas forças, o oceano da luta de massas.

## Referências

- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. *Revista de Psicologia, UNESP* vol. 9, n. 1, 2020, p. 01-13.
- BECKER, Berta. *Amazônia*. 5ª ed – Editora Ática: São Paulo, 1997.
- CASTRO, E. R.; ALONSO, S.; NASCIMENTO, S.; CARREIRA, L. & CORREA, S. A. Hidrelétricas na Amazônia e grandes dilemas postos à sociedade no século XXI. Paper do NAEA 343, Belém, Dezembro de 2014, p. 3-26.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Centro CRH, Salvador*, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.
- CASTRO, Edna. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia e desastres socioambientais. In: CASTRO, Edna. & CARMO, E. C. (org.). *Dossiê desastres da mineração em Barcarena*. Belém: NAEA: UFPA, 2019.
- CASTRO, Edna Ramos & CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, Edna Ramos & CAMPOS, Índio. (orgs). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. p. 15-36.
- CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação, Marília*, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Ago., 2013.
- FIALHO NASCIMENTO, N.S. O Destino de uma comunidade “cabôca” frente a um grande projeto (o caso Montanha/Curupeté). 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.
- FURTADO, Odair. Psicologia para fazer a crítica, a crítica para fazer a psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia. (org.). *Psicologia e compromisso social*. 2ª ed. rev. São Paulo: Cortez, 2009, p. 241-254.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. p. 15-38.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. – 2ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAZEU, M.T..O NÃO-LUGAR DO OUTRO: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.
- LACERDA JR., Fernando. Capitalismo e dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y crítica de la psicología* 3, 2013, p. 216-263.
- LANE, S. T. M. Uma Psicologia Social baseada no materialismo histórico e dialético. In: HUTZ, C. S. (org.). *Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, 1989b. pp. 147-155.
- LANE, Silvia Tatiana Maurer. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a psicologia. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989a, p. 10-19.
- LEAL, Aluizio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia (uma visão política). In: TRINDADE, J.R.B. & MARQUES, G. (orgs.). *Revista de Estudos Paraenses (edição especial)*. Belém: IDESP, 2010.

LIMA, Aluísio Ferreira de. & LARA JUNIOR, Nadir. Apresentação. Sobre a(s) metodologia(s) de pesquisa em Psicologia Social Crítica. In: LIMA, Aluísio Ferreira de. & LARA JUNIOR, Nadir. (org). Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 7-12.

MARQUES, Gilberto de Souza. Amazônia: riqueza, degradação e saque. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORAIS, Amon Rodrigues de. & LACERDA JR., Fernando. Ideologia, individualismo e psicologia: o modo de produção capitalista e a experiência subjetiva. Teoría y Crítica de la Psicología, vol. 12, 2019, p. 163-184.

MARX, Karl. & Engels, Friedrich. A Ideologia Alemã. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PICOLI, Fiorelo. O Capital e a Devastação da Amazônia. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (org.). Crítica ao fetichismo da individualidade. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

SOBRAL, Osvaldo José. Ensaio sobre o método de pesquisa marxista: uma perspectiva do materialismo dialético. Revista Científica FacMais, Vol. II, Num. 1. 2012/2ºSem. pp. 5-16.

SOUZA, José Crisóstomo de. MARX, INDIVÍDUO E SUBJETIVIDADE. In: Caderno CRH, n15, jul./dez., 1991, p. 70-90.



# Resumos e ensaios fotográficos



# **Santa Rosa dos Pretos: Uma Economia de Troca Diante do Processo de Globalização**

## **Santa Rosa dos Pretos: Uma Economia de Troca Diante do Processo de Globalização<sup>1</sup>**

Adriely Almeida COSTA<sup>2</sup> e Joercio Pires da SILVA<sup>3</sup>

“Eu vou fazer minha casa é no centro da rodagem” – Seu Libânio Pires, ancião do território quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru Mirim - Maranhão. O citado trecho é parte de uma cantiga que destaca o anseio de moradores do referido território que historicamente são impactados por grandes empreendimentos desenvolvimentistas. O presente trabalho pretende refletir sobre como o processo de globalização é invasivo e destrutivo ao não reconhecer e/ou compreender que nem tudo gira em torno do capital financeiro. Tal análise é construída a partir de dados bibliográficos sobre como Santa Rosa dos Pretos tem sido uma terra de disputa ao se manter resistente à duplicação da BR-135 do quilometro 86 ao 94. Autores como: a quilombola Anacleta Pires, Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do território quilombola Santa Rosa dos Pretos (2017), Marshall Berman, Tudo que é sólido se desmancha no ar (1982) e Ailton Krenak, Ideias para adiar o fim do mundo (2019), ampliam este trabalho. Portanto, tal estudo consistirá em examinar o fato de a globalização querer impor a lógica capitalista a todos os espaços, não respeitando as formas existenciais dos povos, seus territórios, ancestralidades, costumes e tradições.

**Palavras-chave:** Santa Rosa dos Preto; Globalização; Reexistência

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [adriely.costa@discente.ufma.br](mailto:adriely.costa@discente.ufma.br)

<sup>3</sup> [8leleco8@gmail.com](mailto:8leleco8@gmail.com)

# Megaproyectos y Capitalismo de Frontera en la Patagonia Sur

## Megaproyectos y Capitalismo de Frontera en la Patagonia Sur<sup>1</sup>

Alejandro SCHWEITZER<sup>2</sup>

Las dinámicas espaciales del capitalismo se despliegan en oleadas de expansión geográfica, configuraciones de naturaleza en espacios concretos del espacio global. En estos territorios los megaproyectos permiten asegurar las condiciones de producción, por lo general, de los primeros eslabones de circuitos de acumulación globales. Las escalas de intervención dependen de configuraciones de naturaleza existentes en los espacios de origen, de destino y del escenario global. En las periferias inicialmente se concentran eslabones inferiores de estos circuitos y desde hace algunos años son reconfiguradas por nuevas intervenciones para asegurar condiciones para implantación hacia eslabones intermedios de estos circuitos. Se busca debatir sobre esta aproximación exponiendo el caso de la Patagonia sur. Este espacio se inserta en lógicas globales las configuraciones de naturaleza, correspondientes a despliegues de subsistemas de acumulación globales, actualmente encabezados por iniciativas chinas y capitales especulativos globales. A cada despliegue de estos subsistemas se asocian fronteras de expansión del capital, configuraciones de naturaleza producidas por apropiación y capitalización y regímenes extractivistas. En este escenario surgen conflictos de acceso entre condiciones de producción y reproducción ampliada del capital y las condiciones de reproducción de la vida de los pueblos, emergen y se retoman experiencias de resistencia y organización.

**Palabras-clave:** capitalismo; naturaleza; fronteras, espacios periféricos; ZEIA

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência". Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa "Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório".

<sup>2</sup> [aschweitzer@uarg.unpa.edu.ar](mailto:aschweitzer@uarg.unpa.edu.ar)

# Miritituba (Itaituba, PA): Plataforma das Operações Extrativas do Capital e Zona de Sacrifício Logístico



## **Miritituba (Itaituba, PA): Plataforma das Operações Extrativas do Capital e Zona de Sacrifício Logístico<sup>1</sup>**

Cecilia Vieira de MELO<sup>2</sup> e Tatiana OLIVEIRA<sup>3</sup>

Nas últimas semanas, uma cena reproduzida em jornais e redes sociais no Brasil e mundo afora colocou em evidência o pequeno distrito de Miritituba, localizado no município de Itaituba, no Pará: em uma estrada de chão tomada pelo congestionamento de grandes caminhões, uma enfermeira solitária tentava arrastar uma maca hospitalar ocupada por paciente em estado grave de Sars-Cov-19. Essas “carretas” esperavam para atravessar a BR-230 (sem asfaltamento) até chegar às Estações de Transbordo de Cargas localizadas às margens do Rio Tapajós, onde enormes barcaças receberiam a soja cultivada em latifúndios ao norte do Mato Grosso. A partir desta cena chocante, propomos discutir o conceito de “operações extrativas do capital” e “zonas de sacrifício logístico” com base na teoria das redes globais de produção (RGPs), à qual somamos a discussão sobre a necessária ampliação das categorias de extração e extrativismo, tal como sugerida por Sandro Mezzadra e Verónica Gago (2015). Nosso objetivo é entender o modo de territorialização de um novo padrão de acumulação em tempos de financeirização. Com base em pesquisas de campo e bibliográfica descrevemos como as violências extrativas identificadas neste território, bem como as lutas que emergiram neste contexto, refletem um regime de acumulação capitalista em escala global.

### **Palavras-chave:**

acumulação primitiva; redes globais de produção; extração; extrativismo; financeirização.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [ceciliavmelo@gmail.com](mailto:ceciliavmelo@gmail.com)

<sup>3</sup> [tatianasoli@gmail.com](mailto:tatianasoli@gmail.com)

# **A Trajetória de Luta das Famílias do Acampamento Ilha Verde de Babaçulândia/TO**

## **A Trajetória de Luta das Famílias do Acampamento Ilha Verde de Babaçulândia/TO<sup>1</sup>**

Chirlene Alves dos SANTOS<sup>2</sup> e Maciel COVER<sup>3</sup>

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória de lutas da comunidade Ilha Verde, em Babaçulândia/TO. Este trabalho se fundamenta em entrevistas com os moradores deste acampamento como também em registros de observação participante. Como resultados apresentamos que uma parte das famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito que foram deslocadas de seus territórios nas margens do Rio Tocantins para a construção do lago e não foram indenizadas pelo consórcio construtor da usina. As famílias se organizaram com o Movimento dos Atingidos por Barragens, realizando diversas manifestações no canteiro de obras em Estreito/MA e posteriormente em acampamentos nas margens do lago nos municípios de Palmeiras do Tocantins, Filadélfia e Babaçulândia, onde se localizou o acampamento Ilha Verde entre os anos de 2012 até 2019, quando as famílias foram retiradas do local através de um despejo autorizado pelo poder judiciário. Apesar de estarem deslocadas do “Ilha Verde”, algumas ações como a realização da feira semanal na cidade de Babaçulândia se caracterizam como um espaço de articulação e reforço dos elos de sociabilidade entre as famílias.

**Palavras-chave:** Atingidos por barragens, Resistência Camponesa, Ribeirinhos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [chirlenealves08@bol.com.br](mailto:chirlenealves08@bol.com.br)

<sup>3</sup> [macielcover@uft.edu.br](mailto:macielcover@uft.edu.br)

# **Fazer o que Deve ser Feito: Sobre o Rompimento da Barragem de Fundão e as Estratégias Institucionais e Corporativas para Administrar o Desastre na Foz Sul do Rio Doce**

## **Fazer o que Deve ser Feito: Sobre o Rompimento da Barragem de Fundão e as Estratégias Institucionais e Corporativas para Administrar o Desastre na Foz Sul do Rio Doce<sup>1</sup>**

Flávia Amboss Merçon LEONARDO<sup>2</sup>

O rompimento da barragem com rejeitos da mineração de ferro, em 2015, na cidade de Mariana, MG e o carreamento desse material no leito do rio Doce engendrou uma crise nos municípios e povoados atingidos nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. A estrutura em colapso era operada pela Samarco Mineração S/A, que, por sua vez, é controlada paritariamente pelas multinacionais Vale e BHP Billiton. Através de uma etnografia realizada nos espaços de interação entre os sujeitos atingidos e as instituições dedicadas à gestão da crise, o artigo aborda os procedimentos institucionais e corporativos adotados no contexto do desastre, enfatizando as tecnologias dedicadas a administração da crise e suas afetações. Neste intuito, proponho descrever e discutir alguns procedimentos institucionais e algumas estratégias corporativas observadas na vila de Regência Augusta, situada na foz sul do rio Doce, litoral norte do estado do Espírito Santo, no período entre novembro/2015 a abril/2016, antes, portanto, da homologação do TTAC e da criação da Fundação Renova.

**Palavras-chave:** Desastre, estratégias corporativas, foz do rio Doce

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [flavia.aml@gmail.com](mailto:flavia.aml@gmail.com)

# Apãnjekrá e Ramkokamekra- Canela: Território, Tradição e Desenvolvimento



## **Apãnjekrá e Ramkokamekra-Canela: Território, Tradição e Desenvolvimento<sup>1</sup>**

Adalberto Luiz Rizzo de OLIVEIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Maranhão – São Luís, MA

### **Resumo**

Este ensaio foto-etnográfico apresenta os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira), habitantes da Terra Indígena Porquinhos e Terra Indígena Kanela, localizadas no cerrado do centro-sul do Maranhão, os quais foram inseridos na formação da sociedade regional a partir do seu alcance pelas frentes de expansão coloniais, especialmente a frente pastoril tradicional. As imagens apresentadas revelam os paradoxos entre a manutenção da tradição cultural Timbira e as demandas decorrentes das relações interétnicas. No discurso de seus líderes fica expressa a preocupação com o futuro desses povos, tendo em vista questões territoriais, econômicas, educacionais e de saúde vinculadas ao desenvolvimento, confrontadas à manutenção de seus valores e práticas tradicionais, que convergem às relações com a sociedade nacional. As imagens revelam como os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela vislumbram o que denominam “os dois caminhos”: de um lado manter e fortalecer sua organização social e simbólica, refletida nas relações de parentesco, na preservação de sua cosmologia e rituais de iniciação, como o Ketwayê. De outro, interagir com agências e instituições de Estado – FUNAI, SESAI, Secretaria Estadual de Educação – ONGs e outras, defendendo suas demandas e projetando sua perspectiva do presente ao futuro, como povos tradicionais e referências à diversidade humana.

### **Palavras-Chave**

Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela; tradição Jê-Timbira; processos de desenvolvimento; Estado e sociedade nacional

---

<sup>1</sup> Ensaio fotográfico apresentado no GT 4 – Fotografias, do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Pesquisa realizada com apoio da FAPEMA.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMA - E-mail: [adrizzo@terra.com.br](mailto:adrizzo@terra.com.br)











# Homens de luta: Sul do Maranhão, Sul global

## Homens de luta: Sul do Maranhão, Sul global<sup>1</sup>

Débora Assumpção e LIMA<sup>2</sup>

Nos municípios de Formosa de Serra Negra e Grajaú, no estado do Maranhão, homens plantam, criam gado, filhos, moram sozinhos, guardam o luto de suas mulheres. Aguardam a chuva, a colheita, a titulação de seus territórios. Esperam, com esperança a justiça. Escravizados em sistema da quarta do bezerro, marginalizados pela civilidade dos sistemas técnicos caucasianos eurocêntricos, que não reconhece as peles negras e indígenas marcadas pelo sol. Os sistemas políticos e técnicos do INCRA, criam entraves para reconhecer as terras de povos e comunidades tradicionais. A digitalização das terras por satélite, a utilização do Sigef como forma de comprovação da propriedade da terra. Mais vale uma coordenada no google do que uma mandioca plantada no chão. Assim como a fotografia, o sistema de terras não reconhece bem a pele negra. A digitalização das terras, como políticas fundiárias a exemplo do Terra Legal, legitimam os algoritmos que reconhecem o capital. Seu Antônio, da comunidade Quirino, me falou que o computador não mente. O que não me disse é que as pessoas que operam e criam o sistema é que criam fábulas: a terra é o habitat do lucro. Digitalizar é preciso. Os grileiros no sul do Maranhão “limpam” a terra para empresas internacionais especularem a natureza tropical.

**Palavras-chave:** conflito, terra, território, homens, Maranhão

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [deborassumpcaolima@gmail.com](mailto:deborassumpcaolima@gmail.com)















# Era uma vez uma ferrovia

## **Era uma vez uma ferrovia<sup>1</sup>**

Jéssica de Fátima Rossone ALVES<sup>2</sup>

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

Estas fotografias discorrem sobre a relação entre a cidade fluminense Barra do Piraí e a ferrovia que a atravessa, a Malha Regional Sudeste. Aqui, o termo relação não constitui uma arbitrariedade, mas indica a impossibilidade de cidade e ferrovia encontrarem-se em unidade. Nas últimas décadas, a interação entre pessoas e ferrovia nas cidades que a mesma abrange delimitou-se de acordo com a lógica neoextrativista e neoliberal. Atualmente concedida à empresa MRS Logística, esta ferrovia centenária serve majoritariamente ao transporte de commodities minerais que vão de regiões interioranas àquelas portuárias, para exportação. Com isso, a relação que se estabelece na atualidade vai de encontro, em vários sentidos, à concepção de direito à cidade, excluindo os cidadãos não apenas da materialidade da ferrovia, de seus trilhos e vagões, mas dos processos decisórios sobre a mesma, e ainda, afastando-os cada vez mais de uma rica história e memória cultural ferroviária, tudo isto em prol de um encadeamento global de valores que desconsidera valores sensíveis da pessoa humana. “Riscos de vida”, “O trem não pára mais nessa Estação”, “Que atire a primeira pedra”, “Esperando a commodity passar”, e “Esgotaram-se os bilhetes” foram feitas nos últimos anos pela autora que reside na cidade.

**Palavras-chave:** ferrovia; Malha Regional Sudeste; direito à cidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4 Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas

<sup>2</sup> [Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ, e mail: jessica\\_rossone@outlook.com](mailto:jessica_rossone@outlook.com)













# **Reconhecimento da Identidade Tradicional Dentro da Política do Pré-Sal: A Luta do Fórum de Comunidades Tradicionais por Visibilidade e Garantia de seus Territórios**

# Reconhecimento da Identidade Tradicional Dentro da Política do Pré-Sal: A Luta do Fórum de Comunidades Tradicionais por Visibilidade e Garantia de seus Territórios<sup>1</sup>

Gabriela Fernandes Feliciano MURUA<sup>2</sup> e Carolina BARBOSA<sup>3</sup>

Neste artigo, relatamos a luta do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) em duas condicionantes ambientais exigidas à Petrobrás, devido a exploração do Petróleo na Bacia de Santos). O FCT é um movimento social constituído em 2007 que reúne caiçaras, indígenas e quilombolas dos territórios localizados nas cidades de Angra dos Reis, Paraty/RJ e Ubatuba/SP. Nossa análise revela as ambivalências desse processo. Por um lado, o movimento conseguiu, mediante muita luta, ser incorporado como atingido nas condicionantes do megaempreendimento de petróleo e gás e executar condicionantes estratégicas que garantiram seu fortalecimento e possibilitaram a ampliação de sua atuação em rede. Por outro lado, seus direitos fundamentais foram violados pelo Estado e pelo megaempreendimento do pré-sal, pois suas reivindicações mais elementares, a Consulta Livre Prévia e Informada e a demarcação e/ou regularização de seus territórios tradicionais, foram ignoradas pela política de implantação do pré-sal.

**Palavras-chave:** Fórum de Comunidades Tradicionais; desenvolvimento; pré-sal; povos e comunidades tradicionais; grandes empreendimentos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [gabymurua@gmail.com](mailto:gabymurua@gmail.com)

<sup>3</sup> [carolinabarbosaubatumirim@gmail.com](mailto:carolinabarbosaubatumirim@gmail.com)

# **Resistencias Comunitarias a Megaproyectos Extractivistas en el Litoral Atlántico de Honduras**

# Resistencias Comunitarias a Megaproyectos Extractivistas en el Litoral Atlántico de Honduras<sup>1</sup>

Luis Manuel MARTÍNEZ<sup>2</sup>

En los últimos treinta años la región del Litoral Atlántico hondureño se ha visto asediado por múltiples empresas de capital extranjero con socios nacionales casi siempre vinculados al sistema financiero local y políticos para impulsar proyectos extractivistas de minería, complejos turísticos, infraestructura vial, producción energética y agroindustria. Es en el marco del ingreso de estos capitales a la región que surgen una serie de conflictividades en las que los pobladores se organizan para resistir y expulsar estas iniciativas de sus territorios que son agredidos por medio de procesos de militarización, violación sistemática de sus derechos humanos y linchamiento judicial. Varias empresas han logrado establecerse en esta región; no obstante, son múltiples los ejemplos positivos de resistencia existentes. Es así que son estos el centro del presente trabajo, en el que se procura explorar las dinámicas organizativas, formas de resistencia y mecanismos de lucha social presentes en las contiendas por sus territorios. Al mismo tiempo se busca contextualizar como estas resistencias se vinculan a procesos globales y regionales de acumulación capitalistas de sectores transnacionales que actúan de forma articulada con los capitalistas nacionales, sistema político y jurídico.

**Palabras clave:** Resistencia, Extractivismo, Capitalismo, Movimientos sociales

---

<sup>1</sup> Trabajo presentado en la Mesa 4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência". Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa "Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório". São Luís do Maranhão, Brasil, 2021.

<sup>2</sup> Email: [lmartineze@unah.edu.hn](mailto:lmartineze@unah.edu.hn)



**Relato de experiência: a questão  
dos campos de Santa Rita/MA.  
Uso sustentável do ecossistema  
versus mega projeto de  
produção de camarão**

## **Relato de experiência: a questão dos campos de Santa Rita/MA. Uso sustentável do ecossistema versus mega projeto de produção de camarão<sup>1</sup>**

Adriano Souza de ALMEIDA<sup>2</sup>

No ano de 2018, eclodiu, na cidade de Santa Rita/MA, séria confrontação entre a população campesina local (agricultores, pescadores e pequenos criadores de gado rústico) contra grupo econômico cearense que contava, naquele momento, com apoio de autoridades políticas maranhenses, para a implantação de megaprojeto de produção de camarão nas terras dos campos naturais do município. Os campos naturais são um imenso ecossistema, que garante a segurança alimentar para a população da baixada maranhense, zona costeira e Ilha de São Luís. É área de enorme relevância internacional conforme adesão do Brasil a diversas convenções e acordos internacionais que identificam neste território peculiaridades de importância para todo o planeta. O projeto de mega indústria camaroeira visava a ocupação de área significativa dos referidos Campos para a construção de mega criatórios com uso intenso das águas do rio Mearim.

O relato de experiência visou registrar a sequência de fatos e reflexões surgidas do embate direto das lideranças comunitárias e seus opositores, suas articulações e como tal confrontação modificou a forma como a população local passou a afirmar a proteção do ecossistema circundante e conseguiu, até o momento, repelir a instalação do empreendimento.

**Palavras-chave:** Maranhão; Campos Naturais; Mega projetos; conflito; segurança alimentar.

---

<sup>1</sup> GT4: "Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência".

<sup>2</sup> Grupo de Valorização Negra do Cariri -GRUNEC.

# **Desenvolvimento Neoliberal, Capital Transnacional e o Papel do Direito: Breve Análise do Caso Chevron no Equador**

## **Desenvolvimento Neoliberal, Capital Transnacional e o Papel do Direito: Breve Análise do Caso Chevron no Equador<sup>1</sup>**

Vítor de Souza COSTA<sup>2</sup>, Daniel Maurício Cavalcanti de ARAGÃO<sup>3</sup>

A aceleração da transnacionalização do capital nas últimas décadas foi sustentada pela difusão e aplicação de um modelo de desenvolvimento de base neoliberal, além de ajustes no campo do direito, como forma de garantir a acumulação de capital e a impunidade de empresas em violações de direitos humanos, incluídos os ambientais. O artigo se apoia em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com entrevistas, discutindo como os conceitos de neoliberalismo, disciplinamento neoliberal, supremacia, *lex mercatoria* e novo constitucionalismo contribuem para caracterizar como o capital transnacional se estabelece nas últimas décadas. O caso Chevron no Equador é aqui exposto, ainda que brevemente, indicando como se constituem concretamente os mecanismos que garantem a reprodução do capital, com destaque ao papel essencial do direito para garantir a globalização neoliberal. O artigo discute, assim, os contextos políticos econômicos que permitiram historicamente a ação da Chevron no país e os avanços e retrocessos da luta por justiça dos atingidos em diferentes jurisdições. O caso Chevron é simbólico por conseguir expor a associação entre transnacionalização do capital, neoliberalismo e direito voltado ao mercado.

**Palavras-chave:** Transnacional; Neoliberalismo; Impunidade; Chevron; Equador

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 4: “Projetos e programas de desenvolvimento, extrativismo de grande escala e estratégias de luta e resistência”. Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresa “Povos, Comunidades, Natureza: Insurgências frente ao Extrativismo Predatório”.

<sup>2</sup> [costasouzavitor@gmail.com](mailto:costasouzavitor@gmail.com)

<sup>3</sup> [danaragao@gmail.com](mailto:danaragao@gmail.com)



**"(...) A única alternativa hoje é a alternativa da gente combinar que vai continuar vivo com poesia e com arte. Que a gente vai continuar vivo, vai continuar vivendo... e porque a gente não vai morrer, a gente vai poder salvar o mundo"**

Como quem sabe o tempo certo da sementeira, Moema Miranda, da Rede Igrejas e Mineração, plantou em solo fértil palavras de esperança durante o Webinário "Controle Social e Alternativas Econômicas: desafios para os movimentos sociais" no último dia do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas.

**A semana 15 a 19 de março vai ficar para a história de quem plantou e viu florescer ideias, intercâmbios, a crítica e a resistência ao extrativismo predatório.**

Constatamos que temos muito o que conquistar em Direitos Humanos e da Natureza! Mas, o Seminário potencializou o sentimento de que a união dos povos e comunidades com a grandeza da Mãe Natureza enfatiza o que Moema trouxe também em sua fala:

**"Não existe salvação individual. Os processos precisam ser coletivos e cada um e cada uma é chamado para se somar à luta pelo Bem Viver."**

**[www.seminariopovosnatureza.org](http://www.seminariopovosnatureza.org)**

Realização:



Parcerias latino-americanas:



Apoio:

